



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

001

LICITAÇÕES

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 087/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 059/2023

OBJETO: “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FABRICAÇÃO DE MATERIAIS PERSONALIZADOS DO TIPO UNIFORMES, CALÇADOS, MOCHILAS, BOLSA E ESTOJOS, DESTINADOS A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CONFORME ANEXO I – (TERMO DE REFERÊNCIA) DESTE EDITAL”

SOLICITANTE: Secretaria de Educação Esporte e Lazer.

VALOR PREVISTO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 441.899,50 (quatrocentos e quarenta e um mil oitocentos e noventa e nove reais e cinquenta centavos)

DATA DO INICIO DO PROCESSO: 11/09/2023

DATA DE ABERTURA DO PREGÃO.: 25/09/2023



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

002

DA.: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPORTE E LAZER

PARA: SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

REF.: SOLICITAÇÃO DE ABERTURA DE PROCESSO

JUSTIFICATIVA/SOLICITAÇÃO

Trata o presente processo visando à **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FABRICAÇÃO DE MATERIAIS PERSONALIZADOS DO TIPO UNIFORMES, CALÇADOS, MOCHILAS, BOLSA E ESTOJOS, DESTINADOS A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CONFORME ANEXO I – (TERMO DE REFERÊNCIA) DESTE EDITAL.**

A finalidade da aquisição visa à melhoria de condições de trabalhos aos profissionais, bem como para atendimento dos alunos da rede de ensino municipal.

O valor máximo a ser pago é de R\$ 441.899,50 (quatrocentos e quarenta e um mil oitocentos e noventa e nove reais e cinquenta centavos), que foram obtidos com empresas do ramo.

Com base na pesquisa de preços realizada, fora estabelecido o valor máximo a ser pago pelos serviços, dando-se desta forma cumprimento ao disposto nos artigos 43, IV da Lei 8.666/93.

Alto Paraíso - PR, 11 de Setembro de 2023.

Regiane Apº G. de Oliveira

REGIANE APARECIDA CAETANO DE OLIVEIRA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER

UMUARAMINHA ESPORTES LTDA.

CNPJ: 36.932.106/0001-70 IE: 90845767-67

ENDEREÇO RUA MANDEL RAMIRES, 964 - COMPLEMENTO BARRAÇÃO - PQ. INDUSTRIAL I

UMUARAMA - PARANÁ

ITEM	QUANTIDADE	especificação do produto	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	660	BLUSA NO TECIDO HELANCA FLANELADA 100% POLIESTER COM A GRAMATURA 215GR COM FECHAMENTO EM ZÍPER AZUL MARINHO COM 3 LISTRAS AMARELO CANÁRIO COM ESTAMPA NO PEITO BRASÃO DO MUNICÍPIO E ESCRITA "SECRETARIA MUNICIPAL DE ALTO PARANÁ".	82,80	54.648,00
2	660	CALÇA NO TECIDO HELANCA FLANELADA 100% POLIESTER COM A GRAMATURA 260GR COR AZUL MARINHO COM 3 LISTRAS AMARELO CANÁRIO NA PERNA ESTAMPA DO BRASÃO DO MUNICÍPIO E ESCRITA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.	63,00	41.580,00
3	1280	CAMISETA EM P.V 67% POLIESTER E 33% VISCOSE GRAMATURA 160 GRAMAS TECIDO COM TRATAMENTO ANTI PILLING, NA COR AZUL MARINHO COM 3 LISTRAS NA COR AMARELO CANÁRIO, COM RECORTE NA FRENTE NA COR AMARELO CANÁRIO, COM BOLA V EM RIBANA AZUL MARINHO E PUNHO EM RIBANA NA COR AZUL MARINHO, NA FRENTE NA ALTURA DO PEITO EM CROMIA O BRASÃO DO MUNICÍPIO E A ESCRITA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E NAS COSTAS O NOME DO MUNICÍPIO.	26,50	33.920,00
4	1040	BERMUDA MASCULINA EM HELANCA 100% POLIAMIDA COM A GRAMATURA 295GR NA COR AZUL MARINHO, COM 3 LISTRAS NA COR AMARELO CANÁRIO COM BOLSÃO E ESTAMPADO EM CROMIA O BRASÃO DO MUNICÍPIO E A ESCRITA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	41,00	42.640,00
5	990	SHORTS SAIA FEMININO EM HELANCA 100% POLIAMIDA COM A GRAMATURA 295GR NA COR AZUL MARINHO, COM 3 LISTRAS NA COR AMARELO CANÁRIO COM ESTAMPA EM CROMIA O BRASÃO DO MUNICÍPIO E A ESCRITA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	44,00	43.560,00
6	600	TÊNIS EM CADARÇO PERSONALIZADO MAIOR DESCRIÇÃO EM ANEXO	109,00	65.400,00
7	225	TÊNIS EM VELCRO PERSONALIZADO MAIOR DESCRIÇÃO EM ANEXO	107,50	24.187,50
8	120	SANDÁLIA PERSONALIZADO MAIOR DESCRIÇÃO EM ANEXO	79,90	9.588,00

36.932.106/0001-70 / IE 90845767-67
 UMUARAMINHA ESPORTES LTDA
 (44) 3624-6619
 R. MANOEL RAMIRES, 964 PQ INDUSTRIAL I
 CEP: 87507-012 UMUARAMA-PR

UMUARAMINHA ESPORTES LTDA.

CNPJ: 36.932.106/0001-70 IE: 90845767-67

ENDEREÇO RUA MANDEL RAMIRES, 964 - COMPLEMENTO BARRAÇÃO - PQ. INDUSTRIAL I


UMUARAMA - PARANÁ

9	440	MOCHILA ESCOLAR EM TECIDO 100% NYLON NIKE COM FORRO DUPLIO COM BOLSO MAIOR E DIVISORIA INTERNA E BOLSO MENOR NA FRENTE PERSONALIZADO O BRASÃO DO MUNICIPIO E REDINHA NA LATERAL PARA SQUEZZE. ALÇA COM ESPUMA E REGULAGEM	157,50	69.300,00
10	80	BOLSA PARA PROFESSOR COM ALÇA DE MÃO E TIRA COLO EM TECIDO 100% NYLON NIKE COM 1 REPARTIÇÃO E BRASÃO BORDADO NA FRENTE	114,00	6.840,00
11	440	ESTOJO ESCOLAR COM TECIDO 100% NYLON COM FECHAMENTO EM ZIPER E BORDADO NA FRENTE BRASÃO DO MUNICIPIO	14,00	6.160,00
12	1280	CAMISETA EM P.V 67% POLIÉSTER E 33% VISCOSE MANGA LONGA GRAMATURA 160 GRAMAS TECIDO COM TRATAMENTO ANTI PILLING. NA COR AZUL MARINHO COM 3 LISTRAS NA COR AMARELO CANÁRIO. COM RECORTE NA FRENTE NA COR AMARELO CANÁRIO. COM GOLA V EM RIBANA AZUL MARINHO E PUNHO EM RIBANA NA COR AZUL MARINHO. NA FRENTE NA ALTURA DO PEITO EM CROMIA O BRASÃO DO MUNICIPIO E A ESCRITA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E NAS COSTAS O NOME DO MUNICIPIO.	33,50	42.880,00
13	20	JALECO MODELO REGATA FEMININO EM TECIDO 100% MICROFIBRA COM FECHAMENTO EM BOTÃO COM 3 BOLSOS NA FRENTE. E COM UM BORDADO NO PEITO LADO ESQUERDO BRASÃO DO MUNICIPIO.	59,80	1.196,00
VALOR TOTAL			441.899,50	

UMUARAMA 19 DE JUNHO DE 2023

VALIDADE DO ORÇAMENTO 60 DIAS

ORÇAMENTO PARA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO - PARANÁ


36.932.106/0001-70 / IE 90845767-67
UMUARAMINHA ESPORTES LTDA
(44) 3624-6619
R. MANOEL RAMIRES, 964 PQ INDUSTRIAL I
CEP: 87507-011 - UMUARAMA-PR



Parresia Camiseteria
Rua Paranapanema, Nº 3471
87503010 - Umuarama, PR
Telefone: (44) 99155-4128
CNPJ: 45.560.342/0001-02

Orçamento para Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - Paraná

Item	Produto	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	Blusa no tecido helanca flanelada 100% poliéster com a gramatura 215gr com fechamento em zíper azul marinho com 3 listras amarelo canário com estampa no peito brasão do município e escrita "secretaria municipal de alto paraíso".	660	R\$ 89,00	R\$ 58.740,00
2	Calça no tecido helanca flanelada 100% poliéster com a gramatura 260gr cor azul marinho com 3 listras amarelo canário na perna estampa do brasão do município e escrita secretaria municipal de educação.	660	R\$ 66,50	R\$ 43.890,00
3	Camiseta em p.v 67% poliéster e 33% viscose gramatura 160 gramas tecido com tratamento anti pilling, na cor azul marinho com 3 listras na cor amarelo canário, com recorte na frente na cor amarelo canário, com gola v em ribana azul marinho e punho em ribana na cor azul marinho, na frente na altura do peito em cromia o brasão do município e a escrita secretaria municipal de educação e nas costas o nome do município.	1280	R\$ 29,00	R\$ 37.120,00
4	Bermuda masculina em helanca 100% poliamida com a gramatura 295gr na cor azul marinho, com 3 listras na cor amarelo canário com bolso e estampado em cromia o brasão do município e a escrita secretaria municipal de educação	1040	R\$ 44,80	R\$ 46.592,00
5	Shorts saia feminino em helanca 100% poliamida com a gramatura 295gr na cor azul marinho, com 3 listras na cor amarelo canário com estampa em cromia o brasão do município e a escrita secretaria municipal de educação	990	R\$ 52,00	R\$ 51.480,00
6	Tênis em cadarço personalizado maior descrição em anexo	600	R\$ 117,00	R\$ 70.200,00
7	Tênis em velcro personalizado maior descrição em anexo	225	R\$ 125,50	R\$ 28.237,50
8	Sandália personalizado maior descrição em anexo	120	R\$ 84,00	R\$ 10.080,00
9	Mochila escolar em tecido 100% nylon nike com forro duplo com bolso maior e divisória interna e bolso menor na frente personalizado o brasão do município e redinha na lateral para squeeze, alça com espuma e regulagem	440	R\$ 166,00	R\$ 73.040,00
10	Bolsa para professor com alça de mão e tira colo em tecido 100% nylon nike com 1 repartição e brasão bordado na frente	60	R\$ 121,50	R\$ 7.290,00
11	Estojo escolar com tecido 100% nylon com fechamento em zíper e bordado na frente brasão do município	440	R\$ 15,00	R\$ 6.600,00
12	Camiseta em p.v 67% poliéster e 33% viscose manga longa gramatura 160 gramas tecido com tratamento anti pilling, na cor azul marinho com 3 listras na cor amarelo canário, com recorte na frente na cor amarelo canário, com gola v em ribana azul marinho e punho em ribana na cor azul marinho, na frente na altura do peito em cromia o brasão do município e a escrita secretaria municipal de educação e nas costas o nome do município.	1280	R\$ 36,00	R\$ 46.080,00
13	Jaleco modelo regata feminino em tecido 100% microfibra com fechamento em botão com 3 bolsos na frente, e com um bordado no peito lado esquerdo brasão do município.	20	R\$ 67,50	R\$ 1.350,00
			Preço Total	R\$ 480.699,50

Umuarama 20 / Junho / 2023

Valido por 61 dias

45.560.342/0001-02

EVANDRO QUIRINO ROSSI 07055623952

RUA PARANAPANEMA, 3471

87503-010 - UMUARAMA - PR



Milton Bento da Silva-M.E.I.
CNPJ 38.008.000/0001-00
NIRE 41 8 1096082-0

FONE: (44) 2020-8767 - Rua Florianópolis, 6271 - Zona V - CEP 87504-020 - UMUARAMA - PR

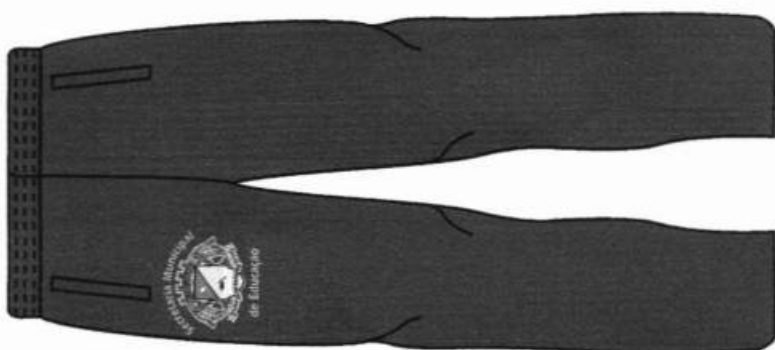
Orçamento para prefeitura municipal de Alto Paraíso - paraná

Item	Produto	Qtd	Valor un.	Valor t.
1	Blusa no tecido helanca flanelada 100% poliéster com a gramatura 215gr com fechamento em zíper azul marinho com 3 listras amarelo canário com estampa no peito brasão do município e escrita "secretaria municipal de alto paraíso".	660	R\$ 84,00	R\$ 55.440,00
2	Calça no tecido helanca flanelada 100% poliéster com a gramatura 260gr cor azul marinho com 3 listras amarelo canário na perna estampa do brasão do município e escrita secretaria municipal de educação.	660	R\$ 65,00	R\$ 42.900,00
3	Camiseta em p.v 67% poliéster e 33% viscose gramatura 160 gramas tecido com tratamento anti pilling, na cor azul marinho com 3 listras na cor amarelo canário, com recorte na frente na cor amarelo canário, com gola v em ribana azul marinho e punho em ribana na cor azul marinho, na frente na altura do peito em cromia o brasão do município e a escrita secretaria municipal de educação e nas costas o nome do município.	1280	R\$ 27,80	R\$ 35.584,00
4	Bermuda masculina em helanca 100% poliamida com a gramatura 295gr na cor azul marinho, com 3 listras na cor amarelo canário com bolso e estampado em cromia o brasão do município e a escrita secretaria municipal de educação	1040	R\$ 42,00	R\$ 43.680,00
5	Shorts saia feminino em helanca 100% poliamida com a gramatura 295gr na cor azul marinho, com 3 listras na cor amarelo canário com estampa em cromia o brasão do município e a escrita secretaria municipal de educação	990	R\$ 49,00	R\$ 48.510,00
6	Tênis em cadarço personalizado maior descrição em anexo	600	R\$ 115,50	R\$ 69.300,00
7	Tênis em velcro personalizado maior descrição em anexo	225	R\$ 120,00	R\$ 27.000,00
8	Sandália personalizado maior descrição em anexo	120	R\$ 82,00	R\$ 9.840,00
9	Mochila escolar em tecido 100% nylon nike com forro duplo com bolso maior e divisória interna e bolso menor na frente personalizado o brasão do município e redinha na lateral para squeeze, alça com espuma e regulagem	440	R\$ 165,00	R\$ 72.600,00
10	Bolsa para professor com alça de mão e tira colo em tecido 100% nylon nike com 1 repartição e brasão bordado na frente	60	R\$ 120,00	R\$ 7.200,00
11	Estojo escolar com tecido 100% nylon com fechamento em zíper e bordado na frente brasão do município	440	R\$ 14,90	R\$ 6.556,00
12	Camiseta em p.v 67% poliéster e 33% viscose manga longa gramatura 160 gramas tecido com tratamento anti pilling, na cor azul marinho com 3 listras na cor amarelo canário, com recorte na frente na cor amarelo canário, com gola v em ribana azul marinho e punho em ribana na cor azul marinho, na frente na altura do peito em cromia o brasão do município e a escrita secretaria municipal de educação e nas costas o nome do município.	1280	R\$ 35,00	R\$ 44.800,00
13	Jaleco modelo regata feminino em tecido 100% microfibra com fechamento em botão com 3 bolsos na frente, e com um bordado no peito lado esquerdo brasão do município.	20	R\$ 65,00	R\$ 1.300,00
			TOTAL	R\$ 464.710,00

Umuarama 19 de junho de 2023

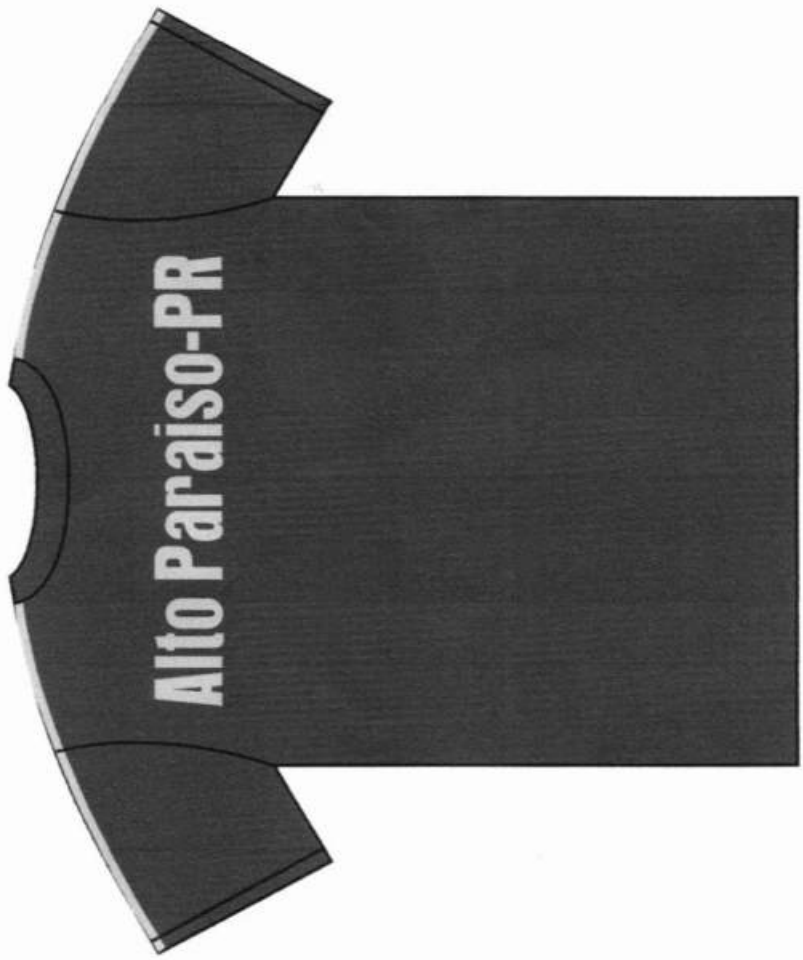
Validade 60 dias

Milton Bento da Silva
POLLY ART'S

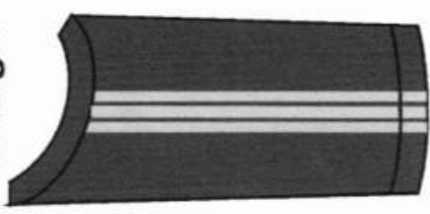


1- front

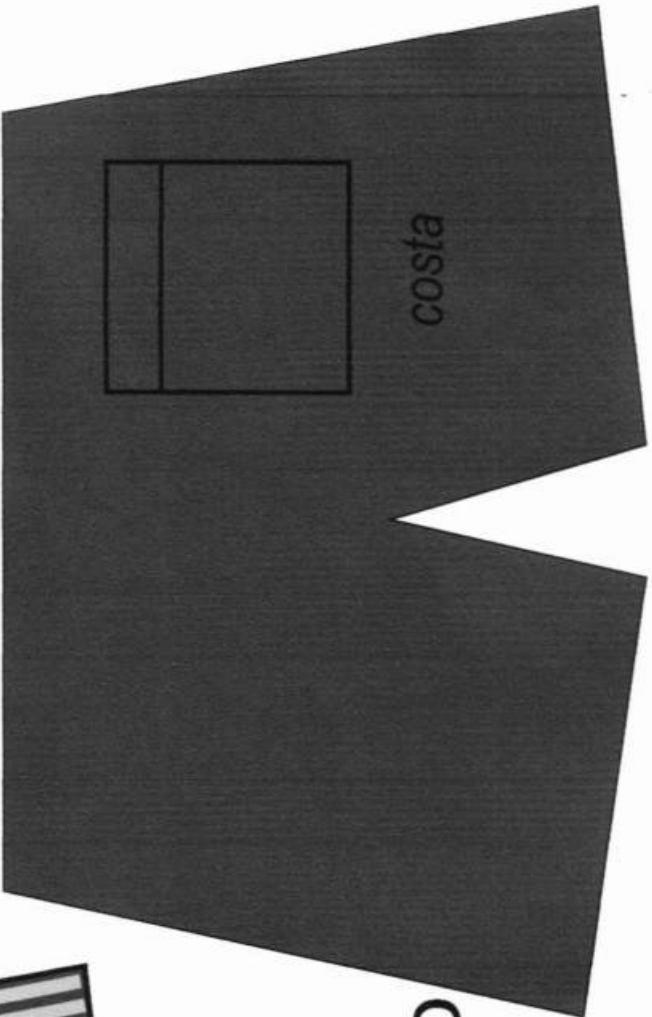
2- side



manga

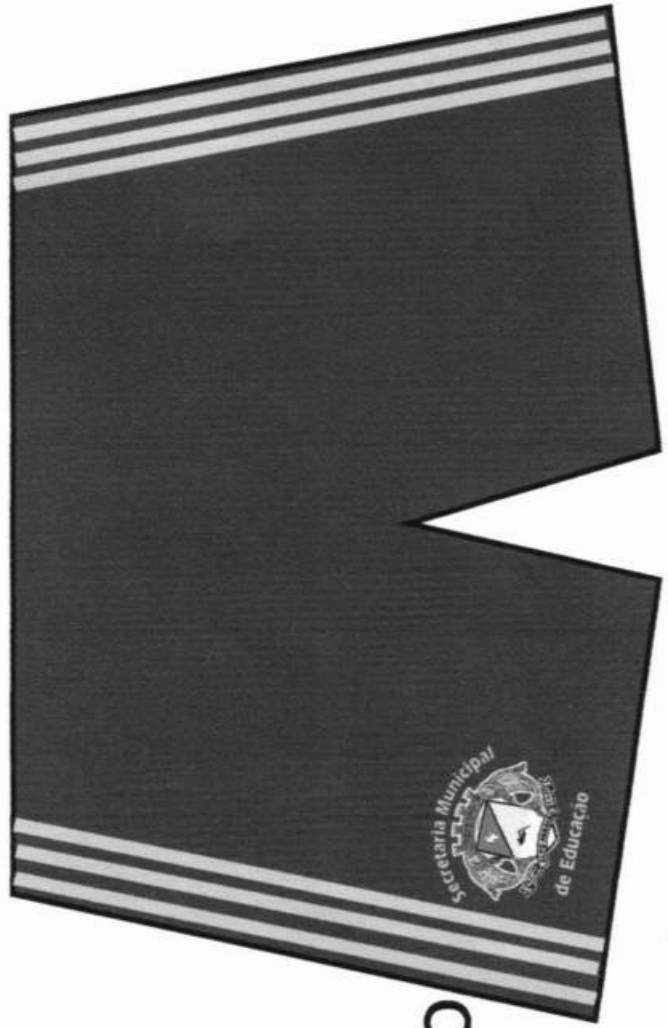


3-
finais



costa

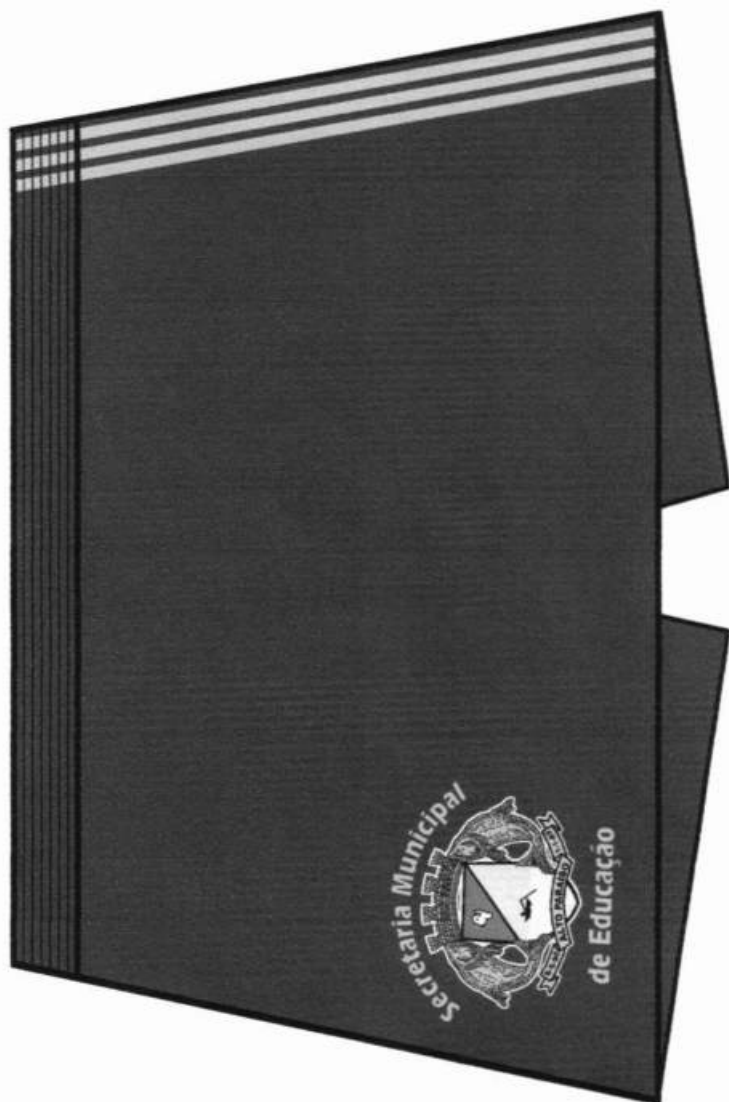
calção



calção



1/10/15



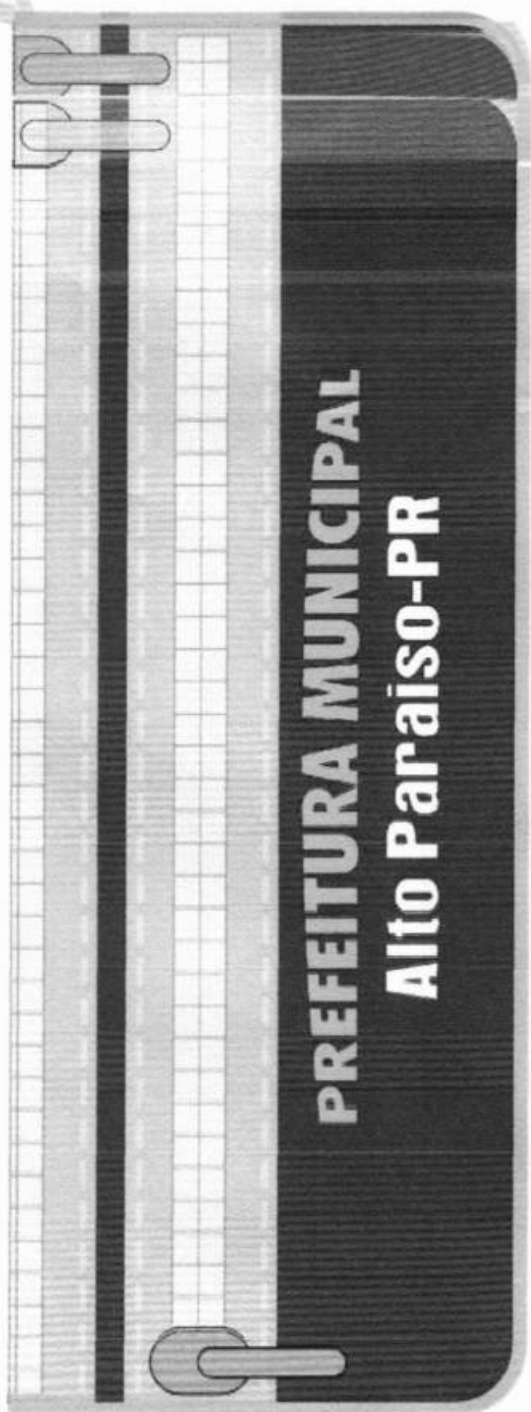
Alto Paraíso-PR

Prefeitura Municipal

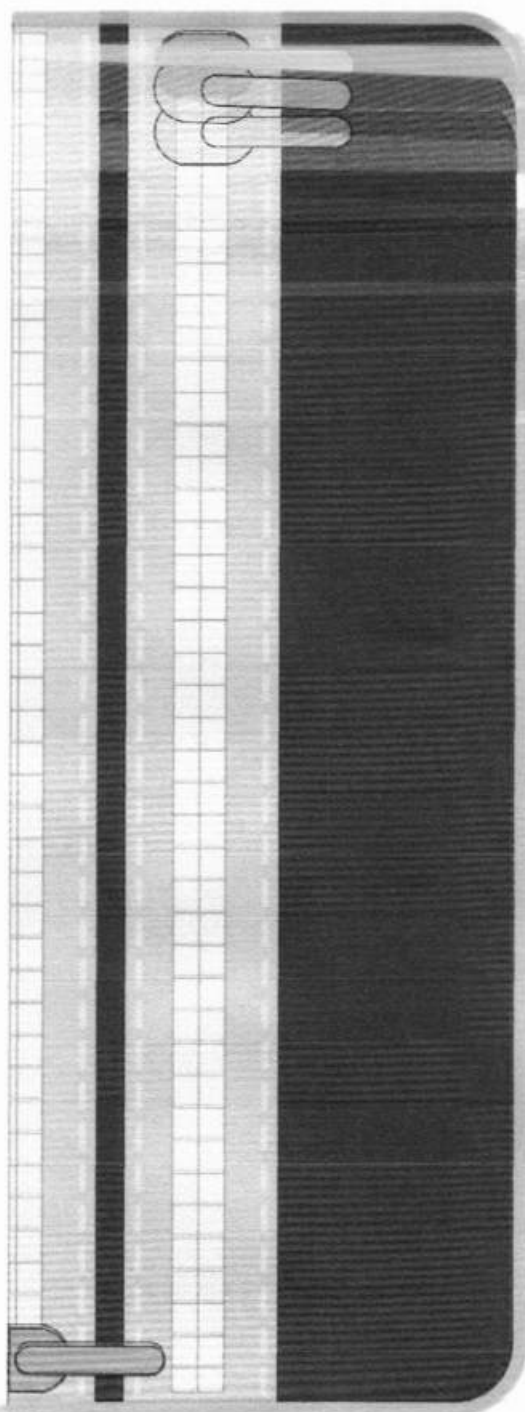


ALTO PARAÍSO

12/05/2010



Fronteiras



Costa

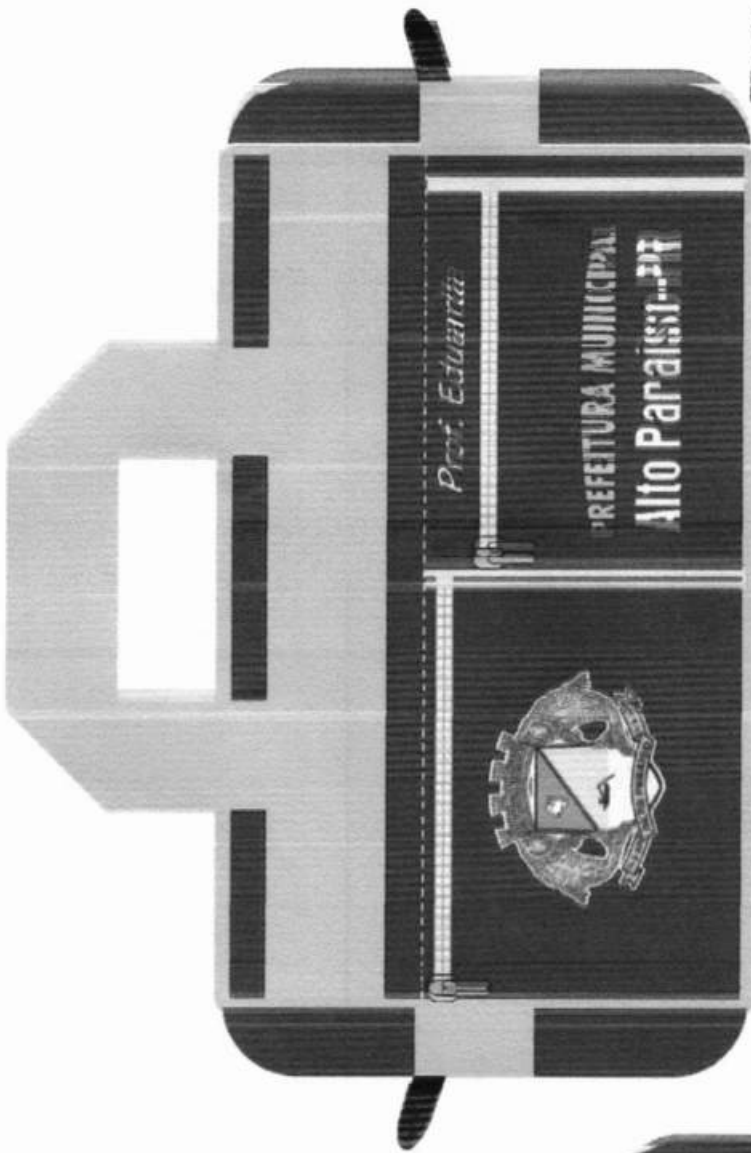
Item 11

PREFEITURA MUNICIPAL
Alto Paraíso-PR

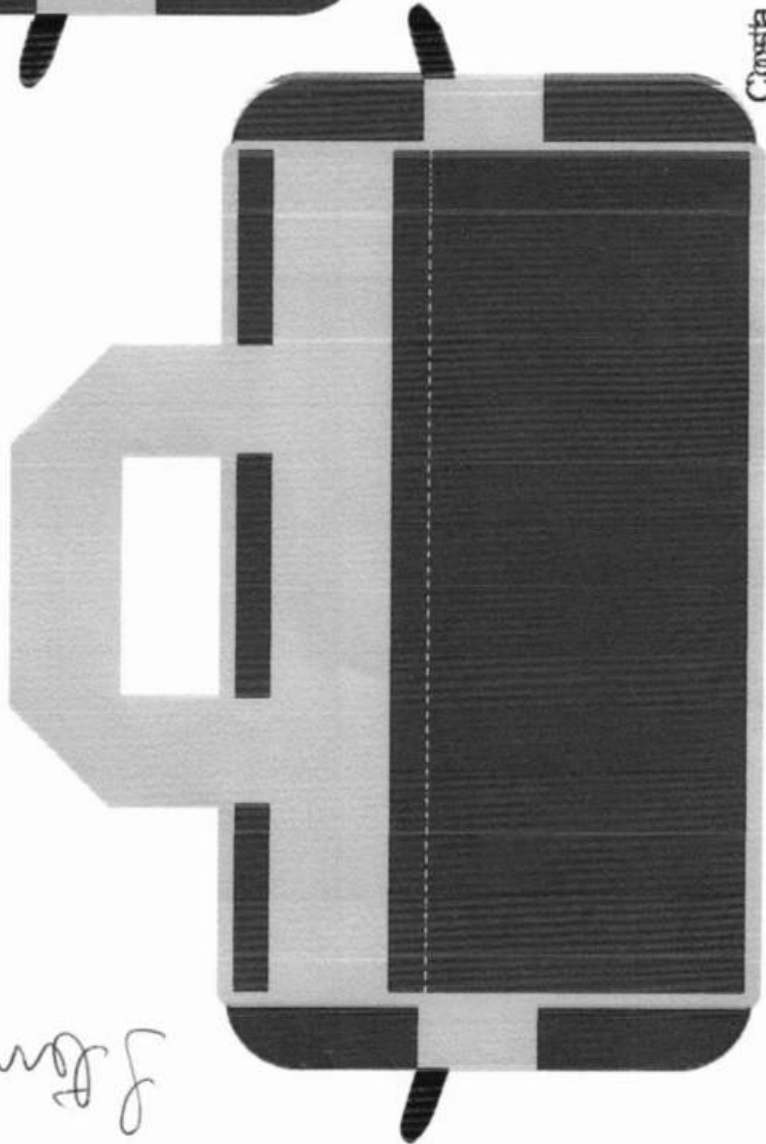


Item 9.

Frente



Costa

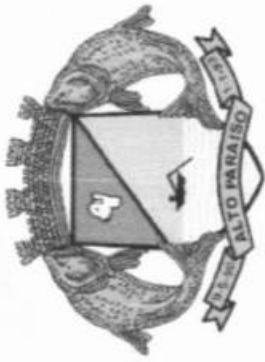


Item 10



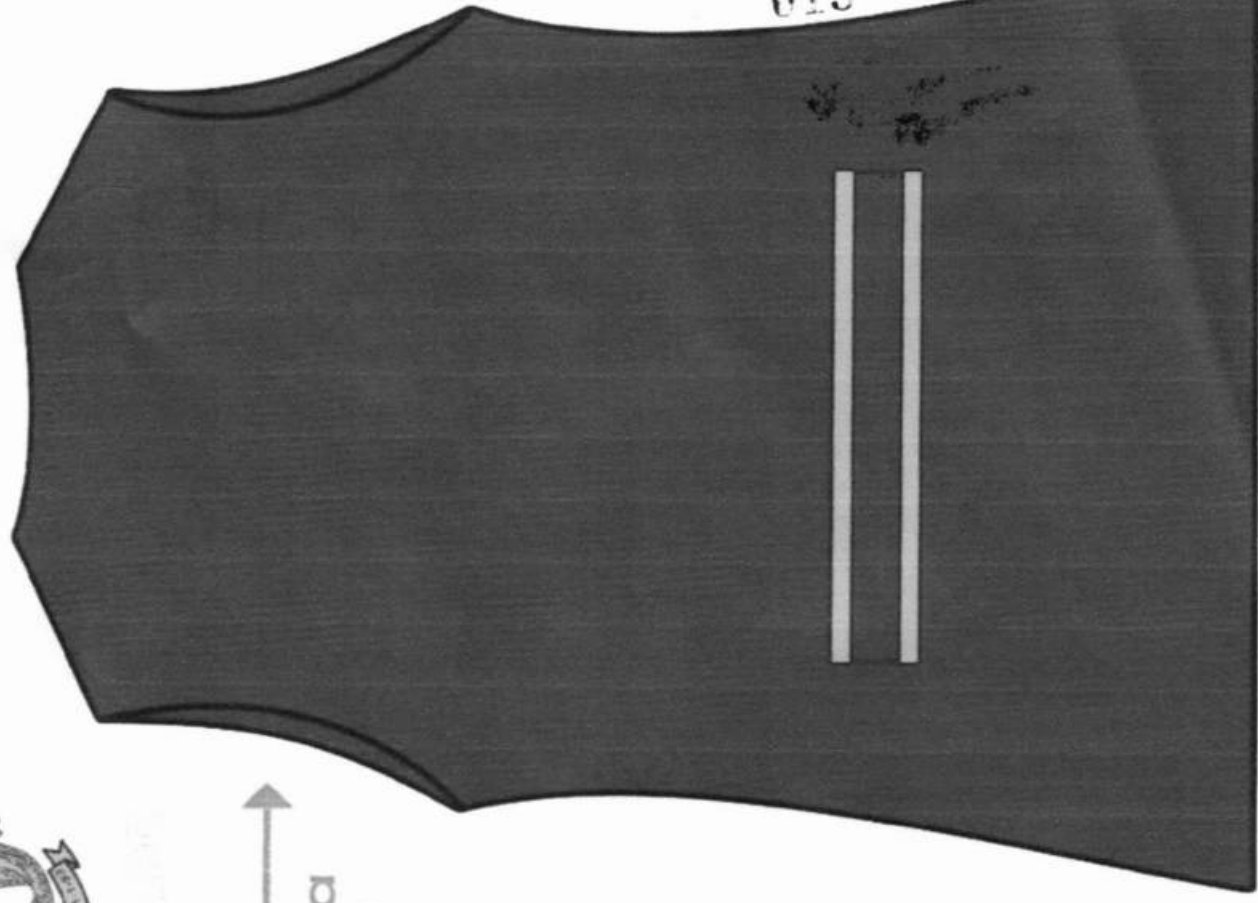
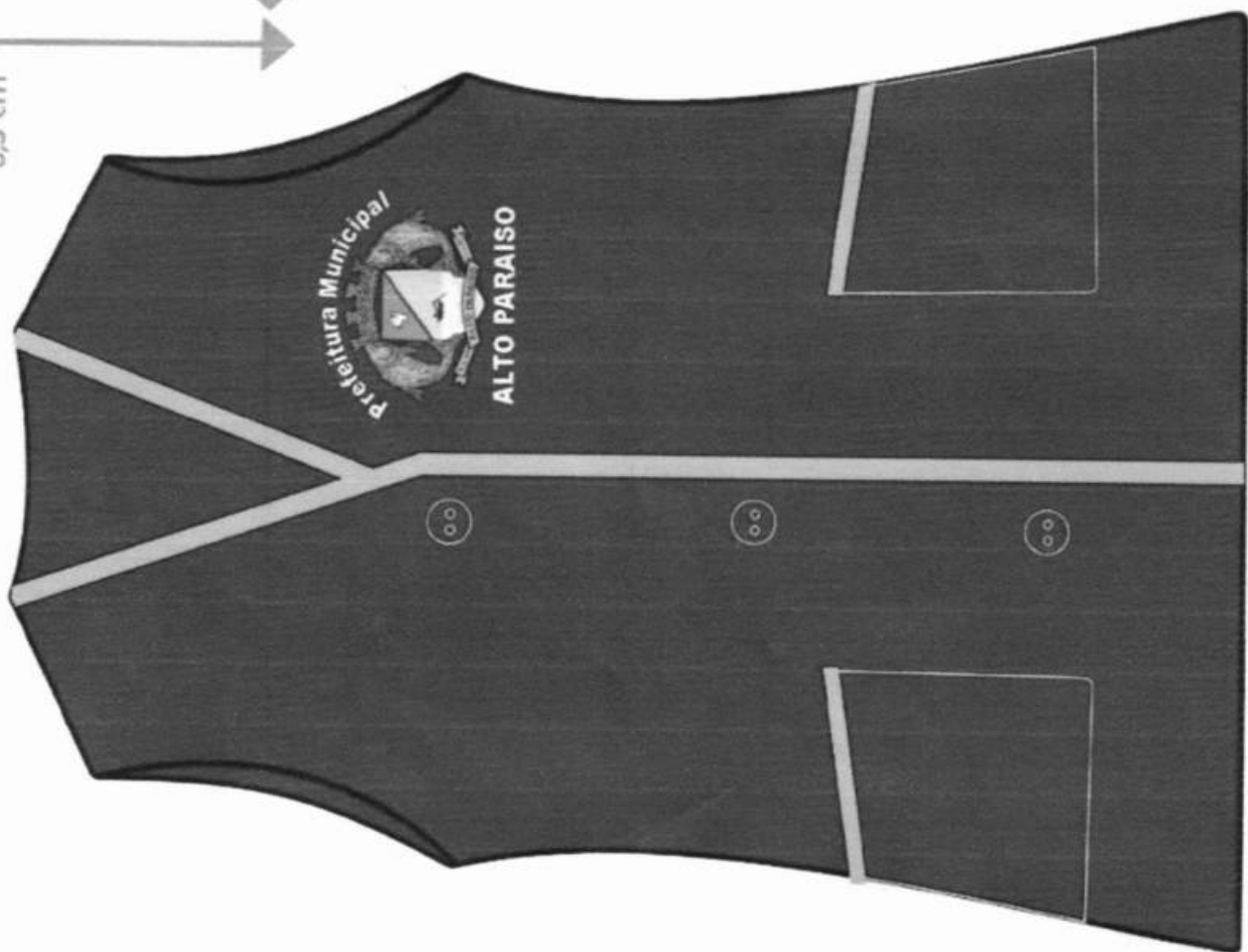
015

13.
fig. 13.



Largura
7,5 cm

Largura
8,5 cm





O Tênis deve ser fabricado no processo de montagem ensacada, com fixação da palmilha ao cabedal pelo processo de costura Strobel (Overloque) e após ser AUTOCILAVADO, com vulcanização direta da borracha da banda lateral no solado e na lona do cabedal. Por se tratar de um produto em produção fabril, exige-se que as dimensões dos calçados acompanham os padrões comerciais baseados na escala francesa cujo fator de conversão é 0,66667 centímetros de número a número. A medida realizada em calçado já confeccionado deverá ser efetuada na palmilha amortecedora ou palmilha de overloque, com variação permitida de 3% (+/-). Deve ter o Brásão do órgão aplicado na tira do velcro. A marca da amostra deverá ser a mesma constante na proposta de preços junto com os laudos e consequentemente deverá permanecer inalterada durante toda a vigência da ata de registro de preços, sob pena de desclassificação e/ou cancelamento da

A Especificação e normas técnicas a seguir descritas estão em conformidade com a ABNT NBR 16473 - Conforto em calçados escolares - requisitos, normas e ensaios - primeira edição 11.04.2016

02. TÊNIS COM VELCRO - DESCRIÇÃO MÍNIMA: TÊNIS EM VELCRO PERSONALIZADO MAIOR DESCRIÇÃO EM ANEXO.

11 - AMOSTRAS - As amostras deverão ser apresentadas nos números: 1 par número 34, 1 par número 37 e 1 par número 41, para análise dos materiais utilizados, deverão acompanhar as amostras os insusos usados na fabricação dos calçados tais como: 1 par de solado, 1 par de palmilha amortecedora, amostra da lona do cabedal, sarja, forro com espuma estes itens de preferência amostra no tamanho A4, biquelira, sobre biquelira, banda lateral, ilhoses, contraforte, debum, cadarço(s), palmilha de overloque. Estas materiais serão submetidos à análise em laboratório juntamente com as amostras, se necessidade houver, para avaliação da conformidade dos insusos e cores conforme especificações, normas técnicas e valores para aceitabilidade dos materiais descritos neste EDITAL.

1/10/2016

1/10m
F.

PROJETO BÁSICO - LOTE II

01. TÊNIS EM CADARÇO - DESCRIÇÃO MÍNIMA: TÊNIS EM CADARÇO PERSONALIZADO MAIOR DESCRIÇÃO EM ANEXO.

A Especificação e normas técnicas a seguir descritas estão em conformidade com a ABNT NBR 16473 - Conforto em calçados escolares - requisitos, normas e ensaios - primeira edição 11.04.2016

O Tênis deve ser fabricado no processo de montagem ensacada, com fixação da palmilha ao cabedal pelo processo de costura Strobel (Overloque) e após ser AUTOCOLAVADO, com vulcanização direta da borracha da banda lateral no solado e na lona do cabedal.

Por se tratar de um produto em produção fabril, exige-se que as dimensões dos calçados acompanham os padrões comerciais baseados na escala francesa cujo fator de conversão é 0,66667 centímetros de número a número. A medida realizada em calçado já confeccionado deverá ser efetuada na palmilha amortecedora ou palmilha de overloque, com variação permitida de 3% (+/-). Deve ter o Brasaço do órgão aplicado na lateral do tênis. A marca da amostra deverá ser a mesma constante na proposta de preços junto com os laudos e consequentemente deverá permanecer inalterada durante toda a vigência da ata de registro de preços, sob pena de desclassificação e/ou cancelamento da ata.



Vista externa (Foto Ilustrativa)

1 - COR E MATERIAL DO CABEDAL E LINGUETA - A gaspea do cabedal, laterais e lingueta, deverão ser de lona 100% algodão, de no mínimo 300 gramas por metro quadrado, na cor Azul semelhante ao Pantone 19-3920 TPX, devendo estar dublada com quadrago, na cor Azul semelhante ao Pantone 19-3920 TPX, devendo estar dublada com

8 - AMOSTRAS - As amostras de fibra de algodão utilizadas nos números: 1 par número 18 e 1 par número 22, para análise dos materiais utilizados, deverão acompanhar as amostras os insumos usados na fabricação dos calçados tais como: 1 par de solado, 1 par de palmilha amortecedora, amostra de lona de cabedal, sapato como figura 1, estes três itens de preferência amostra no tamanho A4, biqueira, sobre biqueira, bated lateral, ilhoses, contraforte, debrum, cadarço(s), palmilha de overloque. Estes materiais serão submetidos à análise em laboratório juntamente com as amostras, se necessidade houver, para avaliação da conformidade dos insumos e cores conforme especificações, normas técnicas e valores para aceitabilidade dos materiais descritos neste EDITAL.

(Foto illustrativa)

CABDAL confeccionado em sintético PVC com no mínimo 1,5 milímetros de espessura, na cor Preto, este sintético deverá estar dublado com malha termo ponto gomada na cor Preta com no mínimo 220 gm p/m², o cabedal deverá sofrer um processo de Solda eletrônica por alta frequência para gravar reforços nas bordas do cabedal e gravar o friso colorido que deverá ser da cor cinza semelhante ao Pantone 16-5803 TPX, o fechamento será de velcro, haverá e de mon cor, ajuste no pé do usuário para melhor segurança no caminhar. A numeração das amostras a parte no pé do usuário de 16-5803 TPX, ou seja, exemplo: 12/13, 14/15, 16/17, 18/19, 20/21 e assim por diante.

ANEXO.

03. SANDALIA - DESCRICAO MINIMA: SANDALIA PERSONALIZADA MAIOR DESCRICAO BM

1 - Detalhes do cabedal - Confeccionado em laminado sintético com espessura de no mínimo 1,5 mm, com base de fios de poliéster, gramatura final mínima 750 gm p/m², solda eletrônica por alta frequência e dublado com malha termo ponto gomada na cor Preta com no mínimo 220 gm p/m², tudo conforme mencionado nas considerações gerais (Item anterior), devendo ser colocado o Brasoão e o Nome do órgão em serigrafia conforme ilustração abaixo.



conforme ilustração abaixo.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

019

DO.: DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

PARA: DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

REF.: SOLICITAÇÃO DE SALDO

Solicito informar se há saldo de dotação e que, se a resposta for sim, que seja na mesma hora, realizado a reserva da mesma visando a **“CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FABRICAÇÃO DE MATERIAIS PERSONALIZADOS DO TIPO UNIFORMES, CALÇADOS, MOCHILAS, BOLSA E ESTOJOS, DESTINADOS A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CONFORME ANEXO I – (TERMO DE REFERÊNCIA) DESTE EDITAL”**, num valor aproximado de R\$ 441.899,50 (quatrocentos e quarenta e um mil oitocentos e noventa e nove reais e cinquenta centavos).

Ainda para fim do cumprimento do parágrafo 3º, Art. 1º do Decreto Federal nº 10.024/2019, fazer indicação de recursos da espécie.

Alto Paraíso - PR, 11 de Setembro de 2023.

JOB REZENDE NETO
Secretario de Administração



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

COMUNICAÇÃO INTERNA

DE: Departamento de Contabilidade.

PARA: Secretaria de Administração.

REF.: CLASSIFICAÇÃO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, RESERVA DE SALDO E CONFIRMAÇÃO DE SALDO.

Vimos através desta informar a classificação orçamentária e confirmação do saldo do processo licitatório discriminado a seguir:

Objeto:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FABRICAÇÃO DE MATERIAIS PERSONALIZADOS DO TIPO UNIFORMES, CALÇADOS, MOCHILAS, BOLSA E ESTOJOS, DESTINADO A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CONFORME ANEXO I – (TERMO DE REFERÊNCIA) DESTE EDITAL.
Valor Estimado – R\$:	R\$ 441.899,50 (quatrocentos e quarenta e um mil oitocentos e noventa e nove reais e cinquenta centavos).

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DESP.	ELEMENTO	DESCRIÇÃO	FUNCIONAL	DEPARTAMENTO
4269	339030230000	MATERIAL DE UNIFORMES, TECIDOS E AVIA	07.02..12.361.0007.2.022	DIVISAO DE EDUCACAO
4307	339030230000	MATERIAL DE UNIFORMES, TECIDOS E AVIA	07.02..12.361.0007.2.022	DIVISAO DE EDUCACAO
4345	339030230000	MATERIAL DE UNIFORMES, TECIDOS E AVIA	07.02..12.361.0007.2.022	DIVISAO DE EDUCACAO
4383	339030230000	MATERIAL DE UNIFORMES, TECIDOS E AVIA	07.02..12.361.0007.2.022	DIVISAO DE EDUCACAO
4406	339032040000	MATERIAL EDUCACIONAL E CULTURAL	07.02..12.361.0007.2.022	DIVISAO DE EDUCACAO
4412	339032040000	MATERIAL EDUCACIONAL E CULTURAL	07.02..12.361.0007.2.022	DIVISAO DE EDUCACAO
4418	339032040000	MATERIAL EDUCACIONAL E CULTURAL	07.02..12.361.0007.2.022	DIVISAO DE EDUCACAO
4424	339032040000	MATERIAL EDUCACIONAL E CULTURAL	07.02..12.361.0007.2.022	DIVISAO DE EDUCACAO
4430	339032040000	MATERIAL EDUCACIONAL E CULTURAL	07.02..12.361.0007.2.022	DIVISAO DE EDUCACAO
5942	339030230000	MATERIAL DE UNIFORMES, TECIDOS E AVIA	07.02..12.365.0007.2.032	DIVISAO DE EDUCACAO
5980	339030230000	MATERIAL DE UNIFORMES, TECIDOS E AVIA	07.02..12.365.0007.2.032	DIVISAO DE EDUCACAO
6018	339030230000	MATERIAL DE UNIFORMES, TECIDOS E AVIA	07.02..12.365.0007.2.032	DIVISAO DE EDUCACAO
6056	339030230000	MATERIAL DE UNIFORMES, TECIDOS E AVIA	07.02..12.365.0007.2.032	DIVISAO DE EDUCACAO
6079	339032040000	MATERIAL EDUCACIONAL E CULTURAL	07.02..12.365.0007.2.032	DIVISAO DE EDUCACAO

**Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR****CNPJ 95.640.736/0001-30****Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320**

6085	339032040000	MATERIAL EDUCACIONAL E CULTURAL	07.02..12.365.0007.2.032	DIVISAO DE EDUCACAO
6091	339032040000	MATERIAL EDUCACIONAL E CULTURAL	07.02..12.365.0007.2.032	DIVISAO DE EDUCACAO
6097	339032040000	MATERIAL EDUCACIONAL E CULTURAL	07.02..12.365.0007.2.032	DIVISAO DE EDUCACAO
6103	339032040000	MATERIAL EDUCACIONAL E CULTURAL	07.02..12.365.0007.2.032	DIVISAO DE EDUCACAO

Ressaltamos que, para fins de atendimento ao Decreto Federal 10.024/2019, as dotações transcritas acima podem possuir recursos provenientes de transferências voluntárias.

Alto Paraíso – PR., 11 de Setembro de 2023.


RENATO APARECIDO GONÇALVES JORGE
Contador



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaiso@pref.pr.gov.br

022

Alto Paraíso - PR, 11 de Setembro de 2023.

Exmo. Sr.

DERCIO JARDIM JUNIOR

DD. Prefeito do Município de Alto Paraíso

NESTA

Senhor Prefeito,

Pelo presente, solicito autorização de Vossa Excelência para a aquisição abaixo descrita:

“CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FABRICAÇÃO DE MATERIAIS PERSONALIZADOS DO TIPO UNIFORMES, CALÇADOS, MOCHILAS, BOLSA E ESTOJOS, DESTINADOS A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CONFORME ANEXO I – (TERMO DE REFERÊNCIA) DESTES EDITAL”, num valor aproximado de R\$ 441.899,50 (quatrocentos e quarenta e um mil oitocentos e noventa e nove reais e cinquenta centavos), no qual já foi efetuada a reserva da dotação pelo contador.

Para cobertura das despesas com o presente, será utilizada dotação:

Necessário a realização de abertura de procedimento licitatório na modalidade de: Pregão-Eletrônico.

Sendo só o que se apresenta para o momento,

JOB REZENDE NETO

Secretario Geral de Administração

Autorizo, cumprida a formalidade legal. Encaminha-se ao Setor de Licitação para providência em: 11/09/2023.

DERCIO JARDIM JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

023

JUSTIFICATIVA

O presente processo trata de **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FABRICAÇÃO DE MATERIAIS PERSONALIZADOS DO TIPO UNIFORMES, CALÇADOS, MOCHILAS, BOLSA E ESTOJOS, DESTINADOS A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CONFORME ANEXO I – (TERMO DE REFERÊNCIA) DESTE EDITAL.**

A imprescindibilidade da contratação já foi justificada pela secretária de saúde.

O valor máximo a ser pago será de R\$ 441.899,50 (quatrocentos e quarenta e um mil oitocentos e noventa e nove reais e cinqüenta centavos), de acordo com a cotação enviada, dando-se desta forma cumprimento ao disposto no artigo 43, IV da Lei 8.666/93 e terá vigência de 12 meses.

O Departamento de Contabilidade informou a existência e a reserva de saldo de dotação para a contratação pretendida.

Diante disto, são essas as nossas justificativas para, com fundamento nas Leis 8.666/93, 10.520/02 e demais regramentos pertinentes realizar licitação para aquisição mencionada.

Alto Paraíso - PR, 11 de Setembro de 2023.

Valdemir Ribeiro Sparapan
Pregoeiro



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

024

PORTARIA N.º 073/2023

DATA: 29/03/2023

AUTORIA: Executivo Municipal

SÚMULA: Nomeia Pregoeiro e Altera Equipe de Apoio do Município de Alto Paraíso para o exercício de 2023/2024.

O Prefeito Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

1º) Nomear os Sr (a)s para comporem a Equipe de Apoio do Município de Alto Paraíso, a fim de oferecerem suporte para o Pregoeiro do Município, nomeando as pessoas abaixo relacionadas:

Pregoeiro: Valdemir Ribeiro Sparapan, CPF nº 005.876.549-29;

Secretário: Ueslei Gonçalves Rodrigues da Silva, CPF nº 066.334.889-71;

Membros: Cinthia Laize Zagoto, CPF Nº 018.315.769-96;

Márcia Juliana Nogueira da Silva CPF nº 031.550.829-92; e

Marilda Rosa do Nascimento da Silva CPF nº 033.220.759-58

2º). Esta portaria terá vigência de 01(um) ano a partir desta data.

3º). Fica revogado a Portaria 095/2022.

4º). Esta portaria entrará em vigor a partir do dia 01 de Abril de 2023.

Edifício da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso,
Estado do Paraná, aos 29 (vinte e nove) dias do mês de Março de 2023.

DÉRCIO JARDIM JÚNIOR
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO JORNAL
UMUARAMA ILUSTRADO
ÓRGÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO
EM 30 / 03 2023
Edição N.º 12691



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000
Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320
e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 087/2023

PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 059/2023

A Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, com sede na Av. Pedro Amaro dos Santos, nº 900, torna público que realizará no local e data abaixo, Certame licitatório na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE. Objetivando a **“CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FABRICAÇÃO DE MATERIAIS PERSONALIZADOS DO TIPO UNIFORMES, CALÇADOS, MOCHILAS, BOLSA E ESTOJOS, DESTINADO A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CONFORME ANEXO I – (TERMO DE REFERÊNCIA) DESTE EDITAL”**. A qual será redigida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto nº 10.024/2019, que regulamentam a licitação na modalidade Pregão, na forma eletrônica, bem como, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, da Lei Complementar 123/2006, Lei Complementar 147/2014 e alterações posteriores, demais normas vigentes e aplicáveis ao objeto da presente licitação e pelas condições do presente Edital.

1. DA LICITAÇÃO

1.1. OBJETO: É objeto da presente licitação a **“CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FABRICAÇÃO DE MATERIAIS PERSONALIZADOS DO TIPO UNIFORMES, CALÇADOS, MOCHILAS, BOLSA E ESTOJOS, DESTINADO A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CONFORME ANEXO I – (TERMO DE REFERÊNCIA) DESTE EDITAL”**, conforme descritos e especificados no Anexo I deste instrumento convocatório.

1.2. LOCAL, DATA E HORÁRIO PARA RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS:

1.2.1. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08h00min horas do dia 25/09/2023

1.2.2. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08h01min às 08h30min horas do dia 25/09/2023

1.2.3. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 08h31min horas do dia 25/09/2023.

1.2.4. REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

1.2.5. LOCAL: www.bll.org.br “Acesso Identificado”.

1.2.6. FORMA DE JULGAMENTO: Menor preço por Lote.

1.2.7. INFORMAÇÕES:

1.2.7.1. Endereço: Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Centro – Alto Paraíso – PR.

1.2.7.2. Pregoeiro: Valdemir Ribeiro Sparapan

1.2.7.3. E-mail: licitacaoaltoparaíso@yahoo.com.br

1.2.7.4. Telefone: (44) 3664-1320 – Ramal 215.

1.3. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000
Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320
e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

026

1.3.1. O Pregão, na forma Eletrônica será realizado em sessão pública, por meio da **INTERNET**, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do **Sistema de Pregão, na Forma Eletrônica (licitações) da Bolsa de Licitações e Leilões**.

1.3.2. Os trabalhos serão conduzidos por funcionário do MUNICÍPIO DE Alto Paraíso - denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo constante da página eletrônica da **Bolsa de Licitações e Leilões (www.bll.org.br)**.

2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar desta licitação todas e quaisquer empresas especializadas do ramo (objeto contratual previsto no contrato social da empresa) que atendam às condições estabelecidas neste edital.

2.2. Esta licitação é de ampla concorrência.

2.3. Não poderá participar direta ou indiretamente da licitação e do fornecimento de bens necessários:

2.3.1. Quem tiver sido declarada inidônea, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, e/ou esteja cumprindo sanção de suspensão temporária para licitar ou contratar com a Administração Pública, direta e indireta, da União, Estados, Distrito Federal ou Municípios.

2.3.2. Quem estiver sobre processo de Falência ou de Recuperação Judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação, empresas estrangeiras que não funcionam no país;

2.3.2.1. No caso de empresa em recuperação judicial, ressalva-se a possibilidade da participação desde que apresente certidão emitida pela instância judicial competente, a qual certificará que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimentos licitatórios, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93.

2.2.3. Consórcio de proponentes

2.4. Para participar da licitação a proponente deverá se credenciar de forma direta à Bolsa de Licitações do Brasil - BLL, até no máximo uma hora antes do horário fixado no edital para o recebimento das propostas e dos documentos de habilitação, conforme dispõe o Art. 9º, § 1º, do Decreto nº 10.024/2019:

Art. 9º. A autoridade competente do órgão ou da entidade promotora da licitação, o pregoeiro, os membros da equipe de apoio e os licitantes que participarem do pregão, na forma eletrônica, serão previamente credenciados, perante o provedor do sistema eletrônico.

§1º O credenciamento para acesso ao sistema ocorrerá pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000
 Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320
 e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

2.5. A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio de digitação da chave e senha, pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observado data e horário limite estabelecidos.

OBS.: a informação dos dados para acesso deve ser feita na página inicial do site www.bll.org.br, opção “Acesso Identificado”.

2.6. Caberá ao licitante interessado em participar do pregão, na forma eletrônica, responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros, em atendimento ao art. 19, inciso III do Decreto 10.024/2019.

2.7. A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado, por iniciativa da Bolsa de Licitações do Brasil, devidamente justificada.

2.8. A licitante deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

2.9. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecida pela Bolsa de Licitações do Brasil – BLL, através do telefone (41) 3097-4600 ou e-mail contato@bll.org.br.

3. DA DISPONIBILIDADE E AQUISIÇÃO DO EDITAL

3.1. O presente edital poderá ser adquirido no endereço eletrônico www.altoparaíso.pr.gov.br em “Processos Licitatórios” ou em (www.bll.org.br).

3.2. Sem prejuízo das publicações necessárias, qualquer alteração, modificação ou informação referente ao edital em questão, estarão disponíveis nos sites supracitados, cabendo aos interessados inteira responsabilidade em acompanhar as informações prestadas pelo Município e pela BLL, não cabendo aos mesmos, alegar desconhecimento sobre quaisquer informações prestadas com referência ao edital em questão.

4. DO CREDENCIAMENTO NO APLICATIVO LICITAÇÕES

4.1. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferível), obtidas junto à BLL – Bolsas de Licitações e Leilões, fone: (41) 3042- 9909.

4.2. A chave de identificação e a senha terão validade de 01 (um) ano e poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da **BLL - Bolsa de Licitações e Leilões** ou pela Prefeitura do Município de Alto Paraíso, devidamente justificada.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000
 Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320
 e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

4.3. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante.

4.4. O credenciamento do fornecedor e de seu representante, junto ao Sistema Eletrônico, implica na responsabilidade legal pelos atos praticados e a capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

5. DO REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

5.1. O certame será conduzido pelo Pregoeiro, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- a) Acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
- b) Responder às questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
- c) Abrir as propostas de preços;
- d) Analisar a aceitabilidade das propostas;
- e) Desclassificar propostas indicando os motivos;
- f) Conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
- g) Verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
- h) Declarar o vencedor;
- i) Receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
- j) Elaborar a ata da sessão;
- k) Encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;

6. DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1. A Licitante deverá **cadastrar em campo próprio da plataforma BLL**, sua proposta devidamente preenchida, marca dos produtos cotados e preços, **vedada a identificação do proponente no sistema**, em qualquer hipótese, antes do término da fase competitiva do pregão (Decreto 10.024/19, art. 30, parágrafo 5º), sob pena de desclassificação.

6.2. Os valores registrados na plataforma da BLL **deverão considerar valor unitário**, uma vez que as rodadas de lance serão realizadas nestes termos.

6.3. A proposta deverá ser elaborada considerando as condições estabelecidas neste edital e seu(s) anexo(s). A não inserção da marca/modelo (quando houver) do produto implicará na desclassificação da Empresa, face à ausência de informação suficiente para classificação da proposta. **Caso a proponente seja a fabricante do produto deverá constar no campo "marca" o termo "própria", para evitar a identificação da empresa.**

6.4. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

6.5. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

6.6. A proposta apresentada e os lances formulados deverão incluir todas e quaisquer despesas necessárias para o objeto desta licitação, tais como: tributos, fretes, seguros e demais despesas inerentes ao produto até sua entrega no local fixado pela Secretaria



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

solicitante, devendo o preço ofertado corresponder, rigorosamente, às especificações do objeto licitado.

6.7. Não será aceita cobrança posterior de qualquer tributo ou assemelhado adicional, salvo se alterado ou criado após a data de abertura desta licitação e que venha expressamente a incidir sobre o objeto desta licitação, na forma da Lei.

6.8. O licitante declarará, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital.

6.9. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.10. Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou da legislação em vigor.

6.11. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6.12. O licitante, quando do cadastramento da proposta inicial de preço, deverá verificar nos dados cadastrais se assinalou o regime ME/EPP no sistema, conforme o seu regime de tributação, para fazer valer o direito de prioridade do desempate previsto no art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

7. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1. Habilitação imediata das Arrematantes

7.1.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente os documentos de habilitação exigidos, devendo realizar **upload dos documentos relacionados nos itens 7.2, 7.3, 7.4, 7.5 e 7.6 deste edital**, no prazo estabelecido no item 1.2.1, que servirão para **adjudicação**, bem como para justificativa de possíveis desclassificações.

7.1.2. Quando um item for arrematado, o Pregoeiro realizará a conferência da documentação para comprovação da habilitação. Caso a empresa não tenha realizado o procedimento exigido no item 7.1.1, a mesma será considerada inabilitada.

7.1.2.1. Esses documentos só estarão disponíveis aos licitantes, após o encerramento da disputa do Pregão.

7.1.3 Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para a habilitação deverão estar em nome da licitante, dentro de seu prazo de validade e, preferencialmente, com o número do CNPJ e com o endereço respectivo;

7.1.4. Sendo a licitante **matriz**, todos os documentos deverão estar em seu nome;

7.1.5. Sendo a licitante **filial**, todos os documentos deverão estar em seu nome, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

7.1.6. Serão dispensados da apresentação de documentos com o número do CNPJ da **filial** aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da **matriz**, como é o caso da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e da Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais.

7.1.7. A documentação exigida deverá ser obrigatoriamente da empresa que lançará a Nota Fiscal/Fatura.

7.1.8. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

7.1.8.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.1.8.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto no item 7.1.8.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

7.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

7.2.1. Comprovação da existência, quadro societário e qualificação da pessoa jurídica por meio de:

7.2.1.1. Registro comercial, no caso de empresa individual;

7.2.1.2. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado (cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto licitado), em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. No caso de Contrato Social o mesmo deverá estar acompanhado de todas as alterações ou da respectiva consolidação;

7.2.1.3. Inscrição do ato constitutivo no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

7.2.1.4. Certificado de Condição de Microempreendedor Individual, no caso de Microempreendedor Individual – MEI. (ATO CONSTITUTIVO ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL)

7.3. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

7.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ); (CADASTRO CNPJ).

7.3.2. Certidão Conjunta Negativa, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito de Negativa, de Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Economia, comprovando a regularidade para com a Fazenda Federal, inclusive com as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212/1991; (CERTIDÃO CONJUNTA DE DEBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS).

7.3.3. Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pelo Estado do domicílio ou sede do licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Estadual; (CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DEBITOS COM A FAZENDA ESTADUAL).

7.3.4. Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de negativa, expedido pelo Município do domicílio ou sede do licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Municipal; (CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DEBITOS COM A FAZENDA MUNICIPAL).

7.3.5. Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal – CEF, comprovando a regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. (CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DEBITOS PARA COM O FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO - FGTS).

7.3.6. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pelos portais da Justiça do Trabalho (Tribunal Superior do Trabalho, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e dos Tribunais Regionais do Trabalho). (CERTIDÃO NEGATIVA DE DEBITOS TRABALHISTAS CNDT).

7.3.7. Alvará de Localização e Funcionamento da empresa, bem como também Alvará Sanitário, ambos devidamente vigentes;

7.3.8. Alvará de Licença (LA) da empresa, devidamente vigente para fins de comprovação de respeitabilidade a legislação ambiental;

7.3.9. Licença de Operação de Reregularização junto ao Instituto Água e Terra – IAT, para atividades têxtil, conforme Art. 8º, Inciso III da Resolução nº 237/97 – Conama e Artigo 3º, Inciso VI da Resolução nº 102/2019 – CEMA, em nome da proponente.

7.3.9.1. ANEXO 1 – Resolução Conama 237-1997 - ATIVIDADES OU EMPREENDIMENTOS SUJEITOS AO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Indústria têxtil, de vestuário, calçados e artefatos de tecidos

- beneficiamento de fibras têxteis, vegetais, de origem animal e sintéticos;
- fabricação e acabamento de fios e tecidos;
- tingimento, estamparia e outros acabamentos em peças do vestuário e artigos diversos de tecidos;
- fabricação de calçados e componentes para calçados.

7.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

7.4.1. **Certidão Negativa de Falência** expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica a menos de 90 (noventa) dias da data de recebimento dos envelopes prevista no preâmbulo deste Edital, caso não houver menção quanto ao prazo de validade.

7.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

7.5.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento, por meio da apresentação de atestado/declaração de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado. **este atestado deverá ser elaborado em papel timbrado da emitente do mesmo, deve conter o nome, endereço e o telefone de contato dos atestadores, ou qualquer outro meio com o qual o licitador possa valer-se para manter contato com as pessoas declarantes. Devidamente assinado e carimbado).**

7.6. OUTRAS COMPROVAÇÕES:

7.6.1. Para comprovação de enquadramento de empresa ME ou EPP, beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, a empresa deverá apresentar declaração firmada pelo representante legal da empresa ou por contador ou certidão simplificada, expedida pela Junta Comercial, com prazo de validade de até 90(noventa) dias a contar da data de emissão.

7.6.2. Termo de Declarações, subscrita por seu representante legal, de: Cumprimento dos Requisitos de Habilitação; Que cumpre o art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal; Inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração; Capacidade de Fornecimento, nas condições necessárias ao cumprimento do objeto desta licitação; Que não existe em seu quadro de empregados servidores públicos da contratante exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão, na forma do art. 9º, inciso III da Lei Federal nº 8.666/93, conforme modelo constante do Anexo IV. (TERMO DE DECLARAÇÕES).

7.6.2.1. Em caso de incongruências no documento apresentado/anexado, o Pregoeiro poderá solicitar manifestação do representante da empresa na Plataforma BLL, quanto as declarações contidas no referido termo. O prazo para a manifestação será informado pelo Pregoeiro na Plataforma. Manifestações ocorridas fora do prazo estipulado serão desconsideradas. Não se aplica este subitem para licitantes que não anexaram o documento.

7.6.3. Instrumento de mandato respectivo: Procuração/credenciamento, conforme Anexo II, caso o responsável pela assinatura do documento, não faça parte do quadro societário ou não esteja cadastrado como representante da empresa na Plataforma BLL. (PROCURAÇÃO).

8. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS AJUSTADA

8.1. A Empresa vencedora, deverá enviar (anexar) junto ao sistema - Plataforma BLL ou por e-mail no seguinte endereço: licitacaoaltoparaíso@yhao.com.br, a Proposta de Preços escrita (modelo Anexo III), com o(s) valor(es) oferecido(s) após a etapa de lances, em 01 (uma) via, rubricada em todas as folhas e a última assinada pelo Representante Legal da Empresa citado nos documentos de habilitação, em linguagem concisa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, contendo Razão Social, CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, Inscrição Estadual, endereço completo, número de telefone e fax, número de agência de conta



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000
 Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320
 e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

bancária, **no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas, após encerramento do certame.**

8.2 Na proposta escrita, deverá conter:

- a) Especificação completa dos produtos oferecidos com informações técnicas que possibilitem a sua completa avaliação e indicação das marcas/modelos, totalmente conforme descrito no **ANEXO I** deste Edital;
- b) O prazo de validade da proposta que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da abertura das propostas virtuais;
- c) Declaração expressa de que nos preços estão incluídos todos os custos diretos e indiretos, impostos, lucro empresarial, tributos incidentes, seguro, frete e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste edital e seus anexos.
- d) Data e assinatura do Representante Legal da proponente.

9. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DO ENVIO DE LANCES

9.1 DISPUTA NO SISTEMA ABERTO

Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto” inciso I do caput do art. 31, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

9.2 A partir do horário previsto no Edital e no sistema terão início à sessão pública do pregão – sistema registro de preços, na forma eletrônica, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro (a) a avaliar a aceitabilidade das propostas.

9.3 Aberta a etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

9.4 A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

9.5 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

9.6 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

9.7 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Pregoeiro (a), assessorado (a) pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço disposto no parágrafo único do art. 7º, mediante justificativa.

- ➔ Lote/item é enviado para disputa;
- ➔ Lote/item ficará em disputa durante 10 minutos;
- ➔ Ao final dos 10 minutos, inicia-se prorrogação automática de 2 em 2 minutos.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

9.8 O intervalo mínimo de diferença de valores/ ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta. Conforme artigo 31, parágrafo único do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019.

9.9 O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

9.10 Só serão aceitos lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.

9.11 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

9.12 As propostas não deverão estar com valores superiores ao máximo fixado no Edital (REFERENTE AO VALOR UNITÁRIO DO ITEM) e não havendo lances com valores iguais ou inferiores, serão desclassificados.

9.13 Fica a critério do Pregoeiro(a) a autorização da correção de lances com valores digitados errados ou situação semelhante, mesmo que antes do início da disputa de lances.

9.14 Durante o transcurso da sessão pública os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.

9.15 No caso de desconexão com o Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, na Forma Eletrônica, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro(a), quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados.

9.16 Quando a desconexão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do Pregão, na Forma Eletrônica será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos operadores representantes dos participantes, através de mensagem eletrônica (e-mail) divulgando data e hora da reabertura da sessão.

9.17 O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo Pregoeiro (a) acerca da aceitação do lance de menor valor.

9.18 A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto).

9.19 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

- a) no País;
- b) por empresas brasileiras;



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

- c) por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d) por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

9.20 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

9.21 Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro (a) examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital. Também nessa etapa o Pregoeiro (a) poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor.

9.22 Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a contratação.

10. DO JULGAMENTO E DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

10.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

10.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.3. Encerrada a etapa de negociação o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação no edital e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do item 7 deste edital.

10.4. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado no Anexo I deste edital.

10.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

10.6. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

10.7. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatória, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital. Também nessa etapa o Pregoeiro poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

10.7.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.8. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

10.9. Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a contratação.

10.10. Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital e inexistindo interposição de recursos, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço, ficando o arrematante declarado vencedor.

11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1. Qualquer pessoa poderá solicitar impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, em campo específico da plataforma BLL, **até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura da sessão pública.**

11.2. A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação **no prazo de 02 (dois) dias úteis**, contado da data de recebimento da impugnação.

11.3. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11.4. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados exclusivamente por meio eletrônico, em campo específico da plataforma BLL, **até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública.**

11.5. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 02 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

11.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.6.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro (a), nos autos do processo de licitação.

11.7. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

12. DOS RECURSOS

12.1. A intenção de interpor recurso em face de decisão do pregoeiro **somente poderá ser promovida, via Sistema BLL, por qualquer licitante, após a empresa arrematante ser declarada vencedora e provisoriamente habilitada. O Pregoeiro informará o horário**



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

que a Plataforma será liberada para receber a intenção, imediatamente após declarar a(s) empresa(s) provisoriamente habilitada(s). A Plataforma, a partir do horário informado pelo Pregoeiro, ficará aberta por 20 minutos para receber as intenções resumidas.

12.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

12.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

12.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

12.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, **o prazo de 03 (três) dias corridos para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico (no campo "Interp. Recursos")**.

12.4. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, também pelo sistema eletrônico (no campo "**Contrarrazão**") **no prazo de 03(três) dias corridos**, contado da data final do prazo do recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

12.5. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.6. Não serão conhecidos os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado ou não identificado no processo para responder pela proponente.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:

13.1. Constatado o atendimento das exigências previstas no Edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação pelo próprio Pregoeiro, na hipótese de inexistência de recursos, com a posterior homologação do resultado pela Autoridade Superior.

13.2. O resultado desta licitação será publicado no Diário Oficial do Município.

13.3. A partir do ato de homologação será fixado o início do prazo de convocação da proponente adjudicatária para assinar o Contrato, respeitada a validade de sua proposta, bem como a retirada na Divisão de Licitações e Contratos.

14. DA CONTRATAÇÃO E DO PAGAMENTO

14.1. Uma vez homologado o resultado da licitação pela Autoridade Superior, o licitante vencedor será convocado a comparecer, dentro do prazo de 05 (cinco) dias após o ato convocatório, para assinatura do Contrato;



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

14.2. A contratação será celebrada com duração, **de até 12 (doze) meses**, sendo, contudo prorrogável por igual período se for de interesse da administração.

14.3. O pagamento será efetuado **em até 30 (trinta) dias, após entrega**, com a apresentação da nota fiscal/fatura na Prefeitura Municipal, à vista do respectivo Termo de Recebimento do objeto ou Recibo.

14.4. As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá após a reapresentação da mesma.

14.5. O pagamento será feito mediante crédito aberto em conta corrente em nome da Contratada.

14.6. Quando o Contratante atrasar o pagamento de contas decorrentes das contratações será aplicado o índice oficial INPC/IBGE para atualização monetária, nos termos do art. 40, inciso XIV, alínea “c”, da Lei n.º 8.666/93

14.7. Os custos das aquisições resultantes da presente licitação serão cobertos com recursos provenientes das Dotações Orçamentárias:

DESP.	ELEMENTO	DESCRIÇÃO	FUNCIONAL	DEPARTAMENTO
4269	339030230000	MATERIAL DE UNIFORMES, TECIDOS E AVIA	07.02..12.361.0007.2.022	DIVISAO DE EDUCACAO
4307	339030230000	MATERIAL DE UNIFORMES, TECIDOS E AVIA	07.02..12.361.0007.2.022	DIVISAO DE EDUCACAO
4345	339030230000	MATERIAL DE UNIFORMES, TECIDOS E AVIA	07.02..12.361.0007.2.022	DIVISAO DE EDUCACAO
4383	339030230000	MATERIAL DE UNIFORMES, TECIDOS E AVIA	07.02..12.361.0007.2.022	DIVISAO DE EDUCACAO
4406	339032040000	MATERIAL EDUCACIONAL E CULTURAL	07.02..12.361.0007.2.022	DIVISAO DE EDUCACAO
4412	339032040000	MATERIAL EDUCACIONAL E CULTURAL	07.02..12.361.0007.2.022	DIVISAO DE EDUCACAO
4418	339032040000	MATERIAL EDUCACIONAL E CULTURAL	07.02..12.361.0007.2.022	DIVISAO DE EDUCACAO
4424	339032040000	MATERIAL EDUCACIONAL E CULTURAL	07.02..12.361.0007.2.022	DIVISAO DE EDUCACAO
4430	339032040000	MATERIAL EDUCACIONAL E CULTURAL	07.02..12.361.0007.2.022	DIVISAO DE EDUCACAO
5942	339030230000	MATERIAL DE UNIFORMES, TECIDOS E AVIA	07.02..12.365.0007.2.032	DIVISAO DE EDUCACAO
5980	339030230000	MATERIAL DE UNIFORMES, TECIDOS E AVIA	07.02..12.365.0007.2.032	DIVISAO DE EDUCACAO
6018	339030230000	MATERIAL DE UNIFORMES, TECIDOS E AVIA	07.02..12.365.0007.2.032	DIVISAO DE EDUCACAO
6056	339030230000	MATERIAL DE UNIFORMES, TECIDOS E AVIA	07.02..12.365.0007.2.032	DIVISAO DE EDUCACAO
6079	339032040000	MATERIAL EDUCACIONAL E CULTURAL	07.02..12.365.0007.2.032	DIVISAO DE EDUCACAO
6085	339032040000	MATERIAL EDUCACIONAL E CULTURAL	07.02..12.365.0007.2.032	DIVISAO DE EDUCACAO
6091	339032040000	MATERIAL EDUCACIONAL E CULTURAL	07.02..12.365.0007.2.032	DIVISAO DE EDUCACAO
6097	339032040000	MATERIAL EDUCACIONAL E CULTURAL	07.02..12.365.0007.2.032	DIVISAO DE EDUCACAO
6103	339032040000	MATERIAL EDUCACIONAL E CULTURAL	07.02..12.365.0007.2.032	DIVISAO DE EDUCACAO



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

039

14.8. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária;

14.9. As notas fiscais deverão ser emitidas de acordo com a requisição de compras, com as informações contidas na Nota de Empenho, com referência de cada Programa.

14.10. As notas fiscais deverão ser encaminhadas diretamente ao Departamento de Compras.

14.11. Caso se faça necessária reapresentação de qualquer fatura por culpa da CONTRATADA, o prazo para pagamento reiniciar-se-á a contar da data da respectiva representação;

14.12. Os preços são fixos e irredutíveis.

15. DA ENTREGA, RECEBIMENTO E FISCALIZAÇÃO DOS ITENS OBJETO DO PREGÃO

15.1. Os produtos, objeto da presente licitação, deverão ser entregues no prazo de até **30 (trinta)** dias úteis, contados da solicitação de entrega emitida pelo órgão responsável, e/ou via e-mail, pelo período de até 12 (doze) meses, sendo, contudo prorrogável por igual período se for de interesse da administração, devendo este ser cumprido pela contratada, sob pena de rescisão e demais sanções previstas neste Edital e na Lei nº 8.666/93 e alterações.

15.2 – Os produtos deverão ser entregues no Local indicado na requisição de compras, correndo por conta da Contratada as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento.

15.3. O fornecedor deverá entregar os produtos de acordo com as marcas indicadas na proposta de preços.

16. DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. As licitantes estarão sujeitas às penalidades previstas na Lei Federal nº 8.666/93, 10.520/02 e Decreto nº 10.024/2019 e outras previsões:

16.1.1. Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por um prazo não superior a 05 (cinco) anos.

16.1.2. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

16.1.3. Multas pecuniárias, nas seguintes proporções:

16.1.3.1. Moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor do material não entregue dentro do prazo contratual, na hipótese de atraso injustificado, até o máximo de 30 (trinta) dias, após o que poderá a critério da administração,



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

não mais ser recebido e aceito, configurando-se a inexecução total do ajuste, com as consequências previstas em lei e nesta cláusula;

16.1.3.2. De até 30% (trinta por cento) sobre o valor do produto não entregue – observando-se que independentemente da data de emissão do documento fiscal da empresa, a efetividade da entrega se dá no momento em que é **atestado o recebimento**, hipótese que caracteriza, conforme o caso, inexecução total ou parcial do ajuste.

16.2. A apresentação das razões do atraso, antes da data avençada para entrega do material, embora não elida por si a penalidade, poderá contar favoravelmente à empresa quando da decisão da Administração, se cabíveis os argumentos apresentados.

16.3. Nos termos do parágrafo 3º do art. 86 e do parágrafo 1º do art. 87 da Lei nº 8.666/93, a multa, caso aplicada após regular processo administrativo, será descontada do pagamento eventualmente devido pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente, em conformidade com a legislação específica.

16.4. Fica facultada a defesa prévia da Licitante, em qualquer caso de aplicação de penalidade, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação do ato.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. O Pregoeiro lavrará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, que fará parte integrante do processo licitatório e estará disponível para consulta no endereço informado no item 1.2.7, deste Edital.

17.2. O Pregoeiro, no interesse público, poderá sanar, relevar omissões ou erros puramente formais observados na Documentação de Habilitação e Proposta de Preços, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação.

17.3. A presente licitação a qualquer tempo poderá ser adiada por conveniência exclusiva da Administração, revogada no todo ou em parte por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou, anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiro sem que caiba as licitantes qualquer direito a reclamação ou indenização por esses fatos, de acordo com o art. 49 da Lei Federal n.º 8.666/93.

17.4. Assegura-se ao Município de Alto Paraíso o direito de:

17.4.1. Promover, em qualquer fase da licitação, diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo (art. 43, parágrafo 3º, da Lei 8.666/93);

17.4.2. Adiar a data da sessão pública;

17.4.3. Rescindir unilateralmente o ajuste nos termos do inciso I do artigo 79, da Lei nº 8.666/93;

17.4.4. Adquirir ou não os itens objeto do Pregão.

17.5. Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentos relativos à presente licitação.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

17.6. Reserva-se ao pregoeiro o direito de solicitar, em qualquer época ou oportunidade, informações complementares.

17.7. No interesse da Administração, sem que caiba aos participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

17.7.1. Adiada a data da abertura desta licitação;

17.7.2. Alterada as condições do presente edital, com fixação de novo prazo para a sua realização.

17.8. As licitantes são responsáveis administrativa, civil e penalmente pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

17.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

17.10. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

17.11 Até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão.

17.12 Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, com auxílio da Equipe de Apoio.

17.13. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

17.14. O foro da cidade de Xambê, Estado do Paraná é designado como o competente para dirimir quaisquer controvérsias relativas a este Pregão e à adjudicação, contratação e execução dela decorrentes.

17.15. Não havendo expediente na data marcada, a reunião será realizada no primeiro dia útil subsequente, à mesma hora e local, salvo por motivo de força maior ou qualquer outro fator ou fato imprevisível.

17.16. Quaisquer informações e esclarecimentos relativos a esta licitação serão prestados pelo Pregoeiro, na Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, Departamento de Licitações e Contratos, situada a Avenida Pedro Amaro dos Santos, 900 – Centro – Alto Paraíso – PR.

17.17. Este edital contém os seguintes anexos:

Anexo I – Especificações do objeto;

Anexo II – Modelo de Credenciamento/Procuração;

Anexo III – Modelo de Carta-Proposta;

Anexo IV – TERMO DE DECLARAÇÕES: Declaração de: Cumprimento dos Requisitos de Habilitação, Capacidade de Fornecimento; Inexistência de Fato Superveniente;



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

Capacidade de Fornecimento; Inexistência de Fato Superveniente; Que cumpre o art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal; Que não existem em seu quadro de empregados servidores públicos da contratante exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão;

Alto Paraíso/PR, em 11 de Setembro de 2023.

DERCIO JARDIM JUNIOR
Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000
 Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320
 e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 087/2023

PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 059/2023

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA – 11/09/2023

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS/CONDIÇÕES GERAIS

OBJETO: É objeto da presente licitação a “**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FABRICAÇÃO DE UNIFORMES PERSONALIZADOS, DESTINADO A SECRETARIA DE SAÚDE, CONFORME ANEXO I – (TERMO DE REFERÊNCIA) DESTE EDITAL**”, conforme descritos a seguir:

LOTE I

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT	VLR MAX UNIT	VLR TOTAL
01	BLUSA NO TECIDO HELANCA FLANELADA 100% POLIÉSTER <i>23795</i>	UND	660	82,80	54.648,00
DESCRIÇÃO MÍNIMA: BLUSA NO TECIDO HELANCA FLANELADA 100% POLIÉSTER COM A GRAMATURA 215GR COM FECHAMENTO EM ZÍPER AZUL MARINHO COM 3 LISTRAS AMARELO CANÁRIO COM ESTAMPA NO PEITO BRASÃO DO MUNICÍPIO E ESCRITA "SECRETARIA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO".					
02	CALÇA NO TECIDO HELANCA FLANELADA 100% POLIÉSTER <i>23796</i>	UND	660	63,00	41.580,00
DESCRIÇÃO MÍNIMA: CALÇA NO TECIDO HELANCA FLANELADA 100% POLIÉSTER COM A GRAMATURA 260GR COR AZUL MARINHO COM 3 LISTRAS AMARELO CANÁRIO NA PERNA ESTAMPA DO BRASÃO DO MUNICÍPIO E ESCRITA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.					
03	CAMISETA EM P.V. 67% POLIÉSTER E 33% VISCOSE <i>23797</i>	UND	1280	26,50	33.920,00
DESCRIÇÃO MÍNIMA: CAMISETA EM P.V 67% POLIÉSTER E 33% VISCOSE GRAMATURA 160 GRAMAS TECIDO COM TRATAMENTO ANTI PILLING, NA COR AZUL MARINHO COM 3 LISTRAS NA COR AMARELO CANÁRIO, COM RECORTE NA FRENTE NA COR AMARELO CANÁRIO, COM GOLA V EM RIBANA AZUL MARINHO E PUNHO EM RIBANA NA COR AZUL MARINHO, NA FRENTE NA ALTURA DO PEITO EM CROMIA O BRASÃO DO MUNICÍPIO E A ESCRITA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E NAS COSTAS O NOME DO MUNICÍPIO.					
04	BERMUDA MASCULINA EM HELANCA 100% POLIAMIDA <i>23798</i>	UND	1040	41,00	42.640,00
DESCRIÇÃO MÍNIMA: BERMUDA MASCULINA EM HELANCA 100% POLIAMIDA COM A GRAMATURA 295GR NA COR AZUL MARINHO, COM 3 LISTRAS NA COR AMARELO CANÁRIO COM BOLSO E ESTAMPADO EM CROMIA O BRASÃO DO MUNICÍPIO E A ESCRITA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.					
05	SHORTS SAIA FEMININO EM HELANCA 100% POLIAMIDA <i>23799</i>	UND	990	44,00	43.560,00
DESCRIÇÃO MÍNIMA: SHORTS SAIA FEMININO EM HELANCA 100% POLIAMIDA COM A GRAMATURA 295GR NA COR AZUL MARINHO, COM 3 LISTRAS NA COR AMARELO CANÁRIO COM ESTAMPA EM CROMIA O BRASÃO DO MUNICÍPIO E A ESCRITA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.					
06	TÊNIS EM CADARÇO PERSONALIZADO <i>23800</i>	PAR	600	109,00	65.400,00
DESCRIÇÃO MÍNIMA: PROJETO DETALHADO EM ANEXO					
07	TÊNIS EM VELCRO PERSONALIZADO <i>23801</i>	PAR	225	107,50	24.187,50
DESCRIÇÃO MÍNIMA: PROJETO DETALHADO EM ANEXO					
08	SANDÁLIA PERSONALIZADO <i>23802</i>	PAR	120	79,90	9.588,00
DESCRIÇÃO MÍNIMA: PROJETO DETALHADO EM ANEXO					
09	MOCHILA ESCOLAR EM TECIDO 100% NAYLON <i>23803</i>	UND	440	157,50	69.300,00
DESCRIÇÃO MÍNIMA: MOCHILA ESCOLAR EM TECIDO 100% NAYLON NIKE COM FORRO DUPLO COM BOLSO MAIOR E DIVISORIA INTERNA E BOLSO MENOR NA FRENTE PERSONALIZADO O BRASÃO DO MUNICÍPIO E REDINHA NA LATERAL PARA SQUEZZE, ALÇA COM ESPUMA E REGULAGEM.					
10	BOLSA PARA PROFESSOR COM ALÇA DE MÃO E TIRA COLO EM TECIDO 100% NYLON <i>23804</i>	UND	60	114,00	6.840,00
DESCRIÇÃO MÍNIMA: BOLSA PARA PROFESSOR COM ALÇA DE MÃO E TIRA COLO EM TECIDO 100% NYLON NIKE COM 1 REPARTIÇÃO E BRASÃO BORDADO NA FRENTE.					
11	ESTOJO ESCOLAR COM TECIDO 100% NYLON <i>23805</i>	UND	440	14,00	6.160,00
DESCRIÇÃO MÍNIMA: ESTOJO ESCOLAR COM TECIDO 100% NYLON COM FECHAMENTO EM ZÍPER E BORDADO NA FRENTE BRASÃO DO MUNICÍPIO.					
12	CAMISETA EM P.V 67% POLIÉSTER E 33% VISCOSE MANGA LONGA <i>23806</i>	UND	1280	33,50	42.880,00



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

DESCRIÇÃO MÍNIMA: CAMISETA EM P.V 67% POLIÉSTER E 33% VISCOSE MANGA LONGA GRAMATURA 160 GRAMAS TECIDO COM TRATAMENTO ANTI PILLING, NA COR AZUL MARINHO COM 3 LISTRAS NA COR AMARELO CANÁRIO, COM RECORTE NA FRENTE NA COR AMARELO CANÁRIO, COM GOLA V EM RIBANA AZUL MARINHO E PUNHO EM RIBANA NA COR AZUL MARINHO, NA FRENTE NA ALTURA DO PEITO EM CROMIA O BRASÃO DO MUNICÍPIO E A ESCRITA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E NAS COSTAS O NOME DO MUNICÍPIO.

13	JALECO MODELO REGATA FEMININO EM TECIDO 100% MICROFIBRA	23807	UND	20	59,80	1.196,00
----	---	-------	-----	----	-------	----------

DESCRIÇÃO MÍNIMA: JALECO MODELO REGATA FEMININO EM TECIDO 100% MICROFIBRA COM FECHAMENTO EM BOTÃO COM 3 BOLSOS NA FRENTE, E COM UM BORDADO NO PEITO LADO ESQUERDO BRASÃO DO MUNICÍPIO.

PROJETO BÁSICO – LOTE I

ITEM 01

01. BLUSA NO TECIDO HELANCA FLANELADA 100% POLIÉSTER - **DESCRIÇÃO MÍNIMA:** BLUSA NO TECIDO HELANCA FLANELADA 100% POLIÉSTER COM A GRAMATURA 215GR COM FECHAMENTO EM ZÍPER AZUL MARINHO COM 3 LISTRAS AMARELO CANÁRIO COM ESTAMPA NO PEITO BRASÃO DO MUNICÍPIO E ESCRITA "SECRETARIA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO.

ITEM 02

02. CALÇA NO TECIDO HELANCA FLANELADA 100% POLIÉSTER - **DESCRIÇÃO MÍNIMA:** CALÇA NO TECIDO HELANCA FLANELADA 100% POLIÉSTER COM A GRAMATURA 260GR COR AZUL MARINHO COM 3 LISTRAS AMARELO CANÁRIO NA PERNA ESTAMPA DO BRASÃO DO MUNICÍPIO E ESCRITA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.



ITEM 03

03. CAMISETA EM P.V. 67% POLIÉSTER E 33% VISCOSE - **DESCRIÇÃO MÍNIMA:** CAMISETA EM P.V 67% POLIÉSTER E 33% VISCOSE GRAMATURA 160 GRAMAS TECIDO COM TRATAMENTO ANTI PILLING, NA COR AZUL MARINHO COM 3 LISTRAS NA COR AMARELO CANÁRIO, COM RECORTE NA FRENTE NA COR AMARELO CANÁRIO, COM GOLA V EM RIBANA AZUL MARINHO E PUNHO EM RIBANA NA COR AZUL MARINHO, NA FRENTE NA ALTURA DO PEITO EM CROMIA O BRASÃO DO MUNICÍPIO E A ESCRITA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E NAS COSTAS O NOME DO MUNICÍPIO.





Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

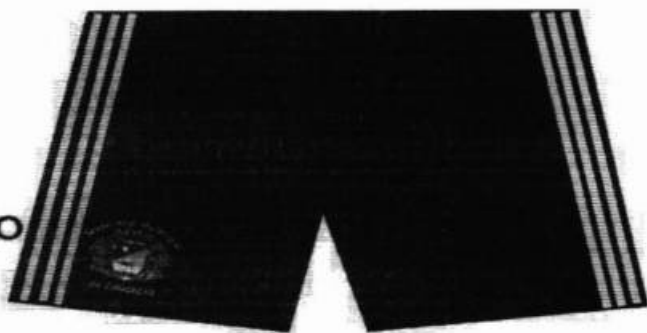
Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

ITEM 04

04. BERMUDA MASCULINA EM HELANCA 100% POLIAMIDA - *DESCRIÇÃO MÍNIMA:* BERMUDA MASCULINA EM HELANCA 100% POLIAMIDA COM A GRAMATURA 295GR NA COR AZUL MARINHO, COM 3 LISTRAS NA COR AMARELO CANÁRIO COM BOLSO E ESTAMPADO EM CROMIA O BRASÃO DO MUNICÍPIO E A ESCRITA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

calção

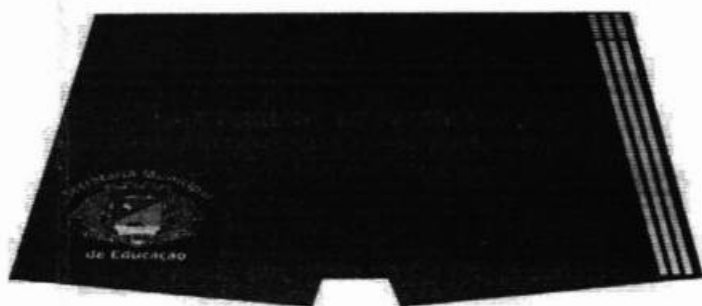


calção



ITEM 05

05. SHORTS SAIA FEMININO EM HELANCA 100% POLIAMIDA - SHORTS SAIA FEMININO EM HELANCA 100% POLIAMIDA COM A GRAMATURA 295GR NA COR AZUL MARINHO, COM 3 LISTRAS NA COR AMARELO CANÁRIO COM ESTAMPA EM CROMIA O BRASÃO DO MUNICÍPIO E A ESCRITA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.





Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

ITEM 06

06. TÊNIS EM CADARÇO - DESCRIÇÃO MÍNIMA: TÊNIS EM CADARÇO PERSONALIZADO MAIOR DESCRIÇÃO EM ANEXO.

A Especificação e normas técnicas a seguir descritas estão em conformidade com a ABNT NBR 16473 - Conforto em calçados escolares- requisitos, normas e ensaios - primeira edição 11.04.2016

O Tênis deve ser fabricado no processo de montagem ensacada, com fixação da palmilha ao cabedal pelo processo de costura Strobel (Overloque) e após ser AUTOCLAVADO, com vulcanização direta da borracha da banda lateral no solado e na lona do cabedal.

Por se tratar de um produto em produção fabril, exige-se que as dimensões dos calçados acompanham os padrões comerciais baseados na escala francesa cujo fator de conversão é 0,66667 centímetros de número a número. A medida realizada em calçado já confeccionado deverá ser efetuada na palmilha amortecedora ou palmilha de overloque, com variação permitida de 3% (+/-). Deve ter o Brasão do órgão aplicado na lateral do tênis. A marca da amostra deverá ser a mesma constante na proposta de preços junto com os laudos e conseqüentemente deverá permanecer inalterada durante toda a vigência da ata de registro de preços, sob pena de desclassificação e/ou cancelamento da ata.



Vista externa (Foto Ilustrativa)

1 - COR E MATERIAL DO CABEDAL E LINGUETA - A gáspea do cabedal, laterais e lingüeta, deverão ser de lona 100% algodão, de no mínimo 300 gramas por metro quadrado, na cor Azul semelhante ao Pantone 19-3920 TPX, devendo estar dublada com sarja também de 100% algodão desengomado com gramatura mínima de 230 gramas por metro quadrado, totalizando assim um mínimo de 530 gramas por metro quadrado, no conjunto.

2 - CONTRAFORTE - O contraforte se localiza na região do calcanhar entre a lona externa e a espuma interna. É fabricado em elastômero vulcanizado flexível de no mínimo 1,2 mm de espessura; devendo ser chanfrado em toda sua borda superior na largura mínima de 8 mm terminando em zero.

3 - FORRO- O tênis deve ser todo forrado internamente com tecido poliéster (gramatura mínima 130 G/m²) na cor Preto, dublado com espuma de poliuretano de no mínimo 5 mm de espessura e densidade 26 kg/m³ (quilograma por metro cúbico).

4 - DEBRUM E COSTURAS - A gáspea deve ser toda debruada. O debrum será de Gorgurão com largura mínima de 12 mm e com bordas que não desfiem. Na mesma cor do cabedal.

Todas as costuras têm de 3 a 4 pontos/cm e tem um arremate de, no mínimo, 2 pontos nas extremidades. As costuras externas "aparentes" devem ser duplas e afastadas de 2,2 a 2,6 mm entre si. A linha usada deve ser de poliamida (nylon) número comercial 40, na cor Branca.

5 - CADARÇO / ATACADOR - O tênis deverá ser entregue com Dois pares de cadarços um na cor Azul semelhante ao Pantone 19-3920 TPX, e outro na cor Amarelo semelhante ao Pantone 13-0859 TPX, devendo os mesmos serem de algodão com fibras sintéticas, armação trançada e chata, largura de no mínimo de 7,00 mm e comprimento adequado a cada número.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

6 - ILHÓSES - OS ILHÓSES DE PASSAGEM DO CADARÇO/ATACADOR - devem ser de alumínio com acabamento natural, diâmetro interno de 5 mm (+/- 0,5), composto por duas peças, ilhós e arruela.

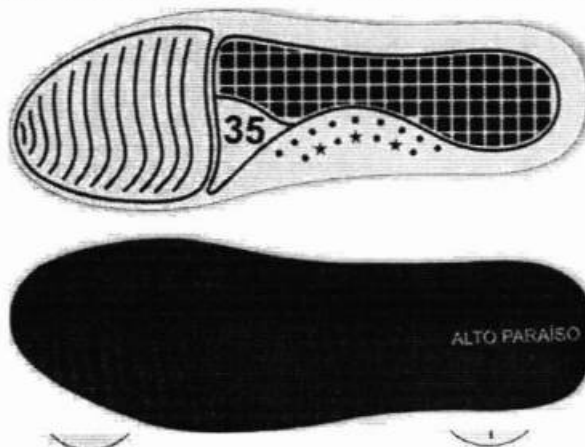
6.1 - ILHÓSES LATERAIS - devem ser colocados dois ilhoses laterais (de alumínio com acabamento natural) para facilitar a transpiração dos pés, também ajudando assim na menor proliferação de bactérias de odor, estes ilhoses devem ter diâmetro interno de 5,0 milímetros (+/- 0,5), compostos por duas peças, Ilhós e arruela, a colocação deverá ser feita na parte interna do pé.

7 - BIQUEIRAS, SOBRE BIQUEIRA, BANDAS LATERAIS Devem ser uma Composição elastomérica vulcanizada, composta por borracha natural (NR), borracha de butadieno estireno (SBR) e borracha de etileno propileno dieno (EPDM), sendo estes componentes preponderantes. Biqueira e sobre biqueira com espessura mínima de 1,4 mm.

7.1 - CORES: a Biqueira e a Banda Lateral devem ser na cor Branca, a Sobre Biqueira na cor Azul semelhante ao Pantone 19-3920 TPX, o Filete e o Friso na cor Amarelo semelhante ao Pantone 13-0859 TPX. A sobre biqueira deverá ter gravação de reforço, tudo similar à ilustração da vista externa.

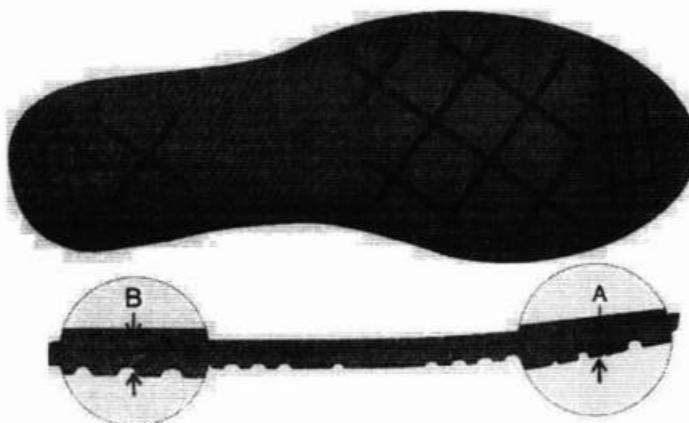
8 - ETIQUETA - Deverá ser colocada na parte traseira do tênis também de elastômero vulcanizado (mesmo material da banda lateral) na cor Azul semelhante ao Pantone 19-3920 TPX, com escrita do nome do Órgão.

9 - Palmilha Amortecedora - Palmilha de Poliuretano, usando poliuretano poliéter, com alta resistência a hidrólise, dublada com cacharel na cor Preto, de no mínimo 128 gramas p/m², composto de 70% fio Algodão e 30% fio poliéster, devendo acompanhar exatamente o perfil da forma na sua base e em formato de cunha com diferença de altura entre o traseiro e o bico e estar numerada em todos os tamanhos de forma permanente e personalizada com o nome do órgão.



Palmilha amortecedora (Foto Ilustrativa)

10 - SOLA Peça integrante da base inferior do calçado. Deverá ser fabricado em "PU", Poliuretano poliéter de alta resistência a hidrólise. Este solado deve ser na cor Azul semelhante ao Pantone 19-3920 TPX, devendo ter a gravação da numeração em todos os tamanhos de forma permanente, e formato antiderrapante, similar à ilustração abaixo. E na sua base deve acompanhar o perfil da forma e ser em formato de cunha, com espessura dianteira (**Espessura A**) 5 milímetros, e espessura traseira (**Espessura B**) 9 milímetros, tolerância admitida +/- 1 milímetro, isso deve ser seguido em todos os tamanhos.





Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

048

Vista do solado com desenho antiderrapante com o número gravado

(Foto Ilustrativa)

11 - AMOSTRAS - As amostras deverão ser apresentadas nos números: 1 par número 34, 1 par número 37 e 1 par número 41, para análise dos materiais utilizados, deverão acompanhar as amostras os insumos usados na fabricação dos calçados tais como: 1 par de solado, 1 par de palmilha amortecedora, amostra da lona do cabedal, sarja, forro com espuma estes três itens de preferência amostra no tamanho A4, biqueira, sobre biqueira, banda lateral, ilhoses, contraforte, debrum, cadarço(s), palmilha de overloque. Estes materiais serão submetidos à análise em laboratório juntamente com as amostras, se necessidade houver, para avaliação da conformidade dos insumos e cores conforme especificações, normas técnicas e valores para aceitabilidade dos materiais descritos neste EDITAL.

ITEM 07

07. TÊNIS COM VELCRO - DESCRIÇÃO MÍNIMA: TÊNIS EM VELCRO PERSONALIZADO MAIOR DESCRIÇÃO EM ANEXO.

A Especificação e normas técnicas a seguir descritas estão em conformidade com a ABNT NBR 16473 - Conforto em calçados escolares- requisitos, normas e ensaios - primeira edição 11.04.2016

O Tênis deve ser fabricado no processo de montagem ensacada, com fixação da palmilha ao cabedal pelo processo de costura Strobel (Overloque) e após ser AUTOCLAVADO, com vulcanização direta da borracha da banda lateral no solado e na lona do cabedal.

Por se tratar de um produto em produção fabril, exige-se que as dimensões dos calçados acompanham os padrões comerciais baseados na escala francesa cujo fator de conversão é 0,66667 centímetros de número a número. A medida realizada em calçado já confeccionado deverá ser efetuada na palmilha amortecedora ou palmilha de overloque, com variação permitida de 3% (+/-). Deve ter o Brasão do órgão aplicado na tira do velcro. A marca da amostra deverá ser a mesma constante na proposta de preços junto com os laudos e consequentemente deverá permanecer inalterada durante toda a vigência da ata de registro de preços, sob pena de desclassificação e/ou cancelamento da ata.

Vista externa (Foto Ilustrativa)



1 - COR E MATERIAL DO CABEDAL E LINGUETA - A gáspea do cabedal, laterais e lingueta, deverão ser de lona 100% algodão, de no mínimo 300 gramas por metro quadrado, na cor Azul semelhante ao Pantone 19-3920 TPX, devendo estar dublada com sarja também de 100% algodão desengomado com gramatura mínima de 230 gramas por metro quadrado, totalizando assim um mínimo de 530 gramas por metro quadrado, no conjunto.

2 - CONTRA FORTE - O contra forte se localiza na região do calcanhar entre a lona externa e a espuma interna. É fabricado em elastômero vulcanizado flexível de no mínimo 1,2 mm; devendo ser chanfrado em toda sua borda superior na largura mínima de 8 mm terminando em zero.

3 - FORRO- O tênis deve ser todo forrado internamente com tecido poliéster (gramatura mínima 130 G/m²) na cor Preto, dublado com espuma de poliuretano de no mínimo 5 mm de espessura e densidade 26 kg/m³ (quilograma por metro cúbico).

4 - DEBRUM E COSTURAS- A gáspea deve ser toda debruada. O debrum será de Gorgurão com largura mínima de 12 mm e com bordas que não desfiem. Na mesma cor do cabedal.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

Todas as costuras têm de 3 a 4 pontos/cm e tem um arremate de, no mínimo, 2 pontos nas extremidades. As costuras externas "aparentes" devem ser duplas e afastadas de 2,2 a 2,6 mm entre si. A linha usada deve ser de poliamida (nylon) número comercial 40, na cor Branca.

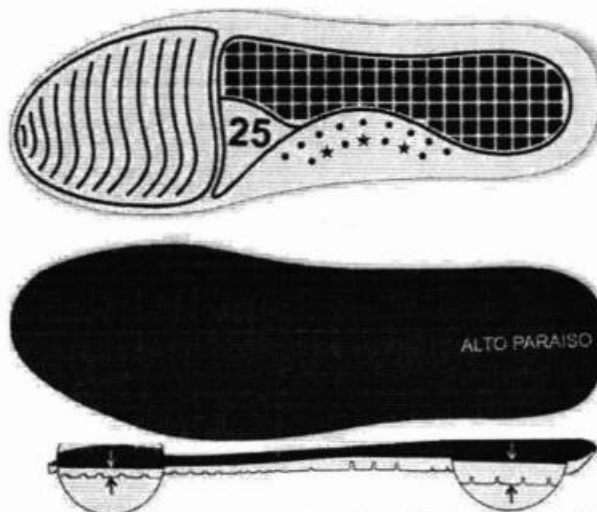
5 - FECHAMENTO COM VELCRO - tênis escolar infantil deve ter fechamento com uma tira de velcro sendo que a mesma deverá ter em torno de 40 mm de largura, podendo variar conforme a escala de numero a numero, toda debruada, igual o cabedal.

6 - BIQUEIRAS, SOBRE BIQUEIRA, BANDAS LATERAIS Devem ser uma Composição elastomérica vulcanizada, composta por borracha natural (NR), borracha de butadieno estireno (SBR) e borracha de etileno propileno dieno (EPDM), sendo estes componentes preponderantes. Biqueira e sobre biqueira com espessura mínima de 1,4 mm.

6.1 - CORES: a Biqueira e a Banda Lateral devem ser na cor Branca, a Sobre Biqueira na cor Azul semelhante ao Pantone 19-3920 TPX, o Filete e o Friso na cor Amarelo semelhante ao Pantone 13-0859 TPX. A sobre biqueira deverá ter gravação de reforço, tudo similar à ilustração da vista externa.

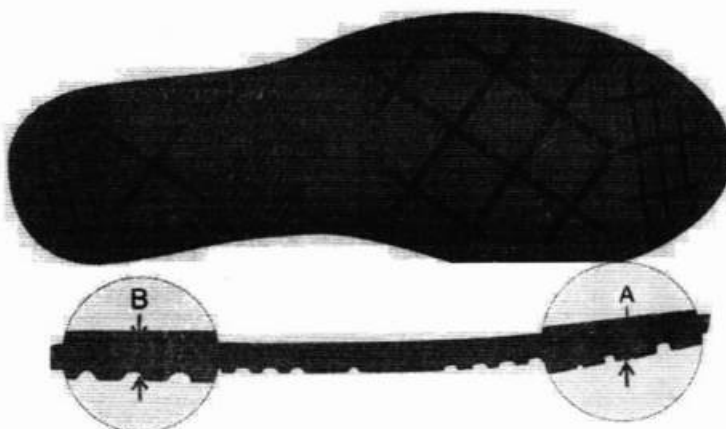
7 - ETIQUETA - Deverá ser colocada na parte traseira do tênis também de elastômero vulcanizado (mesmo material da banda lateral) na cor Azul semelhante ao Pantone 19-3920 TPX, com escrita do nome do Órgão.

8 - Palmilha Amortecedora - Palmilha de Poliuretano, usando poliuretano poliéter, com alta resistência a hidrólise, dublada com cacharel na cor Preto, de no mínimo 128 gramas p/m², composto de 70% fio Algodão e 30% fio poliéster, devendo acompanhar exatamente o perfil da forma na sua base e em formato de cunha com diferença de altura entre o traseiro e o bico e estar numerada em todos os tamanhos de forma permanente e personalizada com o nome do órgão.



Palmilha amortecedora (Foto Ilustrativa)

9 - SOLA Peça integrante da base inferior do calçado. Deverá ser fabricado em "PU", Poliuretano poliéter de alta resistência a hidrólise. Este solado deve ser na cor Azul semelhante ao Pantone 19-3920 TPX, devendo ter a gravação da numeração em todos os tamanhos de forma permanente, e formato antiderrapante, similar à ilustração abaixo. E na sua base deve acompanhar o perfil da forma e ser em formato de cunha, com espessura dianteira (**Espessura A**) 5 milímetros, e espessura traseira (**Espessura B**) 9 milímetros, tolerância admitida +/- 1 milímetro, isso deve ser seguido em todos os tamanhos.





Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000
 Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320
 e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

Vista do solado com desenho antiderrapante com o número gravado

(Foto Ilustrativa)

10 - AMOSTRAS - As amostras deverão ser apresentadas nos números: 1 par número 18 e 1 par número 23, para análise dos materiais utilizados, deverão acompanhar as amostras os insumos usados na fabricação dos calçados tais como: 1 par de solado, 1 par de palmilha amortecedora, amostra da lona do cabedal, sarja, forro com espuma estes três itens de preferência amostra no tamanho A4, biqueira, sobre biqueira, banda lateral, ilhoses, contraforte, debrum, cadarço(s), palmilha de overloque. Estes materiais serão submetidos à análise em laboratório juntamente com as amostras, se necessidade houver, para avaliação da conformidade dos insumos e cores conforme especificações, normas técnicas e valores para aceitabilidade dos materiais descritos neste EDITAL.

ITEM 08

08. SANDALIA - DESCRIÇÃO MÍNIMA: SANDÁLIA PERSONALIZADA MAIOR DESCRIÇÃO EM ANEXO.

CABEDAL confeccionado em sintético PVC com no mínimo 1,5 milímetros de espessura, na cor Preto, este sintético deverá estar dublado com malha termo ponto gomada na cor Preta com no mínimo 220 gm p/m², o cabedal deverá sofrer um processo de Solda eletrônica por alta frequência para gravar reforços nas bordas do cabedal e gravar o friso colorido que deverá ser da cor Cinza semelhante ao Pantone 16-5803 TPX, o fechamento será de velcro, macho e fêmea para ajuste no pé do usuário para melhor segurança no caminhar. A numeração das sandálias papete deverá ser de dois em dois números, por exemplo: 12/13, 14/15, 16/17, 18/19, 20/21 e assim por diante.



(Foto Ilustrativa)

1 - Detalhes do cabedal - Confeccionado em laminado sintético com espessura de no mínimo 1.5 mm, com base de fios de poliéster, gramatura final mínima 750 gm p/m², solda eletrônica por alta frequência e dublado com malha termo ponto gomada na cor Preta com no mínimo 220 gm p/m², tudo conforme mencionado nas considerações gerais (item anterior), devendo ser colocado o Brasão e o Nome do órgão em serigrafia conforme ilustração abaixo.



(Foto Ilustrativa)

2 - Palmilha Amortecedora - Palmilha de Poliuretano, usando poliuretano poliéster, com alta resistência a hidrólise, na cor Cinza semelhante ao Pantone 16-5803 TPX, tendo espessura mínima de 5 milímetros devendo acompanhar exatamente o perfil da forma e estar numerada em todos os tamanhos de forma permanente exatamente conforme a ilustração abaixo:





Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

(Foto Ilustrativa)

3 - SOLA - Peça integrante da base inferior da Papete. Deverá ser fabricado em "PU", Poliuretano poliéter de alta resistência a hidrólise. Este solado deve ser na cor Preto, devendo o formato ser com canaletas anti derrapantes. Devendo acompanhar exatamente o perfil da forma. Conforme ilustração abaixo:



(Foto Ilustrativa)

ITEM 09 - MOCHILA ESCOLAR

DESCRIÇÃO MÍNIMA: MOCHILA ESCOLAR CONFECCIONADO EM NAYLON 600 RIPSTOP NA COR AZUL MARINHO COM BOLSO FRONTAL E 2 REPARTIÇÕES COM FECHAMENTO EM ZIPER Nº5 E 1 REPARTIÇÃO PRINCIPAL COM FECHAMENTO EM ZIPER Nº8, COM ALÇA PARA AS COSTA E PARA MÃO COM ESPUMA INTERNA, MOCHILA TODA COM VIVO EM AMRELO OURO E UM BORDADO NA FRENTE O BRASÃO DO MUNICIPIO. 38CM DE ALTURA, 30CM DE COMPRIMENTO, 14CM DE FUNDO.



ITEM 10 - BOLSA PARA PROFESSOR COM ALÇA DE MÃO

DESCRIÇÃO MÍNIMA: BOLSA PROFESSOR CONFECCIONADA EM NAYLON 600 RIPSTOP NA COR AZUL MARINHO COM 4 REPARTIÇÃO UMA GRANDE COM FECHAMENTO EM ZIPER Nº8 E 3 BOLSO FRONTAL COM FECHAMENTO EM ZIPER Nº5, ALÇA TIRA COLO E ALÇA DE MÃO NA COR AMARELO OURO E VIVO EM TODA BOLSA NA COR AMARELO COM BORDADO BRASAO DO MUNICIPIO E NOME INDIVIDUAL DE CADA PROFESSOR. 30CM DE ALTURA, 39CM DE COMPRIMENTO, 13CM DE FUNDO.

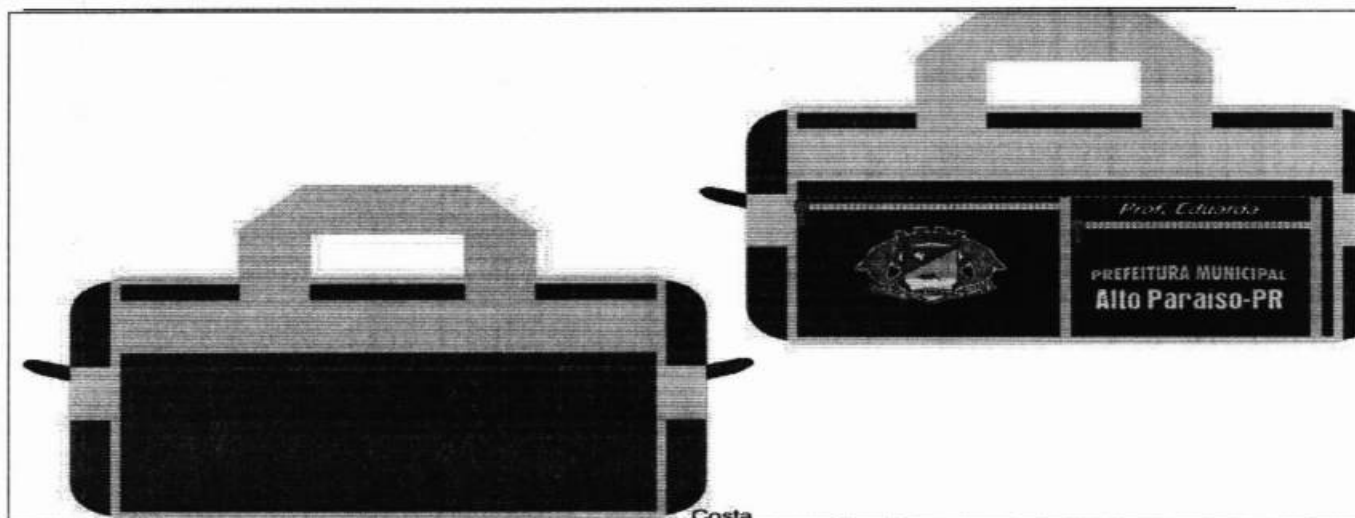


Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

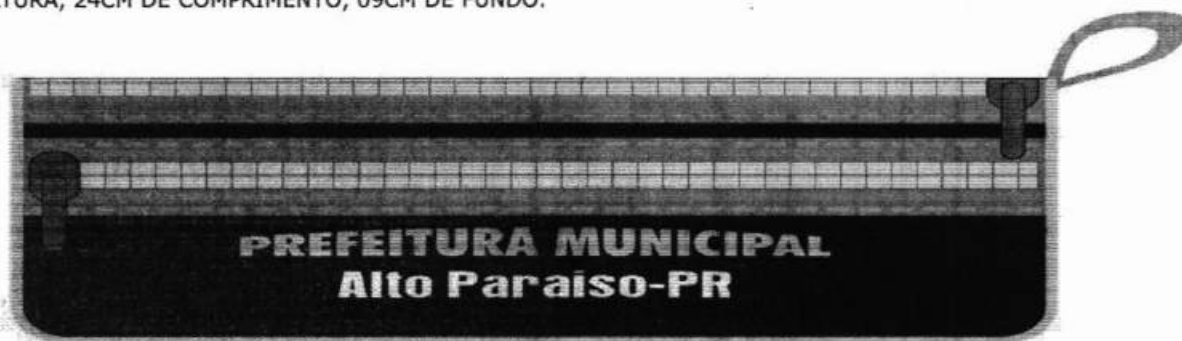
Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

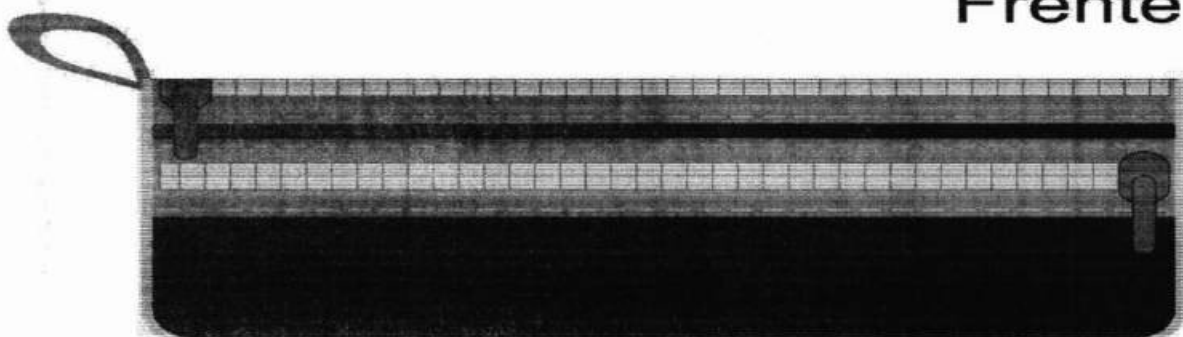


ITEM 11 – ESTOJO ESCOLAR

DESCRIÇÃO MÍNIMA: ESTOJO CONFECCIONADO EM NAYLON 600 RIPSTOP AZUL MARINHO COM 3 REPARTIÇÕES, COM FECHAMENTO EM ZIPER Nº8 COM VIVO EM VOLTA NA COR AMARELO, COM BORDADO NA FRENTE NOME DO MUNICÍPIO. 09CM DE ALTURA, 24CM DE COMPRIMENTO, 09CM DE FUNDO.



Frente



Costa

ITEM 12 - CAMISETA EM P.V 67% POLIÉSTER E 33% VISCOSE MANGA LONGA

DESCRIÇÃO MÍNIMA: CAMISETA EM P.V 67% POLIÉSTER E 33% VISCOSE MANGA LONGA GRAMATURA 160 GRAMAS TECIDO COM TRATAMENTO ANTI PILLING, NA COR AZUL MARINHO COM 3 LISTRAS NA COR AMARELO CANÁRIO, COM RECORTE NA FRENTE NA COR AMARELO CANÁRIO, COM GOLA V EM RIBANA AZUL MARINHO E PUNHO EM RIBANA NA COR AZUL MARINHO, NA FRENTE NA ALTURA DO PEITO EM CROMIA O BRASÃO DO MUNICÍPIO E A ESCRITA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E NAS COSTAS O NOME DO MUNICÍPIO.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

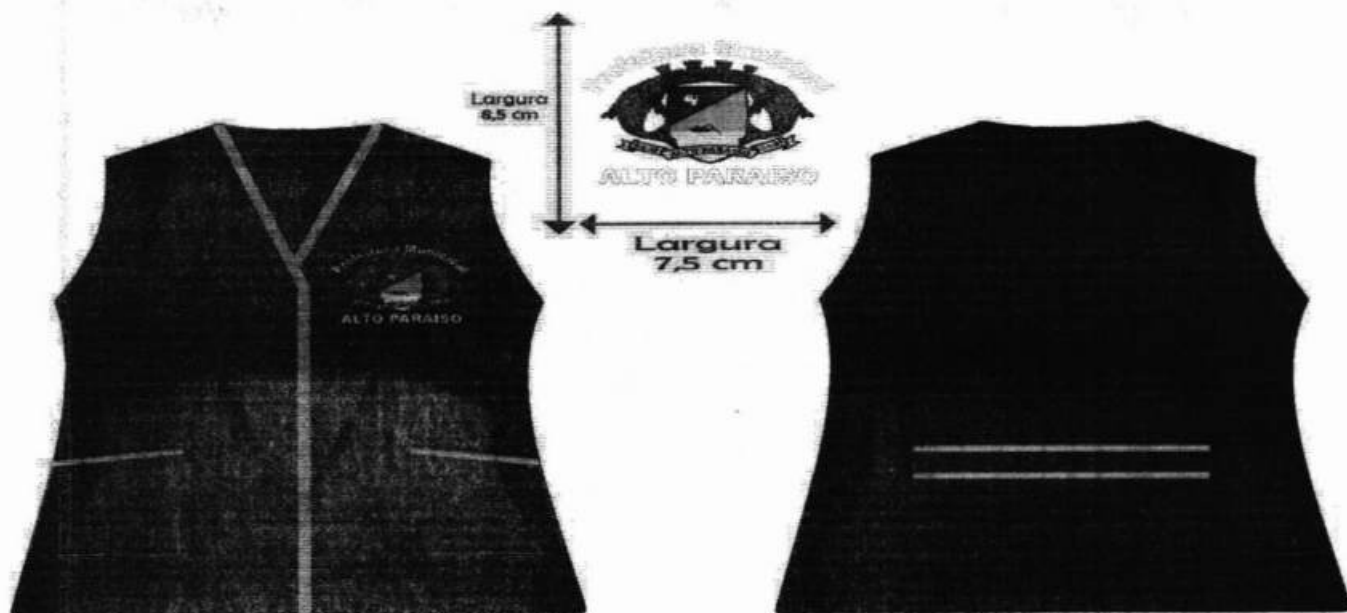
Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br



ITEM 13 - JALECO MODELO REGATA FEMININO

DESCRIÇÃO MÍNIMA: JALECO MODELO REGATA FEMININO EM TECIDO 100% MICROFIBRA COM FECHAMENTO EM BOTÃO COM 3 BOLSOS NA FRENTE, E COM UM BORDADO NO PEITO LADO ESQUERDO BRASÃO DO MUNICÍPIO.



VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO: R\$ 441.899,50 (quatrocentos e quarenta e um mil oitocentos e noventa e nove reais e cinquenta centavos).

Condições:

1. Os produtos, objeto da presente licitação, deverão ser entregues no prazo de até 30 (trinta), dias úteis, contados da solicitação de entrega emitida pelo órgão responsável, e/ou via e-mail, pelo período de até 12 (doze) meses, sendo, contudo prorrogável por igual período se for de interesse da administração, devendo este ser cumprido pela contratada, sob pena de rescisão e demais sanções previstas neste Edital e na Lei nº 8.666/93 e alterações.

2. Os produtos deverão ser entregues no Local indicado na requisição de compras, nos horários das 08:00h às 11:00h e das 13:00h às 17:00h (caso haja alteração do



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

054

funcionamento do setor, estes horários poderão sofrer alterações, sendo o fornecedor avisado com antecedência através de e-mail). Correrá por conta da Contratada as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento.

3. O fornecedor deverá entregar os produtos de acordo com as marcas indicadas na proposta de preços.

4. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, após entrega, com a apresentação da nota fiscal/fatura na Prefeitura Municipal, à vista do respectivo Termo de Recebimento do objeto ou Recibo.

5. **DA APRESENTAÇÃO DAS AMOSTRAS:** As AMOSTRAS Fazem-se necessárias para fins classificatórios, como forma eficiente de avaliar a proposta/oferta do licitante.

5.1. A empresa melhor classificada da licitação deverá apresentar amostras (a Licitante deverá fabricar uma peça de cada, com as referidas características solicitadas no Termo de Referência), as mesmas deverão ser entregues no prazo de 05 (cinco) dias úteis após a sessão de lances, ou convocação no caso de licitante remanescente.

5.1.1. Critérios para avaliação das amostras: Será observada cor, textura, resistência, acabamento, tecido, material utilizado, logomarca, confecção dentro do especificado nas características solicitadas no Termo de Referência.

5.1.2. Entrega das Amostras: Deverão ser entregues à Comissão Permanente de Licitação e serão avaliados por uma Comissão noemada para este fim, (**caso aprovado, ficará retido na Secretaria de Educação até a entrega do último item que a empresa foi vencedora**).

5.1.3. Desclassificação: A empresa que não apresentar as amostras ou apresentá-las em desacordo com as especificações será desclassificada e a segunda mais bem colocada será convocada para entregar as referidas amostras.

5.2. A CONTRATANTE não se responsabilizará por peças confeccionadas sem avaliação e aprovação prévia, ficando a LICITANTE VENCEDORA obrigada a confeccionar os modelos para aprovação e as peças finais, sob pena de sofrer as sanções previstas no Edital, seus anexos e na Lei de Licitações.

6. **DA FABRICAÇÃO DOS UNIFORMES:** Correrão por conta da Licitante vencedora todas as despesas com embalagem, seguros, transportes, tributos (inclusive ISS), encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes da entrega.

7. A aprovação dos modelos será feito em 5 (cinco) dias úteis, contados da confirmação do recebimento dos mesmos, e poderá ser feito por meio e-mail, ofício ou fax, detalhando as alterações, se houver.

7.1. A LICITANTE VENCEDORA não deverá começar a confecção antes da aprovação final pela CONTRATANTE.

8. **CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO:**

8.1. Os materiais que não atenderem as condições descritas neste termo de referência ou que apresentarem quaisquer vícios de fabricação, serão imediatamente devolvidos pela CONTRATANTE ao fornecedor para substituição, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

contar da data de sua notificação formal por parte da Secretaria de Educação, cabendo a CONTRATADA arcar com os custos da substituição.

Regiane Ap: G. de Oliveira

Regiane Aparecida Caetano de Oliveira
Secretaria de Educação, Esporte e Lazer



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000
Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320
e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

ANEXO II – MODELO DE CREDENCIAMENTO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº /2023

Por este instrumento, a empresa _____, sediada em _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, outorga poderes a _____, portador do documento de identidade nº _____, inscrito no CPF/MF sob o nº _____, para representá-la no Pregão Eletrônico nº ____/2023 do Município de Alto Paraíso-Pr, podendo o mandatário praticar todos os atos relativos ao certame, notadamente: formular ofertas; assinar os documentos da licitação; negociar preços; interpor recursos ou renunciar ao direito de propô-los.

(assinatura, nome e CPF do mandante)



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS **(em papel timbrado da proponente)**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/2023

O signatário da presente, em nome da empresa, propõe:

1) Os seguintes preços (READEQUADOS AO LANCE VENCEDOR), por item cotados:

Item	Quantidade Estimada	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total Estimado

1) Prazo de validade da proposta de ____ (mínimo de 60 sessenta dias), a contar da data de abertura do certame.

2) Garantimos que os produtos serão substituídos, sem ônus para a entidade de licitação, caso não estejam de acordo às especificações e padrões exigidos.

3) Declaramos que nos preços contidos na proposta que vierem a ser ofertados por meio de lances, estão incluídos todos os custos diretos e indiretos, impostos, lucro empresarial, tributos incidentes, seguro, frete e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste edital e seus anexos.

4) Informar os seguintes Dados Bancários, a fim de agilizar os possíveis

pagamentos:

Banco: _____

Agencia: _____

Conta Corrente: _____

Razão Social da Empresa Licitante:

CNPJ:

Endereço:

Telefone/fax:

Local e Data

(assinatura, nome e CPF do mandante)



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

058

ANEXO IV – Declaração de: Cumprimento dos Requisitos de Habilitação, Capacidade de Fornecimento; Inexistência de Fato Superveniente; Capacidade de Fornecimento; Inexistência de Fato Superveniente; Que cumpre o art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal; Que não existem em seu quadro de empregados servidores públicos da contratante exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº /2023

O signatário da presente, em nome da proponente (nome da empresa) _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, sediada (endereço completo) _____ declara, para todos os fins legais e necessários, sob as penas da lei, que:

1. CUMPRE todos os requisitos habilitatórios do Pregão Eletrônico nº ____/2023 do Município de Alto Paraíso.
2. Está plenamente capacitado a efetuar o fornecimento dos produtos licitados, referente ao PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/2023, nas quantidades e nos prazos previstos.
3. Até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no Pregão Eletrônico nº ____/2023 do Município de Alto Paraíso, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências supervenientes.
4. Cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição e na Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, de que a empresa não possui trabalhadores menores de 18 anos realizando trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, na forma da Lei.
5. Por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado. Que não existem em seu quadro de empregados servidores públicos da contratante exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão.
6. Por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado.

Local e Data

(assinatura, nome e CPF do mandante)



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000
 Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320
 e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

MINUTA CONTRATO DE COMPRAS Nº **/2023

O **MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 95.640.736/0001-30, com sede administrativa na Avenida Pedro Amaro dos Santos, 900 – Centro, Alto Paraíso, Estado do Paraná, neste ato representado pelo prefeito municipal o Sr. **DERCIO JARDIM JUNIOR**, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade, portador do RG n. °1.649.033-4 SSP/PR e CPF: 474.519.719-53, residente e domiciliado nesta cidade de Alto Paraíso, Paraná, doravante denominada **COMPRADOR**, e a empresa, inscrita no CNPJ sob nº *****, com sede *****, doravante denominada **VENDEDOR**, neste ato representado pelo seu proprietário o Sr(a). *****, portador do RG nº ***, inscrito no CPF sob nº *****, resolvem na melhor forma de direito, o presente contrato pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - FUNDAMENTAÇÃO:

1. O presente instrumento é celebrado com fundamento na *****, homologada pelo Decreto nº **/2023 em ** de **** de 2023, em ** de *** de 2023, que integram o presente Termo e na Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO:

1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FABRICAÇÃO DE MATERIAIS PERSONALIZADOS DO TIPO UNIFORMES, CALÇADOS, MOCHILAS, BOLSA E ESTOJOS, DESTINADOS A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CONFORME ANEXO I - (TERMO DE REFERÊNCIA) DESTE EDITAL.

Item	Descrição	Qtde	Und	Vlr. Unit.	Vlr Total	Marca

Parágrafo Primeiro: O pagamento será realizado em moeda corrente nacional contra a apresentação da fatura junto com a entrega das mercadorias.

Parágrafo Segundo: O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, após entrega, com a apresentação da nota fiscal/fatura na Prefeitura Municipal, à vista do respectivo Termo de Recebimento do objeto ou Recibo.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA INDICAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO:

1. Em atendimento ao contido no Art. 67 da Lei 8.666/93, fica designado a Sra. Ana Paula Leme como fiscal de contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR:

1. O valor total objeto do presente contrato é de R\$ _____ ().

Parágrafo Primeiro: Dos valores que a se refere esta cláusula, será abatido o montante devido a título de ISSQN, nos termos da Legislação Municipal em vigor;



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

060

Parágrafo Segundo: Caso o objeto deste contrato se enquadre na Legislação em vigor, o Município fará a retenção de 11% (onze por cento) de INSS sobre a mão de obra utilizada, nos termos da IN-SRP 03/2005, devendo, para apuração da base de cálculo, deduzir os valores relativos à utilização de equipamentos e materiais previstos neste contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DA FORMA DE PAGAMENTO:

1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, após entrega, com a apresentação da nota fiscal/fatura na Prefeitura Municipal, à vista do respectivo Termo de Recebimento do objeto ou Recibo.

1.1 - A CONTRATADA deverá manter-se regularizada, perante o Sistema de Seguridade Social (INSS) e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), para que o CONTRATANTE, possa efetuar os devidos pagamentos.

1.2 - O pagamento a que se refere este item fica condicionado a apresentação da CND (INSS) e CRF (FGTS) por parte da CONTRATADA, junto com a nota fiscal.

2 - As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá após a reapresentação da mesma.

3 - O pagamento será feito mediante crédito aberto em conta corrente em nome da Contratada.

4 - Quando o Contratante atrasar o pagamento de contas decorrentes das contratações será aplicado o índice oficial INPC/IBGE para atualização monetária, nos termos do art. 40, inciso XIV, alínea “c”, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA – DA EMISSÃO DA NOTA FISCAL:

1. A CONTRATADA quando da emissão das notas fiscais/faturas, deverá fazer constar na mesma o nº do processo licitatório Pregão Eletrônico nº ____/2023 e Contrato nº ____/2023.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

1. As despesas com o presente contrato, correrão por conta da dotação orçamentária:

DESP.	ELEMENTO	DESCRIÇÃO	FUNCIONAL	DEPARTAMENTO
4269	339030230000	MATERIAL DE UNIFORMES, TECIDOS E AVIA	07.02..12.361.0007.2.022	DIVISAO DE EDUCACAO
4307	339030230000	MATERIAL DE UNIFORMES, TECIDOS E AVIA	07.02..12.361.0007.2.022	DIVISAO DE EDUCACAO
4345	339030230000	MATERIAL DE UNIFORMES, TECIDOS E AVIA	07.02..12.361.0007.2.022	DIVISAO DE EDUCACAO
4383	339030230000	MATERIAL DE UNIFORMES, TECIDOS E AVIA	07.02..12.361.0007.2.022	DIVISAO DE EDUCACAO
4406	339032040000	MATERIAL EDUCACIONAL E CULTURAL	07.02..12.361.0007.2.022	DIVISAO DE EDUCACAO
4412	339032040000	MATERIAL EDUCACIONAL E CULTURAL	07.02..12.361.0007.2.022	DIVISAO DE EDUCACAO
4418	339032040000	MATERIAL EDUCACIONAL E CULTURAL	07.02..12.361.0007.2.022	DIVISAO DE EDUCACAO
4424	339032040000	MATERIAL EDUCACIONAL E CULTURAL	07.02..12.361.0007.2.022	DIVISAO DE EDUCACAO
4430	339032040000	MATERIAL EDUCACIONAL E	07.02..12.361.0007.2.022	DIVISAO DE EDUCACAO



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

061

		CULTURAL		
5942	339030230000	MATERIAL DE UNIFORMES, TECIDOS E AVIA	07.02..12.365.0007.2.032	DIVISAO DE EDUCACAO
5980	339030230000	MATERIAL DE UNIFORMES, TECIDOS E AVIA	07.02..12.365.0007.2.032	DIVISAO DE EDUCACAO
6018	339030230000	MATERIAL DE UNIFORMES, TECIDOS E AVIA	07.02..12.365.0007.2.032	DIVISAO DE EDUCACAO
6056	339030230000	MATERIAL DE UNIFORMES, TECIDOS E AVIA	07.02..12.365.0007.2.032	DIVISAO DE EDUCACAO
6079	339032040000	MATERIAL EDUCACIONAL E CULTURAL	07.02..12.365.0007.2.032	DIVISAO DE EDUCACAO
6085	339032040000	MATERIAL EDUCACIONAL E CULTURAL	07.02..12.365.0007.2.032	DIVISAO DE EDUCACAO
6091	339032040000	MATERIAL EDUCACIONAL E CULTURAL	07.02..12.365.0007.2.032	DIVISAO DE EDUCACAO
6097	339032040000	MATERIAL EDUCACIONAL E CULTURAL	07.02..12.365.0007.2.032	DIVISAO DE EDUCACAO
6103	339032040000	MATERIAL EDUCACIONAL E CULTURAL	07.02..12.365.0007.2.032	DIVISAO DE EDUCACAO

CLÁUSULA OITAVA – DOS PRAZOS, DAS CONDIÇÕES E DO LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO DA LICITAÇÃO:

1. Os produtos, objeto da presente licitação, deverão ser entregues no prazo de até **30 (trinta)** dias úteis, contados da solicitação de entrega emitida pelo órgão responsável, e/ou via e-mail, pelo período de até 12(doze) meses, sendo, contudo prorrogável por igual período se for de interesse da administração, devendo este ser cumprido pela contratada, sob pena de rescisão e demais sanções previstas neste Edital e na Lei nº 8.666/93 e alterações.

2. Os produtos deverão ser entregues no Local indicado na requisição de compras, nos horários das 08:00h às 11:00 h e das 13:00h às 17:00 h (caso haja alteração do funcionamento do setor, estes horários poderão sofrer alterações, sendo o fornecedor avisado com antecedência através de e-mail).Correrá por conta da Contratada as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento.

3. O fornecedor deverá entregar os produtos de acordo com as marcas indicadas na proposta de preços.

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA:

1. O prazo de vigência terá início em _____ com término em _____, sendo, contudo prorrogável por igual período se for de interesse da administração.

CLÁUSULA DÉCIMA:

1. A CONTRATADA não poderá ceder a terceiros as obrigações oriundas deste contrato, sem prévio e expresso consentimento do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO:

1. O CONTRATANTE poderá rescindir administrativamente o presente contrato nas hipóteses e condições previstas nos artigos 78 e 79, no que couber, da Lei 8.666/93, sem que caiba à contratada direito a indenização e sem prejuízo das penalidades. Poderá ainda ser rescindido



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000
Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320
e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

por interesse da administração, devendo nesta hipótese o CONTRATANTE notificar a CONTRATADA com antecedência de 30 (trinta) dias, não sendo devida neste caso nenhuma indenização ou pagamento além do estabelecido na Cláusula Quinta, pelos dias que efetivamente tenha prestado os serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:

1. A CONTRATADA deverá conceder livre acesso aos documentos e registros contábeis da empresa, referentes ao objeto contratado, para os servidores dos órgãos e entidades públicas concedentes e dos órgãos de controle interno e externo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS MULTAS DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

1. A CONTRATADA sujeitar-se-á, em caso de inadimplemento de suas obrigações, definidas neste instrumento ou em outros que o complementem, as seguintes multas, sem prejuízo das sanções legais, Art. 86 a 88 da Lei 8.666/93 e responsabilidades civil e criminal:

a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto licitado, calculado sobre o valor correspondente a parte inadimplida, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento);

b) até 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega;

c) Ao proponente que convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, exigida para a licitação e/ou contrato, ensejar o retardamento da execução do certame e/ou contrato, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, as seguintes sanções, sem prejuízo da reparação dos danos causados à (citar o órgão) pelo infrator:

1) advertência;

2) multa;

3) suspensão temporária do direito de licitar, de contratar com a Administração pelo prazo de até 05 (cinco) anos;

4) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

d) Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recursos nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

CLAUSULA DÉCIMA QUARTA – DESPESAS E ENCARGOS SOCIAIS:

1. Correrão à conta da CONTRATADA todas as despesas e encargos de natureza trabalhista, previdenciária, social ou tributária, incidentes sobre o fornecimento objeto deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:

1. A abstenção por parte do MUNICÍPIO da utilização de qualquer direitos ou faculdade que lhe assistam em razão deste contrato e/ou da lei não importará em renúncia destes mesmos direitos ou faculdades que poderão ser exercidos a qualquer tempo.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:

1. A inexecução total ou parcial do presente Contrato ensejará a sua Rescisão, arcando a CONTRATADA com as consequências contratuais, suas responsabilidades e sanções prevista na Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – ANTICORRUPÇÃO:

1. As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), a Lei nº 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO:

1 – Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta pelo prazo de até 5 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa, física ou jurídica, que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e posteriores alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS ALTERAÇÕES:

1. Nas contratações em que se façam necessárias inclusões de qualquer elemento não constante do presente, serão efetuadas por “ANEXO ou TERMO ADITIVO”, que integrarão o Contrato para todos os fins e efeitos de direito”.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO:

1. As partes contratuais ficam obrigadas a responder pelo cumprimento deste termo, perante o Foro da Comarca de Xambrê, Estado do Paraná, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA que, em razão disso, é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificação, citação inicial e outras medidas em direito permitidas.

Justas e contratadas, firmam as partes este instrumento com as testemunhas presentes ao ato, a fim de que produza seus efeitos legais.

Alto Paraíso, ** de ***** de 2023.

DERCIO JARDIM JUNIOR
Prefeito Municipal Contratante

Contratada



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

Testemunhas

* Se necessário a presente minuta será alterada para eventual adequação a legislação vigente.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000
Av. Pedro Amaro dos Santos, 1546 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320
e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

065

PARECER JURÍDICO

Pregão Eletrônico Nº 059/2023

Processo Administrativo nº 087/2023

Objeto: “Contratação de empresa para fabricação de materiais personalizados do tipo uniformes, calçados, mochilas, bolsa e estojos, destinados a Secretaria de Educação, conforme Anexo I - (Termo de Referência) deste Edital.”

A licitação em análise é aquela de que trata o Edital de Pregão Eletrônico nº 059/2023, iniciada pela Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, objetivando a contratação de empresa para fabricação de materiais personalizados do tipo uniformes, calçados, mochilas, bolsa e estojos, destinados a Secretaria de Educação

Após a justificativa por parte do órgão solicitante informando a necessidade de concretização do objeto da presente licitação, foi realizada a devida cotação de preços para o Pregoeiro formar o “Preço de Referência”, para análise de aceitabilidade das propostas.

A seguir, apresentou-se *parecer contábil* demonstrando-se a classificação da dotação orçamentária e confirmação e reserva de saldo para a referida aquisição.

Quanto à escolha da modalidade licitatória não há qualquer irregularidade, eis que a aquisição dos bens objeto do presente processo licitatório podem ser definidos como **bens comuns** e, portanto, podem ser licitados através da modalidade prégo eletrônico, nos termos da Lei 10.520/2002 c/c Decreto 10.024/2019.

Conforme as lições de MARÇAL JUSTEN FILHO, *“bem ou serviço comum é aquele que apresenta sob identidade e características padronizadas e que se encontra disponível, a qualquer tempo, num mercado próprio”* (JUSTEN FILHO, Marçal. Pregão. 2. ed. São Paulo: Dialética: 2003. p. 30).

Regra geral, tais bens e serviços apresentam-se sob identidades e características padronizadas, na medida em que são definidos de modo uniforme e geral. Ademais, encontram-se disponíveis, a qualquer tempo, no mercado, uma vez que existem várias empresas capacitadas para prestá-los.

Bem como, no que tange aos pressupostos exigidos pela modalidade licitatória Pregão, a Comissão de Licitação, especialmente o Pregoeiro e Equipe de Apoio deverão observar os requisitos delineados na Lei 10.520/2002 c/c Decreto 10.024/2019, e,



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 1546 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

060

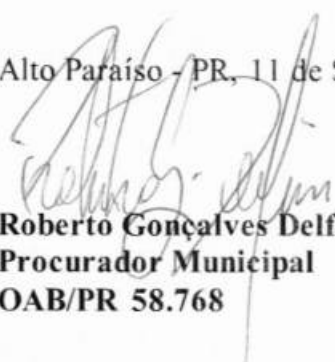
subsidiariamente a Lei 8.666/93, no que couber, acerca de eventuais omissões que eventualmente surgirem (art. 9º).

Esta Procuradoria Jurídica ressalta aos Membros da Comissão de Licitação e ao Pregoeiro para atentarem ao disposto no Art. 9ª da Lei 8.666/93, bem como ao Art. 91 da Lei Orgânica do Município de Alto Paraíso, que disciplina as proibições de contratar com o Município, e proibição de participar de Licitação, realizada pela Prefeitura.

Estando, portanto, regular o processo licitatório até aqui, respeitando todos os requisitos legais referentes a esta etapa do procedimento, esta Procuradoria Jurídica da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, nos termos do Art. 38 Parágrafo único da Lei 8666/93 **dá parecer favorável à aprovação da minuta do Edital e do Contrato.**

É o parecer.

Alto Paraíso - PR, 11 de Setembro de 2023.


Roberto Gonçalves Delfim
Procurador Municipal
OAB/PR 58.768



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR 067
CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000
Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320
e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo nº 087/2023

Pregão Eletrônico - nº 059/2023

O **MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO**, Estado do Paraná, torna público, para conhecimento a quem interessar possa, que de acordo com a legislação em vigor, encontra-se aberta **LICITAÇÃO, NA MODALIDADE PREGAO, NA FORMA ELETRONICA**, para o seguinte.

OBJETO: “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FABRICAÇÃO DE MATERIAIS PERSONALIZADOS DO TIPO UNIFORMES, CALÇADOS, MOCHILAS, BOLSA E ESTOJOS, DESTINADO A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CONFORME ANEXO I – (TERMO DE REFERÊNCIA) DESTE EDITAL”, conforme descritos e especificados no Anexo I deste instrumento convocatório”.

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08h00min horas do dia 25/09/2023.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08h01min às 08h30min horas do dia 25/09/2022.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 08h31min horas do dia 25/09/2022.

VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO: R\$ 441.899,50 (quatrocentos e quarenta e um mil oitocentos e noventa e nove reais e cinquenta centavos).

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Decreto Federal nº 5.450 de 31 de maio de 2005 e 5.504 de 05 de agosto de 2005, Decreto Federal nº 7.892/2013, da Lei Complementar 123/2006, Lei Complementar 147/2014, Decreto Federal 10.024/2019, Lei Complementar Municipal nº 109/2021, de 08 de Junho de 2021 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

O edital e demais documentos pertinentes a presente licitação poderão ser apreciados e fornecidos na Prefeitura Municipal, no horário das 7:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00, maiores informações pelo telefone (44) 3664-1320 ou no site www.altoparaíso.pr.gov.br ou em www.bll.org.br, conforme art. 32 da Lei Federal 8.666/93.

Edifício da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, aos 11 dias do mês de Setembro de 2023.

DERCIO JARDIM JUNIOR
Prefeito Municipal



069

Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR
CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000
Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320
e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

REAVISO DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo nº 087/2023

Pregão Eletrônico - nº 059/2023

O **MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO**, Estado do Paraná, torna público, para conhecimento a quem interessar possa, que de acordo com a legislação em vigor, encontra-se aberta **LICITAÇÃO, NA MODALIDADE PREGAO, NA FORMA ELETRONICA**, para o seguinte.

OBJETO: “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FABRICAÇÃO DE MATERIAIS PERSONALIZADOS DO TIPO UNIFORMES, CALÇADOS, MOCHILAS, BOLSA E ESTOJOS, DESTINADO A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CONFORME ANEXO I – (TERMO DE REFERÊNCIA) DESTA EDITAL”, conforme descritos e especificados no Anexo I deste instrumento convocatório”.

TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08h00min horas do dia 26/09/2023.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08h01min às 08h30min horas do dia 26/09/2023.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 08h31min horas do dia 26/09/2023.

VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO: R\$ 441.899,50 (quatrocentos e quarenta e um mil oitocentos e noventa e nove reais e cinquenta centavos).

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Decreto Federal nº 5.450 de 31 de maio de 2005 e 5.504 de 05 de agosto de 2005, Decreto Federal nº 7.892/2013, da Lei Complementar 123/2006, Lei Complementar 147/2014, Decreto Federal 10.024/2019, Lei Complementar Municipal nº 109/2021, de 08 de Junho de 2021 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

O edital e demais documentos pertinentes a presente licitação poderão ser apreciados e fornecidos na Prefeitura Municipal, no horário das 7:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00, maiores informações pelo telefone (44) 3664-1320 ou no site www.altoparaíso.pr.gov.br ou em www.bll.org.br, conforme art. 32 da Lei Federal 8.666/93.

Edifício da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, aos 12 dias do mês de Setembro de 2023.

DERCIO JARDIM JUNIOR
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL

Estado do Paraná
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
EDITAL Nº 051/2023, DE 12 DE SETEMBRO DE 2023

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
CONVOCA CANDIDATA CLASSIFICADA NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº 051/2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a Classificação Final do Processo Seletivo Simplificado, instaurado pelo Edital nº 021/2023, de 26 de julho de 2023 e homologado pelo Edital nº 036/2023 - de 22 de agosto de 2023, RESOLVE:

I - CONVOCAR a candidata, abaixo identificada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado, instaurado pelo Edital nº 021/2023, para comparecer na Divisão de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Cafetal do Sul, até o dia 15 de setembro de 2023, no horário de atendimento ao público das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00 horas, para assumir a vaga ofertada, conforme segue:

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
INSCR. CANDIDATO: ANDREIA ESPADIN MODENA
DOC./RG: 9.834.808-5/PR
CLASSIF. 3ª

II - DETERMINAR que a candidata convocada apresente cópia autenticada em cartório da documentação abaixo, ou cópia acompanhada dos respectivos originais para conferência, quando couber:

- Cédula de Identidade;
- Cadastro de Pessoa Física - CPF;
- Carteira Nacional de Habilitação (se houver);
- Título de Eleitor com o último comprovante de votação;
- Comprovante de Conta Corrente ou Conta Salário no Banco Bradesco;
- Registro Civil (Nascimento ou Casamento);
- Cartão de Cadastro no PIS/PASEP;
- Declaração de Cadastro Social - CTPS;
- Carteira Profissional e Previdência Social - CTPS;
- Declaração Pessoal de não acumulação de cargos, exceto as previstas pela Constituição Federal;
- Comprovação de Regularidade Fiscal com o Estado, mediante a exibição de Certidão Negativa de Débito, atualizada até mês da assinatura do contrato temporário (www.fazenda.pr.gov.br);
- Apresentar Certidão da Justiça Estadual e Justiça Federal (Atestado de antecedentes criminais) que comprovem não ter qualquer restrição de ordem criminal que impeça o livre exercício de direitos;
- Exame Médico Pericial atestando estar em condições para o trabalho;
- Comprovante de residência.

III - A candidata deverá ainda, se submeter a exames de aptidão física, de caráter eliminatório, com o objetivo de aferir se as condições de saúde são adequadas ao exercício das atividades inerentes ao cargo.

IV - O não comparecimento, no prazo fixado, para atender o presente Edital e confirmar a aceitação, implicará na desistência em caráter definitivo e irrevogável do candidato.

V - Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Cafetal do Sul, Estado do Paraná, aos 12 dias do mês de setembro de 2023.
MÁRIO JUNIO KAZUO DA SILVA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

Estado do Paraná
REPUBLICADO POR INCORREÇÃO
REAVISO DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo nº 067/2023
Pregão Eletrônico - nº 059/2023

O MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO, Estado do Paraná, torna público, para conhecimento a quem interessar possa, que de acordo com o legislação em vigor, encontra-se aberta LICITAÇÃO, NA MODALIDADE PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, para o seguinte:

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FABRICAÇÃO DE MATERIAIS PERSONALIZADOS DO TIPO UNIFORMES, CALÇADOS, MOCHILAS, BOLSA E ESTOJOS, DESTINADO A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CONFORME ANEXO I - (TERMO DE REFERÊNCIA) DESTE EDITAL, conforme descritos e especificados no Anexo I deste instrumento convocatório.

TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08h00min horas do dia 26/09/2023.
ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08h01min às 08h30min horas do dia 26/09/2023.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 08h31min horas do dia 26/09/2023.
VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO: R\$ 441.899,50 (quatrocentos e quarenta e um mil oitocentos e noventa e nove reais e cinquenta centavos).

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Decreto Federal nº 5.450 de 31 de maio de 2005 e 5.504 de 05 de agosto de 2005, Decreto Federal nº 7.892/2013, da Lei Complementar 123/2006, Lei Complementar 147/2014, Decreto Federal 10.024/2019, Lei Complementar Municipal nº 109/2021, de 08 de Junho de 2021 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

O edital e demais documentos pertinentes a presente licitação poderão ser apreciados e fornecidos na Prefeitura Municipal, no horário das 7:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00, maiores informações pelo telefone (44) 3664-1320 ou no site www.altoparaíso.pr.gov.br ou em www.bll.org.br, conforme art. 32 da Lei Federal 8.666/93.

Edifício da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, aos 12 dias do mês de Setembro de 2023.
DERCIO JARDIM JUNIOR
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL

Estado do Paraná
PORTARIA Nº 343/2023, DE 01 DE SETEMBRO DE 2023
EMENTA: EXONERAR POR TÉRMINO DE CONTRATO O SERVIDOR ALTAIR CAMILO, brasileiro, inscrito na C/ RG sob nº 4.882.596-2/PR e CPF nº 828.752.009-68, do Cargo de Provedor Temporário de MOTORISTA - NÍVEL IV - 40 horas, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 04 de setembro de 2023.

RESOLVE:
Art. 1º - Exonerar por término de contrato, o Servidor ALTAIR CAMILO, brasileiro, inscrito na C/ RG sob nº 4.882.596-2/PR e CPF nº 828.752.009-68, do Cargo de Provedor Temporário de MOTORISTA - NÍVEL IV - 40 horas, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 04 de setembro de 2023.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ressalvado o disposto no artigo anterior.

Art. 3º - REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
Paço Municipal de Cafetal do Sul, Estado do Paraná, ao 1º dia do mês de setembro de 2023.
MÁRIO JUNIO KAZUO DA SILVA
Prefeito Municipal

108	7	PEC	Lâmpada H11 24V	PHILIPES	R\$ 99,00
109	3	PEC	Lâmpada H12 12V	PHILIPES	R\$ 29,00
110	2	PEC	Lâmpada H27 12V	PHILIPES	R\$ 44,00
111	28	PEC	Lâmpada H3 12V	PHILIPES	R\$ 39,00
112	8	PEC	Lâmpada H3 24V	PHILIPES	R\$ 59,00
113	35	PEC	Lâmpada H4 12V	PHILIPES	R\$ 49,00
114	5	PEC	Lâmpada H4 24V	PHILIPES	R\$ 74,00
115	21	PEC	Lâmpada H7 12 V	PHILIPES	R\$ 129,00
116	7	PEC	Lâmpada H7 24 V	PHILIPES	R\$ 103,00
117	2	PEC	Lâmpada H8 12V	PHILIPES	R\$ 103,00
118	5	PEC	Lâmpada HB3 12V	COFRAN	R\$ 89,00
119	2	PEC	Lâmpada HB4 12V	BOSCH	R\$ 1.398,00
120	2	PEC	Lâmpada HB4 24V	BOSCH	R\$ 1.299,00
121	2	PEC	Lâmpada H11 24V	BOSCH	R\$ 1.299,00
122	2	PEC	Lâmpada H12 12V	BOSCH	R\$ 1.299,00
123	2	PEC	Lâmpada H27 12V	BOSCH	R\$ 1.299,00
124	2	PEC	Lâmpada H3 12V	BOSCH	R\$ 1.299,00
125	2	PEC	Lâmpada H3 24V	BOSCH	R\$ 1.299,00
126	2	PEC	Lâmpada H4 12V	BOSCH	R\$ 1.299,00
127	2	PEC	Lâmpada H4 24V	BOSCH	R\$ 1.299,00
128	2	PEC	Lâmpada H7 12 V	BOSCH	R\$ 1.299,00
129	2	PEC	Lâmpada H7 24 V	BOSCH	R\$ 1.299,00
130	2	PEC	Lâmpada H8 12V	BOSCH	R\$ 1.299,00
131	2	PEC	Lâmpada HB3 12V	BOSCH	R\$ 1.299,00
132	2	PEC	Lâmpada HB4 12V	BOSCH	R\$ 1.299,00
133	2	PEC	Lâmpada HB4 24V	BOSCH	R\$ 1.299,00
134	2	PEC	Lâmpada H11 24V	BOSCH	R\$ 1.299,00
135	2	PEC	Lâmpada H12 12V	BOSCH	R\$ 1.299,00
136	2	PEC	Lâmpada H27 12V	BOSCH	R\$ 1.299,00
137	2	PEC	Lâmpada H3 12V	BOSCH	R\$ 1.299,00
138	2	PEC	Lâmpada H3 24V	BOSCH	R\$ 1.299,00
139	2	PEC	Lâmpada H4 12V	BOSCH	R\$ 1.299,00
140	2	PEC	Lâmpada H4 24V	BOSCH	R\$ 1.299,00
141	2	PEC	Lâmpada H7 12 V	BOSCH	R\$ 1.299,00
142	2	PEC	Lâmpada H7 24 V	BOSCH	R\$ 1.299,00
143	2	PEC	Lâmpada H8 12V	BOSCH	R\$ 1.299,00
144	2	PEC	Lâmpada HB3 12V	BOSCH	R\$ 1.299,00
145	2	PEC	Lâmpada HB4 12V	BOSCH	R\$ 1.299,00
146	2	PEC	Lâmpada HB4 24V	BOSCH	R\$ 1.299,00
147	2	PEC	Lâmpada H11 24V	BOSCH	R\$ 1.299,00
148	2	PEC	Lâmpada H12 12V	BOSCH	R\$ 1.299,00
149	2	PEC	Lâmpada H27 12V	BOSCH	R\$ 1.299,00
150	2	PEC	Lâmpada H3 12V	BOSCH	R\$ 1.299,00
151	2	PEC	Lâmpada H3 24V	BOSCH	R\$ 1.299,00
152	2	PEC	Lâmpada H4 12V	BOSCH	R\$ 1.299,00
153	2	PEC	Lâmpada H4 24V	BOSCH	R\$ 1.299,00
154	2	PEC	Lâmpada H7 12 V	BOSCH	R\$ 1.299,00
155	2	PEC	Lâmpada H7 24 V	BOSCH	R\$ 1.299,00
156	2	PEC	Lâmpada H8 12V	BOSCH	R\$ 1.299,00
157	2	PEC	Lâmpada HB3 12V	BOSCH	R\$ 1.299,00
158	2	PEC	Lâmpada HB4 12V	BOSCH	R\$ 1.299,00
159	2	PEC	Lâmpada HB4 24V	BOSCH	R\$ 1.299,00
160	2	PEC	Lâmpada H11 24V	BOSCH	R\$ 1.299,00
161	2	PEC	Lâmpada H12 12V	BOSCH	R\$ 1.299,00
162	2	PEC	Lâmpada H27 12V	BOSCH	R\$ 1.299,00
163	2	PEC	Lâmpada H3 12V	BOSCH	R\$ 1.299,00
164	2	PEC	Lâmpada H3 24V	BOSCH	R\$ 1.299,00
165	2	PEC	Lâmpada H4 12V	BOSCH	R\$ 1.299,00
166	2	PEC	Lâmpada H4 24V	BOSCH	R\$ 1.299,00
167	2	PEC	Lâmpada H7 12 V	BOSCH	R\$ 1.299,00
168	2	PEC	Lâmpada H7 24 V	BOSCH	R\$ 1.299,00
169	2	PEC	Lâmpada H8 12V	BOSCH	R\$ 1.299,00
170	2	PEC	Lâmpada HB3 12V	BOSCH	R\$ 1.299,00
171	2	PEC	Lâmpada HB4 12V	BOSCH	R\$ 1.299,00
172	2	PEC	Lâmpada HB4 24V	BOSCH	R\$ 1.299,00
173	2	PEC	Lâmpada H11 24V	BOSCH	R\$ 1.299,00
174	2	PEC	Lâmpada H12 12V	BOSCH	R\$ 1.299,00
175	2	PEC	Lâmpada H27 12V	BOSCH	R\$ 1.299,00
176	2	PEC	Lâmpada H3 12V	BOSCH	R\$ 1.299,00
177	2	PEC	Lâmpada H3 24V	BOSCH	R\$ 1.299,00
178	2	PEC	Lâmpada H4 12V	BOSCH	R\$ 1.299,00
179	2	PEC	Lâmpada H4 24V	BOSCH	R\$ 1.299,00
180	2	PEC	Lâmpada H7 12 V	BOSCH	R\$ 1.299,00
181	2	PEC	Lâmpada H7 24 V	BOSCH	R\$ 1.299,00
182	2	PEC	Lâmpada H8 12V	BOSCH	R\$ 1.299,00
183	2	PEC	Lâmpada HB3 12V	BOSCH	R\$ 1.299,00
184	2	PEC	Lâmpada HB4 12V	BOSCH	R\$ 1.299,00
185	2	PEC	Lâmpada HB4 24V	BOSCH	R\$ 1.299,00
201	5	PEC	Soque te farol Universal	MARILLIA	R\$ 14,00
205	7	PEC	Terminal de bateria	ZM	R\$ 239,00
207	1	PEC	Automático Partida 501	ZM	R\$ 279,00
208	2	PEC	Automático partida JF 531	ZM	R\$ 239,00
209	3	PEC	Automático Partida 571		



BLL COMPRAS

Extrato de publicação

PREGÃO ELETRÔNICO - 59/2023

Nº PROC. ADM. 87/2023

Extrato de licitação gerado automaticamente pelo sistema BLLCOMPRAS torna público para conhecimento dos interessados que o órgão MUNICIPIO DE ALTO PARAISO, de acordo com a regulamentação DECRETO 10.024/2019 realizará PREGÃO ELETRÔNICO sendo conduzido pelo condutor VALDEMIR RIBEIRO SPARAPAN e tendo como autoridade DERCIO JARDIM JUNIOR.

PUBLICAÇÃO: 12/09/2023 16:15

ÍCIO REC. PROPOSTA: 13/09/2023 07:30

FIM REC. PROPOSTA: 26/09/2023 08:00

INÍCIO DISPUTA: 26/09/2023 08:31

TIPO DE LANCE: MENOR LANCE

TIPO ENCERRAMENTO: ABERTO

EXCLUSIVO ME: NÃO

VALOR TOTAL DO PROCESSO: R\$ 441.899,5000

OBJETO DO PROCESSO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FABRICAÇÃO DE MATERIAIS PERSONALIZADOS DO TIPO UNIFORMES, CALÇADOS, MOCHILAS, BOLSA E ESTOJOS, DESTINADOS A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CONFORME ANEXO I – (TERMO DE REFERÊNCIA) DESTE EDITAL

Para demais informações contato via e-mail: licitacaoaltoparaíso@yahoo.com.br, telefone: 4436441320 ou acesso pelo link: https://bllcompras.com/Process/ProcessView?param1=%5B%5D5cnYCddWtulZrsuWAWQOapY2nx03ncd6jUskmSXFeiffmF2ulFseN8vl37AqSSDzUteEQi9ob8ItkiQLBC_XmRjuVFNZrKQ8kMAqgzNyu2A%3D


VALDEMIR RIBEIRO SPARAPAN

ALTO PARAÍSO-PR - 12/09/2023

**TCEPR**
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ[Voltar](#)

Registrar processo licitatório

Informações Gerais	
Município	ALTO PARAÍSO
Entidade Executora	MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO
Os campos Ano, N° e Modalidade devem ser iguais aos informados (à informar) no SIM-AM	
Ano*	2023
Modalidade*	Pregão
Nº licitação/dispensa/inexigibilidade*	59
Recursos provenientes de organismos internacionais/multilaterais de crédito	
A licitação utiliza estes recursos? <input type="checkbox"/>	
Número edital/processo*	0872023
Descrição do Objeto*	PERSONALIZADOS DO TIPO UNIFORMES, CALÇADOS, MOCHILAS, BOLSA E ESTOJOS, DESTINADO A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CONFORME ANEXO I – (TERMO DE REFERÊNCIA) DESTE EDITAL, conforme descritos e especificados no Anexo I deste instrumento convocatório
Forma de Avaliação	Menor Preço
Dotação Orçamentária*	4269339030230000070236100072
<input type="checkbox"/> A entidade optou pelo sigilo do valor estimado do objeto da licitação? (artigo 34 da Lei Federal 13.303/2016)	
Preço máximo/Referência de preço - R\$*	441.899,50
Data de Lançamento do Edital	11/09/2023
Data da Abertura das Propostas	26/09/2023
Há itens exclusivos para EPP/ME?	
Há cota de participação para EPP/ME?	
Trata-se de obra com exigência de subcontratação de EPP/ME?	
Há prioridade para aquisições de microempresas regionais ou locais?	

Confirmar

CPF: 6633488971 (Logout)



CÓPIA EXTRAÍDA DE AUTOS DIGITAIS

Processo: 613645/23

Assunto: REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº 8.666/1993 - Pregão

Entidade: MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO

Índice de Peças

1. 001 - Formulário de Encaminhamento
2. 002 - Extrato de Autuação
3. 003 - Petição (Representação Alto Paraíso-PR)
4. 004 - Outros Documentos (Edital 59-2023_merged)
5. 005 - Outros Documentos (iii caut)
6. 006 - Outros Documentos (IV_655840_267759_merged)
7. 007 - Outros Documentos (Anexo- Contrato Social)
8. 008 - Procuração (i proc)
9. 009 - Termo de Distribuição
10. 010 - Despacho



FORMULÁRIO DE ENCAMINHAMENTO

Encaminho a petição com os seguintes dados:

ASSUNTO: **REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº 8.666/1993 - Pregão**

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

SUJEITOS DO PROCESSO

Entidade: **MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO**

Representante: **LUCCAS BERESA DE PAULA MACEDO**

DOCUMENTOS ANEXOS

- Petição (Representação Alto Paraíso-PR)
- Outros Documentos (Edital 59-2023_merged)
- Outros Documentos (iii caut)
- Outros Documentos (IV_655840_267759_merged)
- Outros Documentos (Anexo- Contrato Social)
- Procuração (i proc)

PETICIONÁRIO: **LUCCAS BERESA DE PAULA MACEDO, CPF 087.638.329-09, em seu próprio nome.**

Curitiba, 14 de setembro de 2023 14:38:01



EXTRATO DE AUTUAÇÃO Nº: 613645/23

Recebemos, mediante acesso ao serviço de peticionamento eletrônico eContas Paraná, a petição com os seguintes dados indicados pelo instaurador:

PROCESSO: 613645/23

ASSUNTO: **REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº 8.666/1993 - Pregão**

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

SUJEITOS DO PROCESSO

Entidade: **MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO**

Representante: **LUCCAS BERESA DE PAULA MACEDO**

DOCUMENTOS ANEXOS

- Formulário de Encaminhamento
- Petição (Representação Alto Paraíso-PR)
- Outros Documentos (Edital 59-2023_merged)
- Outros Documentos (iii caut)
- Outros Documentos (IV_655840_267759_merged)
- Outros Documentos (Anexo- Contrato Social)
- Procuração (i proc)

PETICIONÁRIO: **LUCCAS BERESA DE PAULA MACEDO**, CPF 087.638.329-09, em seu próprio nome.

Curitiba, 14 de setembro de 2023 14:38:29

ADVOCACIA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR CONSELHEIRO PRESIDENTE DO TRIBUNAL
DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 059/2023

ESTAÇÃO DO CONHECIMENTO COMÉRCIO DE CALÇADOS E CONFECÇÕES LTDA, sediada no endereço: Est Vereador Júlio Ferreira Filho, no 1200, Caçaiguera, Campina Grande do Sul/PR. CEP: 83.430-000, inscrita no CNPJ nº 09.255.998/0001-40, neste ato representado por seus procuradores infrassignatários, e, doravante denominada Representante, nos termos da procuração – **Anexo I**, vem respeitosamente perante Vossa Excelência, com fulcro no artigo 113, §1º, da Lei Federal nº 8.666/1993, nos artigos 30 e seguintes, c/c com o artigo 53 da Lei Orgânica do Tribunal de Contas propor a presente

REPRESENTAÇÃO COM PEDIDO DE MEDIDA CAUTELAR INAUDITA ALTERA PARTE

em face das ilegalidades praticadas pelo Presidente e demais membros da Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR, pessoa jurídica de direito público sujeita a jurisdição desta Egrégia Corte, doravante denominada Representada, que no edital do Pregão Eletrônico nº 059/2023, inseriu exigências ilegais de qualificação técnica e unificou indevidamente materiais diversos em lote único, em desacordo com a legislação pertinente e com a jurisprudência das Cortes de Contas, conforme exposto a seguir:

I – DA SÍNTESE FÁTICA

A Representada publicou edital de licitação (**Anexo II – Edital**), com a finalidade de adquirir kits de uniformes escolares para a Rede Municipal de Ensino.

A Representante, ao deparar-se com as exigências de documentação de qualificação técnica, se deparou com a ilegal exigência de ALVARÁ DE LICENÇA AMBIENTAL (LA) e LICENÇA DE OPERAÇÃO DE REGULARIZAÇÃO, documentos esses não previstos no rol taxativo de qualificação técnica no art. 30 da Lei nº 8.666/93 e juntou uniformes têxteis, bolsas, mochilas e jalecos com calçados em lote único, condições estas que devem ser sanadas imediatamente, conforme doravante será demonstrado.

ADVOCACIA

II – DOS FUNDAMENTOS

A seguir trata-se dos fundamentos pelos quais o presente edital deve ser suspenso e alterado, de modo a permitir a ampla participação das empresas do setor de confecção de indumentária escolar, evitando assim possíveis direcionamentos e garantindo a observância dos princípios constitucionais aplicáveis às Licitações. Vamos a eles:

II – a) DA TAXATIVIDADE DA DOCUMENTAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA – ART. 30 DA LEI nº 8.666/93

A Representante foi surpreendida pela exigência, na documentação de qualificação técnica, dos seguintes documentos:

7.3.8. Alvará de Licença (LA) da empresa, devidamente vigente para fins de comprovação de respeitabilidade a legislação ambiental;

7.3.9. Licença de Operação de Reregularização junto ao Instituto Água e Terra – IAT, para atividades têxtil, conforme Art. 8º, Inciso III da Resolução nº 237/97 – Conama e Artigo 3º, Inciso VI da Resolução nº 102/2019 – CEMA, em nome da proponente.

E isto, pois a Lei nº 8.666/93 é taxativa no sentido de restringir quais documentos podem ser exigidos em licitações e o Alvará de Liberação Ambiental e Licença de Operação e Regularização não estão previstos no rol taxativo. Confira-se:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

I – registro ou inscrição na entidade profissional competente;

II – comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

III – comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

IV – prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

Por motivos óbvios, os incisos I, II, III não podem ser utilizados para amparar a exigência de Alvará de Licença Ambiental e Licença de Operação e Regularização, pois tratam de assuntos diversos.

Tampouco o inciso IV pode ser utilizado, pois o texto do art. 30 é claro no sentido de ser exigível a prova de atendimento de requisitos previstos em lei. E o edital não ampara a exigência das documentações ambientais em lei, mas sim em atos normativos infralegais (Resoluções).

ADVOCACIA

E mesmo que essas resoluções fossem equiparados à lei (o que não é o caso), mesmo assim não poderiam amparar a exigência de tais documentos, pois os artigos mencionados no edital para "amparar" sua exigência não obrigam a sua apresentação em licitações, muito menos para aquisição de uniformes e calçados escolares. Examinemos:

Resolução CONAMA Nº 237 DE 19/12/1997

Art. 8º. O Poder Público, no exercício de sua competência de controle, expedirá as seguintes licenças:

(...)

III - Licença de Operação (LO) - autoriza a operação da atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinados para a operação.

Resolução CEMA Nº 105 DE 17/12/2019

Art. 3º O órgão ambiental competente, no exercício de sua competência de controle ambiental, expedirá os seguintes atos administrativos, referentes ao licenciamento ambiental:

(...)

VI - Licença de Operação-LO: autoriza a operação da atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambientais e condicionantes determinados para a operação;

Cabe ressaltar aqui o óbvio, esses artigos apenas servem para dar o amparo legal de emissão de licenças de operação, não tratando sobre a obrigatoriedade de apresentação destas licenças em licitações de artigos de vestuário e calçados.

Portanto, considerando **a)** A taxatividade do rol de documentos de qualificação técnica previstos no art. 67 da Lei 14.133/21; **b)** O reforço do legislador ao expressamente utilizar as palavras "será restrita a" para proibir a inserção de documentos não previstos em lei (como é o caso da licença de operação ambiental e Alvará de liberação ambiental). **c)** Do inciso IV do art. 67 da Lei 14.133/21 ser expresso ao autorizar a exigência de documentos previstos em lei especial; **d)** do fato da licença de operação ambiental e Alvará de liberação ambiental serem previstos em resolução, logo normas infralegais, não se enquadrando no inciso IV do art. 67 da Lei 14.133/21; **e)** Do fato das resoluções apontadas não citarem, muito menos obrigarem a apresentação destes documentos em licitações, comprova-se a total ilegalidade da exigência desses documentos. Fato este que demanda a exclusão do Edital das cláusulas 7.3.8 e 7.3.9.

II - b) DA ILEGALIDADE DA EXIGÊNCIA DE LICENÇAS AMBIENTAIS PARA EMPRESAS QUE VENDEM E CONFECCIONAM ARTIGOS DE VESTUÁRIO

Caso a óbvia constatação da ilegalidade da exigência de documentação ambiental como obrigatória nesta licitação não seja reconhecida, o que não se espera, passa-se a demonstrar que para o objeto desta licitação, conforme a legislação de regência, não é necessário o licenciamento ambiental, reforçando assim, a flagrante ilegalidade da exigência destes documentos para este certame.

ADVOCACIA

Conforme o Edital, o objeto da licitação seria "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FABRICAÇÃO DE MATERIAIS PERSONALIZADOS DO TIPO UNIFORMES, CALÇADOS, MOCHILAS, BOLSA E ESTOJOS, DESTINADO A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CONFORME ANEXO I – (TERMO DE REFERÊNCIA) DESTE EDITAL". Todavia, essa nomenclatura é apenas um estratagema para "amparar" as exigências ilegais de licenças ambientais.

Na realidade, o objeto é a simples compra de materiais acabados de vestuário escolar, tanto que o edital não justifica por qual razão seria necessária a contratação de empresa para fabricação dos objetos licitados. Basta consultar os editais dos anos anteriores, para constatar o óbvio: Na prática, objetos são idênticos.

Empresas que são revendedoras destes materiais acabados e não fabricantes conseguem entregar os objetos licitados perfeitamente. E assim o fazem em todas as licitações desses objetos Brasil afora.

Explicitado que o objeto desta licitação pode ser atendido perfeitamente por empresas revendedoras, ressalta-se que a Resolução CEMA N° 105 DE 17/12/2019, utilizada pela Representada para amparar a exigência destes documentos é clara ao considerar inexigível (não obrigatório), o licenciamento ambiental de empresas de comércio e de confecção de artigos do vestuário (como é o caso das empresas que vendem itens de vestuário e calçados como os objetos desta licitação). Examinemos:

Art. 62. A DILA (Declaração de Inexigibilidade de Licenciamento Ambiental) será concedida para atividades e empreendimentos dotados de impactos ambiental e socioambiental insignificantes para os quais é inexigível o licenciamento ambiental, respeitadas as legislações municipais, a exemplo de: (...)

III – Comércio e prestação de serviços;

IV – Confecção de artigos do vestuário, cama, mesa e banho e acessórios complementares;

Como seria exigível a licença de operação nesta licitação, se a própria Resolução de regência é clara no sentido que não se podem/devem emitir licenças para essa atividade?

Além disso, tanto a Resolução N° 237 de 1997 do CONAMA, quanto a Resolução CEMA N° 105 DE 17/12/2019 não citam a atividade de "Confecção de Vestuário" e "Comércio" como sendo atividades enquadradas de risco ambiental.

Desde já, ressalta-se que caso a Representada alegue as licenças ambientais seriam exigíveis para Indústria têxtil, de vestuário, calçados e artefatos de tecidos, registramos que tal argumento não procede, pois estar-se-ia limitando, sem justificativas, a competição neste certame apenas para empresas que necessariamente dominem todas as etapas de produção de artigos de vestuário.

Esse argumento não merece prosperar, pois o objeto do certame em análise é idêntico a inúmeros certames realizados por outros entes federativos, cuja contratação pode ocorrer com uma fábrica têxtil ou com uma revendedora de produtos, por exemplo.

ADVOCACIA

E, no caso de uma revendedora, ela não precisa possuir, nem é exigível que possua as duas licenças ambientais exigidas.

Deste modo, a conduta da Representada em implantar no Edital a exigência de licença ambiental a uma empresa que revende itens de vestuário, é como exigir que uma padaria plante o trigo, o transforme em farinha e por fim produza o pão.

Ou seja, exigir as licenças ambientais em nome da licitante é restringir, indevidamente, a competição apenas a fabricantes que tenham condições de tecer a malha, cortar, costurar, realizar TODOS os acabamentos, tingir, aplicar silks e bordados, sendo que empresas que se dedicam a todas as etapas produtivas de artigos têxteis são raríssimas.

Neste caso, é óbvio que não é exigível que uma empresa revendedora de itens de vestuário apresente ou possua licenças ambientais para essa atividade, pois não executa (e nem precisa executar) nenhuma atividade que a lei exija licenciamento ambiental para tal.

Excluir de licitações as empresas revendedoras que possuem capacidade técnica de entregar o objeto da licitação apenas porque terceirizam o serviço de fabricação é direcionar a licitação para uma única empresa que domine todo o processo fabril.

Na prática, a exigência da apresentação da Licença de Operação Ambiental atua como limitadora ao número de participantes aptos a serem vencedores de fato no certame, afrontando o disposto na própria Lei que regula o procedimento licitatório, pois viola frontalmente o inciso I do § 1º do art. 3º da Lei 8.666/93 e art. 44, descritos a seguir:

Art. 3º (...)

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I – admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato (...)

Art. 44 “É vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fator sigiloso, secreto, subjetivo ou reservado que possa ainda que indiretamente elidir o princípio da igualdade entre os licitantes.”

Ademais, especificamente quanto à **ILEGALIDADE** da exigência de licenças ambientais ou assemelhados, já se manifestou o Tribunal de Contas do Espírito Santo acerca do tema no Acórdão TC-1176/2017 do Processo TC: 4716/2015 – Prefeitura de Linhares-ES:

“Quanto à exigência de licença ambiental de operação ou regularização como condição de habilitação, entende a área técnica deste TCE-ES que a mesma somente é exigível de quem domine todo o processo produtivo, incluindo tingimento e silkscreen dos tecidos, sendo que o objeto da licitação era a aquisição de uniformes pela administração.

ADVOCACIA

Entende que não era necessário que o vencedor do certame dominasse todo o processo produtivo dos uniformes, pois essa condição não é indispensável para que o vencedor do certame entregue o objeto licitado." (...)

"Entendo assistir razão à área técnica com relação às irregularidades apontadas. Com relação à exigência de licença ambiental, corroboro o entendimento no sentido de que no caso da licitação em comento, qual seja, a aquisição de uniformes, não havia a necessidade de exigência da referida licença dos participantes da licitação como condição de habilitação.

Com efeito, é pacífica a jurisprudência do Tribunal de Contas da União de que não se podem exigir como condição de habilitação quesitos que gerem custos desnecessários aos licitantes que não se sagrem vencedores, conforme Súmula 272/2012-TCU:

"No edital de licitação, é vedada a inclusão de exigências de habilitação e de quesitos de pontuação técnica para cujo atendimento os licitantes tenham de incorrer em custos que não sejam necessários anteriormente à celebração do contrato."

Desse modo adoto como razão de decidir os fundamentos colacionados pela área técnica no sentido de que no certame em exame não havia justificativa para a exigência da licença ambiental como condição de habilitação."

Novamente em 2021, o TCE-ES reforçou a ilegalidade da exigência de licença de operação ambiental como documento de qualificação técnica para uniformes escolares, inclusive caso o objeto da licitação fosse de "contratação de empresa especializada para confecção de uniformes escolares". Ou seja, a adoção dessa nomenclatura no objeto da licitação não é argumento hábil para justificar a exigência de licenças ambientais. Confira-se:

"Do fundado receio de grave ofensa ao interesse público ou *fumus boni iuris*.

Da análise dos autos, verifico que conforme afirmou o representante, bem como a equipe técnica esta Corte de Contas em situação análoga, no julgamento do Processo TC 4716/2015, proferiu o Acórdão TC 1176/2017, manifestando-se ser irregular exigir licença ambiental em licitações para aquisição de uniformes, senão vejamos:

"Quanto à exigência de licença ambiental de operação ou regularização como condição de habilitação, entende a área técnica deste TCE-ES que a mesma somente é exigível de quem domine todo o processo produtivo, incluindo tingimento e silkscreen dos tecidos, sendo que o objeto da licitação era a aquisição de uniformes pela administração. Entende que não era necessário que o vencedor do certame dominasse todo o processo produtivo dos uniformes, pois essa condição não é indispensável para que o vencedor do certame entregue o objeto licitado." (...)

"Entendo assistir razão à área técnica com relação às irregularidades apontadas. Com relação à exigência de licença ambiental, corroboro o entendimento no sentido de que no caso da licitação em comento, qual seja, a aquisição de uniformes, não havia a necessidade de exigência da referida licença dos participantes da licitação como condição de habilitação.

Com efeito, é pacífica a jurisprudência do Tribunal de Contas da União de que não se podem exigir como condição de habilitação quesitos que gerem custos desnecessários aos licitantes que não se sagrem vencedores, conforme Súmula 272/2012-TCU:

ADVOCACIA

"No edital de licitação, é vedada a inclusão de exigências de habilitação e de quesitos de pontuação técnica para cujo atendimento os licitantes tenham de incorrer em custos que não sejam necessários anteriormente à celebração do contrato."

Desse modo, adoto como razão de decidir os fundamentos colocados pela área técnica no sentido de que no certame em exame não havia justificativa para a exigência da licença ambiental como condição de habilitação."

Nota-se que embora, no processo supracitado, o objeto seja a aquisição de uniformes escolares e no edital do pregão presencial havia a exigência de licença ambiental descrita no tópico de habilitação, e, nestes autos, o Pregão tem por objeto a contratação de empresa especializada para confecção de uniformes escolares e a exigência de licença ambiental está prevista no tópico das obrigações da empresa vencedora, na prática temos o mesmo objeto.

E sob esse aspecto o argumento das responsáveis que esse processo difere do supracitado e que "as peculiaridades do objeto e do volume de uniformes para atender a demanda", assim como a busca de se evitar um comprometimento do "fornecimento dos uniformes, uma vez que a eventual falha de uma das empresas na cadeia de produção certamente comprometeria todo o restante, frustrando a entrega dos uniformes escolares para os estudantes ou podendo implicar em divergências em relação a cores, tamanhos e modelagem dos uniformes escolares", não merecem prosperar, tendo em vista que a simples alteração do objeto não justifica a exigência de licença ambiental, tão pouco garante o fornecimento de padronização.

Ademais, conforme destacou o corpo técnico o fato de uma empresa ter a licença ambiental para realização de tingimentos e estamparia não implica em garantia de que a mesma vá atuar em todas as etapas do processo de produção dos uniformes com também quer fazer crer a administração municipal, ou seja, a exigência da licença ambiental não garante diretamente o alcance do objetivo que em tese a justificaria, mas certamente afastou a possibilidade de diversas empresas terem suas propostas aceitas pela administração.

Destacou ainda o corpo técnico que ao diligenciar junto aos sítios eletrônicos de licitações dos municípios da Região Metropolitana de Vitória não foi verificada a exigência de licença ambiental em nenhum dos editais de licitação localizados que tinham como objeto a aquisição de uniforme escolar.

Da mesma forma foram consultados no âmbito do Governo Estadual os editais de pregões eletrônicos com objeto uniformes na Secretaria de Educação, IASES e outros, sendo que também não foi verificada a existência da exigência de licença ambiental. O fato de outros municípios e o próprio Governo Estadual, esfera responsável pela emissão de uma das resoluções apontadas como motivadoras da exigência da licença ambiental, não requererem tal documentação explícita no mínimo que tal medida é não usual.

Outro fato que merece destaque é o número de licitantes desclassificados no certame, que segundo as defendentes de 22 empresas participantes, 10 (dez) foram desclassificadas, ou seja, quase a metade das participantes foram desclassificadas em virtude da exigência de licença ambiental, demonstrando que tal exigência limitou a competitividade.[...]

E, com relação à exigência de licença ambiental, corroboro o entendimento no sentido de que no caso da licitação em comento, qual seja, a aquisição de uniformes, não havia a necessidade de exigência da referida licença dos participantes da licitação como condição de habilitação, somado ao número não razoável de empresas

ADVOCACIA

desclassificadas, entendendo está presente o fundado receio de grave ofensa ao interesse público ou fumus boni iuris, nos termos do inciso I do art. 376 do RITCEES.

DECIDEM os Conselheiros do TCE-ES, reunidos em Sessão Colegiada, ante as razões expostas pelo Relator:

1. CONCEDER a medida cautelar, com fundamento no art. 376, incisos I e II, do RITCEES, em razão da presença do fumus boni iuris e do periculum in mora

2. DETERMINAR a suspensão imediata de qualquer ato derivado do Pregão Eletrônico no 021/2021 da Secretaria de Educação de Linhares até ulterior decisão desta Corte de Contas."

Acórdão 01235/2021-5 - Plenário, Processo: 03419/2021-1, Classificação: Controle Externo - Fiscalização - Representação, UGs: PML - Prefeitura Municipal de Linhares, SEME - Secretaria Municipal de Educação de Linhares, Relator: Domingos Augusto Taufner, julgado em 24/08/2021

Os julgados acima são claros no sentido que a exigência de licenças ambientais para licitações de uniformes escolares (itens de vestuário) é ilegal, mesmo que se altere o objeto da licitação de "aquisição de uniformes e calçados" para "contratação de empresa para fabricação de uniformes e calçados", como fez a Representada.

O TCE-PR também se manifestou no sentido de que à exigência de licença ambiental de operação ou regularização como condição de habilitação é ilegal nas situações que não existam leis específicas que as exijam (como é o caso da revenda de calçados).

PROCESSO Nº: 476187/21 ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº 8.666/1993 ENTIDADE: MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ INTERESSADO: CARLOS JUNIOR MUNIZ DA SILVA, GERSON FRANCISCO GUSO, MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ RELATOR: CONSELHEIRO ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO ACÓRDÃO Nº 531/22 - Tribunal Pleno Representação da Lei n.º 8.666/93. Exigências excessivas. Pela procedência, com aplicação de multa.

"Trata-se de Representação proposta por CARLOS JUNIOR MUNIZ DA SILVA em face do MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS, relatando supostas irregularidades no Pregão Presencial nº 35/2021, que tem como objeto a locação de impressoras multifuncionais para atender as necessidades da administração pública municipal. Alega o Representante que o Edital apresenta exigências ilegais, que comprometeriam o caráter competitivo do certame, quais sejam:

(...)

f) Licença de operação emitida pelo Instituto Ambiental do Paraná - IAP, ou da sede da licitante, em plena validade, em nome da empresa que realiza a coleta de resíduos, acompanhada do contrato de prestação de serviços;

(...)

Destarte, não restam dúvidas que ao exigir dos licitantes a comprovação de técnicos com curso na marca dos equipamentos e do software a Municipalidade frustrou o caráter competitivo do certame. Seguindo o mesmo raciocínio, a exigência de licença ambiental é igualmente irregular, eis que absolutamente incompatível com o objeto licitado, de locação de impressoras.

Por fim, determino a aplicação de multa constante do artigo 87, Inciso IV, alínea "g" da Lei nº 113/05 ao Gestor responsável pelas infrações realizadas, Sr. Gerson Francisco Gusso, mais especificamente, por desrespeito ao princípio da competitividade na estipulação das exigências não razoáveis acima explanadas.

ADVOCACIA

Portanto, comprova-se que a jurisprudência dos Tribunal de Contas consideram como ilegal a exigência de licenças ambientais em licitações cujos objetos não exijam licenciamento ambiental (como é o caso de uniformes e calçados escolares), pois direcionam as licitações para empresas que dominem toda a cadeia de produção, ilegalidade esta que reforça o pleito de exclusão das cláusulas 7.3.8 e 7.3.9 do Edital.

II - c) DA INDEVIDA UNIFICAÇÃO DOS TÊXTEIS E CALÇADOS EM LOTE ÚNICO

Ressalta-se que regra é a realização de licitação por itens, exigindo-se justificativa adequada para a realização de certame por lotes, assim como comprovação da vantagem dessa última opção, cuja demonstração deve ser atrelada aos dispositivos legais que regem a matéria, cotejando-os minuciosamente de modo a verificar a sua correlação.

Ocorre que neste certame foram inseridos em lote único os seguintes materiais: Calças, blusas, calças, camisetas, bermudas, shorts, tênis, sandálias, mochilas, bolsas, estojos e jalecos sem justificar as razões pelas quais devem ser adquiridos em conjunto.

São claramente materiais que possuem matérias primas distintas, máquinas de produção distintas, modos de fabricação distintos. Em verdade, são segmentos de mercado completamente diferentes. Infelizmente a Representada considerou todos esses como similares a ponto de unificar todos em lote único.

A unificação dos calçados e outros itens têxteis em lote único é ilegal e desarrazoada, pois não há nas atividades da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE, qualquer vinculação expressa de uma empresa do ramo de Calçados com as atividades têxteis, conforme os extratos do CNAE aplicáveis aos objetos licitados:

FABRICAÇÃO E COMÉRCIO DE TÊNIS E DA SANDÁLIA

Atividades

Estrutura

classificação

CNAE-Subclasses 2.3

buscar

todas as seções

Hierarquia

Seção: C INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO

Divisão: 15 PREPARAÇÃO DE COURO E FABRICAÇÃO DE ARTÊFATOS DE COURO, ARTIGOS PARA VIAGEM E CALÇADOS

Grupo: 15.2 Fabricação de calçados

Classe: 15.32-7 Fabricação de tênis de qualquer material

Subclasse: 1532-7.00 Fabricação de tênis de qualquer material

ADVOCACIA

CONFECÇÃO DE VESTUÁRIO - UNIFORMES TÊXTEIS

Atividades	Estrutura
classificação	
CNAE-Subclasses 2.3	buscar todas as seções
Hierarquia	
Seção:	C INDUSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO
Divisão:	14 CONFECÇÃO DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS
Grupo:	14.1 Confecção de artigos de vestuário e acessórios
Classe:	14.12.6 Confecção de peças de vestuário, exceto roupas íntimas
Subclasse:	1412-6/01 Confecção de peças de vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida

Percebe-se, portanto, que são atividades econômicas completamente distintas e que não podem ser confundidas. Os tênis escolares não são do mesmo ramo das calças, blusas, mochilas, bolsas e jalecos. Corroborando a necessidade de separar esses materiais distintos, a Súmula nº 247 – TCU estabelece que:

“É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.”

A economicidade é um ponto basilar, estruturante e fundamental das licitações, sendo que a sua violação, além de acarretar prejuízos para o Poder Público, também afronta ao Princípio da Legalidade, bem como a eficiência dos atos da Administração, impedindo-a da busca do seu fim maior que é o atendimento do interesse público.

Especificamente no que se refere à irregularidade da junção de jaquetas, calças, jalecos e mochilas com os calçados, no TCE-SP, há os seguintes precedentes:

TC-014688/026/06 Recorrente: Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo. Assunto: Contrato entre a Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo e Diana Paolucci S/A Indústria e Comércio, objetivando o fornecimento de kit de uniforme escolar e kit de uniforme para professores. Julgado em 11/09/2010. “Prevalecem os fundamentos da decisão proferida. Embora, em tese, o critério de seleção, seja por preço global ou unitário, encontre-se inserido na esfera de discricionariedade do dirigente,

ADVOCACIA

não vejo como acolher a contratação de uma única empresa (um só lote – “menor preço total”) para o fornecimento de produtos de segmentos distintos de mercado, aqui de uniforme escolar e para professores, composto de conjuntos de jaquetas, calças, bermudas, camisetas, pares de meia (vestuário), tênis (calçados), mochilas, bolsas e sacolas. No caso, na direção do que tem decidido em situações semelhantes este Tribunal¹, o objeto deveria ter sido subdividido em itens (ou lotes).

Não prosperam as alegações do Recorrente de que o seu procedimento evitaria a incongruência entre os itens e atrasos na entrega, logo que uniformização de materiais, modelos e prazos são diretrizes que devem ser dadas pela Administração.” (...)

“1- Exemplificativamente, decisões nos TC-018424/026/04 (de minha relatoria confirmada em sede recursal pelo Conselheiro Cláudio Ferraz de Alvarenga), no TC-042761/026/07 (Conselheiro Robson Marinho) e no TC-004187/026/10 (Conselheiro Renato Martins Costa). Cabe menção, em especial, decisão recente do E. Plenário de 09/06/10, no TC-019528/026/10, também de minha relatoria, em Exame Prévio de Edital da Prefeitura Municipal de Carapicuíba, nos seguintes termos: “Há precedentes deste Tribunal (consagrados nos TC’s 034368-026-07, Pleno de 03.12.08; 025511- 026-09 e 025721-026-09, despacho de D.O.E. de 25.07.09), apontando para a impertinência do critério de julgamento, por menor preço global, para fornecimento de produtos de segmentos distintos de mercado. Recorde-se voto proferido pelo E. CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI, nos autos do TC-034368/ 026/07, em sessão deste Plenário de 03-12-08, nos seguintes termos:

“Não vejo como acolher a contratação de uma única empresa (um só lote) para o fornecimento de produtos de segmentos distintos de mercado, como no caso de uniforme escolar, aqui composto de conjunto de calça e jaqueta, bermuda, camiseta manga curta e longa, pares de meia (vestuário) e de tênis (calçados), e que, portanto, deveria ter sido subdividido em itens, na direção do que tem decidido em casos semelhantes este Tribunal. Conforme destaca SDG ficou evidenciado o prejuízo a competitividade, haja vista a retirada do edital por trinta empresas e a formalização de propostas por apenas quatro (uma desclassificada).”

ACÓRDÃO Exame Prévio de Edital Processos:
TC-008639.989.18-5 TC-008695.989.18-6 Representantes - G8
Armarinhos Ltda - EPP. - Evandro Farine Zelioli - ME. Representada:
Prefeitura de Pirajuí. Objeto: Impugnações ao edital de pregão (presencial)
nº 007/2018, que objetiva o registro de preços para aquisição de
uniformes escolares.

“Ao Ministério Público, “em relação à composição dos lotes, a reunião de produtos oriundos de segmentos empresariais diferenciados – vestuário e calçados – é potencialmente restritiva, alijando da disputa os fornecedores que não possam oferecer a totalidade dos itens.” (Evento 39)

“Importa ressaltar que embora este Tribunal admita o critério de julgamento por lote ou por kit, permite-se apenas a conjugação de produtos afins, objetivando preservar a competitividade, a economia de escala e o consequente alcance da proposta mais vantajosa para o interesse público.” (Evento 39)

“Aliás, ainda que não tenha sido alvo de insurgência, recomenda-se que, na revisão do ato convocatório, a Administração Municipal considere também a segregação do item “meias” em lote distinto, de forma a ampliar a disputa e a competitividade do certame.” (Evento 39)(...)

ADVOCACIA

Procedem queixas à aglutinação indevida de itens de vestuário objeto de confecção personalizada (jaquetas, calças, camisetas regata e manga curta e bermudas) e itens do segmento de calçados (tênis e papetes) e meias adquiridos prontos da indústria, reunidos sob os kits de uniformes escolares licitados no certame. Diversamente do que prega o Município em suas justificativas, reiteradas decisões da jurisprudência recente deste C. Tribunal² acenam no sentido da necessidade de segregação de itens de confecção ou fabricação de roupas, dos tênis e meias, com vistas à ampliação da competitividade e norte em premissa atada à economia de escala.

Na esteira dessas considerações, voto pela procedência das representações, ficando determinado ao MUNICÍPIO DE PIRAJUÍ a adoção das medidas corretivas pertinentes no edital de pregão (presencial) nº 007/2018, no sentido da segregação dos itens de confecção sob medida, dos tênis (no caso, tênis e papetes) e meias, nos kits de uniformes escolares, sem embargo da concessão de prazo mais elástico ao vencedor do pregão para apresentação das amostras, com republicação do aviso de licitação, reabrindo-se prazo aos interessados para preparação de propostas, à luz do artigo 21, § 4º, da Lei nº 8.666/93.(...)

2 - Cito como exemplo do entendimento desta Corte os TC-002007-989-18 e TC-005447-989-18, de interesse do Município de Cruzeiro, E. Tribunal Pleno, sessão de 28/03/18; TC-001559-989-18 e TC-001598-989-18, de interesse do Município de Ibiúna, E. Tribunal Pleno, sessão de 14/03/18; TC-000188-989-18 e TC-000194-989-18, de interesse do Município de Jaboticabal, E. Tribunal, sessão de 21/02/18; TC-001390-989-17 e TC-001482-989-17, de interesse do Município de Itapeví, E. Tribunal Pleno, sessão de 05/04/17.

Percebe-se que os precedentes do TCE-SP são referentes a casos idênticos ao presente, pois se naqueles processos a junção de calças, blusas, bermudas, tênis, mochilas, bolsas e jalecos em lote único foi considerada irregular, aqui não pode ser diferente.

Nesse contexto, utilizar o critério de julgamento "menor preço por lote" no caso de uniformes, bolsas, mochilas e calçados, demonstra-se além de irregular segundo os Tribunais de Contas, é extremamente danoso ao erário, pois como já sustentado, a escolha do menor preço por lote deve ser previamente justificada, ao que, não havendo motivação técnica e econômica, jamais se deveria adotar tal critério.

Oportuno colacionar entendimento do Tribunal de Contas da União de que a formação de lotes deve ser precedida de forte justificativa:

Acórdão 1592/2013 – Plenário

9.3.1. a opção de se licitar por itens agrupados deve estar acompanhada de justificativa, devidamente fundamentada, da vantagem da escolha, em atenção aos artigos 3º, § 1º, I, 15, IV e 23, §§ 1º e 2º, todos da Lei 8.666/1993;

Acórdão 2977/2012 – Plenário

29. A jurisprudência desta Casa, consubstanciada na Súmula TCU 247, é pacífica no sentido de determinar a órgãos e entidades a adjudicação por itens específicos e não por lotes, compostos de diversos produtos ou serviços a serem adjudicados a um único fornecedor:
(...)

ADVOCACIA

35. A adjudicação por grupo, em licitação para registro de preços, sem robustas, fundadas e demonstradas razões (fáticas e argumentativas) que a sustente, revela-se sem sentido quando se atenta para o evidente fato de que a Administração não está obrigada a contratar adquirir a composição do grupo a cada contrato, podendo adquirir isoladamente cada item, no momento e na quantidade que desejar.

36. Essa modelagem torna-se potencialmente mais danosa ao erário na medida em que diversos outros órgãos e entidades podem aderir a uma ata cujos preços não refletem os menores preços obtidos na disputa por item.

37. O que fica registrado quando a adjudicação se dá pelo menor preço por grupo, não é o menor preço de cada item, mas o preço do item no grupo em que se sagrou vencedor o futuro fornecedor.

38. Embora não fosse necessário, por ser evidente, devo observar que a mera similaridade entre itens não é critério hábil para fundamentar a formação de grupos/lotos.

39. Em modelagens dessa natureza, é preciso demonstrar as razões técnicas, logísticas, econômicas ou de outra natureza que tornam necessário promover o agrupamento como medida tendente a propiciar contratações mais vantajosas, comparativamente à adjudicação por item.

40. Repisando, na licitação por grupos/lotos, a vantajosidade para a Administração apenas se concretizaria se fosse adquirido do licitante o grupo/ lote integral, pois o menor preço é resultante da multiplicação de preços de diversos itens pelas quantidades estimadas.

41. Em registro de preços, a realização de licitação utilizando-se como critério de julgamento o menor preço global por grupo/ lote leva, vis à vis a adjudicação por item, a flagrantes contratações antieconômicas e dano ao erário, potencializado pelas possibilidades de adesões, uma vez que, como reiteradamente se observa, itens são ofertados pelo vencedor do grupo a preços superiores aos propostos por outros competidores.

Cumpra salientar, ainda, que a viabilidade técnica e econômica deve ser comprovada e juntada aos autos do processo licitatório. Seguem os precedentes:

Depara-se, portanto, que o edital abrange uma diversidade de objetos com características técnicas distintas, sem interferências e, que diante de sua independência, deveriam ser licitados de forma parcelada. (...) Assim, a intenção do legislador é que a licitação seja sempre realizada de forma parcelada quando houver viabilidade técnica e econômica, observada a modalidade pertinente para o valor total da contratação. Em outras palavras, a lei estabelece que o administrador deve demonstrar a inviabilidade técnica e econômica da divisibilidade, quando deixar de adotar o parcelamento. (TCE/MT – Processo nº 30503/2008);

O TCU determinou ao Ministério da Fazenda que, nas licitações cujo objeto fosse divisível, previamente à definição da forma de adjudicação a ser adotada, realizasse estudos que comprovassem as vantagens técnicas e econômicas da compra em lote único, comparativamente à parcelada, a fim de atender ao disposto no art. 23, § 1º, da Lei nº 8.666/1993, e à Súmula/TCU nº 247 (item 9.2, TC-015.663/2006-9, Acórdão nº 3.140/2006-TCU- 1ª Câmara);

MACEDO & CINTRA

ADVOCACIA

Avalie a viabilidade técnica e econômica do parcelamento de compras administradas por aquele órgão, em articulação com o solicitante, com o objetivo de aproveitar as peculiaridades do mercado, visando a economicidade, e que os resultados da mencionada avaliação figurem nos autos do processo de compra. (Acórdão nº 496/1998 do Plenário).

Da documentação que instrui os procedimentos licitatórios, não se vislumbra qualquer justificativa que comprove as vantagens técnicas e econômicas para que a Impugnada tenha adotado o critério "menor preço por lote", o que por si só já é uma irregularidade. E isto pois, essa ausência viola os art. 15 e 23 da Lei Geral de Licitações:

Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão: (...)

IV - ser subdivididas em tantas parcelas quantas necessárias para aproveitar as peculiaridades do mercado, visando economicidade;

Art. 23. [...] § 1º As obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala. [...]

Do mesmo modo, os princípios da competitividade e da igualdade encontram-se afastados com a utilização do critério de lote fechado, uma vez que o processo licitatório tem como desiderato que o proponente formule sua oferta de acordo com a sua realidade mercadológica e logística, de modo que apresente preços coerentes com o mercado real à medida que ele possa ofertar produtos com melhores preços.

Cabe ressaltar que não consta no Edital uma justificativa sólida, sobre a opção de escolha pelo critério de menor preço global.

Qual o embasamento para juntar todos esses materiais em lote único?

- Não há justificativa hábil para a aglutinação, mesmo que fosse genérica.

Assim, tem-se que o procedimento licitatório que tem como critério de julgamento a lista fechada em lote, encontra-se eivado de nulidade em razão do não atendimento aos princípios internos da licitação, como a busca da melhor proposta, competitividade e igualdade.

Portanto, como a Representada não justificou detalhadamente as razões pelas quais concentrou bolsas, mochilas, calças, blusas e calçados em lote único, fica demonstrada a flagrante irregularidade desta prática por ocasião do presente certame.

III - DA CONCESSÃO DA MEDIDA LIMINAR

A concessão do efeito suspensivo é medida que se impõe, uma vez que a fase de lances ainda não ocorreu. E, para evitar, com celeridade a concretização de atos ilegais iguais aos praticados pela Representada, assim dispõe a Lei Orgânica deste Tribunal:

ADVOCACIA

Art. 53. O Tribunal poderá solicitar incidentalmente e motivadamente, aos órgãos e Poderes competentes a aplicação de medidas cautelares definidas em lei, ou determinar aquelas previstas no Regimento Interno, quando houver receio de que o responsável possa agravar a lesão ou tornar difícil ou impossível a sua reparação, nos termos do Código de Processo Civil.

Caso a suspensão liminar do certame não seja imediatamente imposta, estar-se-á criando perigoso precedente, ao permitir que uma clara violação aos precedentes das Cortes de Contas se perpetue no tempo, concretizando uma violação ao princípio constitucional da legalidade.

Com base na legislação e no exposto nesta exordial, estão plenamente presentes os requisitos ensejadores para concessão do efeito suspensivo, quais sejam:

1- O *fumus boni iuris* é evidenciado, na medida em que a Representada legalmente inseriu exigências não previstas no rol taxativo do art. 30 da Lei Geral de Licitações e unificou materiais distintos em lote único de forma irregular.

Para a constatação do *fumus boni iuris*, basta uma mera leitura dos fatos à luz da CF e da Lei nº 8.666/93, para concluir que a exigência de licenças ambientais e a aglutinação dos materiais em lote único, por parte da Representada contém os vícios de inexistência de justificativas, além de grave desrespeito ao princípio da legalidade e igualdade.

2- O *periculum in mora* caracteriza-se pela proximidade da abertura da sessão pública e da fase de lances, não sendo razoável que se aguarde muito tempo para a devida suspensão do certame.

E isto, pois o próximo ano letivo se avizinha, juntamente com a necessidade de entregar os uniformes licitados com preço justo aos alunos da rede municipal de ensino.

A potencialidade do dano é explícita, diante da restrição de competitividade somente para empresas que dominem todo o processo produtivo, caso a ordem de anulação da licitação venha a ser exarada somente no julgamento do mérito.

A determinação da suspensão cautelar é imperativa, de forma a assegurar o respeito dos jurisdicionados desta Corte aos princípios constitucionais e a Lei Geral de Licitações. Desta forma, a exigência de licenças ambientais para empresas revendedoras de artigos de vestuário e a aglutinação dos itens licitados em lote único, pela Representada deve ser revista e seus efeitos devem ser sustados liminarmente, *inaudita altera pars*.

Do contrário, na hipótese de não serem concedida a liminar de suspensão, o prejuízo será imensurável, pois permitirá a contratação de empresa que oferecerá proposta desvantajosa, diante da ausência de ampla concorrência, o que consolidará um ato absolutamente abusivo, ilegal e desproporcional.

ADVOCACIA

IV - CONCLUSÃO

As irregularidades apresentadas apontam para dois possíveis motivos justificadores:

1) A falta de conhecimento técnico da Representada, por ocasião da inserção de exigências ilegais de qualificação técnica e da junção de uniformes e calçados em lote único;

2) Ação ainda mais gravosa, como direcionamento da presente licitação.

Logo, por dever de justiça é plenamente devida a suspensão liminar do Edital atacado, tendo em vista o dever da Representada de abster-se de praticar atos ilegais.

Isto pois a Representada colocou em risco a credibilidade do certame, o que merece ser objeto de controle e fiscalização e controle de legalidade por essa egrégia Corte, pois os vícios apontados são oriundos de prática obscura, subjetiva e infelizmente, duvidosa por parte da Representada, razão pela qual se promove a presente representação.

V - DOS PEDIDOS

Assim, considerando o direito posto e a ilicitude dos fatos trazidos, requer-se:


1. O recebimento desta representação com medida cautelar, acerca do Pregão Eletrônico nº 59/2023-Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, bem como em caso de concessão de medida liminar, determine a notificação da Autoridade Administrativa da Representada e da autoridade da Secretaria Municipal de Educação, para caso queiram prestar as informações legais.

2. O julgamento PROCEDENTE da presente representação, determinando a exclusão das cláusulas 7.3.8 e 7.3.9 do Edital, assim como irregular a junção dos materiais licitados em lote único, e que, com fundamento no artigo 53 da Lei Orgânica do TCE-PR e no artigo 400 do RITCE-PR, liminarmente que a Representada proceda com urgência à suspensão no estado em que se encontrar, do Pregão Eletrônico nº 059/2023, para evitar a continuidade desta licitação e/ou contratação dela decorrente, assim como a abstenção da assinatura do contrato no certame, até decisão final;

Nesses Termos, pede deferimento.

Campina Grande do Sul-PR, 14 de setembro de 2023.


CELSON LUCINDO TOSI
SÓCIO ADMINISTRADOR


LUCCAS BERESA DE PAULA MACEDO
OAB/MS 25.782
OAB/PR 111.605

ANEXO II -
EDITAL



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000
Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320
e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 087/2023

PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 059/2023

A Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, com sede na Av. Pedro Amaro dos Santos, nº 900, torna público que realizará no local e data abaixo, Certame licitatório na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE. Objetivando a **“CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FABRICAÇÃO DE MATERIAIS PERSONALIZADOS DO TIPO UNIFORMES, CALÇADOS, MOCHILAS, BOLSA E ESTOJOS, DESTINADO A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CONFORME ANEXO I – (TERMO DE REFERÊNCIA) DESTE EDITAL”**. A qual será redigida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto nº 10.024/2019, que regulamentam a licitação na modalidade Pregão, na forma eletrônica, bem como, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, da Lei Complementar 123/2006, Lei Complementar 147/2014 e alterações posteriores, demais normas vigentes e aplicáveis ao objeto da presente licitação e pelas condições do presente Edital.

1. DA LICITAÇÃO

1.1. OBJETO: É objeto da presente licitação a **“CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FABRICAÇÃO DE MATERIAIS PERSONALIZADOS DO TIPO UNIFORMES, CALÇADOS, MOCHILAS, BOLSA E ESTOJOS, DESTINADO A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CONFORME ANEXO I – (TERMO DE REFERÊNCIA) DESTE EDITAL”**, conforme descritos e especificados no Anexo I deste instrumento convocatório.

1.2. LOCAL, DATA E HORÁRIO PARA RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS:

1.2.1. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08h00min horas do dia 26/09/2023

1.2.2. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08h01min às 08h30min horas do dia 26/09/2023

1.2.3. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 08h31min horas do dia 26/09/2023.

1.2.4. REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

1.2.5. LOCAL: www.bll.org.br “Acesso Identificado”.

1.2.6. FORMA DE JULGAMENTO: Menor preço por Lote.

1.2.7. INFORMAÇÕES:

1.2.7.1. Endereço: Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Centro – Alto Paraíso – PR.

1.2.7.2. Pregoeiro: Valdemir Ribeiro Sparapan

1.2.7.3. E-mail: licitacaoaltoparaíso@yahoo.com.br

1.2.7.4. Telefone: (44) 3664-1320 – Ramal 215.

1.3. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000
Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320
e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

1.3.1. O Pregão, na forma Eletrônica será realizado em sessão pública, por meio da **INTERNET**, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do **Sistema de Pregão, na Forma Eletrônica (licitações) da Bolsa de Licitações e Leilões**.

1.3.2. Os trabalhos serão conduzidos por funcionário do MUNICÍPIO DE Alto Paraíso - denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo constante da página eletrônica da **Bolsa de Licitações e Leilões (www.bll.org.br)**.

2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar desta licitação todas e quaisquer empresas especializadas do ramo (objeto contratual previsto no contrato social da empresa) que atendam às condições estabelecidas neste edital.

2.2. Esta licitação é de ampla concorrência.

2.3. Não poderá participar direta ou indiretamente da licitação e do fornecimento de bens necessários:

2.3.1. Quem tiver sido declarada inidônea, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, e/ou esteja cumprindo sanção de suspensão temporária para licitar ou contratar com a Administração Pública, direta e indireta, da União, Estados, Distrito Federal ou Municípios.

2.3.2. Quem estiver sobre processo de Falência ou de Recuperação Judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação, empresas estrangeiras que não funcionam no país;

2.3.2.1. No caso de empresa em recuperação judicial, ressalva-se a possibilidade da participação desde que apresente certidão emitida pela instância judicial competente, a qual certificará que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimentos licitatórios, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93.

2.2.3. Consórcio de proponentes

2.4. Para participar da licitação a proponente deverá se credenciar de forma direta à Bolsa de Licitações do Brasil - BLL, até no máximo uma hora antes do horário fixado no edital para o recebimento das propostas e dos documentos de habilitação, conforme dispõe o Art. 9º, § 1º, do Decreto nº 10.024/2019:

Art. 9º. A autoridade competente do órgão ou da entidade promotora da licitação, o pregoeiro, os membros da equipe de apoio e os licitantes que participarem do pregão, na forma eletrônica, serão previamente credenciados, perante o provedor do sistema eletrônico.

§1º O credenciamento para acesso ao sistema ocorrerá pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000
 Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320
 e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

2.5. A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio de digitação da chave e senha, pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observado data e horário limite estabelecidos.

OBS.: a informação dos dados para acesso deve ser feita na página inicial do site www.bll.org.br, opção "Acesso Identificado".

2.6. Caberá ao licitante interessado em participar do pregão, na forma eletrônica, responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros, em atendimento ao art. 19, inciso III do Decreto 10.024/2019.

2.7. A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado, por iniciativa da Bolsa de Licitações do Brasil, devidamente justificada.

2.8. A licitante deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

2.9. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecida pela Bolsa de Licitações do Brasil – BLL, através do telefone (41) 3097-4600 ou e-mail contato@bll.org.br.

3. DA DISPONIBILIDADE E AQUISIÇÃO DO EDITAL

3.1. O presente edital poderá ser adquirido no endereço eletrônico www.altoparaíso.pr.gov.br em "Processos Licitatórios" ou em (www.bll.org.br).

3.2. Sem prejuízo das publicações necessárias, qualquer alteração, modificação ou informação referente ao edital em questão, estarão disponíveis nos sites supracitados, cabendo aos interessados inteira responsabilidade em acompanhar as informações prestadas pelo Município e pela BLL, não cabendo aos mesmos, alegar desconhecimento sobre quaisquer informações prestadas com referência ao edital em questão.

4. DO CREDENCIAMENTO NO APLICATIVO LICITAÇÕES

4.1. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferível), obtidas junto à BLL – Bolsas de Licitações e Leilões, fone: (41) 3042- 9909.

4.2. A chave de identificação e a senha terão validade de 01 (um) ano e poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da **BLL - Bolsa de Licitações e Leilões** ou pela Prefeitura do Município de Alto Paraíso, devidamente justificada.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000
 Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320
 e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

4.3. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante.

4.4. O credenciamento do fornecedor e de seu representante, junto ao Sistema Eletrônico, implica na responsabilidade legal pelos atos praticados e a capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

5. DO REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

5.1. O certame será conduzido pelo Pregociro, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- a) Acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
- b) Responder às questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
- c) Abrir as propostas de preços;
- d) Analisar a aceitabilidade das propostas;
- e) Desclassificar propostas indicando os motivos;
- f) Conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
- g) Verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
- h) Declarar o vencedor;
- i) Receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
- j) Elaborar a ata da sessão;
- k) Encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;

6. DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1. A Licitante deverá **cadastrar em campo próprio da plataforma BLL**, sua proposta devidamente preenchida, marca dos produtos cotados e preços, **vedada a identificação do proponente no sistema**, em qualquer hipótese, antes do término da fase competitiva do pregão (Decreto 10.024/19, art. 30, parágrafo 5º), sob pena de desclassificação.

6.2. Os valores registrados na plataforma da BLL **deverão considerar valor unitário**, uma vez que as rodadas de lance serão realizadas nestes termos.

6.3. A proposta deverá ser elaborada considerando as condições estabelecidas neste edital e seu(s) anexo(s). A não inserção da marca/modelo (quando houver) do produto implicará na desclassificação da Empresa, face à ausência de informação suficiente para classificação da proposta. **Caso a proponente seja a fabricante do produto deverá constar no campo "marca" o termo "própria", para evitar a identificação da empresa.**

6.4. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

6.5. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

6.6. A proposta apresentada e os lances formulados deverão incluir todas e quaisquer despesas necessárias para o objeto desta licitação, tais como: tributos, fretes, seguros e demais despesas inerentes ao produto até sua entrega no local fixado pela Secretaria



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

solicitante, devendo o preço ofertado corresponder, rigorosamente, às especificações do objeto licitado.

6.7. Não será aceita cobrança posterior de qualquer tributo ou assemelhado adicional, salvo se alterado ou criado após a data de abertura desta licitação e que venha expressamente a incidir sobre o objeto desta licitação, na forma da Lei.

6.8. O licitante declarará, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital.

6.9. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.10. Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou da legislação em vigor.

6.11. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6.12. O licitante, quando do cadastramento da proposta inicial de preço, deverá verificar nos dados cadastrais se assinalou o regime ME/EPP no sistema, conforme o seu regime de tributação, para fazer valer o direito de prioridade do desempate previsto no art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

7. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1. Habilitação imediata das Arrematantes

7.1.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente os documentos de habilitação exigidos, devendo realizar **upload dos documentos relacionados nos itens 7.2, 7.3, 7.4, 7.5 e 7.6 deste edital**, no prazo estabelecido no item 1.2.1, que servirão para **adjudicação**, bem como para justificativa de possíveis desclassificações.

7.1.2. Quando um item for arrematado, o Pregoeiro realizará a conferência da documentação para comprovação da habilitação. Caso a empresa não tenha realizado o procedimento exigido no item 7.1.1, a mesma será considerada inabilitada.

7.1.2.1. Esses documentos só estarão disponíveis aos licitantes, após o encerramento da disputa do Pregão.

7.1.3. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para a habilitação deverão estar em nome da licitante, dentro de seu prazo de validade e, preferencialmente, com o número do CNPJ e com o endereço respectivo;

7.1.4. Sendo a licitante **matriz**, todos os documentos deverão estar em seu nome;

7.1.5. Sendo a licitante **filial**, todos os documentos deverão estar em seu nome, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000
Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320
e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

7.1.6. Serão dispensados da apresentação de documentos com o número do CNPJ da **filial** aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da **matriz**, como é o caso da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e da Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais.

7.1.7. A documentação exigida deverá ser obrigatoriamente da empresa que lançará a Nota Fiscal/Fatura.

7.1.8. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

7.1.8.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.1.8.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto no item 7.1.8.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

7.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

7.2.1. Comprovação da existência, quadro societário e qualificação da pessoa jurídica por meio de:

7.2.1.1. Registro comercial, no caso de empresa individual;

7.2.1.2. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado (cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto licitado), em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. No caso de Contrato Social o mesmo deverá estar acompanhado de todas as alterações ou da respectiva consolidação;

7.2.1.3. Inscrição do ato constitutivo no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

7.2.1.4. Certificado de Condição de Microempreendedor Individual, no caso de Microempreendedor Individual – MEI. (ATO CONSTITUTIVO ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL)

7.3. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000
 Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320
 e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

7.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ); (CADASTRO CNPJ).

7.3.2. Certidão Conjunta Negativa, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito de Negativa, de Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Economia, comprovando a regularidade para com a Fazenda Federal, inclusive com as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212/1991; (CERTIDÃO CONJUNTA DE DEBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS).

7.3.3. Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pelo Estado do domicílio ou sede do licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Estadual; (CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DEBITOS COM A FAZENDA ESTADUAL).

7.3.4. Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de negativa, expedido pelo Município do domicílio ou sede do licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Municipal; (CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DEBITOS COM A FAZENDA MUNICIPAL).

7.3.5. Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal – CEF, comprovando a regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. (CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DEBITOS PARA COM O FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO - FGTS).

7.3.6. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pelos portais da Justiça do Trabalho (Tribunal Superior do Trabalho, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e dos Tribunais Regionais do Trabalho). (CERTIDÃO NEGATIVA DE DEBITOS TRABALHISTAS CNDT).

7.3.7. Alvará de Localização e Funcionamento da empresa, bem como também Alvará Sanitário, ambos devidamente vigentes;

7.3.8. Alvará de Licença (LA) da empresa, devidamente vigente para fins de comprovação de respeitabilidade a legislação ambiental;

7.3.9. Licença de Operação de Reregularização junto ao Instituto Água e Terra – IAT, para atividades têxtil, conforme Art. 8º, Inciso III da Resolução nº 237/97 – Conama e Artigo 3º, Inciso VI da Resolução nº 102/2019 – CEMA, em nome da proponente.

7.3.9.1. ANEXO 1 – Resolução Conama 237-1997 - ATIVIDADES OU EMPREENDIMENTOS SUJEITOS AO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Indústria têxtil, de vestuário, calçados e artefatos de tecidos

- beneficiamento de fibras têxteis, vegetais, de origem animal e sintéticos;
- fabricação e acabamento de fios e tecidos;
- tingimento, estamparia e outros acabamentos em peças do vestuário e artigos diversos de tecidos;
- fabricação de calçados e componentes para calçados.

7.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000
 Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320
 e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

7.4.1. **Certidão Negativa de Falência** expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica a menos de 90 (noventa) dias da data de recebimento dos envelopes prevista no preâmbulo deste Edital, caso não houver menção quanto ao prazo de validade.

7.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

7.5.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento, por meio da apresentação de atestado/declaração de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado. (este atestado deverá ser elaborado em papel timbrado da emitente do mesmo, deve conter o nome, endereço e o telefone de contato dos atestadores, ou qualquer outro meio com o qual o licitador possa valer-se para manter contato com as pessoas declarantes. Devidamente assinado e carimbado).

7.6. OUTRAS COMPROVAÇÕES:

7.6.1. Para comprovação de enquadramento de empresa ME ou EPP, beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, a empresa deverá apresentar declaração firmada pelo representante legal da empresa ou por contador ou certidão simplificada, expedida pela Junta Comercial, com prazo de validade de até 90(noventa) dias a contar da data de emissão.

7.6.2. Termo de Declarações, subscrita por seu representante legal, de: Cumprimento dos Requisitos de Habilitação; Que cumpre o art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal; Inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração; Capacidade de Fornecimento, nas condições necessárias ao cumprimento do objeto desta licitação; Que não existe em seu quadro de empregados servidores públicos da contratante exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão, na forma do art. 9º, inciso III da Lei Federal nº 8.666/93, conforme modelo constante do Anexo IV. (TERMO DE DECLARAÇÕES).

7.6.2.1. Em caso de incongruências no documento apresentado/anexoado, o Pregoeiro poderá solicitar manifestação do representante da empresa na Plataforma BLL, quanto as declarações contidas no referido termo. O prazo para a manifestação será informado pelo Pregoeiro na Plataforma. Manifestações ocorridas fora do prazo estipulado serão desconsideradas. Não se aplica este subitem para licitantes que não anexaram o documento.

7.6.3. Instrumento de mandato respectivo: Procuração/credenciamento, conforme Anexo II, caso o responsável pela assinatura do documento, não faça parte do quadro societário ou não esteja cadastrado como representante da empresa na Plataforma BLL. (PROCURAÇÃO).

8. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS AJUSTADA

8.1. A Empresa vencedora, deverá enviar (anexar) junto ao sistema - Plataforma BLL ou por e-mail no seguinte endereço: licitacaoaltoparaíso@yahoo.com.br, a Proposta de Preços escrita (modelo Anexo III), com o(s) valor(es) oferecido(s) após a etapa de lances, em 01 (uma) via, rubricada em todas as folhas e a última assinada pelo Representante Legal da Empresa citado nos documentos de habilitação, em linguagem concisa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, contendo Razão Social, CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, Inscrição Estadual, endereço completo, número de telefone e fax, número de agência de conta



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000
 Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320
 e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

bancária, **no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas, após encerramento do certame.**

8.2 Na proposta escrita, deverá conter:

- a) Especificação completa dos produtos oferecidos com informações técnicas que possibilitem a sua completa avaliação e indicação das marcas/modelos, totalmente conforme descrito no **ANEXO I** deste Edital;
- b) O prazo de validade da proposta que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da abertura das propostas virtuais;
- c) Declaração expressa de que nos preços estão incluídos todos os custos diretos e indiretos, impostos, lucro empresarial, tributos incidentes, seguro, frete e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste edital e seus anexos.
- d) Data e assinatura do Representante Legal da proponente.

9. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DO ENVIO DE LANCES

9.1. Após o prazo previsto para acolhimento, o Sistema não aceitará a inclusão ou alteração de propostas.

9.2. A partir do horário e do dia previstos no Sistema “BLL”, terá início a sessão pública do Pregão Eletrônico, com a abertura e divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das mesmas.

9.3. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

9.3.1 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

9.3.2 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

9.4. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

9.5. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

9.6. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

9.6.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

9.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

9.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

9.9. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

9.10. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

9.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa “aberto e fechado”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

9.12. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

9.13. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

9.13.1. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

9.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

9.15. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

9.16. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

9.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

9.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

9.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

9.20. O Critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.

9.21. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

9.22. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006.

9.23. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

9.24. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

9.25. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

9.26. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.27. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

9.28. Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

c-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

109

10. DO JULGAMENTO E DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

10.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

10.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.3. Encerrada a etapa de negociação o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação no edital e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do item 7 deste edital.

10.4. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado no Anexo I deste edital.

10.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

10.6. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

10.7. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatória, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital. Também nessa etapa o Pregoeiro poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor.

10.7.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.8. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

10.9. Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a contratação.

10.10. Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital e inexistindo interposição de recursos, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço, ficando o arrematante declarado vencedor.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1. Qualquer pessoa poderá solicitar impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, em campo específico da plataforma BLL, **até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura da sessão pública.**

11.2. A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação **no prazo de 02 (dois) dias úteis**, contado da data de recebimento da impugnação.

11.3. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11.4. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados exclusivamente por meio eletrônico, em campo específico da plataforma BLL, **até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública.**

11.5. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 02 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

11.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.6.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro (a), nos autos do processo de licitação.

11.7. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

12. DOS RECURSOS

12.1. A intenção de interpor recurso em face de decisão do pregoeiro **somente poderá ser promovida, via Sistema BLL, por qualquer licitante, após a empresa arrematante ser declarada vencedora e provisoriamente habilitada. O Pregoeiro informará o horário que a Plataforma será liberada para receber a intenção, imediatamente após declarar a(s) empresa(s) provisoriamente habilitada(s). A Plataforma, a partir do horário informado pelo Pregoeiro, ficará aberta por 20 minutos para receber as intenções resumidas.**

12.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

12.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

12.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

12.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, **o prazo de 03 (três) dias corridos para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico (no campo "Interp. Recursos")**.

12.4. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, também pelo sistema eletrônico (no campo "**Contrarrazão**") **no prazo de 03(três) dias corridos**, contado da data final do prazo do recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

12.5. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.6. Não serão conhecidos os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado ou não identificado no processo para responder pela proponente.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:

13.1. Constatado o atendimento das exigências previstas no Edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação pelo próprio Pregoeiro, na hipótese de inexistência de recursos, com a posterior homologação do resultado pela Autoridade Superior.

13.2. O resultado desta licitação será publicado no Diário Oficial do Município.

13.3. A partir do ato de homologação será fixado o início do prazo de convocação da proponente adjudicatária para assinar o Contrato, respeitada a validade de sua proposta, bem como a retirada na Divisão de Licitações e Contratos.

14. DA CONTRATAÇÃO E DO PAGAMENTO

14.1. Uma vez homologado o resultado da licitação pela Autoridade Superior, o licitante vencedor será convocado a comparecer, dentro do prazo de 05 (cinco) dias após o ato convocatório, para assinatura do Contrato;

14.2. A contratação será celebrada com duração, **de até 12 (doze) meses**, sendo, contudo prorrogável por igual período se for de interesse da administração.

14.3. O pagamento será efetuado **em até 30 (trinta) dias, após entrega**, com a apresentação da nota fiscal/fatura na Prefeitura Municipal, à vista do respectivo Termo de Recebimento do objeto ou Recibo.

14.4. As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá após a reapresentação da mesma.

14.5. O pagamento será feito mediante crédito aberto em conta corrente em nome da Contratada.

14.6. Quando o Contratante atrasar o pagamento de contas decorrentes das contratações será aplicado o índice oficial INPC/IBGE para atualização monetária, nos termos do art. 40, inciso XIV, alínea "c", da Lei n.º 8.666/93



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

112

14.7. Os custos das aquisições resultantes da presente licitação serão cobertos com recursos provenientes das Dotações Orçamentárias:

DESP.	ELEMENTO	DESCRIÇÃO	FUNCIONAL	DEPARTAMENTO
4269	339030230000	MATERIAL DE UNIFORMES, TECIDOS E AVIA	07.02..12.361.0007.2.022	DIVISAO DE EDUCACAO
4307	339030230000	MATERIAL DE UNIFORMES, TECIDOS E AVIA	07.02..12.361.0007.2.022	DIVISAO DE EDUCACAO
4345	339030230000	MATERIAL DE UNIFORMES, TECIDOS E AVIA	07.02..12.361.0007.2.022	DIVISAO DE EDUCACAO
4383	339030230000	MATERIAL DE UNIFORMES, TECIDOS E AVIA	07.02..12.361.0007.2.022	DIVISAO DE EDUCACAO
4406	339032040000	MATERIAL EDUCACIONAL E CULTURAL	07.02..12.361.0007.2.022	DIVISAO DE EDUCACAO
4412	339032040000	MATERIAL EDUCACIONAL E CULTURAL	07.02..12.361.0007.2.022	DIVISAO DE EDUCACAO
4418	339032040000	MATERIAL EDUCACIONAL E CULTURAL	07.02..12.361.0007.2.022	DIVISAO DE EDUCACAO
4424	339032040000	MATERIAL EDUCACIONAL E CULTURAL	07.02..12.361.0007.2.022	DIVISAO DE EDUCACAO
4430	339032040000	MATERIAL EDUCACIONAL E CULTURAL	07.02..12.361.0007.2.022	DIVISAO DE EDUCACAO
5942	339030230000	MATERIAL DE UNIFORMES, TECIDOS E AVIA	07.02..12.365.0007.2.032	DIVISAO DE EDUCACAO
5980	339030230000	MATERIAL DE UNIFORMES, TECIDOS E AVIA	07.02..12.365.0007.2.032	DIVISAO DE EDUCACAO
6018	339030230000	MATERIAL DE UNIFORMES, TECIDOS E AVIA	07.02..12.365.0007.2.032	DIVISAO DE EDUCACAO
6056	339030230000	MATERIAL DE UNIFORMES, TECIDOS E AVIA	07.02..12.365.0007.2.032	DIVISAO DE EDUCACAO
6079	339032040000	MATERIAL EDUCACIONAL E CULTURAL	07.02..12.365.0007.2.032	DIVISAO DE EDUCACAO
6085	339032040000	MATERIAL EDUCACIONAL E CULTURAL	07.02..12.365.0007.2.032	DIVISAO DE EDUCACAO
6091	339032040000	MATERIAL EDUCACIONAL E CULTURAL	07.02..12.365.0007.2.032	DIVISAO DE EDUCACAO
6097	339032040000	MATERIAL EDUCACIONAL E CULTURAL	07.02..12.365.0007.2.032	DIVISAO DE EDUCACAO
6103	339032040000	MATERIAL EDUCACIONAL E CULTURAL	07.02..12.365.0007.2.032	DIVISAO DE EDUCACAO

14.8. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária;

14.9. As notas fiscais deverão ser emitidas de acordo com a requisição de compras, com as informações contidas na Nota de Empenho, com referência de cada Programa.

14.10. As notas fiscais deverão ser encaminhadas diretamente ao Departamento de Compras.

14.11. Caso se faça necessária reapresentação de qualquer fatura por culpa da CONTRATADA, o prazo para pagamento reiniciar-se-á a contar da data da respectiva representação;

14.12. Os preços são fixos e irredutíveis.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

15. DA ENTREGA, RECEBIMENTO E FISCALIZAÇÃO DOS ITENS OBJETO DO PREGÃO

15.1. Os produtos, objeto da presente licitação, deverão ser entregues no prazo de até 30 (trinta), dias úteis, contados da solicitação de entrega emitida pelo órgão responsável, e/ou via e-mail, pelo período de até 12 (doze) meses, sendo, contudo prorrogável por igual período se for de interesse da administração, devendo este ser cumprido pela contratada, sob pena de rescisão e demais sanções previstas neste Edital e na Lei nº 8.666/93 e alterações.

15.2 – Os produtos deverão ser entregues no Local indicado na requisição de compras, correndo por conta da Contratada as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento.

15.3. O fornecedor deverá entregar os produtos de acordo com as marcas indicadas na proposta de preços.

16. DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. As licitantes estarão sujeitas às penalidades previstas na Lei Federal nº 8.666/93, 10.520/02 e Decreto nº 10.024/2019 e outras previsões:

16.1.1. Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por um prazo não superior a 05 (cinco) anos.

16.1.2. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

16.1.3. Multas pecuniárias, nas seguintes proporções:

16.1.3.1. Moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor do material não entregue dentro do prazo contratual, na hipótese de atraso injustificado, até o máximo de 30 (trinta) dias, após o que poderá a critério da administração, não mais ser recebido e aceito, configurando-se a inexecução total do ajuste, com as consequências previstas em lei e nesta cláusula;

16.1.3.2. De até 30% (trinta por cento) sobre o valor do produto não entregue – observando-se que independentemente da data de emissão do documento fiscal da empresa, a efetividade da entrega se dá no momento em que é **atestado o recebimento**, hipótese que caracteriza, conforme o caso, inexecução total ou parcial do ajuste.

16.2. A apresentação das razões do atraso, antes da data avençada para entrega do material, embora não elida por si a penalidade, poderá contar favoravelmente à empresa quando da decisão da Administração, se cabíveis os argumentos apresentados.

16.3. Nos termos do parágrafo 3º do art. 86 e do parágrafo 1º do art. 87 da Lei nº 8.666/93, a multa, caso aplicada após regular processo administrativo, será descontada do pagamento eventualmente devido pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente, em conformidade com a legislação específica.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

c-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

16.4. Fica facultada a defesa prévia da Licitante, em qualquer caso de aplicação de penalidade, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação do ato.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. O Pregoeiro lavrará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, que fará parte integrante do processo licitatório e estará disponível para consulta no endereço informado no item 1.2.7, deste Edital.

17.2. O Pregoeiro, no interesse público, poderá sanar, relevar omissões ou erros puramente formais observados na Documentação de Habilitação e Proposta de Preços, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação.

17.3. A presente licitação a qualquer tempo poderá ser adiada por conveniência exclusiva da Administração, revogada no todo ou em parte por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou, anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiro sem que caiba as licitantes qualquer direito a reclamação ou indenização por esses fatos, de acordo com o art. 49 da Lei Federal n.º 8.666/93.

17.4. Assegura-se ao Município de Alto Paraíso o direito de:

17.4.1. Promover, em qualquer fase da licitação, diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo (art. 43, parágrafo 3º, da Lei 8.666/93);

17.4.2. Adiar a data da sessão pública;

17.4.3. Rescindir unilateralmente o ajuste nos termos do inciso I do artigo 79, da Lei nº 8.666/93;

17.4.4. Adquirir ou não os itens objeto do Pregão.

17.5. Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentos relativos à presente licitação.

17.6. Reserva-se ao pregoeiro o direito de solicitar, em qualquer época ou oportunidade, informações complementares.

17.7. No interesse da Administração, sem que caiba aos participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

17.7.1. Adiada a data da abertura desta licitação;

17.7.2. Alterada as condições do presente edital, com fixação de novo prazo para a sua realização.

17.8. As licitantes são responsáveis administrativa, civil e penalmente pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

17.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

c-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

17.10. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

17.11 Até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão.

17.12 Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, com auxílio da Equipe de Apoio.

17.13. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

17.14. O foro da cidade de Xambrê, Estado do Paraná é designado como o competente para dirimir quaisquer controvérsias relativas a este Pregão e à adjudicação, contratação e execução dela decorrentes.

17.15. Não havendo expediente na data marcada, a reunião será realizada no primeiro dia útil subsequente, à mesma hora e local, salvo por motivo de força maior ou qualquer outro fator ou fato imprevisível.

17.16. Quaisquer informações e esclarecimentos relativos a esta licitação serão prestados pelo Pregoeiro, na Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, Departamento de Licitações e Contratos, situada a Avenida Pedro Amaro dos Santos, 900 – Centro – Alto Paraíso – PR.

17.17. Este edital contém os seguintes anexos:

Anexo I – Especificações do objeto;

Anexo II – Modelo de Credenciamento/Procuração;

Anexo III – Modelo de Carta-Proposta;

Anexo IV – TERMO DE DECLARAÇÕES: Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação, Capacidade de Fornecimento; Inexistência de Fato Superveniente; Capacidade de Fornecimento; Inexistência de Fato Superveniente; Que cumpre o art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal; Que não existem em seu quadro de empregados servidores públicos da contratante exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão;

Alto Paraíso/PR, em 11 de Setembro de 2023.

DERCIO JARDIM JÚNIOR
Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 087/2023

PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 059/2023

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA – 11/09/2023

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS/CONDIÇÕES GERAIS

OBJETO: É objeto da presente licitação a “**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FABRICAÇÃO DE UNIFORMES PERSONALIZADOS, DESTINADO A SECRETARIA DE SAÚDE, CONFORME ANEXO I – (TERMO DE REFERÊNCIA) DESTE EDITAL**”, conforme descritos a seguir:

LOTE I

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT	VLR MAX UNIT	VLR TOTAL
01	BLUSA NO TECIDO HELANCA FLANELADA 100% POLIÉSTER	UND	660	82,80	54.648,00
DESCRIÇÃO MÍNIMA: BLUSA NO TECIDO HELANCA FLANELADA 100% POLIÉSTER COM A GRAMATURA 215GR COM FECHAMENTO EM ZÍPER AZUL MARINHO COM 3 LISTRAS AMARELO CANÁRIO COM ESTAMPA NO PEITO BRASÃO DO MUNICÍPIO E ESCRITA "SECRETARIA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO."					
02	CALÇA NO TECIDO HELANCA FLANELADA 100% POLIÉSTER	UND	660	63,00	41.580,00
DESCRIÇÃO MÍNIMA: CALÇA NO TECIDO HELANCA FLANELADA 100% POLIÉSTER COM A GRAMATURA 260GR COR AZUL MARINHO COM 3 LISTRAS AMARELO CANÁRIO NA PERNA ESTAMPA DO BRASÃO DO MUNICÍPIO E ESCRITA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.					
03	CAMISETA EM P.V. 67% POLIÉSTER E 33% VISCOSE	UND	1280	26,50	33.920,00
DESCRIÇÃO MÍNIMA: CAMISETA EM P.V 67% POLIÉSTER E 33% VISCOSE GRAMATURA 160 GRAMAS TECIDO COM TRATAMENTO ANTI PILLING, NA COR AZUL MARINHO COM 3 LISTRAS NA COR AMARELO CANÁRIO, COM RECORTE NA FRENTE NA COR AMARELO CANÁRIO, COM GOLA V EM RIBANA AZUL MARINHO E PUNHO EM RIBANA NA COR AZUL MARINHO, NA FRENTE NA ALTURA DO PEITO EM CROMIA O BRASÃO DO MUNICÍPIO E A ESCRITA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E NAS COSTAS O NOME DO MUNICÍPIO.					
04	BERMUDA MASCULINA EM HELANCA 100% POLIAMIDA	UND	1040	41,00	42.640,00
DESCRIÇÃO MÍNIMA: BERMUDA MASCULINA EM HELANCA 100% POLIAMIDA COM A GRAMATURA 295GR NA COR AZUL MARINHO, COM 3 LISTRAS NA COR AMARELO CANÁRIO COM BOLSO E ESTAMPADO EM CROMIA O BRASÃO DO MUNICÍPIO E A ESCRITA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.					
05	SHORTS SAIA FEMININO EM HELANCA 100% POLIAMIDA	UND	990	44,00	43.560,00
DESCRIÇÃO MÍNIMA: SHORTS SAIA FEMININO EM HELANCA 100% POLIAMIDA COM A GRAMATURA 295GR NA COR AZUL MARINHO, COM 3 LISTRAS NA COR AMARELO CANÁRIO COM ESTAMPA EM CROMIA O BRASÃO DO MUNICÍPIO E A ESCRITA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.					
06	TÊNIS EM CADARÇO PERSONALIZADO	PAR	600	109,00	65.400,00
DESCRIÇÃO MÍNIMA: PROJETO DETALHADO EM ANEXO					
07	TÊNIS EM VELCRO PERSONALIZADO	PAR	225	107,50	24.187,50
DESCRIÇÃO MÍNIMA: PROJETO DETALHADO EM ANEXO					
08	SANDÁLIA PERSONALIZADO	PAR	120	79,90	9.588,00
DESCRIÇÃO MÍNIMA: PROJETO DETALHADO EM ANEXO					
09	MÓCHILA ESCOLAR EM TECIDO 100% NAYLON	UND	440	157,50	69.300,00
DESCRIÇÃO MÍNIMA: MOCHILA ESCOLAR EM TECIDO 100% NAYLON NIKE COM FORRO DUPLO COM BOLSO MAIOR E DIVISORIA INTERNA E BOLSO MENOR NA FRENTE PERSONALIZADO O BRASÃO DO MUNICÍPIO E REDINHA NA LATERAL PARA SQUEZZE, ALÇA COM ESPUMA E REGULAGEM.					
10	BOLSA PARA PROFESSOR COM ALÇA DE MÃO E TIRA COLO EM TECIDO 100% NYLON	UND	60	114,00	6.840,00
DESCRIÇÃO MÍNIMA: BOLSA PARA PROFESSOR COM ALÇA DE MÃO E TIRA COLO EM TECIDO 100% NYLON NIKE COM 1 REPARTIÇÃO E BRASÃO BORDADO NA FRENTE.					
11	ESTOJO ESCOLAR COM TECIDO 100% NYLON	UND	440	14,00	6.160,00
DESCRIÇÃO MÍNIMA: ESTOJO ESCOLAR COM TECIDO 100% NYLON COM FECHAMENTO EM ZIPER E BORDADO NA FRENTE BRASÃO DO MUNICÍPIO.					
12	CAMISETA EM P.V 67% POLIÉSTER E 33% VISCOSE MANGA LONGA	UND	1280	33,50	42.880,00



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000
Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320
e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

DESCRIÇÃO MÍNIMA: CAMISETA EM P.V 67% POLIÉSTER E 33% VISCOSE MANGA LONGA GRAMATURA 160 GRAMAS TECIDO COM TRATAMENTO ANTI PILLING, NA COR AZUL MARINHO COM 3 LISTRAS NA COR AMARELO CANÁRIO, COM RECORTE NA FRENTE NA COR AMARELO CANÁRIO, COM GOLA V EM RIBANA AZUL MARINHO E PUNHO EM RIBANA NA COR AZUL MARINHO, NA FRENTE NA ALTURA DO PEITO EM CROMIA O BRASÃO DO MUNICÍPIO E A ESCRITA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E NAS COSTAS O NOME DO MUNICÍPIO.

13	JALECO MODELO REGATA FEMININO EM TECIDO 100% MICROFIBRA	UND	20	59,80	1.196,00
----	---	-----	----	-------	----------

DESCRIÇÃO MÍNIMA: JALECO MODELO REGATA FEMININO EM TECIDO 100% MICROFIBRA COM FECHAMENTO EM BOTÃO COM 3 BOLSOS NA FRENTE, E COM UM BORDADO NO PEITO LADO ESQUERDO BRASÃO DO MUNICÍPIO.

PROJETO BÁSICO – LOTE I

ITEM 01

01. BLUSA NO TECIDO HELANCA FLANELADA 100% POLIÉSTER - **DESCRIÇÃO MÍNIMA:** BLUSA NO TECIDO HELANCA FLANELADA 100% POLIÉSTER COM A GRAMATURA 215GR COM FECHAMENTO EM ZÍPER AZUL MARINHO COM 3 LISTRAS AMARELO CANÁRIO COM ESTAMPA NO PEITO BRASÃO DO MUNICÍPIO E ESCRITA "SECRETARIA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO".

ITEM 02

02. CALÇA NO TECIDO HELANCA FLANELADA 100% POLIÉSTER - **DESCRIÇÃO MÍNIMA:** CALÇA NO TECIDO HELANCA FLANELADA 100% POLIÉSTER COM A GRAMATURA 260GR COR AZUL MARINHO COM 3 LISTRAS AMARELO CANÁRIO NA PERNA ESTAMPA DO BRASÃO DO MUNICÍPIO E ESCRITA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.



ITEM 03

03. CAMISETA EM P.V. 67% POLIÉSTER E 33% VISCOSE - **DESCRIÇÃO MÍNIMA:** CAMISETA EM P.V 67% POLIÉSTER E 33% VISCOSE GRAMATURA 160 GRAMAS TECIDO COM TRATAMENTO ANTI PILLING, NA COR AZUL MARINHO COM 3 LISTRAS NA COR AMARELO CANÁRIO, COM RECORTE NA FRENTE NA COR AMARELO CANÁRIO, COM GOLA V EM RIBANA AZUL MARINHO E PUNHO EM RIBANA NA COR AZUL MARINHO, NA FRENTE NA ALTURA DO PEITO EM CROMIA O BRASÃO DO MUNICÍPIO E A ESCRITA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E NAS COSTAS O NOME DO MUNICÍPIO.





Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

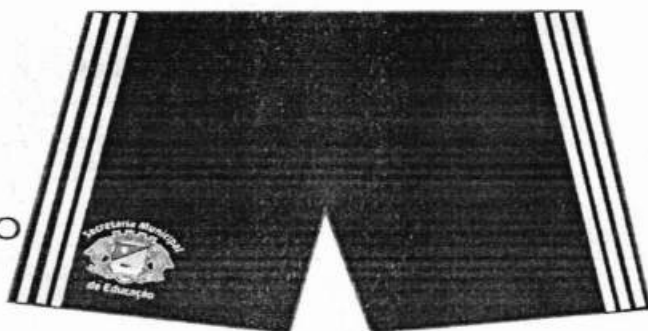
Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 - Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

c-mail - altoparaíso@pref.pr.gov.br

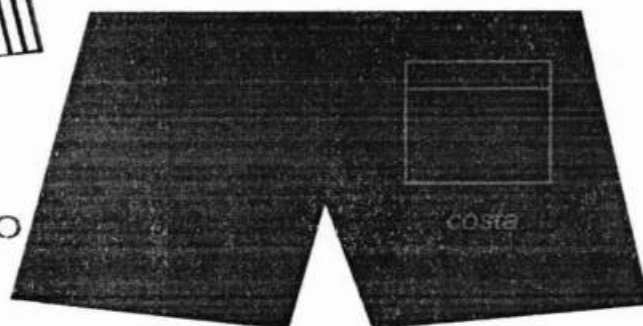
ITEM 04

04. BERMUDA MASCULINA EM HELANCA 100% POLIAMIDA - *DESCRIÇÃO MÍNIMA:* BERMUDA MASCULINA EM HELANCA 100% POLIAMIDA COM A GRAMATURA 295GR NA COR AZUL MARINHO, COM 3 LISTRAS NA COR AMARELO CANÁRIO COM BOLSO E ESTAMPADO EM CROMIA O BRASÃO DO MUNICÍPIO E A ESCRITA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

calção

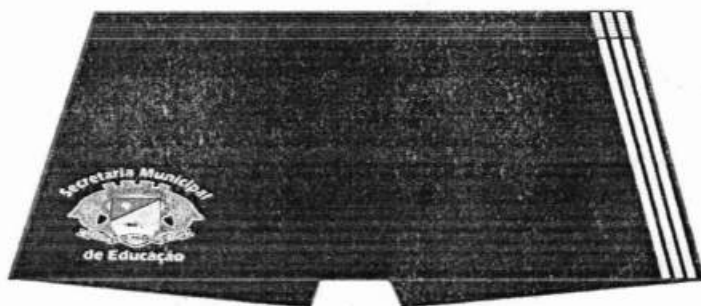


calção



ITEM 05

05. SHORTS SAIA FEMININO EM HELANCA 100% POLIAMIDA - SHORTS SAIA FEMININO EM HELANCA 100% POLIAMIDA COM A GRAMATURA 295GR NA COR AZUL MARINHO, COM 3 LISTRAS NA COR AMARELO CANÁRIO COM ESTAMPA EM CROMIA O BRASÃO DO MUNICÍPIO E A ESCRITA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.





Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

c-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

119

ITEM 06

06. TÊNIS EM CADARÇO - DESCRIÇÃO MÍNIMA: TÊNIS EM CADARÇO PERSONALIZADO MAIOR DESCRIÇÃO EM ANEXO.

A Especificação e normas técnicas a seguir descritas estão em conformidade com a ABNT NBR 16473 - Conforto em calçados escolares- requisitos, normas e ensaios - primeira edição 11.04.2016

O Tênis deve ser fabricado no processo de montagem ensacada, com fixação da palmilha ao cabedal pelo processo de costura Strobel (Overloque) e após ser AUTOCLAVADO, com vulcanização direta da borracha da banda lateral no solado e na lona do cabedal.

Por se tratar de um produto em produção fabril, exige-se que as dimensões dos calçados acompanham os padrões comerciais baseados na escala francesa cujo fator de conversão é 0,66667 centímetros de número a número. A medida realizada em calçado já confeccionado deverá ser efetuada na palmilha amortecedora ou palmilha de overloque, com variação permitida de 3% (+/-). Deve ter o Brasão do órgão aplicado na lateral do tênis. A marca da amostra deverá ser a mesma constante na proposta de preços junto com os laudos e conseqüentemente deverá permanecer inalterada durante toda a vigência da ata de registro de preços, sob pena de desclassificação e/ou cancelamento da ata.



Vista externa (Foto Ilustrativa)

1 - COR E MATERIAL DO CABEDAL E LINGUETA - A gáspea do cabedal, laterais e lingueta, deverão ser de lona 100% algodão, de no mínimo 300 gramas por metro quadrado, na cor Azul semelhante ao Pantone 19-3920 TPX, devendo estar dublada com sarja também de 100% algodão desengomado com gramatura mínima de 230 gramas por metro quadrado, totalizando assim um mínimo de 530 gramas por metro quadrado, no conjunto.

2 - CONTRAFORTE - O contraforte se localiza na região do calcanhar entre a lona externa e a espuma interna. É fabricado em elastômero vulcanizado flexível de no mínimo 1,2 mm de espessura; devendo ser chanfrado em toda sua borda superior na largura mínima de 8 mm terminando em zero.

3 - FORRO- O tênis deve ser todo forrado internamente com tecido poliéster (gramatura mínima 130 G/m²) na cor Preto, dublado com espuma de poliuretano de no mínimo 5 mm de espessura e densidade 26 kg/m³ (quilograma por metro cúbico).

4 - DEBRUM E COSTURAS - A gáspea deve ser toda debruada. O debrum será de Gorgurão com largura mínima de 12 mm e com bordas que não desfiem. Na mesma cor do cabedal.

Todas as costuras têm de 3 a 4 pontos/cm e tem um arremate de, no mínimo, 2 pontos nas extremidades. As costuras externas "aparentes" devem ser duplas e afastadas de 2,2 a 2,6 mm entre si. A linha usada deve ser de poliamida (nylon) número comercial 40, na cor Branca.

5 - CADARÇO / ATACADOR - O tênis deverá ser entregue com Dois pares de cadarços um na cor Azul semelhante ao Pantone 19-3920 TPX, e outro na cor Amarelo semelhante ao Pantone 13-0859 TPX, devendo os mesmos serem de algodão com fibras sintéticas, armação trançada e chata, largura de no mínimo de 7,00 mm e comprimento adequado a cada número.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

120

6 - ILHÓSES – OS ILHÓSES DE PASSAGEM DO CADARÇO/ATACADOR - devem ser de alumínio com acabamento natural, diâmetro interno de 5 mm (+/- 0,5), composto por duas peças, ilhós e arruela.

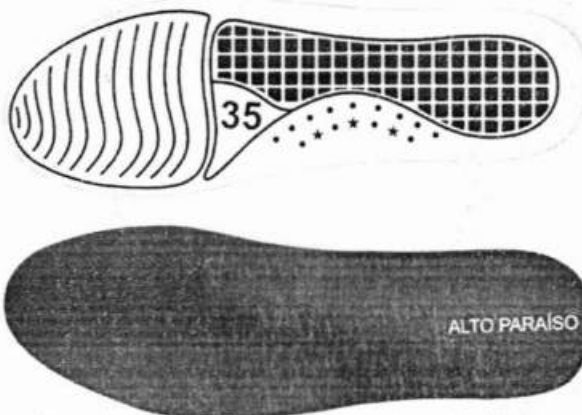
6.1 - ILHÓSES LATERAIS - devem ser colocados dois ilhoses laterais (de alumínio com acabamento natural) para facilitar a transpiração dos pés, também ajudando assim na menor proliferação de bactérias de odor, estes ilhoses devem ter diâmetro interno de 5,0 milímetros (+/- 0,5), compostos por duas peças, ilhós e arruela, a colocação deverá ser feita na parte interna do pé.

7 - BIQUEIRAS, SOBRE BIQUEIRA, BANDAS LATERAIS Devem ser uma Composição elastomérica vulcanizada, composta por borracha natural (NR), borracha de butadieno estireno (SBR) e borracha de etileno propileno dieno (EPDM), sendo estes componentes preponderantes. Biqueira e sobre biqueira com espessura mínima de 1,4 mm.

7.1 - CORES: a Biqueira e a Banda Lateral devem ser na cor Branca, a Sobre Biqueira na cor Azul semelhante ao Pantone 19-3920 TPX, o Filete e o Friso na cor Amarelo semelhante ao Pantone 13-0859 TPX. A sobre biqueira deverá ter gravação de reforço, tudo similar à ilustração da vista externa.

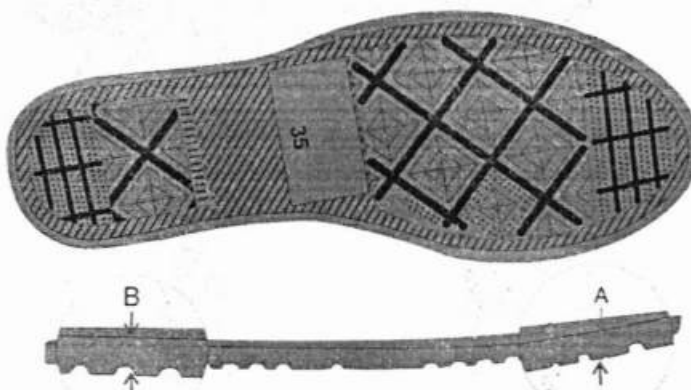
8 - ETIQUETA – Deverá ser colocada na parte traseira do tênis também de elastômero vulcanizado (mesmo material da banda lateral) na cor Azul semelhante ao Pantone 19-3920 TPX, com escrita do nome do Órgão.

9 - Palmilha Amortecedora - Palmilha de Poliuretano, usando poliuretano poliéter, com alta resistência a hidrólise, dublada com cacharel na cor Preto, de no mínimo 128 gramas p/m², composto de 70% fio Algodão e 30% fio poliéster, devendo acompanhar exatamente o perfil da forma na sua base e em formato de cunha com diferença de altura entre o traseiro e o bico e estar numerada em todos os tamanhos de forma permanente e personalizada com o nome do órgão.



Palmilha amortecedora (Foto Ilustrativa)

10 - SOLA Peça integrante da base inferior do calçado. Deverá ser fabricado em "PU", Poliuretano poliéter de alta resistência a hidrólise. Este solado deve ser na cor Azul semelhante ao Pantone 19-3920 TPX, devendo ter a gravação da numeração em todos os tamanhos de forma permanente, e formato antiderrapante, similar à ilustração abaixo. E na sua base deve acompanhar o perfil da forma e ser em formato de cunha, com espessura dianteira (**Espessura A**) 5 milímetros, e espessura traseira (**Espessura B**) 9 milímetros, tolerância admitida +/- 1 milímetro, isso deve ser seguido em todos os tamanhos.





Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

Vista do solado com desenho antiderrapante com o número gravado

(Foto Ilustrativa)

11 - AMOSTRAS - As amostras deverão ser apresentadas nos números: 1 par número 34, 1 par número 37 e 1 par número 41, para análise dos materiais utilizados, deverão acompanhar as amostras os insumos usados na fabricação dos calçados tais como: 1 par de solado, 1 par de palmilha amortecedora, amostra da lona do cabedal, sarja, forro com espuma estes três itens de preferência amostra no tamanho A4, biqueira, sobre biqueira, banda lateral, ilhoses, contraforte, debrum, cadarço(s), palmilha de overloque. Estes materiais serão submetidos à análise em laboratório juntamente com as amostras, se necessidade houver, para avaliação da conformidade dos insumos e cores conforme especificações, normas técnicas e valores para aceitabilidade dos materiais descritos neste EDITAL.

ITEM 07

07. TÊNIS COM VELCRO - DESCRIÇÃO MÍNIMA: TÊNIS EM VELCRO PERSONALIZADO MAIOR DESCRIÇÃO EM ANEXO.

A Especificação e normas técnicas a seguir descritas estão em conformidade com a ABNT NBR 16473 - Conforto em calçados escolares- requisitos, normas e ensaios - primeira edição 11.04.2016

O Tênis deve ser fabricado no processo de montagem ensacada, com fixação da palmilha ao cabedal pelo processo de costura Strobel (Overloque) e após ser AUTOCLAVADO, com vulcanização direta da borracha da banda lateral no solado e na lona do cabedal.

Por se tratar de um produto em produção fabril, exige-se que as dimensões dos calçados acompanham os padrões comerciais baseados na escala francesa cujo fator de conversão é 0,66667 centímetros de número a número. A medida realizada em calçado já confeccionado deverá ser efetuada na palmilha amortecedora ou palmilha de overloque, com variação permitida de 3% (+/-). Deve ter o Brasão do órgão aplicado na tira do velcro. A marca da amostra deverá ser a mesma constante na proposta de preços junto com os laudos e consequentemente deverá permanecer inalterada durante toda a vigência da ata de registro de preços, sob pena de desclassificação e/ou cancelamento da ata.

Vista externa (Foto Ilustrativa)



1 - COR E MATERIAL DO CABEDAL E LINGUETA - A gâsnea do cabedal, laterais e lingueta, deverão ser de lona 100% algodão, de no mínimo 300 gramas por metro quadrado, na cor Azul semelhante ao Pântone 19-3920 TPX, devendo estar dublada com sarja também de 100% algodão desengomado com gramatura mínima de 230 gramas por metro quadrado, totalizando assim um mínimo de 530 gramas por metro quadrado, no conjunto.

2 - CONTRA FORTE - O contra forte se localiza na região do calcanhar entre a lona externa e a espuma interna. É fabricado em elastômero vulcanizado flexível de no mínimo 1,2 mm; devendo ser chanfrado em toda sua borda superior na largura mínima de 8 mm terminando em zero.

3 - FORRO - O tênis deve ser todo forrado internamente com tecido poliéster (gramatura mínima 130 G/m²) na cor Preto, dublado com espuma de poliuretano de no mínimo 5 mm de espessura e densidade 26 kg/m³ (quilograma por metro cúbico).

4 - DEBRUM E COSTURAS - A gâsnea deve ser toda debruada. O debrum será de Gorgurão com largura mínima de 12 mm e com bordas que não desfiem. Na mesma cor do cabedal.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

Todas as costuras têm de 3 a 4 pontos/cm e tem um arremate de, no mínimo, 2 pontos nas extremidades. As costuras externas "aparentes" devem ser duplas e afastadas de 2,2 a 2,6 mm entre si. A linha usada deve ser de poliamida (nylon) número comercial 40, na cor Branca.

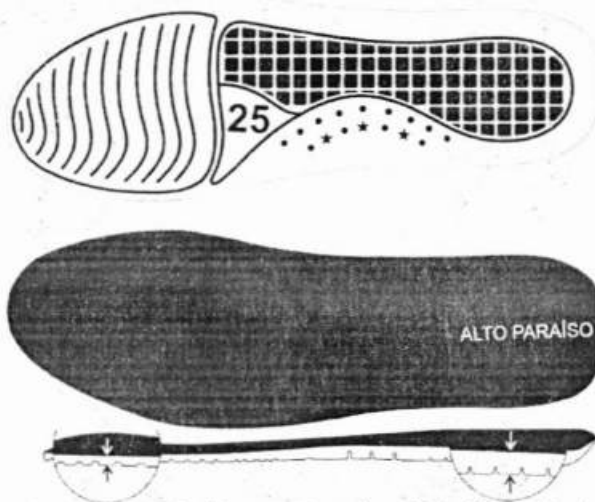
5 - FECHAMENTO COM VELCRO - tênis escolar infantil deve ter fechamento com uma tira de velcro sendo que a mesma deverá ter em torno de 40 mm de largura, podendo variar conforme a escala de numero a numero, toda debruada, igual o cabedal.

6 - BIQUEIRAS, SOBRE BIQUEIRA, BANDAS LATERAIS Devem ser uma Composição elastomérica vulcanizada, composta por borracha natural (NR), borracha de butadieno estireno (SBR) e borracha de etileno propileno dieno (EPDM), sendo estes componentes preponderantes. Biqueira e sobre biqueira com espessura mínima de 1,4 mm.

6.1 - CORES: a Biqueira e a Banda Lateral devem ser na cor Branca, a Sobre Biqueira na cor Azul semelhante ao Pantone 19-3920 TPX, o Filete e o Friso na cor Amarelo semelhante ao Pantone 13-0859 TPX. A sobre biqueira deverá ter gravação de reforço, tudo similar à ilustração da vista externa.

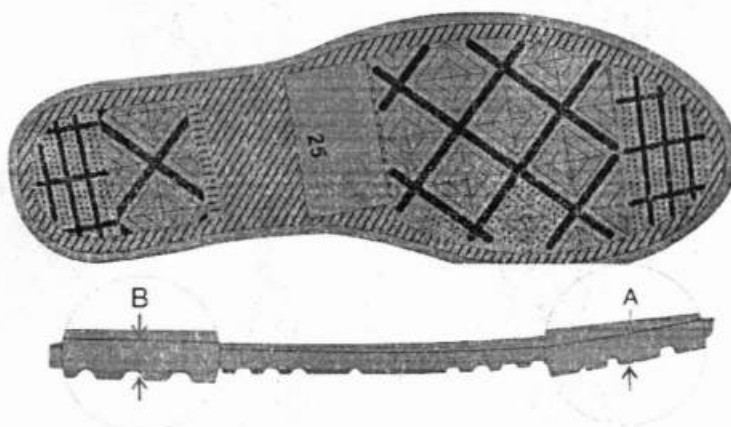
7 - ETIQUETA - Deverá ser colocada na parte traseira do tênis também de elastômero vulcanizado (mesmo material da banda lateral) na cor Azul semelhante ao Pantone 19-3920 TPX, com escrita do nome do Órgão.

8 - Palmilha Amortecedora - Palmilha de Poliuretano, usando poliuretano poliéter, com alta resistência a hidrólise, dublada com cacharel na cor Preto, de no mínimo 128 gramas p/m², composto de 70% fio Algodão e 30% fio poliéster, devendo acompanhar exatamente o perfil da forma na sua base e em formato de cunha com diferença de altura entre o traseiro e o bico e estar numerada em todos os tamanhos de forma permanente e personalizada com o nome do órgão.



Palmilha amortecedora (Foto Ilustrativa)

9 - SOLA Peça integrante da base inferior do calçado. Deverá ser fabricado em "PU", Poliuretano poliéter de alta resistência a hidrólise. Este solado deve ser na cor Azul semelhante ao Pantone 19-3920 TPX, devendo ter a gravação da numeração em todos os tamanhos de forma permanente, e formato antiderrapante, similar à ilustração abaixo. E na sua base deve acompanhar o perfil da forma e ser em formato de cunha, com espessura dianteira (**Espessura A**) 5 milímetros, e espessura traseira (**Espessura B**) 9 milímetros, tolerância admitida +/- 1 milímetro, isso deve ser seguido em todos os tamanhos.





Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

123

Vista do solado com desenho antiderrapante com o número gravado

(Foto Ilustrativa)

10 - AMOSTRAS - As amostras deverão ser apresentadas nos números: 1 par número 18 e 1 par número 23, para análise dos materiais utilizados, deverão acompanhar as amostras os insumos usados na fabricação dos calçados tais como: 1 par de solado, 1 par de palmilha amortecedora, amostra da lona do cabedal, sarja, forro com espuma estes três itens de preferência amostra no tamanho A4, biqueira, sobre biqueira, banda lateral, ilhoses, contraforte, debrum, cadarço(s), palmilha de overloque. Estes materiais serão submetidos à análise em laboratório juntamente com as amostras, se necessidade houver, para avaliação da conformidade dos insumos e cores conforme especificações, normas técnicas e valores para aceitabilidade dos materiais descritos neste EDITAL.

ITEM 08

08. SANDALIA - DESCRIÇÃO MÍNIMA: SANDÁLIA PERSONALIZADA MAIOR DESCRIÇÃO EM ANEXO.

CABEDAL confeccionado em sintético PVC com no mínimo 1,5 milímetros de espessura, na cor Preto, este sintético deverá estar dublado com malha termo ponto gomada na cor Preta com no mínimo 220 gm p/m², o cabedal deverá sofrer um processo de Solda eletrônica por alta frequência para gravar reforços nas bordas do cabedal e gravar o friso colorido que deverá ser da cor Cinza semelhante ao Pantone 16-5803 TPX, o fechamento será de velcro, macho e fêmea para ajuste no pé do usuário para melhor segurança no caminhar. A numeração das sandálias papete deverá ser de dois em dois números, por exemplo: 12/13, 14/15, 16/17, 18/19, 20/21 e assim por diante.



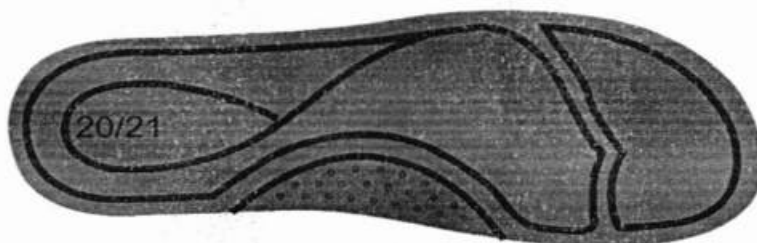
(Foto Ilustrativa)

1 - Detalhes do cabedal - Confeccionado em laminado sintético com espessura de no mínimo 1.5 mm, com base de fios de poliéster, gramatura final mínima 750 gm p/m², solda eletrônica por alta frequência e dublado com malha termo ponto gomada na cor Preta com no mínimo 220 gm p/m², tudo conforme mencionado nas considerações gerais (item anterior), devendo ser colocado o Brasão e o Nome do órgão em serigrafia conforme ilustração abaixo.



(Foto Ilustrativa)

2 - Palmilha Amortecedora - Palmilha de Poliuretano, usando poliuretano poliéster, com alta resistência a hidrólise, na cor Cinza semelhante ao Pantone 16-5803 TPX, tendo espessura mínima de 5 milímetros devendo acompanhar exatamente o perfil da forma e estar numerada em todos os tamanhos de forma permanente exatamente conforme a ilustração abaixo:





Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

c-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

(Foto Ilustrativa)

3 - SOLA - Peça integrante da base inferior da Papete. Deverá ser fabricado em "PU", Poliuretano poliéter de alta resistência a hidrólise. Este solado deve ser na cor Preto, devendo o formato ser com canaletas anti derrapantes. Devendo acompanhar exatamente o perfil da forma. Conforme ilustração abaixo:



(Foto Ilustrativa)

ITEM 09 – MOCHILA ESCOLAR

DESCRIÇÃO MÍNIMA: MOCHILA ESCOLAR CONFECCIONADO EM NAYLON 600 RIPSTOP NA COR AZUL MARINHO COM BOLSO FRONTAL E 2 REPARTIÇÕES COM FECHAMENTO EM ZIPER Nº5 E 1 REPARTIÇÃO PRINCIPAL COM FECHAMENTO EM ZIPER Nº8, COM ALÇA PARA AS COSTA E PARA MÃO COM ESPUMA INTERNA, MOCHILA TODA COM VIVO EM AMRELO OURO E UM BORDADO NA FRENTE O BRASÃO DO MUNICÍPIO. 38CM DE ALTURA, 30CM DE COMPRIMENTO, 14CM DE FUNDO.



ITEM 10 - BOLSA PARA PROFESSOR COM ALÇA DE MÃO

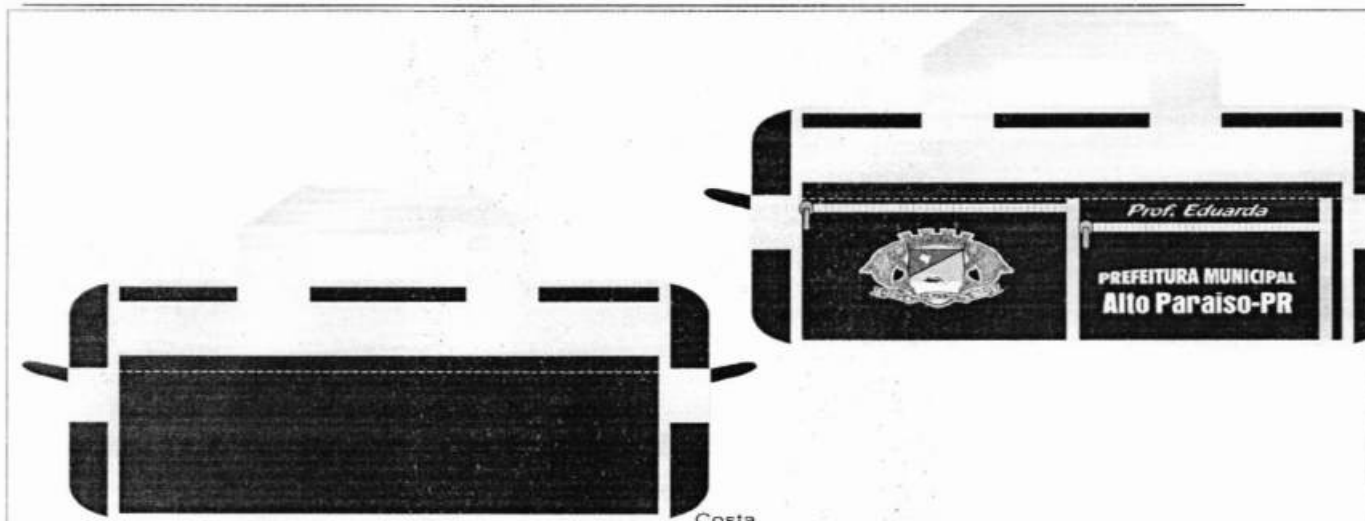
DESCRIÇÃO MÍNIMA: BOLSA PROFESSOR CONFECCIONADA EM NAYLON 600 RIPSTOP NA COR AZUL MARINHO COM 4 REPARTIÇÃO UMA GRANDE COM FECHAMENTO EM ZIPER Nº8 E 3 BOLSO FRONTAL COM FECHAMENTO EM ZIPER Nº5, ALÇA TIRA COLO E ALÇA DE MÃO NA COR AMARELO OURO E VIVO EM TODA BOLSA NA COR AMARELO COM BORDADO BRASAO DO MUNICIPIO E NOME INDIVIDUAL DE CADA PROFESSOR. 30CM DE ALTURA, 39CM DE COMPRIMENTO, 13CM DE FUNDO.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

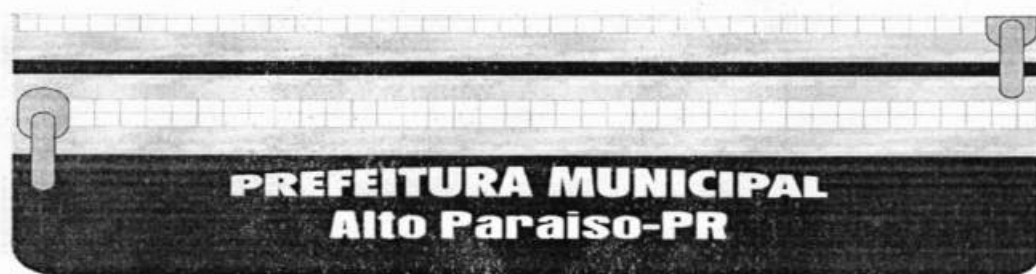
CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000
Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320
e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

125

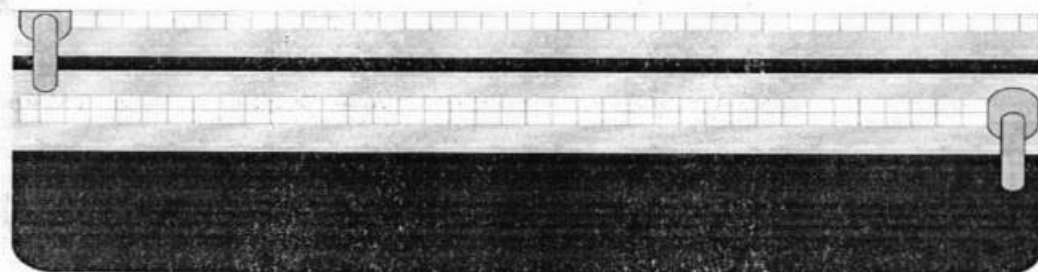


ITEM 11 – ESTOJO ESCOLAR

DESCRIÇÃO MÍNIMA: ESTOJO CONFECCIONADO EM NAYLON 600 RIPSTOP AZUL MARINHO COM 3 REPARTIÇÕES, COM FECHAMENTO EM ZIPER Nº8 COM VIVO EM VOLTA NA COR AMARELO, COM BORDADO NA FRENTE NOME DO MUNICÍPIO. 09CM DE ALTURA, 24CM DE COMPRIMENTO, 09CM DE FUNDO.



Frente



Costa

ITEM 12 - CAMISETA EM P.V 67% POLIÉSTER E 33% VISCOSE MANGA LONGA

DESCRIÇÃO MÍNIMA: CAMISETA EM P.V 67% POLIÉSTER E 33% VISCOSE MANGA LONGA GRAMATURA 160 GRAMAS TECIDO COM TRATAMENTO ANTI PILLING, NA COR AZUL MARINHO COM 3 LISTRAS NA COR AMARELO CANÁRIO, COM RECORTE NA FRENTE NA COR AMARELO CANÁRIO, COM GOLA V EM RIBANA AZUL MARINHO E PUNHO EM RIBANA NA COR AZUL MARINHO, NA FRENTE NA ALTURA DO PEITO EM CROMIA O BRASÃO DO MUNICÍPIO E A ESCRITA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E NAS COSTAS O NOME DO MUNICÍPIO.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

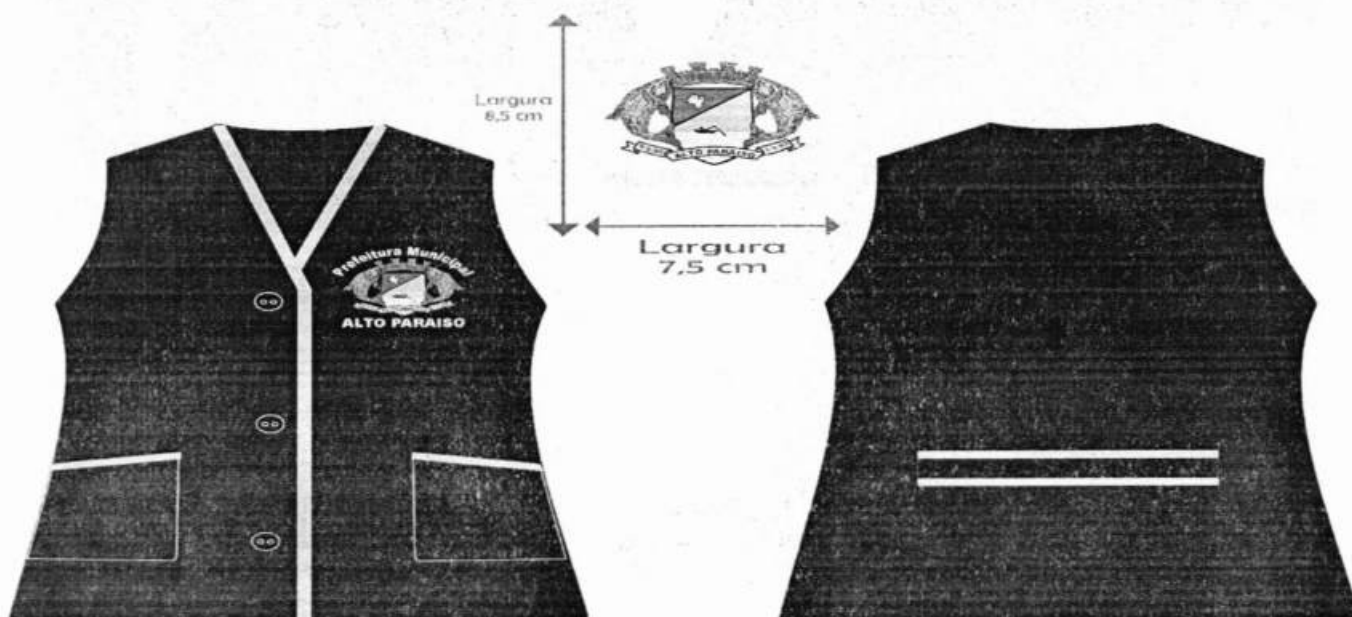
Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br



ITEM 13 - JALECO MODELO REGATA FEMININO

DESCRIÇÃO MÍNIMA: JALECO MODELO REGATA FEMININO EM TECIDO 100% MICROFIBRA COM FECHAMENTO EM BOTÃO COM 3 BOLSOS NA FRENTE, E COM UM BORDADO NO PEITO LADO ESQUERDO BRASÃO DO MUNICÍPIO.



VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO: R\$ 441.899,50 (quatrocentos e quarenta e um mil oitocentos e noventa e nove reais e cinquenta centavos).

Condições:

1. Os produtos, objeto da presente licitação, deverão ser entregues no prazo de até 30 (trinta), dias úteis, contados da solicitação de entrega emitida pelo órgão responsável, e/ou via e-mail, pelo período de até 12 (doze) meses, sendo, contudo prorrogável por igual período se for de interesse da administração, devendo este ser cumprido pela contratada, sob pena de rescisão e demais sanções previstas neste Edital e na Lei nº 8.666/93 e alterações.

2. Os produtos deverão ser entregues no Local indicado na requisição de compras, nos horários das 08:00h às 11:00h e das 13:00h às 17:00h (caso haja alteração do



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

funcionamento do setor, estes horários poderão sofrer alterações, sendo o fornecedor avisado com antecedência através de e-mail). Correrá por conta da Contratada as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento.

3. O fornecedor deverá entregar os produtos de acordo com as marcas indicadas na proposta de preços.

4. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, após entrega, com a apresentação da nota fiscal/fatura na Prefeitura Municipal, à vista do respectivo Termo de Recebimento do objeto ou Recibo.

5. **DA APRESENTAÇÃO DAS AMOSTRAS:** As AMOSTRAS Fazem-se necessárias para fins classificatórios, como forma eficiente de avaliar a proposta/oferta do licitante.

5.1. A empresa melhor classificada da licitação deverá apresentar amostras (a Licitante deverá fabricar uma peça de cada, com as referidas características solicitadas no Termo de Referência), as mesmas deverão ser entregues no prazo de 05 (cinco) dias úteis após a sessão de lances, ou convocação no caso de licitante remanescente.

5.1.1. Critérios para avaliação das amostras: Será observada cor, textura, resistência, acabamento, tecido, material utilizado, logomarca, confecção dentro do especificado nas características solicitadas no Termo de Referência.

5.1.2. Entrega das Amostras: Deverão ser entregues à Comissão Permanente de Licitação e serão avaliados por uma Comissão noemada para este fim, **(caso aprovado, ficará retido na Secretaria de Educação até a entrega do último item que a empresa foi vencedora).**

5.1.3. Desclassificação: A empresa que não apresentar as amostras ou apresentá-las em desacordo com as especificações será desclassificada e a segunda mais bem colocada será convocada para entregar as referidas amostras.

5.2. A CONTRATANTE não se responsabilizará por peças confeccionadas sem avaliação e aprovação prévia, ficando a LICITANTE VENCEDORA obrigada a confeccionar os modelos para aprovação e as peças finais, sob pena de sofrer as sanções previstas no Edital, seus anexos e na Lei de Licitações.

6. **DA FABRICAÇÃO DOS UNIFORMES:** Correrão por conta da Licitante vencedora todas as despesas com embalagem, seguros, transportes, tributos (inclusive ISS), encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes da entrega.

7. A aprovação dos modelos será feito em 5 (cinco) dias úteis, contados da confirmação do recebimento dos mesmos, e poderá ser feito por meio e-mail, ofício ou fax, detalhando as alterações, se houver.

7.1. A LICITANTE VENCEDORA não deverá começar a confecção antes da aprovação final pela CONTRATANTE.

8. **CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO:**

8.1. Os materiais que não atenderem as condições descritas neste termo de referência ou que apresentarem quaisquer vícios de fabricação, serão imediatamente devolvidos pela CONTRATANTE ao fornecedor para substituição, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

contar da data de sua notificação formal por parte da Secretaria de Educação, cabendo a CONTRATADA arcar com os custos da substituição.

Regiane Ap. E. de Oliveira

Regiane Aparecida Caetano de Oliveira
Secretaria de Educação, Esporte e Lazer



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

ANEXO II – MODELO DE CREDENCIAMENTO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº /2023

Por este instrumento, a empresa _____, sediada em _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, outorga poderes a _____, portador do documento de identidade nº _____, inscrito no CPF/MF sob o nº _____, para representá-la no Pregão Eletrônico nº ____/2023 do Município de Alto Paraíso-Pr, podendo o mandatário praticar todos os atos relativos ao certame, notadamente: formular ofertas; assinar os documentos da licitação; negociar preços; interpor recursos ou renunciar ao direito de propô-los.

(assinatura, nome e CPF do mandante)



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS (em papel timbrado da proponente)

PREGÃO ELETRÔNICO N° ____/2023

O signatário da presente, em nome da empresa, propõe:

1) Os seguintes preços (READEQUADOS AO LANCE VENCEDOR), por item cotados:

Item	Quantidade Estimada	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total Estimado

1) Prazo de validade da proposta de ____ (mínimo de 60 sessenta dias), a contar da data de abertura do certame.

2) Garantimos que os produtos serão substituídos, sem ônus para a entidade de licitação, caso não estejam de acordo às especificações e padrões exigidos.

3) Declaramos que nos preços contidos na proposta que vierem a ser ofertados por meio de lances, estão incluídos todos os custos diretos e indiretos, impostos, lucro empresarial, tributos incidentes, seguro, frete e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste edital e seus anexos.

4) Informar os seguintes Dados Bancários, a fim de agilizar os possíveis

pagamentos:

Banco: _____

Agencia: _____

Conta Corrente: _____

Razão Social da Empresa Licitante:

CNPJ:

Endereço:

Telefone/fax:

Local e Data

(assinatura, nome e CPF do mandante)



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

ANEXO IV – Declaração de: Cumprimento dos Requisitos de Habilitação, Capacidade de Fornecimento; Inexistência de Fato Superveniente; Capacidade de Fornecimento; Inexistência de Fato Superveniente; Que cumpre o art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal; Que não existem em seu quadro de empregados servidores públicos da contratante exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº /2023

O signatário da presente, em nome da proponente (nome da empresa) _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, sediada (endereço completo) _____ declara, para todos os fins legais e necessários, sob as penas da lei, que:

1. CUMPRE todos os requisitos habilitatórios do Pregão Eletrônico nº ____/2023 do Município de Alto Paraíso.
2. Está plenamente capacitado a efetuar o fornecimento dos produtos licitados, referente ao PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/2023, nas quantidades e nos prazos previstos.
3. Até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no Pregão Eletrônico nº ____/2023 do Município de Alto Paraíso, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências supervenientes.
4. Cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição e na Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, de que a empresa não possui trabalhadores menores de 18 anos realizando trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, na forma da Lei.
5. Por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado. Que não existem em seu quadro de empregados servidores públicos da contratante exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão.
6. Por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado.

Local e Data

(assinatura, nome e CPF do mandante)



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000
Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320
e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

132

MINUTA CONTRATO DE COMPRAS Nº **/2023

O **MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 95.640.736/0001-30, com sede administrativa na Avenida Pedro Amaro dos Santos, 900 – Centro, Alto Paraíso, Estado do Paraná, neste ato representado pelo prefeito municipal o Sr. **DERCIO JARDIM JUNIOR**, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade, portador do RG n.º 1.649.033-4 SSP/PR e CPF: 474.519.719-53, residente e domiciliado nesta cidade de Alto Paraíso, Paraná, doravante denominada **COMPRADOR**, e a empresa, inscrita no CNPJ sob nº *****, com sede *****, doravante denominada **VENDEDOR**, neste ato representado pelo seu proprietário o Sr(a). *****, portador do RG nº ***, inscrito no CPF sob nº *****, resolvem na melhor forma de direito, o presente contrato pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - FUNDAMENTAÇÃO:

1. O presente instrumento é celebrado com fundamento na *****, homologada pelo Decreto nº **/2023 em ** de **** de 2023, em ** de *** de 2023, que integram o presente Termo e na Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO:

1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FABRICAÇÃO DE MATERIAIS PERSONALIZADOS DO TIPO UNIFORMES, CALÇADOS, MOCHILAS, BOLSA E ESTOJOS, DESTINADOS A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CONFORME ANEXO I – (TERMO DE REFERÊNCIA) DESTE EDITAL.

Item	Descrição	Qtde	Und	Vlr. Unit.	Vlr Total	Marca

Parágrafo Primeiro: O pagamento será realizado em moeda corrente nacional contra a apresentação da fatura junto com a entrega das mercadorias.

Parágrafo Segundo: O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, após entrega, com a apresentação da nota fiscal/fatura na Prefeitura Municipal, à vista do respectivo Termo de Recebimento do objeto ou Recibo.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA INDICAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO:

1. Em atendimento ao contido no Art. 67 da Lei 8.666/93, fica designado a Sra. Ana Paula Leme como fiscal de contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR:

1. O valor total objeto do presente contrato é de R\$ _____ ().

Parágrafo Primeiro: Dos valores que a se refere esta cláusula, será abatido o montante devido a título de ISSQN, nos termos da Legislação Municipal em vigor;



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000
 Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320
 e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

Parágrafo Segundo: Caso o objeto deste contrato se enquadre na Legislação em vigor, o Município fará a retenção de 11% (onze por cento) de INSS sobre a mão de obra utilizada, nos termos da IN-SRP 03/2005, devendo, para apuração da base de cálculo, deduzir os valores relativos à utilização de equipamentos e materiais previstos neste contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DA FORMA DE PAGAMENTO:

1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, após entrega, com a apresentação da nota fiscal/fatura na Prefeitura Municipal, à vista do respectivo Termo de Recebimento do objeto ou Recibo.

1.1 - A CONTRATADA deverá manter-se regularizada, perante o Sistema de Seguridade Social (INSS) e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), para que o CONTRATANTE, possa efetuar os devidos pagamentos.

1.2 - O pagamento a que se refere este item fica condicionado a apresentação da CND (INSS) e CRF (FGTS) por parte da CONTRATADA, junto com a nota fiscal.

2 - As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá após a reapresentação da mesma.

3 - O pagamento será feito mediante crédito aberto em conta corrente em nome da Contratada.

4 - Quando o Contratante atrasar o pagamento de contas decorrentes das contratações será aplicado o índice oficial INPC/IBGE para atualização monetária, nos termos do art. 40, inciso XIV, alínea “c”, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA – DA EMISSÃO DA NOTA FISCAL:

1. A CONTRATADA quando da emissão das notas fiscais/faturas, deverá fazer constar na mesma o n.º do processo licitatório Pregão Eletrônico n.º ____/2023 e Contrato n.º ____/2023.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

1. As despesas com o presente contrato, correrão por conta da dotação orçamentária:

DESP.	ELEMENTO	DESCRIÇÃO	FUNCIONAL	DEPARTAMENTO
4269	339030230000	MATERIAL DE UNIFORMES, TECIDOS E AVIA	07.02..12.361.0007.2.022	DIVISAO DE EDUCACAO
4307	339030230000	MATERIAL DE UNIFORMES, TECIDOS E AVIA	07.02..12.361.0007.2.022	DIVISAO DE EDUCACAO
4345	339030230000	MATERIAL DE UNIFORMES, TECIDOS E AVIA	07.02..12.361.0007.2.022	DIVISAO DE EDUCACAO
4383	339030230000	MATERIAL DE UNIFORMES, TECIDOS E AVIA	07.02..12.361.0007.2.022	DIVISAO DE EDUCACAO
4406	339032040000	MATERIAL EDUCACIONAL E CULTURAL	07.02..12.361.0007.2.022	DIVISAO DE EDUCACAO
4412	339032040000	MATERIAL EDUCACIONAL E CULTURAL	07.02..12.361.0007.2.022	DIVISAO DE EDUCACAO
4418	339032040000	MATERIAL EDUCACIONAL E CULTURAL	07.02..12.361.0007.2.022	DIVISAO DE EDUCACAO
4424	339032040000	MATERIAL EDUCACIONAL E CULTURAL	07.02..12.361.0007.2.022	DIVISAO DE EDUCACAO
4430	339032040000	MATERIAL EDUCACIONAL E	07.02..12.361.0007.2.022	DIVISAO DE EDUCACAO



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

		CULTURAL		
5942	339030230000	MATERIAL DE UNIFORMES, TECIDOS E AVIA	07.02..12.365.0007.2.032	DIVISAO DE EDUCACAO
5980	339030230000	MATERIAL DE UNIFORMES, TECIDOS E AVIA	07.02..12.365.0007.2.032	DIVISAO DE EDUCACAO
6018	339030230000	MATERIAL DE UNIFORMES, TECIDOS E AVIA	07.02..12.365.0007.2.032	DIVISAO DE EDUCACAO
6056	339030230000	MATERIAL DE UNIFORMES, TECIDOS E AVIA	07.02..12.365.0007.2.032	DIVISAO DE EDUCACAO
6079	339032040000	MATERIAL EDUCACIONAL E CULTURAL	07.02..12.365.0007.2.032	DIVISAO DE EDUCACAO
6085	339032040000	MATERIAL EDUCACIONAL E CULTURAL	07.02..12.365.0007.2.032	DIVISAO DE EDUCACAO
6091	339032040000	MATERIAL EDUCACIONAL E CULTURAL	07.02..12.365.0007.2.032	DIVISAO DE EDUCACAO
6097	339032040000	MATERIAL EDUCACIONAL E CULTURAL	07.02..12.365.0007.2.032	DIVISAO DE EDUCACAO
6103	339032040000	MATERIAL EDUCACIONAL E CULTURAL	07.02..12.365.0007.2.032	DIVISAO DE EDUCACAO

CLÁUSULA OITAVA – DOS PRAZOS, DAS CONDIÇÕES E DO LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO DA LICITAÇÃO:

1. Os produtos, objeto da presente licitação, deverão ser entregues no prazo de até 30 (trinta), dias úteis, contados da solicitação de entrega emitida pelo órgão responsável, e/ou via e-mail, pelo período de até 12(doze) meses, sendo, contudo prorrogável por igual período se for de interesse da administração, devendo este ser cumprido pela contratada, sob pena de rescisão e demais sanções previstas neste Edital e na Lei nº 8.666/93 e alterações.

2. Os produtos deverão ser entregues no Local indicado na requisição de compras, nos horários das 08:00h às 11:00 h e das 13:00h as 17:00 h (caso haja alteração do funcionamento do setor, estes horários poderão sofrer alterações, sendo o fornecedor avisado com antecedência através de e-mail).Correrá por conta da Contratada as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento.

3. O fornecedor deverá entregar os produtos de acordo com as marcas indicadas na proposta de preços.

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA:

1. O prazo de vigência terá início em _____ com término em _____, sendo, contudo prorrogável por igual período se for de interesse da administração.

CLÁUSULA DÉCIMA:

1. A CONTRATADA não poderá ceder a terceiros as obrigações oriundas deste contrato, sem prévio e expresso consentimento do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO:

1. O CONTRATANTE poderá rescindir administrativamente o presente contrato nas hipóteses e condições previstas nos artigos 78 e 79, no que couber, da Lei 8.666/93, sem que caiba à contratada direito a indenização e sem prejuízo das penalidades. Poderá ainda ser rescindido



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@prf.pr.gov.br

por interesse da administração, devendo nesta hipótese o CONTRATANTE notificar a CONTRATADA com antecedência de 30 (trinta) dias, não sendo devida neste caso nenhuma indenização ou pagamento além do estabelecido na Cláusula Quinta, pelos dias que efetivamente tenha prestado os serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:

1. A CONTRATADA deverá conceder livre acesso aos documentos e registros contábeis da empresa, referentes ao objeto contratado, para os servidores dos órgãos e entidades públicas concedentes e dos órgãos de controle interno e externo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS MULTAS DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

1. A CONTRATADA sujeitar-se-á, em caso de inadimplemento de suas obrigações, definidas neste instrumento ou em outros que o complementem, as seguintes multas, sem prejuízo das sanções legais, Art. 86 a 88 da Lei 8.666/93 e responsabilidades civil e criminal:

a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto licitado, calculado sobre o valor correspondente a parte inadimplida, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento);

b) até 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega;

c) Ao proponente que convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, exigida para a licitação e/ou contrato, ensejar o retardamento da execução do certame e/ou contrato, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, as seguintes sanções, sem prejuízo da reparação dos danos causados à (citar o órgão) pelo infrator:

1) advertência;

2) multa;

3) suspensão temporária do direito de licitar, de contratar com a Administração pelo prazo de até 05 (cinco) anos;

4) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

d) Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recursos nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

CLAUSULA DÉCIMA QUARTA – DESPESAS E ENCARGOS SOCIAIS:

1. Correrão à conta da CONTRATADA todas as despesas e encargos de natureza trabalhista, previdenciária, social ou tributária, incidentes sobre o fornecimento objeto deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:

1. A abstenção por parte do MUNICÍPIO da utilização de qualquer direitos ou faculdade que lhe assistam em razão deste contrato e/ou da lei não importará em renúncia destes mesmos direitos ou faculdades que poderão ser exercidos a qualquer tempo.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:

1. A inexecução total ou parcial do presente Contrato ensejará a sua Rescisão, arcando a CONTRATADA com as consequências contratuais, suas responsabilidades e sanções prevista na Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – ANTICORRUPÇÃO:

1. As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), a Lei nº 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO:

1 – Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta pelo prazo de até 5 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa, física ou jurídica, que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e posteriores alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS ALTERAÇÕES:

1. Nas contratações em que se façam necessárias inclusões de qualquer elemento não constante do presente, serão efetuadas por “ANEXO ou TERMO ADITIVO”, que integrarão o Contrato para todos os fins e efeitos de direito”.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO:

1. As partes contratuais ficam obrigadas a responder pelo cumprimento deste termo, perante o Foro da Comarca de Xambrê, Estado do Paraná, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA que, em razão disso, é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificação, citação inicial e outras medidas em direito permitidas.

Justas e contratadas, firmam as partes este instrumento com as testemunhas presentes ao ato, a fim de que produza seus efeitos legais.

Alto Paraíso, ** de ***** de 2023.

DERCIO JARDIM JUNIOR
Prefeito Municipal Contratante

Contratada



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

Testemunhas

* Se necessário a presente minuta será alterada para eventual adequação a legislação vigente.

ANEXO III -

DECISÃO COLEGIADA
DO TCE-ES QUE
JULGOU ILEGAL A
EXIGÊNCIA DE
LICENÇA AMBIENTAL
EM LICITAÇÕES DE
UNIFORMES
ESCOLARES



**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Gabinete do Conselheiro Domingos Augusto Taufner

Processo TC: 3419/2021-1

Classificação: Representação

Unidades Gestoras: Prefeitura Municipal de Linhares
Secretaria Municipal de Educação de Linhares

Representante: Doces Passos Comércio de Calçados e Confecções LTDA

Responsáveis: Leonethe Braum Pereira,
Cristiane de Oliveira Gaudêncio,
Maria Olimpia Dalvi Rampinelli e
Luana Viana Firmino.

**REPRESENTAÇÃO EM FACE DA PREFEITURA
MUNICIPAL DE LINHARES E DA SECRETARIA
MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE LINHARES –
LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO – DEFERIR
MEDIDA CAUTELAR – RITO SUMÁRIO – OITIVA
DAS PARTES**

O EXMO. SR. CONSELHEIRO DOMINGOS AUGUSTO TAUFNER:

RELATÓRIO

Trata o presente processo de Representação com pedido de medida cautelar, em face da Prefeitura Municipal de Linhares e da Secretaria Municipal de Educação interposta pela empresa Doces Passos Comércio de Calçados e Confecções LTDA, notificando supostas irregularidades no Pregão Eletrônico nº. 021/2021, cujo objeto é a contratação de empresa especializada em confecção de uniformes escolares, que serão disponibilizados para os alunos de centros de educação infantil creche e pré-Escola, bem como das escolas de ensino fundamental do Município de Linhares/ES.

Alega o representante, em síntese, que apesar de ter sido declarada vencedora do certame, haja vista ter apresentado as melhores propostas ao município para os dois lotes do Pregão Eletrônico, foi desclassificada por deixar de atender ao item 21.2.1 do



+55 27 3334-7600



www.tcees.tc.br



@tceespiritosanto



Rua José de Alexandre Buaiz, 157 - Enseada do Suá | Vitória - ES | CEP: 29050-913

Assinado por:
DOMINGOS AUGUSTO
TAUFNER
24/08/2021 14:17

**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO***Gabinete do Conselheiro Domingos Augusto Taufner*

edital, qual seja, apresentação de licença de operação ou de regularização emitida por órgão ambiental estadual ou municipal, constando a autorização para confecções de roupas e artefatos, em tecido, com tingimento, estamparia (silkscreen).

Aduz que a exigência de apresentação da citada licença ambiental é ilegal.

Afirma ainda que há um possível favorecimento da municipalidade para com a licitante Malharia Cristmara LTDA.

Ao final, sustenta que em função da diferença entre os valores apresentados pela representante e pela proposta da empresa declarada vencedora do certame, o Princípio da Busca pela Proposta Mais Vantajosa fora ferido pela administração.

A fim de melhor elucidar os fatos, por meio da Decisão Monocrática 625/2021-1 (doc. 013), as responsáveis foram notificadas, previamente, para no prazo de 05 (cinco) dias apresentarem justificativas e documentos que julgassem necessários.

E, por meio da Defesa/Justificativa 909/2021-1 (doc. 26) as responsáveis apresentaram suas justificativas de forma conjunta, bem como documentos que entenderam necessários (docs. 27 a 248).

Após apresentação das justificativas a presente representação fora conhecida, por meio da Decisão Monocrática 683/2021-3 (doc. 250) e os autos foram encaminhados ao Núcleo de Controle Externo de Outras Fiscalizações – NOF.

Assim, o NOF, por meio da Manifestação Técnica nº 94/2021-5, opinou pelo deferimento da medida cautelar, rito sumário e notificação dos responsáveis.

É o relatório, passo a fundamentar.

FUNDAMENTAÇÃO

+55 27 3334-7600

www.tcees.tc.br

@tceespiritosanto



Rua José de Alexandre Buaiz, 157 - Enseada do Suá | Vitória - ES | CEP: 29050-913



**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Gabinete do Conselheiro Domingos Augusto Taufner

142

No artigo 94 da Lei Complementar Estadual 621/2013 estão retratados os requisitos de admissibilidade das denúncias:

Art. 94. São requisitos de admissibilidade de denúncia sobre matéria de competência do Tribunal:

I - ser redigida com clareza;

II - conter informações sobre o fato, a autoria, as circunstâncias e os elementos de convicção;

III - estar acompanhada de indício de prova;

IV - se pessoa natural, conter o nome completo, qualificação e endereço do denunciante;

V - se pessoa jurídica, prova de sua existência e comprovação de que os signatários têm habilitação para representá-la.

Assim dispõem os artigos 177 e 182, parágrafo único, do Regimento Interno desta Corte de Contas:

Art. 177. São requisitos de admissibilidade de denúncia sobre matéria de competência do Tribunal:

I - ser redigida com clareza;

II - conter informações sobre o fato, a autoria, as circunstâncias e os elementos de convicção;

III - estar acompanhada de indício de prova;

IV - se pessoa natural, conter o nome completo, qualificação e endereço do denunciante;

V - se pessoa jurídica, prova de sua existência, e comprovação de que os signatários têm habilitação para representá-la.

§ 1º A denúncia não será conhecida quando não observados os requisitos de admissibilidade previstos neste artigo.

§ 2º Caberá ao Relator o juízo de admissibilidade da denúncia.

§ 3º Na hipótese de não conhecimento, a decisão deverá ser submetida ao Plenário.

[...]

Art. 182. São legitimados para representar ao Tribunal:

Parágrafo único. Aplicam-se às representações, no que couber, as normas relativas à denúncia.

Da análise da presente Representação, verifica-se que há sim a presença dos requisitos para o seu conhecimento.

Assim, passo a análise do pedido cautelar.

DA MEDIDA CAUTELAR

A representante em sua peça exordial, destaca que embora tenha sido declarada vencedora do certame, haja vista ter apresentado as melhores propostas ao município



+55 27 3334-7600



www.tcees.tc.br



@tceespiritosanto



Rua José de Alexandre Buaiz, 157 - Enseada do Suá | Vitória - ES | CEP: 29050-913



**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Gabinete do Conselheiro Domingos Augusto Taufner

para os dois lotes do Pregão Eletrônico, foi desclassificada por deixar de atender ao item 21.2.1 do Edital, vejamos:

21. DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA ARREMATANTE/VENCEDORA

[...]

21.2.1 Apresentação de Licença de Operação ou de Regularização emitida por Órgão ambiental estadual ou municipal, seguindo as instruções normativas do Estado ou do Município, quando este for competente, onde consta a autorização para confecções de roupas e artefatos, em tecido, com tingimento, estamparia (silkscreen), e/ou outros acabamentos, em consonância com a Resolução nº 237/97 do CONAMA e Resolução nº 002/2016 do CONSEMA.

Segundo a representante, tal exigência é ilegal, tendo em vista que de acordo com Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE – Anexo VII, não há qualquer vinculação expressa de uma empresa do ramo de confecção de vestuário com as atividades de tinturaria e estamparia e que existem várias empresas que têm plenas condições de cumprir objeto descrito no pregão eletrônico que não necessariamente dominam todas as etapas de produção dos uniformes.

Argumenta ainda que exigir que as licenças ambientais, inclusive e especialmente de tinturaria silkscreen, sejam em nome da licitante é restringir indevidamente a competição apenas à fabricantes que tenham condições de tecer a malha, cortar, costurar, realizar todos os acabamentos, tingir e aplicar silks, sendo que empresas que se dedicam a todas as etapas produtivas de artigos têxteis seriam raríssimas, senão inexistentes.

Ademais, afirma que na prática tal exigência atua como limitadora ao número de participantes aptos a serem vencedores no certame, o que afronta ao que dispõe o artigo 30 da Lei nº. 8666/93.

Afim de comprovar o alegado, a representante colaciona o Acórdão deste Tribunal TC 1176/2017, que ao julgar o Processo TC 4716/2015, entendeu que *"a mesma somente é exigível de quem domine todo o processo produtivo, incluindo tingimento e silkscreen dos tecidos, sendo que o objeto da licitação era a aquisição de uniformes pela administração. [...] E, com relação à exigência de licença ambiental, corroboro o entendimento no sentido de que no caso da licitação em comento, qual seja, a*



+55 27 3334-7600



www.tcees.tc.br



@tceespiritossanto



Rua José de Alexandre Buaiz, 157 - Enseada do Suã | Vitória - ES | CEP: 29050-913

**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO***Gabinete do Conselheiro Domingos Augusto Taufner*

aquisição de uniformes, não havia a necessidade de exigência da referida licença dos participantes da licitação como condição de habilitação.

Sustenta ainda que tal prática já foi adotada pela Administração há 06 (seis) anos atrás, por meio do Pregão Eletrônico 44/2015, o qual também foi vencido pela Malharia Cristmara Ltda e que gerou os Processos 4716/2015 e 4717/2015 neste Tribunal, desta vez decidiu novamente adotar esta estratégia irregular mas adicionando um suposto amparo legal e mudando o objeto da licitação sutilmente para "contratação de empresa especializada em confecção de uniformes" em vez do objeto "aquisição de uniformes".

Argui que há um possível favorecimento da municipalidade para com a licitante Malharia Cristmara Ltda, tendo em vista que tal empresa teria recebido tratamento diferenciado frente as demais licitantes.

Por fim, alega que em função da diferença de **R\$ 292.000,00**, somando os dois lotes, entre os valores apresentados pela representante e pela proposta da empresa declarada vencedora do certame, o Princípio da Busca pela Proposta Mais Vantajosa fora ferido pela administração.

Em suas justificativas as responsáveis argumentam que quanto a exigência de licença ambiental seguiu as instruções normativas do Estado ou do Município, quando este for competente, onde consta a autorização para confecções de roupas e artefatos, em tecido, com tingimento, estamparia (silkscreen), e/ou outros acabamentos, em consonância com a Resolução nº 237/97 do CONAMA e Resolução nº 002/2016 do CONSEMA.

Afirma que esse tipo de contratação é realizada anualmente e que a exigência de licença ambiental não é novidade para os licitantes. Inclusive no Pregão 7084/2017, cujo objeto era o mesmo e a licitante Unisul Comércio EIRELI ME, uma das empresas que apresentou impugnação ao Edital, sagrou-se vencedora da licitação, tendo apresentado sua respectiva Licença Municipal Ambiental de Regularização à época e



+55 27 3334-7600

www.tcees.tc.br

@tceespiritossanto



Rua José de Alexandre Buaiz, 157 - Enseada do Suá | Vitória - ES | CEP: 29050-913

**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO***Gabinete do Conselheiro Domingos Augusto Taufner*

que neste certame a mesma empresa limitou-se a apresentar requerimento de licença junto ao Estado do Paraná.

Aduz que em razão das peculiaridades do objeto e do volume de uniformes para atender a demanda, o Município entendeu como prudente e necessário contratar empresa especializada em confecção de uniformes, dividindo o objeto em dois lotes, sendo o primeiro para atender os alunos da Educação Infantil e o segundo para atender os alunos da Educação Fundamental. Desse modo, permitir que diferentes empresas participassem do processo de confecção dos uniformes, tal como sugerido pela Representante, poderia comprometer seriamente o fornecimento dos uniformes, uma vez que a eventual falha de uma das empresas na cadeia de produção certamente comprometeria todo o restante, frustrando a entrega dos uniformes escolares para os estudantes ou podendo implicar em divergências em relação a cores, tamanhos e modelagem dos uniformes escolares.

Informa que tanto a Pregoeira, quanto a Equipe de Apoio atuaram com cautela ao analisar a documentação relativa à exigência prevista no item 21, subitem 21.2.1 do Edital, tendo em vista que se utilizaram de diligência, com escopo no artigo 43, § 3º, da Lei 8666/93, solicitando manifestação técnica da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, conforme documentação acostadas aos autos às fls. 1531/1542 do processo administrativo nº 3656/2021.

Ressalta ainda que não há qualquer favorecimento para a empresa Malharia Cristmara Ltda, e explica que em relação ao lote 01, ela ficou classificada em 4º lugar no certame, enquanto que no lote 02, foi classificada em 11º décimo primeiro lugar na licitação, ou seja, antes dela havia várias outras empresas licitantes que tiveram a oportunidade de se sagrarem vencedoras da licitação.

Por fim, acerca da alegação que a administração feriu ao que determina o princípio da proposta mais vantajosa afirma que a licitação tinha como preço médio o valor total de **R\$ 2.214.190,50** (dois milhões duzentos e quatorze mil reais cento e noventa reais e cinquenta centavos), o qual foi formado após ampla pesquisa (fls. 42/276 e 295/1302



+55 27 3334-7600

www.tcees.tc.br

@tceespiritosanto



Rua José de Alexandre Buaiz, 157 - Enseada do Suá | Vitória - ES | CEP: 29050-913

**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO***Gabinete do Conselheiro Domingos Augusto Taufner*

do processo administrativo nº 3656/2021). E, que *"foi possível selecionar a melhor proposta, após observados os critérios objetivos previamente fixados no Edital"*, uma vez *"que a licitação tinha como preço médio o valor total de R\$ 2.214.190,50 (dois milhões duzentos e quatorze mil reais cento e noventa reais e cinquenta centavos), o qual foi formado após ampla pesquisa"*.

E que após disputa de lances, o lote 01 foi arrematado pelo valor de R\$ 381.300,00 (trezentos e oitenta e um mil e trezentos reais), e o lote 02 arrematado pelo valor de R\$ 1.021.700,00 (um milhão vinte e um mil e setecentos reais), totalizando a quantia de **R\$ 1.403.000,00** (um milhão quatrocentos e três mil reais), demonstrando que foi possível selecionar a melhor proposta, após observados os critérios objetivos previamente fixados no Edital.

Argumentou ainda ser razoável que a Administração busque garantir que a empresa vencedora da licitação terá condições de produzir as peças em quantidade, qualidade e prazos satisfatórios para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação, no fornecimento de uniformes escolares. Assim, também se mostraria infundada a alegação da empresa.

Ao final ressaltou que empresa Representante não questionou e nem apresentou impugnação aos requisitos do Edital e pediu-se o arquivamento da presente representação.

A equipe técnica após análise da representação, bem como das justificativas apresentadas opinou pela concessão da medida cautelar tendo vista a presença dos requisitos autorizadores.

Pois bem.

A Constituição da República Federativa do Brasil estabelece no inciso X, do art. 71 que o Tribunal de Contas tem o poder de sustar a execução de atos. Assim também estabelece o inciso XI da CE/89.



+55 27 3334-7600

www.tcees.tc.br

@tceespiritossanto



Rua José de Alexandre Buaiz, 157 - Enseada do Suá | Vitória - ES | CEP: 29050-913



**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Gabinete do Conselheiro Domingos Augusto Taufner

Nesse sentido, o Regimento Interno deste tribunal de Contas determina no art. 376, que são requisitos autorizadores para a concessão de medida cautelar o fundado receio de grave ofensa ao interesse público e o risco de ineficácia da decisão de mérito, vejamos:

Art. 376. No início ou no curso de qualquer processo, o Tribunal poderá, de ofício ou mediante provocação, com ou sem a oitiva da parte, determinar medidas cautelares, observado o rito sumário previsto nos arts. 306 a 312 deste Regimento, desde que presentes os seguintes requisitos:

I – fundado receio de grave ofensa ao interesse público;

II – risco de ineficácia da decisão de mérito.

Parágrafo único. Em caso de comprovada urgência, as medidas cautelares poderão ser determinadas por decisão do Relator ou do Presidente, na hipótese do art. 20, inciso XXI deste Regimento, devendo ser submetidas à ratificação do Tribunal na primeira sessão subsequente, sob pena de perda de eficácia da decisão. (grifo nosso)

Os quais passo a analisar:

Do fundado receio de grave ofensa ao interesse público ou *fumus boni iuris*.

Da análise dos autos, verifico que conforme afirmou o representante, bem como a equipe técnica esta Corte de Contas em situação análoga, no julgamento do Processo TC 4716/2015, proferiu o Acórdão TC 1176/2017, manifestando-se ser irregular exigir licença ambiental em licitações para aquisição de uniformes, senão vejamos:

“Quanto à exigência de licença ambiental de operação ou regularização como condição de habilitação, entende a área técnica deste TCE-ES **que a mesma somente é exigível de quem domine todo o processo produtivo, incluindo tingimento e silkscreen dos tecidos, sendo que o objeto da licitação era a aquisição de uniformes pela administração.** Entende que não era necessário que o vencedor do certame dominasse todo o processo produtivo dos uniformes, **pois essa condição não é indispensável para que o vencedor do certame entregue o objeto licitado.**”

(...)

“Entendo assistir razão à área técnica com relação às irregularidades apontadas. Com relação à exigência de licença ambiental, corroboro o entendimento no sentido de que no caso da licitação em comento, qual seja, a aquisição de uniformes, não havia a necessidade de exigência da referida licença dos participantes da licitação como condição de habilitação.



+55 27 3334-7600



www.tcees.tc.br



@tceespiritosanto



Rua José de Alexandre Buaiz, 157 - Enseada do Suá | Vitória - ES | CEP: 29050-913

**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO***Gabinete do Conselheiro Domingos Augusto Taufner*

Com efeito, é pacífica a jurisprudência do Tribunal de Contas da União de que não se podem exigir como condição de habilitação quesitos que gerem custos desnecessários aos licitantes que não se sagrem vencedores, conforme Súmula 272/2012-TCU:

No edital de licitação, é vedada a inclusão de exigências de habilitação e de quesitos de pontuação técnica para cujo atendimento os licitantes tenham de incorrer em custos que não sejam necessários anteriormente à celebração do contrato.

Desse modo adoto como razão de decidir os fundamentos colacionados pela área técnica no sentido de que no certame em exame **não havia justificativa para a exigência da licença ambiental como condição de habilitação.**

Nota-se que embora, no processo supracitado, o objeto seja a aquisição de uniformes escolares e no edital do pregão presencial havia a exigência de licença ambiental descrita no tópico de habilitação, e, nestes autos, o Pregão tem por objeto a contratação de empresa especializada para confecção de uniformes escolares e a exigência de licença ambiental está prevista no tópico das obrigações da empresa vencedora, na prática temos o mesmo objeto.

E sob esse aspecto o argumento das responsáveis que esse processo difere do supracitado e que *"as peculiaridades do objeto e do volume de uniformes para atender a demanda"*, assim como a busca de se evitar um comprometimento do *"fornecimento dos uniformes, uma vez que a eventual falha de uma das empresas na cadeia de produção certamente comprometeria todo o restante, frustrando a entrega dos uniformes escolares para os estudantes ou podendo implicar em divergências em relação a cores, tamanhos e modelagem dos uniformes escolares"*, não merecem prosperar, tendo em vista que a simples alteração do objeto não justifica a exigência de licença ambiental, tão pouco garante o fornecimento de padronização.

Ademais, conforme destacou o corpo técnico o fato de uma empresa ter a licença ambiental para realização de tingimentos e estamparia não implica em garantia de que a mesma vá atuar em todas as etapas do processo de produção dos uniformes com também quer fazer crer a administração municipal, ou seja, a exigência da licença ambiental não garante diretamente o alcance do objetivo que em tese a justificaria, mas certamente afastou a possibilidade de diversas empresas terem suas propostas aceitas pela administração.



+55 27 3334-7600



www.tcees.tc.br



@tceespiritosanto



Rua José de Alexandre Buaiz, 157 - Enseada do Suã | Vitória - ES | CEP: 29050-913



**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Gabinete do Conselheiro Domingos Augusto Taufner

Destacou ainda o corpo técnico que ao diligenciar junto aos sítios eletrônicos de licitações dos municípios da Região Metropolitana de Vitória não foi verificada a exigência de licença ambiental em nenhum dos editais de licitação localizados que tinham como objeto a aquisição de uniforme escolar.

Da mesma forma foram consultados no âmbito do Governo Estadual os editais de pregões eletrônicos com objeto uniformes na Secretaria de Educação, IASES e outros, sendo que também não foi verificada a existência da exigência de licença ambiental. O fato de outros municípios e o próprio Governo Estadual, esfera responsável pela emissão de uma das resoluções apontadas como motivadoras da exigência da licença ambiental, não requererem tal documentação explícita no mínimo que tal medida é não usual.

Outro fato que merece destaque é o número de licitantes desclassificados no certame, que segundo as defendentes de 22 empresas participantes, 10 (dez) foram desclassificadas, ou seja, quase a metade das participantes foram desclassificadas em virtude da exigência de licença ambiental, demonstrando que tal exigência limitou a competitividade.

Outro ponto importante é o fato que para o Lote 01 do certame 03 (três) empresas foram desclassificadas até se chegar a Malharia Cristmara declarada arrematante e para o Lote 02 10 (dez) empresas foram desclassificadas antes da Malharia Cristmara arrematar o lote.

E, conforme informado pela representante o valor por ela ofertado no lote 01 foi de **R\$ 355.400,00** e pela empresa arrematante **R\$ 381.300,00**, tal afirmação comprova-se da análise dos autos, às fls. 1591 do processo administrativo encaminhado nas justificativas da administração (fls. 3 da Peça Complementar 37235/2021-9), como registra o corpo técnico, vejamos:



+55 27 3334-7600



www.tcees.tc.br



@tceespiritosanto



Rua José de Alexandre Buaiz, 157 - Enseada do Suá | Vitória - ES | CEP: 29050-913


**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Gabinete do Conselheiro Domingos Augusto Taufner

Data-Hora	Fornecedor	Lance
06/06/2021 15:05:34.573	DOCES PASSOS COMERCIO DE CALÇADOS E CONFECÇÕES LTDA	R\$ 355.400,00
08/06/2021 14:50:03:291	DIMATEX INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇÕES EIRELI	R\$ 359.000,00
08/06/2021 14:48:59:514	DSP CONFECÇÕES LTDA - ME	R\$ 359.400,00
08/06/2021 14:41:23:470	MALHARIA CRISTMARA LTDA	R\$ 381.300,00

Acerca do lote 02, conforme informa a representante o valor por ela ofertado foi de **R\$ 755.000,00** para o lote e a arrematante **R\$ 1.021.700,00**, registra-se que tal informação não consta em nenhum dos processos digitalizados e encaminhados em duplicidade pelas responsáveis.

Participante	Segmento	Situação	Lance	Data/Hora lance
1 DOCES PASSOS COMERCIO DE CALÇADOS E CONFECÇÕES LTDA	ME*	Desclassificado	R\$ 755.000,00	08/06/2021 15:03:32.678
2 DSP CONFECÇÕES LTDA - ME	EPP*	Desclassificado	R\$ 761.800,00	08/06/2021 14:54:02.845
3 LEONARDO OLIVEIRA RABELO	ME*	Desclassificado	R\$ 763.226,00	07/06/2021 20:43:08.275
4 DIMATEX INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇÕES EIRELI	DE*	Desclassificado	R\$ 798.000,00	08/06/2021 14:13:33.711
5 ATENA COMERCIO E IMPORTAÇÃO LTDA	DE*	Desclassificado	R\$ 913.273,78	08/06/2021 14:53:59.908
6 BONAR COMERCIAL LTDA	DE*	Desclassificado	R\$ 913.399,00	08/06/2021 14:53:47.722
7 UNISUL COMERCIO - EIRELI ME	DE*	Desclassificado	R\$ 934.481,75	08/06/2021 14:50:15.534
8 VESTISUL INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI	DE*	Desclassificado	R\$ 999.900,00	08/06/2021 14:20:43.372
9 DS INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI	EPP*	Desclassificado	R\$ 1.019.900,00	08/06/2021 15:03:56.483
10 VJR CALÇADOS LTDA	DE*	Desclassificado	R\$ 1.020.000,00	08/06/2021 15:02:48.182
11 MALHARIA CRISTMARA LTDA	EPP*	Arrematante	R\$ 1.021.700,00	08/06/2021 15:03:25.432
12 DOS INDUSTRIA COMERCIO E SERVICO LTDA	DE*	Classificado	R\$ 1.050.000,00	08/06/2021 09:07:29.238

Nota-se que o total ofertado pela representante foi de **R\$ 1.110.400,00** e o da empresa arrematante ao final **R\$ 1.403.000,00** o que representa uma diferença de **R\$ 292.600,00** nos valores ofertados.

Assim, frente a diferença entre os valores apresentados acima, que demonstra inobservância ao princípio da busca pela proposta mais vantajosa, bem como o entendimento desta Corte de Contas por meio do Acórdão TC 1176/2017 que entendeu que *"a mesma somente é exigível de quem domine todo o processo produtivo, incluindo tingimento e silkscreen dos tecidos, sendo que o objeto da licitação era a aquisição de uniformes pela administração. [...] E, com relação à exigência de licença ambiental, corroboro o entendimento no sentido de que no caso da licitação em comento, qual seja, a aquisição de uniformes, não havia a necessidade de exigência da*



+55 27 3334-7600



www.tcees.tc.br



@tceespiritossanto



Rua José de Alexandre Buaiz, 157 - Enseada do Suá | Vitória - ES | CEP: 29050-913



TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Gabinete do Conselheiro Domingos Augusto Taufner

referida licença dos participantes da licitação como condição de habilitação, somado ao número não razoável de empresas desclassificadas, entendo está presente o **fundado receio de grave ofensa ao interesse público ou *fumus boni iuris***, nos termos do inciso I do art. 376 do RITCEES.

Do risco de ineficácia da decisão de mérito ou *periculum in mora*

Acerca do risco de ineficácia da decisão de mérito, registra-se que conforme consta dos autos o certame questionado se encontra concluído e com a sua respectiva Ata de Registro de Preços assinada e publicada, conforme se pode verificar nas folhas finais da cópia do processo administrativo encaminhado (Peça Complementar 37235/2021-9), estando, portanto, apto à execução e pagamento, atos cruciais que podem dificultar possível reparação caso seja concluído em análise de mérito pela ocorrência das irregularidades sugeridas.

Assim, presentes os requisitos autorizadores da medida cautelar entendo que a mesma deve ser concedida.

Ante todo o exposto, acompanhando o entendimento da Área Técnica, VOTO por que seja adotada a deliberação que ora submeto à apreciação deste Colegiado.

DOMINGOS AUGUSTO TAUFNER
Relator

DECISÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, DECIDEM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, reunidos em Sessão Colegiada, ante as razões expostas pelo Relator:



+55 27 3334-7600



www.tcees.tc.br



@tceespiritosanto



Rua José de Alexandre Buaiz, 157 - Enseada do Suá | Vitória - ES | CEP: 29050-913

**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO***Gabinete do Conselheiro Domingos Augusto Taufner*

1. **CONCEDER** a medida cautelar, com fundamento no artigo 376, incisos I e II, do RITCES, em razão da presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*
2. **DETERMINAR** a suspensão imediata de qualquer ato derivado do **Pregão Eletrônico nº 021/2021** da Secretaria de Educação de Linhares até ulterior decisão desta Corte de Contas.
3. **DETERMINAR** o prosseguimento do feito no rito sumário.
4. **DETERMINAR a OITIVA DAS PARTES, preferencialmente por meio eletrônico, das Sras. Leonethe Braum Pereira – Pregoeira Municipal, Cristiane de Oliveira Gaudêncio Ferrari – Diretora do Departamento de Apoio Administrativo Financeiro, Luana Viana Firmino – Assessora de Departamento e Maria Olímpia Dalvi Rampinelli – Secretária Municipal de Educação de Linhares/ES, para que no prazo de 05 (cinco) dias, se manifestem sobre o teor da Representação, observando o disposto no art. 307, §3º, do RITCEES.**
5. **Dar ciência ao representante do teor da decisão.**
6. Após o prazo de resposta, encaminhem-se os autos ao NOF - Núcleo de Controle Externo de Outras Fiscalizações, para manifestação no prazo de até 15 (quinze) dias;



+55 27 3334-7600

www.tcees.tc.br

@tceespiritossanto



Rua José de Alexandre Buaiz, 157 - Enseada do Suá | Vitória - ES | CEP: 29050-913

ANEXO IV -
DECISÕES DO
TCE-SP QUE
JULGARAM
IRREGULARES A
JUNÇÃO DE
CALÇADOS,
MOCHILAS E
TÊXTEIS EM LOTE
ÚNICO



CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES

TRIBUNAL PLENO DE 18/04/18

ITEM N°02

**EXAME PRÉVIO DE EDITAL
MUNICIPAL**

Processos: TC-008639.989.18-5
TC-008695.989.18-6

Representantes: - G8 Armarinhos Ltda - EPP
- Evandro Farine Zelioli - ME

Representada: Prefeitura de Pirajuí.

Objeto: Impugnações ao edital de pregão (presencial) n° 007/2018, que objetiva o registro de preços para aquisição de uniformes escolares.

RELATÓRIO

São representações formuladas por G8 ARMARINHOS LTDA - EPP (TC-008639-989-18-5) e por EVANDRO FARINE ZELIOLI - ME (TC-008695-989-18-6), impugnando o edital de pregão (presencial) n° 007/2018, da PREFEITURA DE PIRAJUÍ, que objetiva o registro de preços para aquisição de uniformes escolares.

G8 Armarinhos requer sejam os tênis e papetes "separados aumentando assim a oferta por empresas que possam atender somente na fabricação de uniformes, e que atendam somente na fabricação da calçados, aumentando a lei da oferta e assim consequentemente obtendo menor preço, que seria o principal objetivo do certame".

À **Evandro Zelioli**, "o ideal para privilegiar a disputa seria dividir os itens em lotes separados por seguimento de fabricação /



comercialização", em detrimento da divisão por faixa etária, ou seja, a licitação em separado dos itens de confecção ou fabricação de roupas e dos tênis e meias.

Ao queixar-se também de prazo exíguo de apenas 05 (cinco) dias para apresentação de amostras, requer "seja acolhida a petição contra o edital e cancelado, afim de que seja dada a referida transparência e competitividade ao processo, conforme prevê os artigos 3º e 4º da Lei nº 8.666/93".

Em sede de cognição sumária, sob presunção de ofensa ao artigo 3º, § 1º, I, da Lei nº 8.666/93, determinei fosse o certame suspenso liminarmente (DOE, 28/03/17), para devida averiguação das questões agitadas nas iniciais, medida referendada em sessão de 04/04/18 deste C. Plenário. (Eventos 12, 17 e 29)

De acordo com a **Prefeitura de Pirajuí** "a pretendida separação dos itens objeto do processo licitatório e a alegada exiguidade de prazo para entrega dos kits carecem de justificativa que lhes deem sustentação". (Evento 31)

"Na esteira da jurisprudência já consolidada por este E. Tribunal, nada há que macule o edital, nos termos em que combatidos pelas impugnantes; em relação ao prazo do edital referente à entrega dos kits pretendidos, ainda de acordo com a jurisprudência iterativa deste E. Colegiado, melhor sorte não socorre as impugnantes." (Evento 31)

Requer sejam as representações julgadas improcedentes, "garantindo a continuidade do pleito licitatório". (Evento 31)

Ao **Ministério Público**, "em relação à composição dos lotes, a reunião de produtos oriundos



de segmentos empresariais diferenciados - vestuário e calçados - é potencialmente restritiva, alijando da disputa os fornecedores que não possam oferecer a totalidade dos itens". (Evento 39)

"Importa ressaltar que embora este Tribunal admita o critério de julgamento por lote ou por kit, permite-se apenas a conjugação de produtos afins, objetivando preservar a competitividade, a economia de escala e o consequente alcance da proposta mais vantajosa para o interesse público." (Evento 39)

"Aliás, ainda que não tenha sido alvo de insurgência, recomenda-se que, na revisão do ato convocatório, a Administração Municipal considere também a segregação do item "meias" em lote distinto, de forma a ampliar a disputa e a competitividade do certame." (Evento 39)

"No que se refere ao prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentação das amostras, tido por insuficiente, o posicionamento do MPC, na linha da jurisprudência desta C. Corte está consolidado na Orientação Interpretativa MPC/SP nº 01.23: "Somente é possível exigir a apresentação de amostras do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, mediante a garantia de prazo razoável para tanto." (Evento 39)

Assim, ainda que inexista a obrigatoriedade de personalização das amostras, o prazo para sua apresentação deve ser valorado com as correspondentes exigências, que, no caso, demandam peças de vestuário e calçados com características específicas de tecidos, cores, recortes e numeração, a recomendar que a Administração reveja o prazo fixado para sua apresentação à luz da jurisprudência desta Casa⁽¹⁾. (Evento 39)

¹⁾ A exemplo do decidido nos autos dos TCs 2007.989.18-9 e 5447.989.18-7, em sessão plenária de 28.03.2018, sob a



"No mais, na readequação do edital tem a Administração Municipal a oportunidade para reavaliar a adoção do sistema de registro de preços para o objeto posto em disputa." (Evento 39)

"Isso porque a demanda por uniformes escolares é bastante previsível, uma vez que a Administração Municipal deve, permanentemente, deter informações atualizadas sobre o alunado, sendo certo, ademais, que os itens do uniforme devem ser distribuídos em oportunidades demarcadas pelo calendário escolar." (Evento 39)

"Assim, o objeto pode ser previamente definido, contemplando-se as eventuais variações no curso do ano letivo por intermédio das possibilidades legais de aditamentos e acréscimos ao contrato (Lei 8.666/93, artigo 65)." (Evento 39)

Conclui pela procedência das representações. (Evento 39)

Este o relatório.

GCECR
RLP

relatoria da Conselheira Cristiana de Castro Moraes, no qual considerou-se adequada à dilação do prazo para apresentação das amostras (sem personalização) de 05 (cinco) para 10 (dez) dias úteis, uma vez que o primeiro mostrava-se exíguo.

No mesmo sentido, os TCs 1652.989.18 e 1674.989.18, julgados em sessão plenária de 21.03.2018, sob a relatoria do Conselheiro Antonio Roque Citadini: "(...) Por outro lado, não encontra óbice legal a previsão de desclassificação da proponente no caso de não apresentação das amostras. Porém, como nada foi esclarecido sobre os prazos de entrega das amostras (5 dias) e entrega dos produtos (20 dias), a questão deve ser reavaliada para certificação da viabilidade de tais prazos".



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DO CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES

TC-008639.989.18-5

TC-008695.989.18-6

VOTO

Procedem queixas à aglutinação indevida de itens de vestuário objeto de confecção personalizada (jaquetas, calças, camisetas regata e manga curta e bermudas) e itens do segmento de calçados (tênis e papetes) e meias adquiridos prontos da indústria, reunidos sob os kits de uniformes escolares licitados no certame.

Diversamente do que prega o Município em suas justificativas, reiteradas decisões da jurisprudência recente deste C. Tribunal acenam no sentido da necessidade de segregação de itens de confecção ou fabricação de roupas, dos tênis e meias, com vistas à ampliação da competitividade e norte em premissa atada à economia de escala⁽²⁾.

Por ocasião da retificação do ato convocatório, oportuno também que a Prefeitura conceda prazo mais elástico ao vencedor do pregão para apresentação das amostras, nada obstando, ainda, que reflita sobre as ponderações do Ministério Público, quanto à adoção do sistema de registro de preços para cobertura da demanda escolar inventariada⁽³⁾.

²⁾ Cito os TC-002007-989-18 e TC-005447-989-18, de interesse do Município de Cruzeiro, E. Tribunal Pleno, sessão de 28/03/18; TC-001559-989-18 e TC-001598-989-18, de interesse do Município de Ibiúna, E. Tribunal Pleno, sessão de 14/03/18; TC-000188-989-18 e TC-000194-989-18, de interesse do Município de Jaboticabal, E. Tribunal, sessão de 21/02/18; TC-001390-989-17 e TC-001482-989-17, de interesse do Município de Itapevi, E. Tribunal Pleno, sessão de 05/04/17.

³⁾ 11 - DAS AMOSTRAS



Na esteira dessas considerações, voto pela **procedência** das representações, ficando determinado ao MUNICÍPIO DE PIRAJUÍ a adoção das medidas corretivas pertinentes no edital de pregão (presencial) nº 007/2018, no sentido da segregação dos itens de confecção sob medida, dos tênis (no caso, tênis e papetes) e meias, nos kits de uniformes escolares, sem embargo da concessão de prazo mais elástico ao vencedor do pregão para apresentação das amostras, com republicação do aviso de licitação, reabrindo-se prazo aos interessados para preparação de propostas, à luz do artigo 21, § 4º, da Lei nº 8.666/93.

GCECR
RLP

11.1 - As amostras serão devidas somente pelo licitante vencedor do lote arrematado. O licitante vencedor deverá apresentar amostra de cada item que compõe o lote arrematado (composto de blusa, calça, bermuda, camisetas, meias, tênis escolar), em atendimento às especificações contidas no edital, sem a obrigatoriedade de personalização do Brasão do Município de Pirajuí, em até 05 (cinco) dias úteis, após o término da sessão pública. A entrega deverá ocorrer na Diretoria de Divisão de Educação, localizada na Rua Riachuelo nº 468 - Centro - Pirajuí - SP.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Gabinete do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo



Expedientes: TC-002394.989.13-1
TC-002402.989.13-1
Representantes: Diana Paolucci S/A Indústria e Comércio e
Luciane Soares Justi
Representada: Prefeitura Municipal de Suzano
Assunto: Exame prévio de edital do pregão presencial
nº 26/2013, que tem por finalidade a *"aquisição de uniformes escolares e
tênis, em sistema de registro de preços (SRP)"*.
Responsável: Paulo Fumio Tokuzumi (Prefeito Municipal)
Data sessão pública: dia 17-09-13, às 09h00min
Advogada: Camille Vaz Hurtado Pavani (OAB 223302N-SP)

1. **DIANA PAOLUCCI S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO e LUCIANE SOARES JUSTI** formulam, com fundamento no artigo 113, §1º, da Lei nº 8.666/93, representações visando ao exame prévio do edital do pregão presencial nº 26/2013, elaborado pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE SUZANO**, que tem por finalidade a *"aquisição de uniformes escolares e tênis, em sistema de registro de preços (SRP)"*.

2. Insurgem-se as Representantes contra a aglutinação em um único lote de objetos de natureza divisível, de ramos distintos da indústria – *"confeção de vestuário (jaquetas, agasalhos, calça, camiseta, meias, etc.) e da indústria calçadista (tênis)"* – em afronta ao artigo 23, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93.

Nesse aspecto, argumenta a empresa Diana Paolucci S/A Indústria e Comércio que na *"hipótese de um fabricante produzir, por exemplo, os uniformes e meias, mas não os tênis, embora, para os uniformes possua o menor preço de todos: persistindo a equivocada opção editalícia pelo lote único, a citada empresa estaria excluída da licitação e, na esteira, eliminada a possibilidade de a Administração adquirir o preço mais vantajoso. Na mesma hipótese, o fabricante de tênis ficará aliado do certame, nada obstante possua o melhor preço para o item de sua fabricação"*.

No mesmo sentido destaca Luciane Soares Justi que *"somente seria admitido o não fracionamento caso esta medida significasse uma redução dos custos para a Administração, o que não se cogita no caso em*



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Gabinete do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo



tela, haja vista que a aquisição por itens fracionados sempre propicia economia para a Administração Pública, face à aquisição de itens fabricados por empresas especializadas”.

Requerem, por essas razões, a suspensão do certame e determinação de retificação do instrumento convocatório.

3. As representações foram distribuídas por **prevenção**, tendo em conta os autos dos processos **TC-1225.989.13-6**, **TC-1199.989.13-8** e **TC-1217.989.13-6**, nos quais o E. Plenário, em Sessão de 14-08-13, acolhendo voto do e. **Conselheiro SIDNEY ESTANISLAU BERALDO**, considerou **procedentes** as impugnações, determinando a adoção de medidas corretivas pertinentes para dar cumprimento à lei, devendo também promover cuidadosa e ampla revisão de todos os demais itens do ato convocatório relacionado.

4. Recordo que incumbe aos Tribunais de Contas, nos termos do artigo 113, § 2º, da Lei n. 8.666/93, o exame prévio do edital de licitação já publicado *“até o dia útil imediatamente anterior à data do recebimento das propostas, obrigando-se os órgãos ou entidades da Administração interessada à adoção de medidas pertinentes que, em função desse exame, lhes forem determinadas.”*

Resulta daí que a análise de novas impugnações ao mesmo edital, depois daquela primeira ocasião, só seria possível se recaísse sobre itens não contemplados na primeira versão; é dizer, só a novidade substantiva porventura incidente admitiria verberação na mesma via processual.

Essa orientação vai ao encontro do caráter excepcional do controle prévio dos atos da Administração, sujeito, por isso, a interpretação restritiva.

5. No caso, a impugnação relativa à aglutinação do objeto, já foi objeto de análise por parte deste Tribunal, nos autos dos processos **TC-1225.989.13-6**, **TC-1199.989.13-8** e **TC-1217.989.13-6**, oportunidade em que foi determinada a retificação do edital.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo



Em diligência realizada por minha assessoria no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Suzano¹, restou evidenciado que o Anexo II ali constante, referente à composição dos lotes, difere do documento apresentado pelas representantes.

Verifica-se, portanto, na versão disponibilizada no site oficial do Município (evento 10), que a Administração procedeu à retificação do edital, subdividindo o objeto em 02 (dois) lotes, abarcando o lote 01 itens de vestuário e o lote 02 calçados, em conformidade com a decisão proferida por este Tribunal.

Assim, ainda que as representações ora em comento pudessem ter induzido esta Corte a erro, certo é que o instrumento convocatório foi devidamente alterado, não subsistindo a aglutinação ora suscitada.

Por isso que, circunscrito estritamente à questão ora suscitada, **indefiro** o pleito de paralisação do certame.

Dê-se conhecimento à **Representada**, informando que, nos termos da Resolução TCESP n. 01/2011, a íntegra desta decisão e da inicial poderá ser obtida no **Sistema do Processo Eletrônico e-TCESP**, na página www.tce.sp.gov.br, mediante cadastramento que é obrigatório.

Dê-se ciência ao DD. Ministério Público de Contas.

Transitada em julgado a decisão, archive-se eletronicamente o presente.

Publique-se.

GCSEB, 16 de setembro de 2013.

SILVIA MONTEIRO
SUBSTITUTA DE CONSELHEIRO

¹ <http://www.suzano.sp.gov.br/web/editais-licitacoes/>

**OITAVA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE
DOCES PASSOS COMERCIO DE CALÇADOS E CONFECÇÕES LTDA
CNPJ/MF: nº 09.255.998/0001-40**

NIRE: 412.0607980-3

Folha: 1 de 4

A abaixo identificada e qualificada:

CELSO LUCINDO TOSI, brasileiro, maior, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, nascido em 13/12/1962, empresário, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº 02691752543 DETRAN-PR, onde consta o CPF/MF sob nº 370.765.829-53 e documento de identidade nº3357461-4 SSP/PR, residente e domiciliada na Rua Bromélia, 145, São Dimas, Colombo-PR, CEP: 83.411-360 Única sócia componentes da sociedade empresária limitada que gira nesta praça sob o nome de **DOCES PASSOS COMERCIO DE CALÇADOS E CONFECÇÕES LTDA**, com sede na Rua João Licério de Brito, 13, Maracanã, Colombo-PR, CEP 83.408-476, e inscrita no CNPJ/MF sob nº. 09.255.998/0001-40, registrada na Junta Comercial do Paraná sob nº 412.06079803 em 23/10/2017; resolvem alterar o contrato social mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: NOME EMPRESARIAL: Altera-se Nome Empresarial para **ESTACAO DO CONHECIMENTO COMERCIO DE CALÇADOS E CONFECÇÕES LTDA**.

CLÁUSULA SEGUNDA - Permanecem inalteradas as demais cláusulas vigentes que não colidirem com as disposições do presente instrumento

CLÁUSULA TERCEIRA - DA CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO: À vista da modificação ora ajustada, consolida-se o contrato social, que passa a ter a seguinte redação.

**CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO
ESTACAO DO CONHECIMENTO COMERCIO DE CALÇADOS E CONFECÇÕES LTDA
CNPJ/MF: nº 09.255.998/0001-40**

NIRE: 412.0607980-3

O abaixo identificado e qualificado:

CELSO LUCINDO TOSI, brasileiro, maior, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, nascido em 13/12/1962, empresário, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº 02691752543 DETRAN-PR, onde consta o CPF/MF sob nº 370.765.829-53 e documento de identidade nº3357461-4 SSP/PR, residente e domiciliada na Rua Bromélia, 145, São Dimas, Colombo-PR, CEP: 83.411-360.

Único sócio componentes da sociedade empresária limitada que gira nesta praça sob o nome de **ESTACAO DO CONHECIMENTO COMERCIO DE CALÇADOS E CONFECÇÕES LTDA**, com sede na Estrada Vereador Júlio Ferreira Filho, 1200- Cacaiguera – Campina Grande do Sul – PR, CEP: 83.430-000, e inscrita no CNPJ/MF sob nº. 09.255.998/0001-40, registrada na Junta Comercial do Paraná sob nº 412.06079803 em 23/10/2017; resolvem consolidar o contrato social mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

166

OITAVA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE
DOCES PASSOS COMERCIO DE CALÇADOS E CONFECÇÕES LTDA
CNPJ/MF: nº 09.255.998/0001-40

NIRE: 412.0607980-3

Folha: 2 de 4

CLÁUSULA PRIMEIRA - NOME EMPRESARIAL, SEDE E DOMICÍLIO: A sociedade gira sob o nome empresarial de **ESTACAO DO CONHECIMENTO COMERCIO DE CALÇADOS E CONFECÇÕES LTDA** e tem sede e domicílio na Estrada Vereador Júlio Ferreira Filho, 1200- Cacaiguera – Campina Grande do Sul – PR, CEP: 83.430-000.

CLÁUSULA SEGUNDA - FILIAIS E OUTRAS DEPENDÊNCIAS: A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, no país ou no exterior, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

CLÁUSULA TERCEIRA- INÍCIO DAS ATIVIDADES E PRAZO DE DURAÇÃO DA SOCIEDADE: A sociedade iniciou suas atividades em 04/12/2007 e seu prazo de duração é por tempo indeterminado.

CLÁUSULA QUARTA - OBJETO SOCIAL: A sociedade tem por objeto a exploração no ramo de: Comércio varejista dos seguintes calçados, artigos do vestuário e acessórios; tecidos, artigos esportivos; Comércio varejista de Peças de Máquina de Costura; Indústria, comércio, confecções por atacado e varejo dos seguintes Artigos de couro, lona, borracha EVA, malas, malotes, bolsas, pastas, mochilas, material escolar, material de higiene pessoal e enxoval para recém-nascido; Confecções de artigos em calças, calções, camisas, camisetas, camuflados, saias, bermudas, blusas, japonas, jaquetas, macacão, meias, boinas, bonés, toalhas, roupas de cama, suéter, cachecol, luvas, mantas, pijamas, travesseiros, cobertores, capas de chuva, barracas de camping, etc.; Calçados em geral, tais tênis, sapatos, sapatilhas, chinelos, sandálias, coturnos, botas. Brinquedos pedagógicos; Mapas, Globos, Instrumentos e equipamentos para medição e precisão, Instrumentos de ótica (lupas, lunetas, microscópios, estereoscópios, binóculos. Telescópios e acessórios), Modelos anatômicos, Vidrarias para laboratórios, Reagentes químicos, Equipamentos para laboratórios tecnológicos de Química, Física, Biologia, Matemática e outros, Cursos preparatórios para concursos, Fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros Filmagem de festas e eventos, Casas de festas e eventos.

CLÁUSULA QUINTA - CAPITAL SOCIAL: O capital social é de R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), divididos em 1.500.000 (um milhão e quinhentas mil) quotas de capital no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, subscritas e já integralizadas, em moeda corrente do País, pelos sócios e distribuídas da seguinte forma:

SOCIO	(%)	QUOTAS	VALOR
CELSO LUCINDO TOSI	100,00	1.500.000	R\$1.500.000,00
TOTAL	100,00	1.500.000	R\$1.500.000,00

CLÁUSULA SEXTA - RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, conforme dispõe o art. 1.052 da Lei 10.406/2002.

OITAVA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE
DOCES PASSOS COMERCIO DE CALÇADOS E CONFECÇÕES LTDA
CNPJ/MF: nº 09.255.998/0001-40

NIRE: 412.0607980-3

Folha: 3 de 4

CLÁUSULA SÉTIMA - CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS: As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento dos outros sócios, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, o direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

Parágrafo único: O sócio que pretenda ceder ou transferir todas ou parte de suas quotas deverá notificar por escrito aos outros sócios, discriminando a quantidade de quotas postas à venda, o preço, forma e prazo de pagamento, para que estes exerçam ou renunciem ao direito de preferência, o que deverão fazer dentro de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da notificação ou em prazo maior a critério do sócio alienante. Se todos os sócios manifestarem seu direito de preferência, a cessão das quotas se fará na proporção das quotas que então possuírem. Decorrido esse prazo sem que seja exercido o direito de preferência, as quotas poderão ser livremente transferidas.

CLÁUSULA OITAVA - ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE E USO DO NOME EMPRESARIAL: A administração da sociedade cabe a **CELSO LUCINDO TOSI**, com os poderes e atribuições de gerir e administrar os negócios da sociedade, representá-la ativa e passivamente, judicial e extra judicialmente, perante órgãos públicos, instituições financeiras, entidades privadas e terceiros em geral, bem como praticar todos os demais atos necessários à consecução dos objetivos ou à defesa dos interesses e direitos da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial isoladamente.

§1.º - É vedado o uso do nome empresarial em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

§2.º - Faculta-se ao administrador, atuando isoladamente, constituir, em nome da sociedade, procuradores para período determinado, devendo o instrumento de mandato especificar os atos e operações a serem praticados.

CLÁUSULA NONA - DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO: O Administrador declara, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA - RETIRADA PRO-LABORE: Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de "pró-labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PARTICIPAÇÃO DOS SÓCIOS NOS RESULTADOS: Ao término de cada exercício social, coincidente com o ano civil, os administradores prestarão contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e demais demonstrações contábeis requeridas pela legislação societária, elaboradas em conformidade

**OITAVA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE
DOCES PASSOS COMERCIO DE CALÇADOS E CONFECÇÕES LTDA
CNPJ/MF: nº 09.255.998/0001-40**

NIRE: 412.0607980-3

Folha: 4 de 4

com as Normas Brasileiras de Contabilidade, participando todos os sócios dos lucros ou perdas apurados, na mesma proporção das quotas de capital que possuem na sociedade.

Parágrafo único - A sociedade poderá levantar balanços ou balancetes patrimoniais em períodos inferiores há um ano, e o lucro apurado nessas demonstrações intermediárias, poderá ser distribuído mensalmente aos sócios, a título de Antecipação de Lucros, proporcionalmente às quotas de capital de cada um. Nesse caso será observada a reposição dos lucros quando a distribuição afetar o capital social, conforme estabelece o art. 1.059 da Lei n.º 10.406/2002.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - JULGAMENTO DAS CONTAS: Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores quando for o caso.

Parágrafo único - Até 30 (trinta) dias antes da data marcada para a reunião, o balanço patrimonial e o de resultado econômico devem ser postos, por escrito, e com a prova do respectivo recebimento, à disposição dos sócios que não exerçam a administração.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - FALECIMENTO OU INTERDIÇÃO DE SÓCIO: Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou dos sócios remanescentes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo único - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: A sociedade declara, sob as penas da Lei, que se enquadra na condição de EMPRESA DE PEQUENO PORTE nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, e que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - FORO: Fica eleito o foro da comarca de Colombo-PR para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja ou venha ser.

E por estarem assim, justos e contratados, lavram e assinam, a presente, em (1) uma via de igual teor e forma, obrigando-se fielmente por si, seus herdeiros e sucessores legais a cumpri-lo em todos os seus termos.

Colombo -PR, 31 de AGOSTO de 2021.

CELSO LUCINDO TOSI



ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa ESTACAO DO CONHECIMENTO COMERCIO DE CALCADOS E CONFECCOES LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
37076582953	

ANEXO I - PROCURAÇÃO

ADVOCACIA

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: ESTAÇÃO DO CONHECIMENTO COMÉRCIO DE CALÇADOS E CONFECÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.255.998/0001-40, estabelecida no endereço: Estrada Vereador Júlio Ferreira Filho, nº 1200, Cacaiguera, Campina Grande do Sul/PR. CEP: 83.430-000, neste ato representado por seu sócio administrador, Celso Lucindo Tosi, inscrito no CPF sob o nº 370765829-53.

OUTORGADO: LUCAS BERESA DE PAULA MACEDO, brasileiro, casado, advogado inscrito na Seccional do Mato Grosso do Sul sob o nº. 25.782 e na Seccional do Paraná sob o nº 111.605, com endereço profissional na Rua Visconde do Rio Branco, nº 1980, conj. 202, Neva, Cascavel-PR.

PODERES: Pelo presente instrumento o outorgante confere ao outorgado, amplos poderes para o foro em geral, com cláusula *ad judicium* et extra, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, em especial, perante os órgãos da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, Tribunais de Contas da União e Estaduais e perante os órgãos do Poder Judiciário, para o acesso de documentos, processos administrativos e judiciais, fazer a defesa e representar o Outorgante e propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-los nas contrárias, seguindo umas e outras até a final decisão, usando os recursos legais e acompanhando-os, conferindo ainda, poderes especiais para transigir, firmar acordos, receber e dar quitação, substabelecer esta a outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, para agir em conjunto ou separadamente com o substabelecido.

FINALIDADE: A presente procuração tem a finalidade de outorgar poderes das cláusulas "*ad judicium*" e "*et extra*" para representação da outorgante perante os órgãos do Poder Judiciário e todos os órgãos públicos para a apresentação de documentos, defesas, recursos administrativos e medidas judiciais relativos às licitações que a Outorgante participar ou possuir interesse.

Colombo-PR, 20 de novembro de 2022.

ESTAÇÃO DO CONHECIMENTO COMÉRCIO DE CALÇADOS E CONFECÇÕES LTDA

gov.br

Documento assinado digitalmente

CELSON LUCINDO TOSI

Data: 29/11/2022 13:08:43-0300

Verifique em <https://verificador.iti.br>

Rua Visconde do Rio Branco, 1980 | conj. 202 | Neva | Cascavel | PR

(41) 98744-6446 - (67) 99117-9009

9. 009 - Termo de Distribuição



TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº4357/2023

Processo Nº: 613645/23

Data e hora da distribuição: 14/09/2023 15:49:32

Assunto: REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº 8.666/1993

Entidade: MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO

Interessado: ESTACAO DO CONHECIMENTO COMERCIO DE CALCADOS E CONFECÇOES LTDA,
MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO

Exercício:

Modalidade de distribuição: sorteio.

Relator: Conselheiro JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL

Impedimentos:



Gabinete do Conselheiro José Durval Mattos do Amaral

PROCESSO Nº: 613645/23
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº 8.666/1993
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO
INTERESSADO: ESTACAO DO CONHECIMENTO COMERCIO DE CALCADOS
E CONFECÇOES LTDA, MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO
PROCURADOR: LUCAS BERESA DE PAULA MACEDO
DESPACHO: 1180/23

I. Cuidam os presentes autos de expediente autuado Representação da Lei n.º 8.666, de 21/06/1993, formulada por ESTAÇÃO DO CONHECIMENTO COMÉRCIO DE CALÇADOS E CONFECÇÕES LTDA, em face do Edital de Pregão Eletrônico n.º 59/2023, realizado pelo MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO, para a contratação de empresa especializada para a fabricação de materiais personalizados do tipo uniformes, calçados, mochilas, bolsas e estojos, destinados à Secretaria de Educação.

II. Da representação (peça 3), colhem-se como impropriedades a exigência de alvará de licença ambiental e licença de operação de regularização, documentos esses não previstos no rol taxativo de qualificação técnica no artigo 30 da Lei n.º 8.666/1993.

III. Preliminarmente, observo que não há informações suficientes nos autos que permitam, nesse momento, realizar de forma adequada juízo de admissibilidade do feito, sendo necessária a oitiva da municipalidade.

IV. Diante do exposto, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para intimar, por meio de ofício, ao MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO, na pessoa do seu representante legal, para que, em 5 (cinco) dias, contados da juntada do aviso de recebimento (AR) aos autos:

- a) apresente manifestação preliminar quanto ao contido na representação; e
- b) junte a integralidade dos seus autos;

IV. Após, regressem os autos para o exercício do juízo de admissibilidade.

Curitiba, 18 de setembro de 2023.

JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL
Conselheiro Relator



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Gabinete do Conselheiro José Durval Mattos do Amaral

PROCESSO: 613645/23

ASSUNTO: Representação da Lei nº 8.666/1993

DESPACHO: nº 1180/23

MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 95.640.736/0001-30, com sede na Av. Pedro Amaro dos Santos, 900, Centro, CEP 87528-000, Alto Paraíso/PR, representado por seu Prefeito Municipal Sr. DÉRCIO JARDIM JUNIOR, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 474.519.719-53, vem, respeitosamente perante Vossa Senhoria, manifestar-se preliminarmente acerca das insurgências apresentadas pelo Interessado (ESTACAO DO CONHECIMENTO COMERCIO DE CALCADOS E CONFECÇÕES LTDA.), em relação ao Procedimento Licitatório – Pregão Eletrônico nº 059/2023, o que faz nos seguintes termos:

SÍNTESE DA REPRESENTAÇÃO

O interessado apresentou Representação junto ao TCE/PR, com pedido cautelar, no intuito de suspender todos os atos relacionados ao Pregão Eletrônico mencionado, colhem-se da representação, a impugnação da exigência de alvará de licença ambiental e licença de operação de regularização (cláusulas 7.3.8 e 7.3.9 do Edital), bem como a junção dos materiais licitados em lote único.



DA EXIGÊNCIA DE LICENÇAS AMBIENTAIS NO EDITAL

Trata-se de processo licitatório objetivando a **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FABRICAÇÃO DE MATERIAIS PERSONALIZADOS DO TIPO UNIFORMES, CALÇADOS, MOCHILAS, BOLSA E ESTOJOS, DESTINADO A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO..."**. Por ocasião do objeto da licitação, tratando-se de materiais personalizados (ex.: BORDADO NO PEITO LADO ESQUERDO BRASÃO DO MUNICÍPIO - ESTAMPA NO PEITO BRASÃO DO MUNICÍPIO E ESCRITA "SECRETARIA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO"), é comum a participação de empresas de confecção de vestuário, calçados e artefatos de tecidos, considerando as exigências do edital em relação ao objeto, mas sem restringir a participação de empresas do comércio varejista em geral, contanto que entreguem o objeto licitado nos termos do Edital.

Em relação as cláusulas impugnadas (cláusulas 7.3.8 e 7.3.9), o Edital é claro e efetivo quanto as atividades ou empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental, como se vê no trecho que segue:

7.3.9.1. ANEXO 1 - Resolução Conama 237-1997 - ATIVIDADES OU EMPREENDIMENTOS SUJEITOS AO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Indústria têxtil, de vestuário, calçados e artefatos de tecidos

- beneficiamento de fibras têxteis, vegetais, de origem animal e sintéticos;
- fabricação e acabamento de fios e tecidos;
- tingimento, estamparia e outros acabamentos em peças do vestuário e artigos diversos de tecidos;
- fabricação de calçados e componentes para calçados.

Ora, caso a atividade da empresa participante do certame não se enquadre nas atividades ou empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental, ela estará dispensada de apresentar tais documentos. Portanto, as cláusulas em questão não são determinantes para a condição de habilitação das empresas, e tal exigência não limita a competitividade do pregão.

No mais, caso a documentação da empresa representante comprove que sua atividade não está sujeita ao licenciamento ambiental, nada impede sua participação no certame.



DA POSSIBILIDADE DE AGLUTINAÇÃO DOS ITENS DO EDITAL EM LOTE ÚNICO

Em que pese a impugnação da representante em relação ao objeto do certame em Lote único, novamente não merece prosperar sua irresignação.

Embora a Lei nº 8.666/93 seja explícita ao determinar o parcelamento do objeto como regra, o próprio parágrafo 1º do artigo 23 da Lei de Licitações e Contratos apresenta as exceções à regra: quando for tecnicamente inviável ou não recomendável - motivação de ordem técnica -, ou quando o parcelamento puder acarretar a majoração do preço a ser pago pela administração - motivação de ordem econômica.

Ora, a exceção à regra estabelecida existe justamente para facilitar alguns certames, pois a complexidade de determinado objeto, cujo parcelamento ocasionaria a não compatibilidade dos diversos itens fornecidos por licitantes distintos, com a consequente inutilidade deles por não "se encaixarem" um ao outro, além da difícil missão de se realizar a gestão de múltiplos contratos relativos a um único objeto.

Verifica-se, portanto, que a motivação do gestor é de ordem econômica, já que a divisão de itens, embora vantajosa na maioria das vezes, no caso em questão pode trazer prejuízos a administração, por ser comum a falta de padronização dos itens licitados, diante da pluralidade de fornecedores. Além disso, nem sempre a diversidade de fornecedores é garantia de melhor preço, pois a empresa capaz de oferecer os itens licitados pode oferecer um desconto maior justamente pela quantidade contratada.

Não bastasse isso, atualmente várias são as empresas especializadas na confecção de vestuários, calçados e demais itens diversos (mochila e estojo, etc.), podendo facilmente uma mesma empresa fabricar e fornecer todos os itens descritos no edital.



Pegando como exemplo a empresa representante, analisando o ramo de atividade descrito em seu contrato social, podemos ver as seguintes atividades:

CLÁUSULA QUARTA - OBJETO SOCIAL: A sociedade tem por objeto a exploração no ramo de: Comércio varejista dos seguintes calçados, artigos do vestuário e acessórios; tecidos, artigos esportivos; Comércio varejista de Peças de Máquina de Costura; Indústria, comércio, confecções por atacado e varejo dos seguintes Artigos de couro, lona, borracha EVA, malas, malotes, bolsas, pastas, mochilas, material escolar, material de higiene pessoal e enxoval para recém-nascido; Confecções de artigos em calças, calções, camisas, camisetas, camuflados, saias, bermudas, blusas, juponas, jaquetas, macacão, meias, boinas, bonés, toalhas, roupas de cama, suéter, cachecol, luvas, mantas, pijamas, travesseiros, cobertores, capas de chuva, barracas de camping, etc.; Calçados em geral, tais tênis, sapatos, sapatilhas, chinelos, sandálias, coturnos, botas. Brinquedos pedagógicos; Mapas, Globos, Instrumentos e equipamentos para medição e precisão, Instrumentos de ótica (lupas, lunetas, microscópios, estereoscópios, binóculos. Telescópios e acessórios), Modelos anatômicos, Vidrarias para laboratórios, Reagentes químicos, Equipamentos para laboratórios tecnológicos de Química, Física, Biologia, Matemática e outros, Cursos preparatórios para concursos, Fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros Filmagem de festas e eventos, Casas de festas e eventos.

Ora, ao que parece, a própria empresa representante poderá fornecer todos os itens descritos no edital, caso seja vencedora do certame.

Portanto, embora não seja a regra, a aglutinação de itens **compatíveis** em único lote é plenamente possível, levando-se em conta o caráter técnico ou econômico, atinentes às peculiaridades do licitante, ressaltando aqui, a existência de planilha detalhada com a indicação da composição dos custos unitários relacionados a cada item do certame.

ANTE O EXPOSTO, observadas as ponderações acima, e levando-se em conta que não há no processo licitatório em questão as irregularidades apontadas na Representação, requer seu prosseguimento normal, com o acolhimento da justificativa apresentada.

Alto Paraíso/PR, 21 de setembro de 2023.



FEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

CNPJ – 95.640.736/0001-30

181

DÉRCIO JARDIM JÚNIOR

PREFEITO MUNICIPAL



PORTARIA N.º 200/2023

DATA: 21/09/2023

SÚMULA: Nomeia Comissão de Avaliação de Amostras

O Prefeito Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, pela presente.

RESOLVE:

Art.1º - Nomear a Comissão para proceder à análise das amostras de **Uniformes, Calçados, Mochilas, Bolsa Estojo**s, de acordo com as regras previamente estabelecidas no item 05 do Termo de Referência do Edital de Pregão Eletrônico n.º 059/2023, Processo Licitatório n.º 087/2023.

Art. 2º - A Comissão será composta pelos seguintes membros:

NOME	CPF	ATRIBUIÇÃO
Regiane Aparecida Caetano de Oliveira	068.230.979-65	Presidente
Eudinete da Silva Pedrola	030.789.829-63	Membro
Elisandra Kelli de Oliveira	023.752.619-09	Membro

Art.3º - Poderá a Administração convocar o apoio do Departamento de Licitações e Contratos, Controle Interno, Assessorias e Corpo Técnicos que considerar necessário para acompanhamento da análise das amostras.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Alto Paraíso, aos 21 dias do Mês de Setembro de 2023.

DERCIO JARDIM JUNIOR
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO JORNAL
TIMUJARAMA ILUSTRADO
ÓRGÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO
EM 23 / 09 / 2023
edição N.º 12.835

**MUNICIPIO DE ALTO PARAISO
ALTO PARAISO-PR****PROPOSTAS DO PROCESSO**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 59/2023
Processo Administrativo Nº 87/2023
Tipo: AQUISIÇÃO
PREGOEIRO: VALDEMIR RIBEIRO SPARAPAN
Data de Publicação: 12/09/2023 16:15:13

LOTE 1

Item: 1 Quant.: 660 Unidade: UN Val. Ref.: 82,80
Descrição: BLUSA NO TECIDO HELANCA FLANELADA 100% POLIÉSTER

Autor	Marca/Modelo	Valor
PARTICIPANTE 140	propria / escolar	82,80
PARTICIPANTE 136	PRÓPRIA / BLUSA	82,80
PARTICIPANTE 078	PRÓPRIA / PRÓPRIO	82,80
PARTICIPANTE 060	Própria / Conforme o edital	82,80
PARTICIPANTE 036	PRÓPRIA / PERSONALIZADO	82,80
PARTICIPANTE 069	proprio / blusa	82,80
PARTICIPANTE 044	PIC / PADRÃO	82,80
PARTICIPANTE 002	propria / conforme edital	82,80
PARTICIPANTE 009	PRÓPRIA / PADRÃO	82,80
PARTICIPANTE 054	PLAYPRO / BLUSA	82,80
PARTICIPANTE 118	PRÓPRIA / ESCOLAR	82,80
PARTICIPANTE 129	PRÓPRIA / PRÓPRIO	82,00
PARTICIPANTE 106	PRÓPRIA / EDITAL	82,80
PARTICIPANTE 121	PRÓPRIA / PRÓPRIA	72,00
PARTICIPANTE 052	Própria / Escolar	80,00
PARTICIPANTE 056	propria / propria	82,80

Item: 2 Quant.: 660 Unidade: UN Val. Ref.: 63,00
Descrição: CALÇA NO TECIDO HELANCA FLANELADA 100% POLIÉSTER

**MUNICIPIO DE ALTO PARAISO
ALTO PARAÍSO-PR**

Autor	Marca/Modelo	Valor
PARTICIPANTE 052	Própria / Escolar	60,00
PARTICIPANTE 056	propria / propria	63,00
PARTICIPANTE 121	PRÓPRIA / PROPRIA	60,00
PARTICIPANTE 106	PRÓPRIA / EDITAL	63,00
PARTICIPANTE 129	PRÓPRIA / PRÓPRIO	63,00
PARTICIPANTE 118	PRÓPRIA / ESCOLAR	63,00
PARTICIPANTE 054	PLAYPRO / CALÇA	63,00
PARTICIPANTE 009	PRÓPRIA / PADRÃO	63,00
PARTICIPANTE 002	propria / conforme edital	63,00
PARTICIPANTE 044	PIC / PADRÃO	63,00
PARTICIPANTE 036	PRÓPRIA / PERSONALIZADO	63,00
PARTICIPANTE 069	proprio / calça	63,00
PARTICIPANTE 078	PRÓPRIA / PRÓPRIO	63,00
PARTICIPANTE 060	Própria / Conforme o edital	63,00
PARTICIPANTE 136	PRÓPRIA / CALÇA	63,00
PARTICIPANTE 140	propria / escolar	63,00

Item: 3 Quant.: 1.280 Unidade: UN Val. Ref.: 26,50

Descrição: CAMISETA EM P.V. 67% POLIÉSTER E 33% VISCOSE

Autor	Marca/Modelo	Valor
PARTICIPANTE 140	propria / escolar	26,50
PARTICIPANTE 136	PRÓPRIA / CAMISETA	26,50
PARTICIPANTE 078	PRÓPRIA / PRÓPRIO	26,50
PARTICIPANTE 060	Própria / Conforme o edital	26,50
PARTICIPANTE 036	PRÓPRIA / PERSONALIZADO	26,50
PARTICIPANTE 044	PIC / PADRÃO	26,50
PARTICIPANTE 069	proprio / camiseta	26,50
PARTICIPANTE 002	propria / conforme edital	26,50
PARTICIPANTE 009	PRÓPRIA / PADRÃO	26,50
PARTICIPANTE 054	PLAYPRO / CAMISETA	26,50
PARTICIPANTE 118	PRÓPRIA / ESCOLAR	26,50
PARTICIPANTE 129	PRÓPRIA / PRÓPRIO	26,00
PARTICIPANTE 106	PRÓPRIA / EDITAL	26,50
PARTICIPANTE 121	PRÓPRIA / PROPRIA	25,20
PARTICIPANTE 056	propria / propria	26,50
PARTICIPANTE 052	Própria / Escolar	26,00

Item: 4 Quant.: 1.040 Unidade: UN Val. Ref.: 41,00

Descrição: BERMUDA MASCULINA EM HELANCA 100% POLIAMIDA

**MUNICIPIO DE ALTO PARAISO
ALTO PARAÍSO-PR**

Autor	Marca/Modelo	Valor
PARTICIPANTE 052	Própria / Escolar	40,00
PARTICIPANTE 056	propria / propria	41,00
PARTICIPANTE 121	PRÓPRIA / PROPRIA	39,00
PARTICIPANTE 106	PRÓPRIA / EDITAL	41,00
PARTICIPANTE 129	PRÓPRIA / PRÓPRIO	41,00
PARTICIPANTE 118	PRÓPRIA / ESCOLAR	41,00
PARTICIPANTE 054	PLAYPRO / BERMUDA	41,00
PARTICIPANTE 002	propria / conforme edital	41,00
PARTICIPANTE 009	PRÓPRIA / PADRÃO	41,00
PARTICIPANTE 069	proprio / bermuda	41,00
PARTICIPANTE 044	PIC / PADRÃO	41,00
PARTICIPANTE 036	PRÓPRIA / PERSONALIZADO	41,00
PARTICIPANTE 060	Própria / Conforme o edital	41,00
PARTICIPANTE 136	PRÓPRIA / BERMUDA MASC	41,00
PARTICIPANTE 078	PRÓPRIA / PRÓPRIO	41,00
PARTICIPANTE 140	propria / escolar	41,00

Item: 5 Quant.: 990 Unidade: UN Val. Ref.: 44,00

Descrição: SHORTS SAIA FEMININO EM HELANCA 100% POLIAMIDA

Autor	Marca/Modelo	Valor
PARTICIPANTE 140	propria / escolar	44,00
PARTICIPANTE 136	PRÓPRIA / SHORT SAIA	44,00
PARTICIPANTE 060	Própria / Conforme o edital	44,00
PARTICIPANTE 078	PRÓPRIA / PRÓPRIO	44,00
PARTICIPANTE 069	proprio / shorts	44,00
PARTICIPANTE 036	PRÓPRIA / PERSONALIZADO	44,00
PARTICIPANTE 002	propria / conforme edital	44,00
PARTICIPANTE 044	PIC / PADRÃO	44,00
PARTICIPANTE 009	PRÓPRIA / PADRÃO	44,00
PARTICIPANTE 054	PLAYPRO / SHORT	44,00
PARTICIPANTE 129	PRÓPRIA / PRÓPRIO	44,00
PARTICIPANTE 118	PRÓPRIA / ESCOLAR	44,00
PARTICIPANTE 106	PRÓPRIA / EDITAL	44,00
PARTICIPANTE 121	PRÓPRIA / PROPRIA	41,00
PARTICIPANTE 056	propria / propria	44,00
PARTICIPANTE 052	Própria / Escolar	42,00

Item: 6 Quant.: 600 Unidade: UN Val. Ref.: 109,00

Descrição: TÊNIS EM CADARÇO PERSONALIZADO

**MUNICIPIO DE ALTO PARAISO
ALTO PARAÍSO-PR**

Autor	Marca/Modelo	Valor
PARTICIPANTE 052	Própria / Escolar	105,00
PARTICIPANTE 056	propria / propria	109,00
PARTICIPANTE 121	NKS / NKS	99,00
PARTICIPANTE 129	FLARE / PRÓPRIO	109,00
PARTICIPANTE 106	PRÓPRIA / EDITAL	109,00
PARTICIPANTE 054	PLAYPRO / TENIS	109,00
PARTICIPANTE 118	NKS / ESCOLAR	109,00
PARTICIPANTE 002	propria / conforme edital	109,00
PARTICIPANTE 009	PRÓPRIA / PADRÃO	109,00
PARTICIPANTE 044	PIC / PADRÃO	109,00
PARTICIPANTE 069	proprio / tenis	109,00
PARTICIPANTE 036	PRÓPRIA / PERSONALIZADO	109,00
PARTICIPANTE 060	Própria / Conforme o edital	109,00
PARTICIPANTE 140	propria / escolar	109,00
PARTICIPANTE 078	PRÓPRIA / PROPRIO	109,00
PARTICIPANTE 136	PRÓPRIA / TENIS EM CADAÇO	109,00

Item: 7 Quant.: 225 Unidade: UN Val. Ref.: 107,50

Descrição: TÊNIS EM VELCRO PERSONALIZADO

Autor	Marca/Modelo	Valor
PARTICIPANTE 136	PRÓPRIA / TENIS EM VELCRO	107,50
PARTICIPANTE 078	PRÓPRIA / PROPRIO	107,50
PARTICIPANTE 140	propria / escolar	107,50
PARTICIPANTE 060	Própria / Conforme o edital	107,50
PARTICIPANTE 036	PRÓPRIA / PERSONALIZADO	107,50
PARTICIPANTE 069	proprio / tenis	107,50
PARTICIPANTE 002	propria / conforme edital	107,50
PARTICIPANTE 044	PIC / PADRÃO	107,50
PARTICIPANTE 118	NKS / ESCOLAR	107,50
PARTICIPANTE 054	PLAYPRO / TENIS	107,50
PARTICIPANTE 009	PRÓPRIA / PADRÃO	107,50
PARTICIPANTE 106	PRÓPRIA / EDITAL	107,50
PARTICIPANTE 129	FLARE / PRÓPRIO	107,00
PARTICIPANTE 121	NKS / NKS	99,00
PARTICIPANTE 052	Própria / Escolar	105,00
PARTICIPANTE 056	propria / propria	107,50

Item: 8 Quant.: 120 Unidade: UN Val. Ref.: 79,90

Descrição: SANDÁLIA PERSONALIZADO

**MUNICIPIO DE ALTO PARAISO
ALTO PARAÍSO-PR**

Autor	Marca/Modelo	Valor
PARTICIPANTE 052	Propr / Escolar	79,00
PARTICIPANTE 056	propria / propria	79,90
PARTICIPANTE 106	PRÓPRIA / EDITAL	79,90
PARTICIPANTE 121	NKS / NKS	74,00
PARTICIPANTE 054	PLAYPRO / SANDÁLIA	79,90
PARTICIPANTE 129	FLARE / PRÓPRIO	79,00
PARTICIPANTE 118	NKS / ESCOLAR	79,90
PARTICIPANTE 002	propria / conforme edital	79,90
PARTICIPANTE 009	PRÓPRIA / PADRÃO	79,90
PARTICIPANTE 069	proprio / sandalia	79,90
PARTICIPANTE 044	PIC / PADRÃO	79,90
PARTICIPANTE 036	PRÓPRIA / PERSONALIZADO	79,90
PARTICIPANTE 060	Própria / Conforme o edital	79,90
PARTICIPANTE 078	PRÓPRIA / PRÓPRIO	79,90
PARTICIPANTE 140	propria / escolar	79,90
PARTICIPANTE 136	PRÓPRIA / SANDÁLIA	79,90

Item: 9 Quant.: 440 Unidade: UN Val. Ref.: 157,50

Descrição: MOCHILA ESCOLAR EM TECIDO 100% NAYLON

Autor	Marca/Modelo	Valor
PARTICIPANTE 078	PRÓPRIA / PRÓPRIO	157,50
PARTICIPANTE 140	propria / escolar	157,50
PARTICIPANTE 136	PRÓPRIA / MOCHILA ESCOLAR	157,50
PARTICIPANTE 060	Própria / Conforme o edital	157,50
PARTICIPANTE 036	PRÓPRIA / PERSONALIZADO	157,50
PARTICIPANTE 069	proprio / mochila	157,50
PARTICIPANTE 044	PIC / PADRÃO	157,50
PARTICIPANTE 009	PRÓPRIA / PADRÃO	157,50
PARTICIPANTE 002	propria / conforme edital	157,50
PARTICIPANTE 118	PRÓPRIA / ESCOLAR	157,50
PARTICIPANTE 054	PLAYPRO / MOCHILA	157,50
PARTICIPANTE 121	MG BOLSAS / MG BOLSAS	125,00
PARTICIPANTE 106	PRÓPRIA / EDITAL	157,50
PARTICIPANTE 052	Própria / Escolar	157,00
PARTICIPANTE 129	WR / PRÓPRIO	157,00
PARTICIPANTE 056	propria / propria	157,50

Item: 10 Quant.: 60 Unidade: UN Val. Ref.: 114,00

Descrição: BOLSA PARA PROFESSOR COM ALÇA DE MÃO E TIRA COLO EM TECIDO 100% NYLON

**MUNICIPIO DE ALTO PARAISO
ALTO PARAÍSO-PR**

Autor	Marca/Modelo	Valor
PARTICIPANTE 052	Própria / Escolar	114,00
PARTICIPANTE 056	propria / propria	114,00
PARTICIPANTE 106	PRÓPRIA / EDITAL	114,00
PARTICIPANTE 121	MG BOLSAS / MG BOLSAS	105,00
PARTICIPANTE 009	PRÓPRIA / PADRÃO	114,00
PARTICIPANTE 054	PLAYPRO / BOLSA	114,00
PARTICIPANTE 118	PRÓPRIA / ESCOLAR	114,00
PARTICIPANTE 129	WR / PRÓPRIO	114,00
PARTICIPANTE 002	propria / conforme edital	114,00
PARTICIPANTE 069	proprio / bolsa	114,00
PARTICIPANTE 044	PIC / PADRÃO	114,00
PARTICIPANTE 036	PRÓPRIA / PERSONALIZADO	114,00
PARTICIPANTE 060	Própria / Conforme o edital	114,00
PARTICIPANTE 136	PRÓPRIA / BOLSA	114,00
PARTICIPANTE 140	propria / escolar	114,00
PARTICIPANTE 078	PRÓPRIA / PRÓPRIO	114,00

Item: 11 Quant.: 440 Unidade: UN Val. Ref.: 14,00

Descrição: ESTOJO ESCOLAR COM TECIDO 100% NYLON

Autor	Marca/Modelo	Valor
PARTICIPANTE 078	PRÓPRIA / PRÓPRIO	18,00
PARTICIPANTE 136	PRÓPRIA / ESTOJO	14,00
PARTICIPANTE 140	propria / escolar	14,00
PARTICIPANTE 036	PRÓPRIA / PERSONALIZADO	14,00
PARTICIPANTE 060	Própria / Conforme o edital	14,00
PARTICIPANTE 069	proprio / estojo	14,00
PARTICIPANTE 044	PIC / PADRÃO	14,00
PARTICIPANTE 002	propria / conforme edital	14,00
PARTICIPANTE 118	PRÓPRIA / ESCOLAR	14,00
PARTICIPANTE 009	PRÓPRIA / PADRÃO	14,00
PARTICIPANTE 054	PLAYPRO / ESTOJO	14,00
PARTICIPANTE 121	MG BOLSAS / MG BOLSAS	13,00
PARTICIPANTE 129	WR / PRÓPRIO	14,00
PARTICIPANTE 106	PRÓPRIA / EDITAL	14,00
PARTICIPANTE 056	propria / propria	14,00
PARTICIPANTE 052	Própria / Escolar	14,00

Item: 12 Quant.: 1.280 Unidade: UN Val. Ref.: 33,50

Descrição: CAMISETA EM P.V 67% POLIÉSTER E 33% VISCOSE MANGA LONGA

**MUNICIPIO DE ALTO PARAISO
ALTO PARAÍSO-PR**

Autor	Marca/Modelo	Valor
PARTICIPANTE 052	Própria / Escolar	33,00
PARTICIPANTE 056	propria / propria	33,50
PARTICIPANTE 106	PRÓPRIA / EDITAL	33,50
PARTICIPANTE 129	PRÓPRIA / PRÓPRIO	33,00
PARTICIPANTE 121	PRÓPRIA / PRÓPRIA	30,00
PARTICIPANTE 054	PLAYPRO / CAMISETA	33,50
PARTICIPANTE 009	PRÓPRIA / PADRÃO	33,50
PARTICIPANTE 118	PRÓPRIA / ESCOLAR	33,50
PARTICIPANTE 002	propria / conforme edital	33,50
PARTICIPANTE 044	PIC / PADRÃO	33,50
PARTICIPANTE 069	proprio / camiseta	33,50
PARTICIPANTE 036	PRÓPRIA / PERSONALIZADO	33,50
PARTICIPANTE 060	Própria / Conforme o edital	33,50
PARTICIPANTE 140	propria / escolar	33,50
PARTICIPANTE 136	PRÓPRIA / CAMISETA	33,50
PARTICIPANTE 078	PRÓPRIA / PRÓPRIO	33,50

Item: 13 Quant.: 20 Unidade: UN Val. Ref.: 59,80

Descrição: JALECO MODELO REGATA FEMININO EM TECIDO 100% MICROFIBRA

Autor	Marca/Modelo	Valor
PARTICIPANTE 078	PRÓPRIA / PRÓPRIO	59,80
PARTICIPANTE 136	PRÓPRIA / JALECO	59,80
PARTICIPANTE 140	propria / escolar	59,80
PARTICIPANTE 060	Própria / Conforme o edital	59,80
PARTICIPANTE 069	proprio / jaleco	59,80
PARTICIPANTE 036	PRÓPRIA / PERSONALIZADO	59,80
PARTICIPANTE 044	PIC / PADRÃO	59,80
PARTICIPANTE 002	propria / conforme edital	59,80
PARTICIPANTE 118	PRÓPRIA / ESCOLAR	59,80
PARTICIPANTE 009	PRÓPRIA / PADRÃO	59,80
PARTICIPANTE 054	PLAYPRO / JALECO	59,80
PARTICIPANTE 121	PRÓPRIA / PRÓPRIA	59,80
PARTICIPANTE 129	PRÓPRIA / PRÓPRIO	59,00
PARTICIPANTE 106	PRÓPRIA / EDITAL	59,80
PARTICIPANTE 056	propria / propria	59,80
PARTICIPANTE 052	Própria / Escolar	59,00

**MUNICIPIO DE ALTO PARAISO
ALTO PARAISO-PR**

ATA DE SESSÃO - DISPUTA - Parte 1 de 1

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 59/2023

Processo Administrativo Nº 87/2023

Tipo: AQUISIÇÃO

PREGOEIRO: VALDEMIR RIBEIRO SPARAPAN

Data de Publicação: 12/09/2023 16:15:13

MOVIMENTOS DO PROCESSO

13/09/2023 13:32:42 PROCESSO EM RETIFICAÇÃO SISTEMA

Motivo: Inconsistências nas informações do processo

13/09/2023 13:33:25 MENSAGEM PREGOEIRO

O arquivo Pregão 059-2023 - Eletrônico - PMAP.pdf foi removido pelo condutor do processo.

13/09/2023 13:36:11 MENSAGEM PREGOEIRO

O arquivo Edital - Pregão Eletrônico.doc foi removido pelo condutor do processo.

13/09/2023 14:10:15 CADASTRO DE PROPOSTA UMUARAMINHA ESPORTES

14/09/2023 18:02:06 CADASTRO DE PROPOSTA TRY SUPRIMENTOS LTDA

18/09/2023 16:53:22 CADASTRO DE PROPOSTA ESTACAO DO CONHECIMENTO COMERCIO DE CALCADOS E

20/09/2023 16:17:40 ALTERAÇÃO DE PROPOSTA ESTACAO DO CONHECIMENTO COMERCIO DE CALCADOS E

23/09/2023 13:48:39 CADASTRO DE PROPOSTA RODRIGO AUGUSTO RODRIGUES ME

23/09/2023 14:18:43 ALTERAÇÃO DE PROPOSTA RODRIGO AUGUSTO RODRIGUES ME

23/09/2023 16:35:21 CADASTRO DE PROPOSTA UNIFORMES VOTUPORANGA LTDA ME

23/09/2023 16:37:47 ALTERAÇÃO DE PROPOSTA UNIFORMES VOTUPORANGA LTDA ME

25/09/2023 11:01:40 CADASTRO DE PROPOSTA ON LINE COMERCIO DE BOLSAS EIRELI - EPP

25/09/2023 14:39:56 CADASTRO DE PROPOSTA MARIA ELIZABETH MOURA MORALES CONFECÇÕES EIRELI

25/09/2023 14:51:48 CADASTRO DE PROPOSTA EDILSON PENTEADO CONFECÇÕES DE UNIFORMES

25/09/2023 14:52:41 ALTERAÇÃO DE PROPOSTA EDILSON PENTEADO CONFECÇÕES DE UNIFORMES

25/09/2023 15:16:48 CADASTRO DE PROPOSTA SABRINA MARTINS DA SILVA SANTOS

25/09/2023 15:30:00 CADASTRO DE PROPOSTA M.TESTA CONFECÇÃO ME

25/09/2023 15:44:22 CADASTRO DE PROPOSTA PERSONALIT INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI ME

25/09/2023 15:51:19 ALTERAÇÃO DE PROPOSTA PERSONALIT INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI ME

25/09/2023 15:56:28 ALTERAÇÃO DE PROPOSTA SABRINA MARTINS DA SILVA SANTOS

25/09/2023 15:59:36 CADASTRO DE PROPOSTA GNOSE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

25/09/2023 16:43:31 CADASTRO DE PROPOSTA NR COMERCIO LTDA

25/09/2023 16:54:07 ALTERAÇÃO DE PROPOSTA GNOSE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

25/09/2023 16:55:15 ALTERAÇÃO DE PROPOSTA ON LINE COMERCIO DE BOLSAS EIRELI - EPP

25/09/2023 17:28:02 ALTERAÇÃO DE PROPOSTA TRY SUPRIMENTOS LTDA

25/09/2023 18:50:39 CADASTRO DE PROPOSTA SUPERA UNIFORMES INDUSTRIA E COMERCIO TEXTIL EIRELI

25/09/2023 18:52:37 ALTERAÇÃO DE PROPOSTA SUPERA UNIFORMES INDUSTRIA E COMERCIO TEXTIL EIRELI

25/09/2023 20:03:21 CADASTRO DE PROPOSTA RIOLLI&LIMA UNIFORMES LTDA

25/09/2023 20:53:08 CADASTRO DE PROPOSTA TERRA BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI EPP

25/09/2023 20:59:12 ALTERAÇÃO DE PROPOSTA TERRA BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI EPP

26/09/2023 08:11:42 MENSAGEM PREGOEIRO

BOM DIA...

26/09/2023 08:12:08 MENSAGEM PREGOEIRO

POR FAVOR FIQUEM ATENTOS POIS EM ALGUNS INSTANTES IREMOS INICIAR A ETAPA DE LANCES....

26/09/2023 08:31:14 MENSAGEM PREGOEIRO

ETAPA DE LANCES ABERTO....

**MUNICÍPIO DE ALTO PARAISO
ALTO PARAÍSO-PR**

**LOTE 1 - HABILITAÇÃO
LOTE I**

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1	Unidade: UN	Marca: PLAYPRO	Modelo: BLUSA
Descrição: BLUSA NO TECIDO HELANCA FLANELADA 100% POLIÉSTER			
Quantidade: 660	Valor Unit.: 46,80		Valor Total: 30.888,00
Item: 2	Unidade: UN	Marca: PLAYPRO	Modelo: CALÇA
Descrição: CALÇA NO TECIDO HELANCA FLANELADA 100% POLIÉSTER			
Quantidade: 660	Valor Unit.: 35,60		Valor Total: 23.496,00
Item: 3	Unidade: UN	Marca: PLAYPRO	Modelo: CAMISETA
Descrição: CAMISETA EM P.V. 67% POLIÉSTER E 33% VISCOSE			
Quantidade: 1.280	Valor Unit.: 14,90		Valor Total: 19.072,00
Item: 4	Unidade: UN	Marca: PLAYPRO	Modelo: BERMUDA
Descrição: BERMUDA MASCULINA EM HELANCA 100% POLIAMIDA			
Quantidade: 1.040	Valor Unit.: 23,10		Valor Total: 24.024,00
Item: 5	Unidade: UN	Marca: PLAYPRO	Modelo: SHORT
Descrição: SHORTS SAIA FEMININO EM HELANCA 100% POLIAMIDA			
Quantidade: 990	Valor Unit.: 24,80		Valor Total: 24.552,00
Item: 6	Unidade: UN	Marca: PLAYPRO	Modelo: TENIS
Descrição: TÊNIS EM CADARÇO PERSONALIZADO			
Quantidade: 600	Valor Unit.: 61,60		Valor Total: 36.960,00
Item: 7	Unidade: UN	Marca: PLAYPRO	Modelo: TENIS
Descrição: TÊNIS EM VELCRO PERSONALIZADO			
Quantidade: 225	Valor Unit.: 60,80		Valor Total: 13.680,00
Item: 8	Unidade: UN	Marca: PLAYPRO	Modelo: SANDÁLIA
Descrição: SANDÁLIA PERSONALIZADO			
Quantidade: 120	Valor Unit.: 45,20		Valor Total: 5.424,00
Item: 9	Unidade: UN	Marca: PLAYPRO	Modelo: MOCHILA
Descrição: MOCHILA ESCOLAR EM TECIDO 100% NAYLON			
Quantidade: 440	Valor Unit.: 89,10		Valor Total: 39.204,00
Item: 10	Unidade: UN	Marca: PLAYPRO	Modelo: BOLSA
Descrição: BOLSA PARA PROFESSOR COM ALÇA DE MÃO E TIRA COLO EM TECIDO 100% NYLON			
Quantidade: 60	Valor Unit.: 64,40		Valor Total: 3.864,00
Item: 11	Unidade: UN	Marca: PLAYPRO	Modelo: ESTOJO
Descrição: ESTOJO ESCOLAR COM TECIDO 100% NYLON			
Quantidade: 440	Valor Unit.: 7,90		Valor Total: 3.476,00
Item: 12	Unidade: UN	Marca: PLAYPRO	Modelo: CAMISETA
Descrição: CAMISETA EM P.V 67% POLIÉSTER E 33% VISCOSE MANGA LONGA			
Quantidade: 1.280	Valor Unit.: 18,90		Valor Total: 24.192,00
Item: 13	Unidade: UN	Marca: PLAYPRO	Modelo: JALECO
Descrição: JALECO MODELO REGATA FEMININO EM TECIDO 100% MICROFIBRA			
Quantidade: 20	Valor Unit.: 58,40		Valor Total: 1.168,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 GNOSE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA	054	28.439.635/0001-09	441.899,50	250.000,00		Sim
2 TERRA BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO	052	11.991.420/0001-01	430.465,00	253.900,00	1,56	Sim
3 UMUARAMINHA ESPORTES	121	36.932.106/0001-70	397.697,00	256.850,00	1,16	Sim
4 MARIA ELIZABETH MOURA MORALES	078	30.577.619/0001-24	443.659,50	279.999,99	9,01	Sim
5 RODRIGO AUGUSTO RODRIGUES ME	136	06.786.973/0001-84	441.899,50	310.590,00	10,93	Sim
6 ON LINE COMERCIO DE BOLSAS EIRELI	118	03.550.980/0001-94	441.899,50	310.598,00	0,00	Sim

**MUNICIPIO DE ALTO PARAISO
ALTO PARAISO-PR**

7 RIOLLI&LIMA UNIFORMES LTDA	056	50.583.738/0001-05	441.899,50	310.640,00	0,01	Sim
8 TRY SUPRIMENTOS LTDA	106	41.443.583/0001-02	441.899,50	328.000,00	5,59	Sim
9 ESTACAO DO CONHECIMENTO	140	09.255.998/0001-40	441.899,50	338.000,00	3,05	Sim
10 PERSONALIT INDUSTRIA E COMERCIO	044	11.420.136/0001-77	441.899,50	378.500,00	11,98	Sim
11 M.TESTA CONFECCAO ME	069	23.829.339/0001-09	441.899,50	439.499,00	16,12	Sim
12 UNIFORMES VOTUPORANGA LTDA ME	129	08.308.353/0001-65	439.635,00	439.500,00	0,00	Sim
13 NR COMERCIO LTDA	009	30.697.423/0001-73	441.899,50	441.895,00	0,54	Sim
14 EDILSON PENTEADO CONFECÇÕES DE	060	22.713.730/0001-72	441.899,50	441.899,50	0,00	Sim
15 SABRINA MARTINS DA SILVA SANTOS	036	33.808.275/0001-05	441.899,50	441.899,50	0,00	Sim
16 SUPERA UNIFORMES INDUSTRIA E	002	82.112.475/0001-34	441.899,50	441.899,50	0,00	Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
--------------	-----	-----------	----------------	--------------	---------	----

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
--------------	-----	-----------	----------------	--------------	---------	----

MOVIMENTOS DO LOTE

12/09/2023 16:15:12	PUBLICADO					
13/09/2023 07:30:00	RECEPÇÃO DE PROPOSTAS					
26/09/2023 08:00:00	ANÁLISE DE PROPOSTAS					
26/09/2023 08:31:01	DISPUTA					
26/09/2023 08:31:01	LANCE	NR COMERCIO LTDA (PARTICIPANTE 009)			441.899,50	
26/09/2023 08:31:01	LANCE	MARIA ELIZABETH MOURA MORALES CONFECÇÕES EIRELI			443.659,50	
26/09/2023 08:31:01	LANCE	PERSONALIT INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI ME (PARTICIPANTE 044)			441.899,50	
26/09/2023 08:31:01	LANCE	SUPERA UNIFORMES INDUSTRIA E COMERCIO TEXTIL EIRELI			441.899,50	
26/09/2023 08:31:01	LANCE	RIOLLI&LIMA UNIFORMES LTDA (PARTICIPANTE 056)			441.899,50	
26/09/2023 08:31:01	LANCE	GNOSE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA (PARTICIPANTE 054)			441.899,50	
26/09/2023 08:31:01	LANCE	UMUARAMINHA ESPORTES (PARTICIPANTE 121)			397.697,00	
26/09/2023 08:31:01	LANCE	TRY SUPRIMENTOS LTDA (PARTICIPANTE 106)			441.899,50	
26/09/2023 08:31:01	LANCE	ESTACAO DO CONHECIMENTO COMERCIO DE CALCADOS E			441.899,50	
26/09/2023 08:31:01	LANCE	ON LINE COMERCIO DE BOLSAS EIRELI - EPP (PARTICIPANTE 118)			441.899,50	
26/09/2023 08:31:01	LANCE	RODRIGO AUGUSTO RODRIGUES ME (PARTICIPANTE 136)			441.899,50	
26/09/2023 08:31:01	LANCE	UNIFORMES VOTUPORANGA LTDA ME (PARTICIPANTE 129)			439.635,00	
26/09/2023 08:31:01	LANCE	EDILSON PENTEADO CONFECÇÕES DE UNIFORMES (PARTICIPANTE			441.899,50	
26/09/2023 08:31:01	LANCE	SABRINA MARTINS DA SILVA SANTOS (PARTICIPANTE 036)			441.899,50	
26/09/2023 08:31:01	LANCE	M.TESTA CONFECCAO ME (PARTICIPANTE 069)			441.899,50	
26/09/2023 08:31:01	LANCE	TERRA BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI EPP (PARTICIPANTE 052)			430.465,00	
26/09/2023 08:32:32	LANCE	M.TESTA CONFECCAO ME (PARTICIPANTE 069)			439.634,00	
26/09/2023 08:32:36	LANCE	GNOSE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA (PARTICIPANTE 054)			397.500,00	
26/09/2023 08:32:46	LANCE	UMUARAMINHA ESPORTES (PARTICIPANTE 121)			397.450,00	
26/09/2023 08:33:32	LANCE	TRY SUPRIMENTOS LTDA (PARTICIPANTE 106)			397.400,00	
26/09/2023 08:33:40	LANCE	UMUARAMINHA ESPORTES (PARTICIPANTE 121)			397.350,00	
26/09/2023 08:33:57	LANCE	TRY SUPRIMENTOS LTDA (PARTICIPANTE 106)			397.000,00	
26/09/2023 08:34:09	LANCE	UMUARAMINHA ESPORTES (PARTICIPANTE 121)			396.950,00	
26/09/2023 08:34:53	LANCE	TRY SUPRIMENTOS LTDA (PARTICIPANTE 106)			396.900,00	

**MUNICIPIO DE ALTO PARAISO
ALTO PARAÍSO-PR**

26/09/2023 08:35:37	LANCE	NR COMERCIO LTDA (PARTICIPANTE 009)	441.895,00
26/09/2023 08:35:53	LANCE	UMUARAMINHA ESPORTES (PARTICIPANTE 121)	396.850,00
26/09/2023 08:36:53	LANCE	PERSONALIT INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI ME (PARTICIPANTE 044)	395.900,00
26/09/2023 08:36:53	LANCE	TERRA BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI EPP (PARTICIPANTE 052)	395.000,00
26/09/2023 08:36:56	LANCE	TRY SUPRIMENTOS LTDA (PARTICIPANTE 106)	396.800,00
26/09/2023 08:37:15	LANCE	TRY SUPRIMENTOS LTDA (PARTICIPANTE 106)	394.300,00
26/09/2023 08:37:24	LANCE	UMUARAMINHA ESPORTES (PARTICIPANTE 121)	394.200,00
26/09/2023 08:37:36	LANCE	TRY SUPRIMENTOS LTDA (PARTICIPANTE 106)	394.100,00
26/09/2023 08:37:49	LANCE	TERRA BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI EPP (PARTICIPANTE 052)	394.000,00
26/09/2023 08:37:55	LANCE	UMUARAMINHA ESPORTES (PARTICIPANTE 121)	393.900,00
26/09/2023 08:37:59	LANCE	ON LINE COMERCIO DE BOLSAS EIRELI - EPP (PARTICIPANTE 118)	440.000,00
26/09/2023 08:38:13	LANCE	TERRA BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI EPP (PARTICIPANTE 052)	390.000,00
26/09/2023 08:38:19	LANCE	UMUARAMINHA ESPORTES (PARTICIPANTE 121)	389.900,00
26/09/2023 08:38:31	LANCE	TRY SUPRIMENTOS LTDA (PARTICIPANTE 106)	385.000,00
26/09/2023 08:38:38	LANCE	ON LINE COMERCIO DE BOLSAS EIRELI - EPP (PARTICIPANTE 118)	439.000,00
26/09/2023 08:38:38	LANCE	UMUARAMINHA ESPORTES (PARTICIPANTE 121)	384.900,00
26/09/2023 08:38:43	LANCE	ESTACAO DO CONHECIMENTO COMERCIO DE CALCADOS E	384.000,00
26/09/2023 08:38:53	LANCE	UMUARAMINHA ESPORTES (PARTICIPANTE 121)	383.900,00
26/09/2023 08:39:00	LANCE	TERRA BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI EPP (PARTICIPANTE 052)	380.000,00
26/09/2023 08:39:07	LANCE	RIOLLI&LIMA UNIFORMES LTDA (PARTICIPANTE 056)	383.000,00
26/09/2023 08:39:07	PRORROGAÇÃO AUTOMÁTICA		
26/09/2023 08:39:14	LANCE	RIOLLI&LIMA UNIFORMES LTDA (PARTICIPANTE 056)	379.000,00
26/09/2023 08:39:17	LANCE	UMUARAMINHA ESPORTES (PARTICIPANTE 121)	379.900,00
26/09/2023 08:39:18	LANCE	PERSONALIT INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI ME (PARTICIPANTE 044)	378.500,00
26/09/2023 08:39:24	LANCE	UMUARAMINHA ESPORTES (PARTICIPANTE 121)	378.000,00
26/09/2023 08:39:39	LANCE	RIOLLI&LIMA UNIFORMES LTDA (PARTICIPANTE 056)	377.000,00
26/09/2023 08:39:47	LANCE	UMUARAMINHA ESPORTES (PARTICIPANTE 121)	376.000,00
26/09/2023 08:39:54	LANCE	RIOLLI&LIMA UNIFORMES LTDA (PARTICIPANTE 056)	375.000,00
26/09/2023 08:39:59	LANCE	ESTACAO DO CONHECIMENTO COMERCIO DE CALCADOS E	376.500,00
26/09/2023 08:40:06	LANCE	UMUARAMINHA ESPORTES (PARTICIPANTE 121)	374.000,00
26/09/2023 08:40:11	LANCE	TRY SUPRIMENTOS LTDA (PARTICIPANTE 106)	374.500,00
26/09/2023 08:40:18	LANCE	RIOLLI&LIMA UNIFORMES LTDA (PARTICIPANTE 056)	370.000,00
26/09/2023 08:40:24	LANCE	GNOSE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA (PARTICIPANTE 054)	369.000,00
26/09/2023 08:40:26	LANCE	ON LINE COMERCIO DE BOLSAS EIRELI - EPP (PARTICIPANTE 118)	373.000,00
26/09/2023 08:40:29	LANCE	ESTACAO DO CONHECIMENTO COMERCIO DE CALCADOS E	375.200,00
26/09/2023 08:40:32	LANCE	UMUARAMINHA ESPORTES (PARTICIPANTE 121)	367.000,00
26/09/2023 08:40:36	LANCE	RIOLLI&LIMA UNIFORMES LTDA (PARTICIPANTE 056)	368.000,00
26/09/2023 08:40:39	LANCE	GNOSE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA (PARTICIPANTE 054)	365.000,00
26/09/2023 08:40:42	LANCE	RIOLLI&LIMA UNIFORMES LTDA (PARTICIPANTE 056)	360.000,00
26/09/2023 08:40:48	LANCE	UMUARAMINHA ESPORTES (PARTICIPANTE 121)	359.000,00
26/09/2023 08:40:48	LANCE	ESTACAO DO CONHECIMENTO COMERCIO DE CALCADOS E	368.500,00
26/09/2023 08:40:55	LANCE	TRY SUPRIMENTOS LTDA (PARTICIPANTE 106)	354.500,00
26/09/2023 08:40:55	LANCE	RIOLLI&LIMA UNIFORMES LTDA (PARTICIPANTE 056)	355.000,00
26/09/2023 08:40:57	LANCE	ESTACAO DO CONHECIMENTO COMERCIO DE CALCADOS E	358.000,00

**MUNICIPIO DE ALTO PARAISO
ALTO PARAÍSO-PR**

26/09/2023 08:41:02	LANCE	RIOLLI&LIMA UNIFORMES LTDA (PARTICIPANTE 056)	350.000,00
26/09/2023 08:41:03	LANCE	ON LINE COMERCIO DE BOLSAS EIRELI - EPP (PARTICIPANTE 118)	357.000,00
26/09/2023 08:41:06	LANCE	UMUARAMINHA ESPORTES (PARTICIPANTE 121)	353.000,00
26/09/2023 08:41:10	LANCE	UMUARAMINHA ESPORTES (PARTICIPANTE 121)	349.000,00
26/09/2023 08:41:15	LANCE	ESTACAO DO CONHECIMENTO COMERCIO DE CALCADOS E	352.000,00
26/09/2023 08:41:17	LANCE	ON LINE COMERCIO DE BOLSAS EIRELI - EPP (PARTICIPANTE 118)	351.100,00
26/09/2023 08:41:17	LANCE	RIOLLI&LIMA UNIFORMES LTDA (PARTICIPANTE 056)	348.000,00
26/09/2023 08:41:23	LANCE	UMUARAMINHA ESPORTES (PARTICIPANTE 121)	347.000,00
26/09/2023 08:41:33	LANCE	RIOLLI&LIMA UNIFORMES LTDA (PARTICIPANTE 056)	345.000,00
26/09/2023 08:41:34	LANCE	TERRA BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI EPP (PARTICIPANTE 052)	340.000,00
26/09/2023 08:41:39	LANCE	UMUARAMINHA ESPORTES (PARTICIPANTE 121)	339.000,00
26/09/2023 08:41:40	LANCE	RIOLLI&LIMA UNIFORMES LTDA (PARTICIPANTE 056)	335.000,00
26/09/2023 08:41:44	LANCE	ON LINE COMERCIO DE BOLSAS EIRELI - EPP (PARTICIPANTE 118)	350.900,00
26/09/2023 08:41:47	LANCE	UMUARAMINHA ESPORTES (PARTICIPANTE 121)	330.000,00
26/09/2023 08:41:52	LANCE	TRY SUPRIMENTOS LTDA (PARTICIPANTE 106)	328.000,00
26/09/2023 08:41:53	LANCE	RIOLLI&LIMA UNIFORMES LTDA (PARTICIPANTE 056)	325.000,00
26/09/2023 08:41:57	LANCE	GNOSE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA (PARTICIPANTE 054)	320.000,00
26/09/2023 08:41:57	LANCE	UMUARAMINHA ESPORTES (PARTICIPANTE 121)	324.000,00
26/09/2023 08:42:07	LANCE	UMUARAMINHA ESPORTES (PARTICIPANTE 121)	319.000,00
26/09/2023 08:42:07	LANCE	RIOLLI&LIMA UNIFORMES LTDA (PARTICIPANTE 056)	310.640,00
26/09/2023 08:42:15	LANCE	ON LINE COMERCIO DE BOLSAS EIRELI - EPP (PARTICIPANTE 118)	339.000,01
26/09/2023 08:42:25	LANCE	TERRA BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI EPP (PARTICIPANTE 052)	310.000,00
26/09/2023 08:42:29	LANCE	GNOSE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA (PARTICIPANTE 054)	300.000,00
26/09/2023 08:42:31	LANCE	ESTACAO DO CONHECIMENTO COMERCIO DE CALCADOS E	338.000,00
26/09/2023 08:42:36	LANCE	UMUARAMINHA ESPORTES (PARTICIPANTE 121)	299.000,00
26/09/2023 08:42:40	LANCE	ON LINE COMERCIO DE BOLSAS EIRELI - EPP (PARTICIPANTE 118)	318.700,00
26/09/2023 08:42:48	LANCE	UMUARAMINHA ESPORTES (PARTICIPANTE 121)	289.000,00
26/09/2023 08:42:55	LANCE	TERRA BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI EPP (PARTICIPANTE 052)	295.000,00
26/09/2023 08:43:02	LANCE	GNOSE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA (PARTICIPANTE 054)	280.000,00
26/09/2023 08:43:12	LANCE	ON LINE COMERCIO DE BOLSAS EIRELI - EPP (PARTICIPANTE 118)	310.599,00
26/09/2023 08:43:29	LANCE	MARIA ELIZABETH MOURA MORALES CONFECÇÕES EIRELI	288.999,99
26/09/2023 08:43:46	LANCE	TERRA BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI EPP (PARTICIPANTE 052)	270.000,00
26/09/2023 08:44:03	LANCE	MARIA ELIZABETH MOURA MORALES CONFECÇÕES EIRELI	279.999,99
26/09/2023 08:44:10	LANCE	UMUARAMINHA ESPORTES (PARTICIPANTE 121)	265.000,00
26/09/2023 08:44:12	LANCE	GNOSE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA (PARTICIPANTE 054)	260.000,00
26/09/2023 08:45:22	LANCE	TERRA BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI EPP (PARTICIPANTE 052)	259.000,00
26/09/2023 08:45:40	LANCE	UMUARAMINHA ESPORTES (PARTICIPANTE 121)	259.900,00
26/09/2023 08:46:07	LANCE	ON LINE COMERCIO DE BOLSAS EIRELI - EPP (PARTICIPANTE 118)	310.598,00
26/09/2023 08:46:26	LANCE	UNIFORMES VOTUPORANGA LTDA ME (PARTICIPANTE 129)	439.500,00
26/09/2023 08:47:04	LANCE	GNOSE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA (PARTICIPANTE 054)	258.000,00
26/09/2023 08:47:45	LANCE	TERRA BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI EPP (PARTICIPANTE 052)	257.900,00
26/09/2023 08:47:54	LANCE	GNOSE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA (PARTICIPANTE 054)	257.000,00
26/09/2023 08:48:07	LANCE	M.TESTA CONFECÇÃO ME (PARTICIPANTE 069)	439.499,00
26/09/2023 08:48:09	LANCE	TERRA BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI EPP (PARTICIPANTE 052)	256.900,00

**MUNICIPIO DE ALTO PARAISO
ALTO PARAÍSO-PR**

26/09/2023 08:48:20	LANCE	GNOSE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA (PARTICIPANTE 054)	256.500,00
26/09/2023 08:48:25	LANCE	UMUARAMINHA ESPORTES (PARTICIPANTE 121)	256.850,00
26/09/2023 08:48:32	LANCE	TERRA BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI EPP (PARTICIPANTE 052)	256.400,00
26/09/2023 08:48:47	LANCE	GNOSE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA (PARTICIPANTE 054)	256.000,00
26/09/2023 08:49:09	LANCE	TERRA BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI EPP (PARTICIPANTE 052)	255.900,00
26/09/2023 08:49:46	LANCE	GNOSE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA (PARTICIPANTE 054)	255.000,00
26/09/2023 08:50:20	LANCE	TERRA BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI EPP (PARTICIPANTE 052)	254.900,00
26/09/2023 08:51:26	LANCE	GNOSE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA (PARTICIPANTE 054)	254.000,00
26/09/2023 08:51:41	LANCE	TERRA BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI EPP (PARTICIPANTE 052)	253.900,00
26/09/2023 08:51:57	LANCE	RODRIGO AUGUSTO RODRIGUES ME (PARTICIPANTE 136)	310.590,00
26/09/2023 08:52:23	LANCE	GNOSE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA (PARTICIPANTE 054)	250.000,00
26/09/2023 08:54:23	NOTIFICAÇÃO SISTEMA		
Alguns participantes do lote ofertaram valores iguais de proposta/lance. O sorteio entre eles foi realizado.			
26/09/2023 08:54:24	NOTIFICAÇÃO SISTEMA		
O detentor da melhor oferta da etapa de lances é GNOSE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA			
26/09/2023 08:54:24	NOTIFICAÇÃO SISTEMA		
O detentor da melhor oferta deve verificar e readequar seus valores unitários para este lote.			
26/09/2023 08:54:24	HABILITAÇÃO		


MUNICIPIO DE ALTO PARAISO
ALTO PARAÍSO-PR



PREGOEIRO: VALDEMIR RIBEIRO SPARAPAN



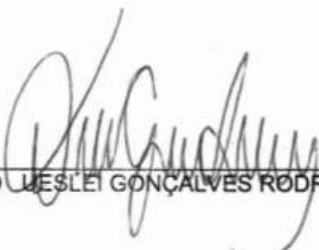
APOIO MARILDA ROSA DO NASCIMENTO DA SILVA



APOIO MARCIA JULIANA NOGUEIRA DA SILVA



APOIO CINTHIA LAIZE ZAGOTO



APOIO LESLEI GONÇALVES RODRIGUES DA SILVA

**MUNICIPIO DE ALTO PARAISO
ALTO PARAÍSO-PR**

VENCEDORES DO PROCESSO - DISPUTA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 59/2023
Processo Administrativo Nº 87/2023
Tipo: AQUISIÇÃO
PREGOEIRO: VALDEMIR RIBEIRO SPARAPAN
Data de Publicação: 12/09/2023 16:15:13

TOTAL DO PROCESSO: **250.000,00**

GNOSE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA **28.439.635/0001-09** **250.000,00**

LOTE 1 Quant.: 1 Num: 054 Lance: 250.000,00 **Total: 250.000,00**

Item: 1 Unidade: UN Marca: PLAYPRO Modelo: BLUSA

Descrição: BLUSA NO TECIDO HELANCA FLANELADA 100% POLIÉSTER

Quantidade: 660 Val. Ref.: 82,80 **Valor Unit.: 46,80** Total Item: 30.888,00

Item: 2 Unidade: UN Marca: PLAYPRO Modelo: CALÇA

Descrição: CALÇA NO TECIDO HELANCA FLANELADA 100% POLIÉSTER

Quantidade: 660 Val. Ref.: 63,00 **Valor Unit.: 35,60** Total Item: 23.496,00

Item: 3 Unidade: UN Marca: PLAYPRO Modelo: CAMISETA

Descrição: CAMISETA EM P.V. 67% POLIÉSTER E 33% VISCOSE

Quantidade: 1.280 Val. Ref.: 26,50 **Valor Unit.: 14,90** Total Item: 19.072,00

Item: 4 Unidade: UN Marca: PLAYPRO Modelo: BERMUDA

Descrição: BERMUDA MASCULINA EM HELANCA 100% POLIAMIDA

Quantidade: 1.040 Val. Ref.: 41,00 **Valor Unit.: 23,10** Total Item: 24.024,00

Item: 5 Unidade: UN Marca: PLAYPRO Modelo: SHORT

Descrição: SHORTS SAIA FEMININO EM HELANCA 100% POLIAMIDA

Quantidade: 990 Val. Ref.: 44,00 **Valor Unit.: 24,80** Total Item: 24.552,00

Item: 6 Unidade: UN Marca: PLAYPRO Modelo: TENIS

Descrição: TÊNIS EM CADARÇO PERSONALIZADO

Quantidade: 600 Val. Ref.: 109,00 **Valor Unit.: 61,60** Total Item: 36.960,00

Item: 7 Unidade: UN Marca: PLAYPRO Modelo: TENIS

Descrição: TÊNIS EM VELCRO PERSONALIZADO

Quantidade: 225 Val. Ref.: 107,50 **Valor Unit.: 60,80** Total Item: 13.680,00

Item: 8 Unidade: UN Marca: PLAYPRO Modelo: SANDÁLIA

Descrição: SANDÁLIA PERSONALIZADO

Quantidade: 120 Val. Ref.: 79,90 **Valor Unit.: 45,20** Total Item: 5.424,00

Item: 9 Unidade: UN Marca: PLAYPRO Modelo: MOCHILA

Descrição: MOCHILA ESCOLAR EM TECIDO 100% NAYLON

Quantidade: 440 Val. Ref.: 157,50 **Valor Unit.: 89,10** Total Item: 39.204,00

Item: 10 Unidade: UN Marca: PLAYPRO Modelo: BOLSA

**MUNICIPIO DE ALTO PARAISO
ALTO PARAÍSO-PR**

Descrição: BOLSA PARA PROFESSOR COM ALÇA DE MÃO E TIRA COLO EM TECIDO 100% NYLON

Quantidade: 60 Val. Ref.: 114,00 **Valor Unit.: 64,40** Total Item: 3.864,00

Item: 11 Unidade: UN Marca: PLAYPRO Modelo: ESTOJO

Descrição: ESTOJO ESCOLAR COM TECIDO 100% NYLON

Quantidade: 440 Val. Ref.: 14,00 **Valor Unit.: 7,90** Total Item: 3.476,00

Item: 12 Unidade: UN Marca: PLAYPRO Modelo: CAMISETA

Descrição: CAMISETA EM P.V 67% POLIÉSTER E 33% VISCOSE MANGA LONGA

Quantidade: 1.280 Val. Ref.: 33,50 **Valor Unit.: 18,90** Total Item: 24.192,00

Item: 13 Unidade: UN Marca: PLAYPRO Modelo: JALECO

Descrição: JALECO MODELO REGATA FEMININO EM TECIDO 100% MICROFIBRA

Quantidade: 20 Val. Ref.: 59,80 **Valor Unit.: 58,40** Total Item: 1.168,00



PREGOEIRO: VALDEMIR RIBEIRO SPARAPAN



APOIO MARILDA ROSA DO NASCIMENTO DA SILVA



APOIO MARCIA JULIANA NOGUEIRA DA SILVA



APOIO CINTHIA LAIZE ZAGOTO



APOIO LESLEI GONÇALVES RODRIGUES DA SILVA



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
- ESTADO DO PARANÁ -

AV. PEDRO AMARO DOS SANTOS, 900 - CENTRO - FONE/FAX:(044) 3664-1320

TERMO DE CONFERÊNCIA

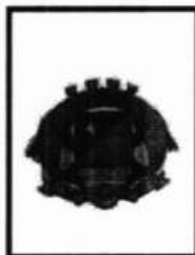
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO N.º 059/2023 MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

PROPONENTE: GNOSE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

DOCUMENTOS	SOLICITADO		
CONTRATO SOCIAL	SIM	OK	
CARTÃO CNPJ	SIM	OK	
CERTIDÃO CONJUNTA DE DEBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS	SIM	OK	15/01/2024
CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DEBITOS COM A FAZENDA ESTADUAL	SIM	OK	29/10/2023
CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DEBITOS COM A FAZENDA MUNICIPAL	SIM	OK	21/11/2023
CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DEBITOS PARA COM O FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO - FGTS	SIM	OK	09/10/2023
CERTIDÃO NEGATIVA DE DEBITOS TRABALHISTAS CNDT	SIM	OK	01/01/2024
Certidão Negativa de Falência	SIM	OK	
Declaração de Micro Empresa	SIM	OK	
Anexo IV. (TERMO DE DECLARAÇÕES)	SIM	OK	
ALVARÁ PARA LICENÇA E FUNCIONAMENTO	SIM	OK	
Alvará de Licença (LA) da empresa, devidamente vigente para fins de comprovação de respeitabilidade a legislação	SIM	NÃO APRESENTOU	



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
- ESTADO DO PARANÁ -

AV. PEDRO AMARO DOS SANTOS, 900 - CENTRO - FONE/FAX:(044) 3664-1320

ambiental			
Licença de Operação de Regularização junto ao Instituto Água e Terra - IAT, para atividades têxteis, conforme Art. 8º, Inciso III da Resolução nº 237/97 - Conama e Artigo 3º, Inciso VI da Resolução nº 102/2019 - CEMA, em nome da proponente	SIM	NÃO APRESENTOU	
ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA	SIM	OK	

DOCUMENTOS DA PROPOSTA

CONDIÇÕES	SOLICITADO	PROPOSTA	OBSERVAÇÃO
Condições de Pagamento	30 DIAS	OK	
Prazo de Entrega	30 DIAS	OK	
Validade da Proposta	60 DIAS	OK	
Garantia			
Assinaturas	SIM	OK	
Apresentou a marca do (s) produto(s)	SIM	OK	
A proposta esta dentro do vlr. Máximo			

Alto Paraíso - PR, 26/09/2023

Assinatura do Membro Conferente

CONTRATO SOCIAL
POR TRANSFORMAÇÃO DE EMPRESÁRIO INDIVIDUAL EM
SOCIEDADE LIMITADA UNIPESSOAL.

SUSIAN APARECIDA SILVA LIMA 37496620106

CNPJ 28.439.635/0001-09

SUSIAN APARECIDA SILVA LIMA, brasileira, divorciada, empresária, filha de José Correia Lima e de Iodete Silva Lima, nascida em 05 de Novembro de 1964, portadora da Carteira de Identidade número 1539058, expedida pela SSP-GO, inscrita no CPF sob o número 374.966.201-06, residente e domiciliada à Avenida Senador Pedro Ludovico Teixeira, número 36, Quadra 15, Lotes 18/40, Apartamento 204, Bloco Taiti, Edifício Ilhas do Pacífico, Setor Crimeia Leste, Goiânia, Goiás, CEP: 74.660-300. Na condição de titular da empresa **SUSIAN APARECIDA SILVA LIMA 37496620106**, estabelecida à Avenida Goiás, Número 4066, Quadra 24, Lote 6E, Loja 55, Setor Crimeia Oeste, Goiânia – Goiás, CEP 74.563-220, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de Goiás sob o número 528.0356.849-8, por despacho de 17 de Agosto de 2017, inscrita no CNPJ sob o número 28.439.635/0001-09, resolve promover o Contrato Social por Transformação da Empresa Individual em Sociedade Limitada Unipessoal mediante as cláusulas, termos e condições adiante aduzidas:

Cláusula Primeira:

Neste ato a Empresa Individual passa a ser uma Sociedade Limitada Unipessoal, alterando a denominação social para **GNOSE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA**, seu título de estabelecimento será "**GNOSE**" com base legal na IN DREI Nº. 81 DE 10 DE JUNHO DE 2020.

Cláusula Segunda:

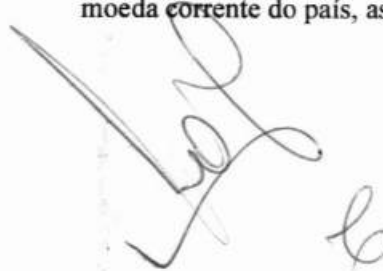
O objeto Social será: **Fabricação de Peças e Artigos do Vestuário, Calçados e Artefatos para Esporte, Fação de Peças do Vestuário, Comércio Atacadista e Varejista de Peças e Artigos do Vestuário, Acessórios, Calçados, Artigos Esportivos, Brinquedos, Artigos Recreativos e Serigrafia em Peças do Vestuário.**

Cláusula Terceira:

Altera-se neste ato o endereço da sociedade para: **Rua Doutor João Alves de Castro, número 144, Quadra 24, Lotes 06/23, Loja 55, Setor Crimeia Oeste, Goiânia, Goiás, CEP 74.563-170.**

Cláusula Quarta:

O capital social que é de R\$ 8.000,00 (Oito Mil Reais), neste ato passa a ser de **R\$ 100.000,00 (Cem Mil Reais)** divididos em 100.000 (Cem Mil) quotas de valor nominal de R\$ 1,00 (Um Real) cada, tendo um aumento de R\$ 92.000,00 (Noventa e Dois Mil Reais) totalmente integralizado pela sócia única em moeda corrente do país, assim subscritas:





62 3293-3317 | 98563-8430
 www.primegc.com.br
 diretoria@primegc.com.br

Parágrafo Único: Após a alteração o capital social ficou assim distribuído:

Sócia Única	N.º Quotas	%	Valor Total R\$
SUSIAN APARECIDA SILVA LIMA	100.000	100	100.000,00
Total	100.000	100	100.000,00

Cláusula Quinta:

A administração desta sociedade caberá a sócia única **SUSIAN APARECIDA SILVA LIMA**, a qual terá amplos e totais poderes para gerir os negócios da mesma, não podendo em hipótese alguma delegar o nome da firma e nem usá-la em negócios ou operações alheias ao seu objetivo, tais como avais, abonos ou fianças em favor de terceiros.

Cláusula Sexta:

A administradora declara, sob as penas da lei, que não está impedida de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

CONTRATO SOCIAL

Em virtude das modificações procedidas, da evolução dos negócios ora em curso, e da legislação pertinente, a sócia única resolve formalizar o contrato social em ato contínuo, o qual será disposto com a seguinte redação:

SUSIAN APARECIDA SILVA LIMA, brasileira, divorciada, empresária, filha de José Correia Lima e de Iodete Silva Lima, nascida em 05 de Novembro de 1964, portadora da Carteira de Identidade número 1539058, expedida pela SSP-GO, inscrita no **CPF sob o número 374.966.201-06**, residente e domiciliada à Avenida Senador Pedro Ludovico Teixeira, número 36, Quadra 15, Lotes 18/40, Apartamento 204, Bloco Taiti, Edifício Ilhas do Pacífico, Setor Crimeia Leste, Goiânia, Goiás, CEP: 74.660-300. Na condição de sócia única da empresa **GNOSE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.**, estabelecida à Rua Doutor João Alves de Castro, número 144, Quadra 24, Lotes 06/23, Loja 55, Setor Crimeia Oeste, Goiânia, Goiás, CEP 74.563-170, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de Goiás, por despacho de 17 de Agosto de 2017, inscrita no CNPJ sob o número 28.439.635/0001-09, resolve promover o Contrato Social da Sociedade Limitada Unipessoal, de acordo com as cláusulas abaixo:

Cláusula Primeira:

A sociedade gira sob a denominação social **GNOSE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.**, com sede à Rua Doutor João Alves de Castro, número 144, Quadra 24, Lotes 06/23, Loja 55, Setor Crimeia Oeste, Goiânia, Goiás, CEP 74.563-170, e o título do estabelecimento é **"GNOSE"**.



62 3293-3317 | 98563-8430
 www.primegc.com.br
 diretoria@primegc.com.br

Cláusula Segunda:

O objeto social é: Fabricação de Peças e Artigos do Vestuário, Calçados e Artefatos para Esporte, Fecção de Peças do Vestuário, Comércio Atacadista e Varejista de Peças e Artigos do Vestuário, Acessórios, Calçados, Artigos Esportivos, Brinquedos, Artigos Recreativos e Serigrafia em Peças do Vestuário.

Cláusula Terceira:

A sociedade Limitada Unipessoal iniciou suas atividades em 17 de Agosto de 2017 e sua duração é por prazo indeterminado.

Cláusula Quarta:

O capital social é de R\$ 100.000,00 (Cem Mil Reais), divididos em 100.000 (Cem Mil) quotas de Valor nominal de R\$ 1,00 (Um Real) cada, integralizadas em moeda corrente do país, assim subscritas:

Sócia Única	N.º Quotas	%	Valor Total R\$
SUSIAN APARECIDA SILVA LIMA	100.000	100	100.000,00
Total	100.000	100	100.000,00

Cláusula Quinta:

A responsabilidade da sócia única é limitada ao valor de suas quotas, mas responderá solidariamente pela integralização do capital social na forma do artigo 1.052 do Código Civil.

Cláusula Sexta:

A administração desta sociedade cabe a sócia única SUSIAN APARECIDA SILVA LIMA, a qual terá amplos e totais poderes para gerir os negócios da mesma, não podendo em hipótese alguma delegar o nome da firma e nem usá-la em negócios ou operações alheias ao seu objetivo, tais como avais, abonos ou fianças em favor de terceiros.

Cláusula Sétima:

A administradora no exercício de suas funções poderá ter uma retirada mensal a título de "pro-labore", que será levado a débito da conta de despesas da sociedade limitada unipessoal, cujo valor será fixado anualmente.

Cláusula Oitava:

Havendo necessidade, a sócia única poderá designar, por prazo determinado, em ato conjunto, administrador(a) não sócio(a) para auxiliar na condução dos negócios, tal como dispõem os artigos 1.061 a 1.063 do novo Código Civil.

Cláusula Nona:

O exercício social tem início em 1º Janeiro e término em 31 de Dezembro de cada ano civil, quando serão levantados o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras.

Em caso de Lucro Líquido apurado ao término do exercício social, este poderá ter a seguinte destinação:

- a) Poderá ser definido um valor mínimo que será distribuído para o(a) sócio(a), diferentemente ou não do percentual de participação no capital social.

- b) Ser levado à conta de Lucros Acumulados para posterior aumento de capital social;
- c) O valor que restar após a distribuição ao sócio(a) único(a), será incorporado ao capital social e/ou destinado à formação de reservas ou mesmo deixado em suspenso (acumulados), segundo o que for deliberado pelo(a) sócio(a) único(a).
- d) A empresa poderá fechar balanços intermediários durante o exercício social, se assim preferir para distribuição de lucros, aumento de capital e o que o(a) sócio(a), resolver.
- e) A empresa poderá fazer antecipações de lucros mensais durante o exercício social, limitado ao lucro líquido apurado ao final do mesmo.

Em caso de Prejuízo Líquido apurado ao término do exercício social, este poderá ter a seguinte destinação:

- a) Ser atribuído ou suportado pelo(a) sócio(a) na proporção de sua participação;
- b) Ser levado à conta de Prejuízos Acumulados, para serem liquidados nos exercícios subsequentes.

Cláusula Décima:

Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, a sócia única deliberará sobre as contas e designará administrador (es) quando for o caso.

Cláusula Décima Primeira:

Na resolução da sociedade em relação a um sócio, seja por retirada, exclusão ou morte, e sua substituição, se ocorrer, e na dissolução (total), obedecer-se-á, nas omissões deste contrato, o que dispõe o Código Civil em seus arts. 1.028 a 1.038.

Cláusula Décima Segunda:

Falecendo ou interditado a sócia única, a sociedade limitada unipessoal continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Cláusula Décima Terceira:

Todas as deliberações da sociedade limitada unipessoal, modificação do objeto social, sua extensão ou restrição, a incorporação, fusão, cisão, dissolução ou transformação em sociedade de outro tipo, bem como da alteração de qualquer cláusula deste contrato, assim como sobre qualquer outro assunto serão sempre tomadas pela sócia única.

Cláusula Décima Quarta:

A sociedade limitada unipessoal poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filiais, sucursais ou escritórios em qualquer parte do território nacional mediante alteração contratual assinada pela sócia. Aplicar-se-á ao presente contrato, nas omissões ou dúvidas, o disposto no Código Civil sobre as sociedades limitadas (artigos 1.052 e seguintes), e, ainda, supletivamente, as normas que regem as sociedades simples (artigos 997 a 1.038 do Código Civil), ficando eleito pelos contratantes o Foro da Comarca de Goiânia, Estado de Goiás.



62 3293-3317 | 98563-8430
www.primegc.com.br
diretoria@primegc.com.br

Cláusula Décima Quinta:

A administradora declara, sob as penas da lei, que não está impedida de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

E por estar assim justa e contratada assina eletronicamente o presente instrumento, para que produza seus efeitos legais.

Goiânia – Goiás, 12 de Julho de 2022.

SUSIAN APARECIDA SILVA LIMA
Sócia Única



MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital

Secretaria de Governo Digital

Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração

207
Página 6 de 6

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa GNOSE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
37496620106	SUSIAN APARECIDA SILVA LIMA

CERTIFICO O REGISTRO EM 13/07/2022 13:45 SOB N° 52205689968.
PROTOCOLO: 221171339 DE 13/07/2022.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12209083138. CNPJ DA SEDE: 28439635000109.
NIRE: 52205689968. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 12/07/2022.
GNOSE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

PAULA NUNES LOBO VELOSO ROSSI
SECRETÁRIA-GERAL

www.portaldocompreendedorgoiano.go.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Cidadão,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.


A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

			
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NUMERO DE INSCRIÇÃO 28.439.635/0001-09 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 17/08/2017
NOME EMPRESARIAL GNOSE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA			
TITULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) GNOSE			PORTE ME
CODIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 47.81-4-00 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios			
CODIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDARIAS 14.12-5-01 - Confecção de peças de vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida 14.12-5-03 - Fecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas 14.22-3-00 - Fabricação de artigos do vestuário, produzidos em malharias e tricotagens, exceto meias 15.39-4-00 - Fabricação de calçados de materiais não especificados anteriormente 18.13-0-99 - Impressão de material para outros usos 46.42-7-01 - Comércio atacadista de artigos do vestuário e acessórios, exceto profissionais e de segurança 46.43-5-01 - Comércio atacadista de calçados 46.49-4-99 - Comércio atacadista de outros equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente 47.83-6-01 - Comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos 47.83-6-02 - Comércio varejista de artigos esportivos 47.82-2-01 - Comércio varejista de calçados			
CODIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada			
LOGRADOURO R DOUTOR JOAO ALVES DE CASTRO	NUMERO 144	COMPLEMENTO QUADRA24 LOTE 06/23 LOJA 55	
CEP 74.563-170	BARRIO/DISTRITO SET CRIMEIA OESTE	MUNICIPIO GOIANIA	UF GO
ENDEREÇO ELETRÔNICO SUSIAN10@YAHOO.COM.BR	TELEFONE (62) 9569-0620		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 17/08/2017	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 08/08/2023 às 10:43:17 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

 CONSULTAR QSA VOLTAR IMPRIMIR

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: **GNOSE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA**
CNPJ: **28.439.635/0001-09**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 09:04:56 do dia 19/07/2023 <hora e data de Brasília>.

Válida até 15/01/2024.

Código de controle da certidão: **45A5.CBCD.D84D.E96E**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



ESTADO DE GOIAS
SECRETARIA DE ESTADO DA ECONOMIA
SUPERINTENDENCIA EXECUTIVA DA RECEITA
SUPERINTENDENCIA DE RECUPERACAO DE CREDITOS

211

CERTIDAO DE DEBITO INSCRITO EM DIVIDA ATIVA - NEGATIVA

NR. CERTIDÃO: Nº 39524420

IDENTIFICAÇÃO:

NOME:
GNOSE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

CNPJ
28.439.635/0001-09

DESPACHO (Certidao valida para a matriz e suas filiais):

NAO CONSTA DEBITO

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

FUNDAMENTO LEGAL:

Esta certidao e expedida nos termos do Paragrafo 2 do artigo 1, combinado com a alinea 'b' do inciso II do artigo 2, ambos da IN nr. 405/1999-GSF, de 16 de dezembro de 1999, alterada pela IN nr. 828/2006-GSF, de 13 de novembro de 2006 e constitui documento habil para comprovar a regularidade fiscal perante a Fazenda Publica Estadual, nos termos do inciso III do artigo 29 da Lei nr.8.666 de 21 de junho de 1993.

SEGURANÇA:

Certidao VALIDA POR 60 DIAS.

A autenticidade pode ser verificada pela INTERNET, no endereco:

<http://www.sefaz.go.gov.br>.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Publica Estadual inscrever na divida ativa e COBRAR EVENTUAIS DEBITOS QUE VIEREM A SER APURADOS.

VALIDADOR: 5.555.487.473.848

EMITIDA VIA INTERNET

SGTI-SEFAZ:

LOCAL E DATA: GOIANIA, 30 AGOSTO DE 2023

HORA: 16:48:20:4



ESTADO DE GOIÁS

PROCURADORIA - GERAL DO ESTADO

SUBPROCURADORIA GERAL DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

GERÊNCIA DA DÍVIDA ATIVA

GERÊNCIA DA DÍVIDA ATIVA

CERTIDÃO DE DÉBITO INSCRITO EM DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA - NEGATIVA

CERTIDÃO Nº: 0A00CD15

IDENTIFICAÇÃO:

NOME:

GNOSE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

CNPJ:

28.439.635/0001-09

DESPACHO:

NÃO CONSTA DÉBITO

[illegible]

FUNDAMENTO LEGAL:

Esta certidão abrange apenas os créditos não tributários da Fazenda Pública Estadual devidos ao Fundo Estadual de Defesa do Consumidor (FEDC), instituído pela Lei Estadual nº 12.207, de 20 de dezembro de 1993, ou ao Fundo Estadual do Meio Ambiente (FEMA), instituído pela Lei Complementar Estadual nº 20, de 10 de dezembro de 1996, inscritos em Dívida Ativa pela Procuradoria-Geral do Estado de Goiás, com fulcro na Lei Estadual nº 20.233, de 23 de julho de 2018.

SEGURANÇA:

Certidão VÁLIDA POR 60 DIAS – 07/10/2023

A autenticidade pode ser verificada pela INTERNET, no endereço: <http://www.procuradoria.go.gov.br>
Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual inscrever na dívida ativa e COBRAR
EVENTUAIS DÉBITOS QUE VIEREM A SER APURADOS.

VALIDADOR: 0A00CB4093

EMITIDO VIA INTERNET

GDA-RGE: / LOCAL E DATA: GOIÂNIA, 08 DE AGOSTO DE 2023

HORA: 10:36:50



Secretaria Municipal de Finanças

**PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**

**CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL MOBILIÁRIA
NEGATIVA DE DÉBITOS MOBILIÁRIOS
NÚMERO DA CERTIDÃO: 15.384-1**

Prazo de Validade: até 21/11/2023

INSCRIÇÃO : 448.126-7
NOME : GNOSE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
CPF/CNPJ : 28.439.635/0001-09
ENDEREÇO : R DOUTOR JOAO ALVES DE CASTRO 144
LOJA 55
SETOR : SET CRIMEIA OESTE
ATIVIDADE : INDUSTRIA/COMERCIO/PRESTACIONAL

Certifica-se que até a presente data **NÃO CONSTA DÉBITO VENCIDO OU A VENCER** referente aos tributos de natureza mobiliária desta inscrição, e que estão cumpridas as obrigações acessórias, nos termos dos artigos 156, 157 e 158, inciso II do caput, parágrafo 1º, inciso I, e parágrafos 2º, 5º e 9º, e os artigos 159 e 160 da Lei Complementar Municipal nº 344 de 30/09/2021 (Código Tributário Municipal).

Esta CERTIDÃO refere-se exclusivamente a contribuinte inscrito no Cadastro de Atividades Econômicas do Município de Goiânia, não abrangendo dívidas de natureza tributária imobiliária e não tributária, nos termos do artigo 159 da Lei Municipal Complementar nº 344 de 30/09/2021 (Código Tributário Municipal).

A CERTIDÃO ora fornecida não exclui o direito da Fazenda Pública Municipal cobrar, em qualquer tempo, os débitos que venham a ser apurados pela autoridade administrativa, nos termos do artigo 160 da Lei Municipal Complementar nº 344 de 30/09/2021 (Código Tributário Municipal).

A validade desta Certidão é estabelecida no artigo 162 da Lei Municipal Complementar nº 344 de 30/09/2021 (Código Tributário Municipal).

GOIANIA(GO), 24 DE AGOSTO DE 2023

ESTA CERTIDÃO É GRATUITA E EMITIDA ELETRONICAMENTE, E DEVERÁ SER VALIDADA PARA CONFIRMAÇÃO DA SUA AUTENTICIDADE, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO www.goiania.go.gov.br.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

**Secretaria Municipal de Finanças**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**

**CERTIDÃO CONJUNTA DE REGULARIDADE FISCAL
NEGATIVA DE DÉBITOS DE QUALQUER NATUREZA
PESSOA JURÍDICA
NÚMERO DA CERTIDÃO: 15.388-7**

Prazo de Validade: até 21/11/2023

CNPJ: 28.439.635/0001-09

Certifica-se que até a presente data **NÃO CONSTA DÉBITO VENCIDO OU A VENCER** referente a débitos de qualquer natureza administrados pela Prefeitura Municipal de Goiânia para este CPF ou CNPJ, nos termos dos artigos 156 e 158, inciso I do caput, parágrafo 1º, inciso I, e parágrafo 2º, e os artigos 159 e 160 da Lei Complementar Municipal nº 344 de 30/09/2021 (Código Tributário Municipal).

Esta CERTIDÃO abrange todos os débitos de créditos de natureza tributária e não tributária, nos termos do artigo 159 da Lei Municipal Complementar nº 344 de 30/09/2021 (Código Tributário Municipal).

A CERTIDÃO ora fornecida não exclui o direito da Fazenda Pública Municipal cobrar, em qualquer tempo, os débitos que venham a ser apurados pela autoridade administrativa, nos termos do artigo 160 da Lei Municipal Complementar nº 344 de 30/09/2021 (Código Tributário Municipal).

A validade desta Certidão é estabelecida no artigo 162 da Lei Municipal Complementar nº 344 de 30/09/2021 (Código Tributário Municipal).

GOIANIA(GO), 24 DE AGOSTO DE 2023

ESTA CERTIDÃO É GRATUITA E EMITIDA ELETRONICAMENTE, E DEVERÁ SER VALIDADA PARA CONFIRMAÇÃO DA SUA AUTENTICIDADE, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO www.goiania.go.gov.br. Qualquer Rasura ou emenda invalidará este documento.

[Voltar](#)[Imprimir](#)**Certificado de Regularidade
do FGTS - CRF**

Inscrição: 28.439.635/0001-09
Razão Social: GNOSE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
Endereço: R DOUTOR JOAO ALVES DE CASTRO 144 QD 24 LT 6/23 LJ 55 / SETOR
CRIMEIA OESTE / GOIANIA / GO / 74563-170

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 10/09/2023 a 09/10/2023

Certificação Número: 2023091002034648457727

Informação obtida em 19/09/2023 14:29:35

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: GNOSE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 28.439.635/0001-09
Certidão n°: 32813887/2023
Expedição: 05/07/2023, às 16:50:07
Validade: 01/01/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que GNOSE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o n° 28.439.635/0001-09, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas. Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
CERTIDÃO NEGATIVA DE AÇÕES CIVEIS
TODAS AS COMARCAS

N^o : 104474322872

CERTIFICA que revendo os registros dos bancos de dados informatizados dos Sistemas de Primeiro Grau, do Poder Judiciário do Estado de Goiás, consultando ações cíveis em geral, ou seja, execuções, execuções patrimoniais, execuções fiscais, falências, concordatas, recuperação judicial e insolvência, em andamento, verifica-se que NADA CONSTA **contra**:

Requerente : GNOSE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

CNPJ : 28439635000109

- a) a presente certidão foi expedida gratuitamente através da internet pelo usuário do sistema;
- b) a informação do número do CNPJ é de responsabilidade do solicitante da certidão, pesquisados a razão social e o CNPJ como digitados, sendo que o destinatário deve conferir a razão social e a titularidade do número do CNPJ informado;
- c) a autenticidade desta certidão deve ser confirmada no site do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás no endereço <https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica>;
- d) não positivam a certidão as ações que correm em segredo de justiça e as ações que versam sobre processos de jurisdição voluntária;
- e) esta certidão refere-se ao período de 05/1996 até a presente data.
- f) qualquer rasura ou emenda invalidará a presente certidão.

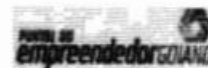
CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO : 104474322872

Esta certidão não abrange os processos do Sistema Eletrônico de Execução Unificado - SEEU.

Certidão expedida em 19 de setembro de 2023, às 14:39:15
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás - Corregedoria Geral da Justiça
Avenida Assis Chateaubriand n. 195 Setor Oeste CEP 74130-012
Data da última atualização do banco de dados: 19 de setembro de 2023



Governo do Estado de Goiás
Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Serviços
Junta Comercial do Estado de Goiás



CERTIDÃO ESPECÍFICA

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados
nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

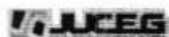
Certificamos que GNOSE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA encontra-se registrada nesta Junta Comercial, como segue:			Protocolo: GOC2301129775
NIRE 52205689968 CNPJ 28.439.635/0001-09			Situação ATIVA Status SEM STATUS
Endereço Completo Rua DOUTOR JOAO ALVES DE CASTRO, Nº 144, QUADRA24 LOTE 06/23 LOJA 55, SET CRIMEIA OESTE - Goiânia/GO - CEP 74563-170			
Arquivamentos Posteriores			
Ato	Número	Data	Descrição
002	52205689968	13/07/2022	ALTERACAO DE DADOS E DE NOME EMPRESARIAL
002	52205689968	13/07/2022	TRANSFORMACAO
351	MX00445254	10/06/2022	DESENQUADRAMENTO DE MEI
002	ME81891092	21/09/2021	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
002	ME79805658	16/08/2021	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
002	ME79805141	16/08/2021	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
002	ME72522285	09/04/2021	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
002	ME72460656	08/04/2021	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
002	ME72459020	08/04/2021	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
002	ME69754858	17/02/2021	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
002	ME57455619	25/06/2020	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
002	ME30374482	18/12/2018	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
002	ME24615349	23/07/2018	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
080	52803568498	17/08/2017	ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA
080	52803568498	17/08/2017	INSCRIÇÃO DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Esta certidão foi emitida automaticamente em 05/09/2023, às 17:40:01 (horário de Brasília).
Se impressa, verificar sua autenticidade no <https://www.portaldoempreendedorgoiano.go.gov.br>, com o código A3GKASUC.

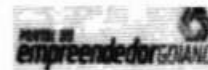


GOC2301129775

Paula Nunes Lobo Veloso Rossi
Secretário(a) Geral



Governo do Estado de Goiás
Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Serviços
Junta Comercial do Estado de Goiás



CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados
nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial: GNOSE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA NIRE : 52205689968 Natureza Jurídica: Sociedade Empresária Limitada			Protocolo: GOC2301168520														
NIRE (Sede) 52205689968	CNPJ 28.439.635/0001-09	Data de Ato Constitutivo 17/08/2017	Início de Atividade 17/08/2017														
Endereço Completo Rua DOUTOR JOAO ALVES DE CASTRO, Nº 144, QUADRA24 LOTE 06/23 LOJA 55, SET CRIMEIA OESTE - Goiânia/GO - CEP 74563-170																	
Objeto Social FABRICACAO DE PECAS E ARTIGOS DO VESTUARIO, CALCADOS E ARTEFATOS PARA ESPORTE, FACCAO DE PECAS DO VESTUARIO, COMERCIO ATACADISTA E VAREJISTA DE PECAS E ARTIGOS DO VESTUARIO, ACESSORIOS, CALCADOS, ARTIGOS ESPORTIVOS, BRINQUEDOS, ARTIGOS RECREATIVOS E SERIGRAFIA EM PECAS DO VESTUARIO.																	
Capital Social R\$ 100.000,00 (cem mil reais) Capital Integralizado R\$ 100.000,00 (cem mil reais)			Porte ME (Microempresa)	Prazo de Duração Indeterminado													
Dados do Sócio <table border="1"> <thead> <tr> <th>Nome</th> <th>CPF/CNPJ</th> <th>Participação no capital</th> <th>Espécie de sócio</th> <th>Administrador</th> <th>Término do mandato</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>SUSIAN APARECIDA SILVA LIMA</td> <td>374.966.201-06</td> <td>R\$ 100.000,00</td> <td>Sócio</td> <td>S</td> <td>Indeterminado</td> </tr> </tbody> </table>						Nome	CPF/CNPJ	Participação no capital	Espécie de sócio	Administrador	Término do mandato	SUSIAN APARECIDA SILVA LIMA	374.966.201-06	R\$ 100.000,00	Sócio	S	Indeterminado
Nome	CPF/CNPJ	Participação no capital	Espécie de sócio	Administrador	Término do mandato												
SUSIAN APARECIDA SILVA LIMA	374.966.201-06	R\$ 100.000,00	Sócio	S	Indeterminado												
Dados do Administrador <table border="1"> <thead> <tr> <th>Nome</th> <th>CPF</th> <th>Término do mandato</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>SUSIAN APARECIDA SILVA LIMA</td> <td>374.966.201-06</td> <td>Indeterminado</td> </tr> </tbody> </table>						Nome	CPF	Término do mandato	SUSIAN APARECIDA SILVA LIMA	374.966.201-06	Indeterminado						
Nome	CPF	Término do mandato															
SUSIAN APARECIDA SILVA LIMA	374.966.201-06	Indeterminado															
Último Arquivamento <table border="1"> <thead> <tr> <th>Data</th> <th>Número</th> <th>Ato/eventos</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>13/07/2022</td> <td>52205689968</td> <td>002 / 046 - TRANSFORMAÇÃO</td> </tr> </tbody> </table>			Data	Número	Ato/eventos	13/07/2022	52205689968	002 / 046 - TRANSFORMAÇÃO	Situação ATIVA Status SEM STATUS								
Data	Número	Ato/eventos															
13/07/2022	52205689968	002 / 046 - TRANSFORMAÇÃO															

Esta certidão foi emitida automaticamente em 14/09/2023, às 14:54:38 (horário de Brasília).
Se impressa, verificar sua autenticidade no <https://www.portaldoempreendedor.go.gov.br>, com o código **XPJJQSSU**.



GOC2301168520

Paula Nunes Lobo Veloso Rossi
Secretário(a) Geral

GNOSE »

**DECLARAÇÃO ÚNICA
MUNICÍPIO DE ALTO PARAISO- PR
PREGÃO ELETRÔNICO Nº59/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº87/2023**

Pelo presente instrumento, a empresa GNOSE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, CNPJ nº 28.439.635/0001-09, com sede na Rua Doutor João Alves de Castro Qd.24 Lts.06/23 Nº 144 Loja 55 - Setor Crimeia Oeste Goiânia/GO, através de seu representante legal infra-assinado, neste ato por seu responsável Sr.(a) SÚSIAN APARECIDA SILVA LIMA, portador(a) da Carteira de Identidade nº 1539058 SSP GO e do CPF nº 374.966.201-06,

DECLARAMOS, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- 1 - Até a presente data encontra-se desimpedida de participar da licitação, obrigando-se, ainda, a declarar, sob as penalidades cabíveis, a superveniência de fato impeditivo da habilitação, conforme Art. 32, § 2º da Lei nº 8.666/93.
- 2 - Declaro que tenho pleno conhecimento e atendo a todas as exigências de habilitação e especificações técnicas previstas no Edital, nos termos do §4º do Art.26 do Decreto Federal nº 10.024/19.
- 3 - Aceitamos as condições estipuladas neste edital, ressalvada a hipótese de impugnação;
- 4 - Que para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da lei, que a licitante concorda e se submete a todos os termos, normas e especificações pertinentes ao Edital, bem como, às Leis, Decretos, Portarias e Resoluções cujas normas incidam sobre a presente licitação.
- 5 - Que todos os documentos e informações prestadas são fiéis e verdadeiras;
- 6 - Que não possuímos, em nosso quadro de pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em observância à Lei Federal nº 9.854, de 27.10.99, que altera a Lei nº 8666/93.
- 7 - Que não constam em nossos quadros societários colaboradores do(a) órgão promotor do pregão eletrônico que mantenham vínculo familiar com detentor de cargo

GNOSE »

em comissão ou função de confiança, atuante na área responsável pela demanda ou contratação, ou de autoridade a ele hierarquicamente superior;

8 - Que nos preços cotados já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas (Inciso III do Art. 5º da Lei 10.520/02) e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre o fornecimento.

9 - Que estamos plenamente ciente do teor e das implicações jurídicas sobre as declarações acima emitidas e que detenho plenos poderes e informações para firmá-la. Por ser a expressão da verdade e de nossa livre vontade, firmamos a presente para os fins de direito a que se destina.

10 - Que, em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº123/2006, esta licitante cumpre todos os requisitos legais previstos para a qualificação como **(Microempresa / Microempreendedor Individual / Empresa de Pequeno Porte / Sociedade Cooperativa de Consumo)**, estando aptos a usufruirmos do tratamento diferenciado, não nos enquadrando em nenhuma das vedações previstas no § 4º do Artigo 3º da LC 123/06, alterada pelas Leis Complementares 128/2008, 147/2014, 155/2016 e Decreto Federal nº 8.538/2015, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências superiores.;

Goiânia-GO, 25 de SETEMBRO de 2023

GNOSE INDUSTRIA E
COMERCIO

LTDA:28439635000109

Assinado de forma digital por
GNOSE INDUSTRIA E COMERCIO
LTDA:28439635000109
Dados: 2023.09.25 16:48:08 -03'00'

GNOSE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA





PREFEITURA
DE GOIÂNIA

232

ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO Nº 00529/2023

Tendo em vista o cumprimento das exigências do Código de Posturas do Município de Goiânia, é concedido o presente Alvará de Localização e Funcionamento ao estabelecimento de acordo com as características essenciais a seguir:

Razão Social	GNOSE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA		
Nome Fantasia	GNOSE		
CPF/CNPJ	28439635000109	Inscrição Municipal	4481267
Endereço	R DOUTOR JOAO ALVES DE CASTRO N. 144 QD- 24 LT- 06/23 LOJA 55 SET CRIMEIA OESTE		
Atividade(s)	Comercial, Prestacional,		
CNAE(s)	464270100 - Comercio atacadista de artigos do vestuario e acessorios, exceto profissionais e de seguranca 464350100 - Comercio atacadista de calçados 464949900 - Comercio atacadista de outros equipamentos e artigos de uso pessoal e domestico nao especificados anteriormente 478140000 - Comercio varejista de artigos do vestuario e acessorios 476360200 - Comercio varejista de artigos esportivos 476360100 - Comercio varejista de brinquedos e artigos recreativos 478220100 - Comercio varejista de calçados 141260100 - Confeccao de pecas do vestuario, exceto roupas intimas e as confeccionadas sob medida 142230000 - Fabricacao de artigos do vestuario, produzidos em malharias e tricotagens, exceto meias 153940000 - Fabricacao de calçados de materiais nao especificados anteriormente (Escritório) 141260300 - Faccao de pecas do vestuario, exceto roupas intimas 181309900 - Impressao de material para outros usos		

Horario de Funcionamento Licenciado : Dias Úteis: 07:00:00 as 18:00:00

Sábados: 07:00:00 as 13:00:00

Area Total Ocupada para Atividade (em m²) 50

Parâmetros Urbanísticos (Lei Complementar Nº 171 de 29/05/2007 e Lei Nº 8617 de 09/01/2008)

Area de Carga e Descarga Exigida : 0 m2

Quantidade de vagas de estacionamento exigida: 0 vagas

Documentos Exigidos para Validade deste Alvará Conforme Documentos de Informação de Uso do Solo :

- Certificado de Conformidade do Corpo de Bombeiros nº: 2467807742;



PREFEITURA DE GOIÂNIA

É Obrigatório

- Atender às regras previstas em Leis Municipais concernentes à acessibilidade e uso adequado por portadores deficientes (art. 113, par 5 - Lei Complementar 014 de 29/12/1992).
- Que os documentos elencados acima estejam dentro do prazo de validade, sendo que a não renovação acarretará na perda de validade deste Alvará.

Observações

A validade do Alvará de Localização e Funcionamento fica condicionada ao atendimento das regras previstas em Leis Municipais de Goiânia, concernentes à acessibilidade e uso adequado aos portadores de deficiências, conforme Lei Complementar nº 014/1992, Artigo 113 § 5º;

A descaracterização das informações contidas neste Alvará constadas em diligência fiscal acarretará na perda automática de sua validade e o estabelecimento estará sujeito às penalidades previstas em Lei (Art. 112, caput, L. C. Municipal nº 14 de 29/12/1992);

Este Alvará deverá permanecer no estabelecimento (Art. 113, Par 1º, da Lei Complementar nº 014 de 29/12/1992).

Código de Verificação: OENzaAE3

Emissão: 08/02/2023 09:06:26

Pedido : 42393

OS : 797524

ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE MORRINHOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

- ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA -

Atestamos, para os devidos fins, que a empresa **Gnose Indústria e Comércio Ltda**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 28.439.635/0001-09, com sede na Rua Doutor João Alves de Castro, Qd 24 Lt 6/23, nº 144, loja 55, Setor Criméia Oeste, Goiânia-Goiás, Tel: 062-3941-1877 / 062-99569-0620, e-mail: gnosegmp@gmail.com, neste ato representada por sua Representante legal, a Sra. Susian Aparecida Silva Lima, brasileira, divorciada, empresária, portador da C.I. Nº 1539058 - SSP/GO e do CPF nº 374.966.201-06, residente e domiciliado na Av. Senador Pedro Ludovico Teixeira, nº 36, Qd 15 Lt 18/40, Apto. 204, Bloco Tarti, Edifício Sinas do Pacífico, Setor Criméia Leste, Goiânia-Goiás CEP: 74.660-300, forneceu, conforme Ata de Registro de Preços Nº 418/2022, a Prefeitura Municipal de Morrinhos - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, estabelecida na Rua 202-A, Quadra 27, Lote 01, Setor Aeroporto, neste município, inscrita no CNPJ nº 01.789.551/0001-49, uniformes serem utilizados pelos servidores lotados na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, detendo qualificação técnica para estabelecer-se na condição de fornecedor dos itens supracitados e afins.

Registramos que a empresa **Gnose Indústria e Comércio Ltda** forneceu os produtos supramencionados, no período compreendido entre 19 de outubro de 2022 à 19 de outubro de 2023.

Informamos, ainda, que o fornecimento dos uniformes acima referido apresentou condições de boa qualidade, tendo a empresa cumprido fielmente com suas obrigações, nada constando que a desabone técnica e comercialmente, até a presente data.

Morrinhos, Estado de Goiás, 18 de maio de 2023.

ÉRIKA ROMERO RODRIGUES
TÉCNICA DE SEGURANÇA DO TRABALHO

ADAIR RODRIGUES DE OLIVEIRA
SECRETÁRIO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

RECEBEMOS DE GNOSE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA AO LADO

NF-e
Nº 000226
Série 1

Data de recebimento

Identificação e assinatura do recebedor

GNOSE

GNOSE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
RUA DOUTOR JOÃO ALVES DE CASTRO, 144, LT 06/23 LOJA
55, SETOR CRIMEIA OESTE
74.563-220 - Goiânia - GO
Fone (62) 3941-1877 www.gnose.com.br -
susian10@yahoo.com.br

DANFEDocumento Auxiliar
da Nota Fiscal
Eletrônica0-Entrada
1-Saída

1

Nº 000226

SÉRIE: 1

Página: 1 de 2

Controle do Fisco



Chave de acesso

5223 0528 4396 3500 0109 5500 1000 0002 2611 6853 3965

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e
www.nfe.fazenda.gov.br/portal
ou no site da Sefaz autorizadoraNatureza da operação
Venda de mercadorias

Protocolo de autorização de uso

152236250144210 03/05/2023 09:09:09

Inscrição Estadual
10.733.432-1

Inscr.est. do subst.trib.

CNPJ

28.439.635/0001-09

Destinatário/RemetenteNome / Razão Social
MUNICIPIO DE MORRINHOSCNPJ/CPF
01.789.551/0001-49

Inscrição Estadual

Endereço

RUA SENADOR HERMENEGILDO, 160

Bairro

SETOR CENTRAL

CEP

75.650-000

Município

Morrinhos

Fone/Fax

(64) 3417-2095

UF

GO

Data emissão

03/05/2023

Data saída

03/05/2023

Hora saída

12:29:00

Faturas

Número	Vencimento	Valor	Número	Vencimento	Valor	Número	Vencimento	Valor
--------	------------	-------	--------	------------	-------	--------	------------	-------

Cálculo do imposto

Base de cálculo do ICMS	Valor do ICMS	Base de cálculo do ICMS Subst.	Valor do ICMS Subst.	Valor do FCP ST	Valor total dos produtos
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	114.024,20
Valor do frete	Valor do seguro	Desconto	Outras despesas acessórias	Valor do IPI	Valor total da nota
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	114.024,20

Transportador/Volumes transportados

Nome	Frete por conta	Código ANTT	Placa do veículo	UF	CNPJ/CPF
NANDEX EXPRESS	0 - Contratação do Frete por conta do Remetente (CIF)				49.745.301/0001-33
Endereço			Município	UF	Inscrição Estadual
AVENIDA DA DIVISA Nº106 QUADRA 40 LOTE 05 CASA 03			GOIÂNIA	GO	20.014.836-2
Quantidade	Espécie	Marca	Numeração	Peso bruto	Peso líquido
17	VOLUMES(S)			630,000	630,000

Itens da nota fiscal

Código	Descrição do produto/serviço	NCM/SH	CSOSN	CFOP	UN	Qtde	Preço un	Preço total	BC ICMS	Vlr.ICMS	Vlr.IPI	%ICMS	%IPI
128030	CAMISETA MALHA PV ANTI-PILLING, MANGA CURTA, GOLA CARECA, COR PRETA	61059000	0102	5.101	UN	80,00	21,90	1.752,00	0,00	0,00	0,00	0,0000	0,00
128032	CAMISETA MALHA PV ANTI-PILLING, MANGA LONGA, GOLA CARECA, COR LARANJA	61059000	0102	5.101	UN	290,00	29,90	8.671,00	0,00	0,00	0,00	0,0000	0,00
128033	CAMISETA MALHA PV ANTI-PILLING, MANGA LONGA, GOLA POLO BOLSO FRONTAL	61059000	0102	5.101	UN	20,00	34,90	698,00	0,00	0,00	0,00	0,0000	0,00
128035	CAMISETA MALHA PV ANTI-PILLING, GOLA POLO, MANGA LONGA, COR BRANCA	61059000	0102	5.101	UN	23,00	26,90	618,70	0,00	0,00	0,00	0,0000	0,00
128036	CAMISETA MALHA PV ANTI-PILLING, GOLA POLO, MANGA CURTA, COR BRANCA	61059000	0102	5.101	UN	27,00	29,90	807,30	0,00	0,00	0,00	0,0000	0,00
128043	CAMISA DE ALGODAO, (67% DE POLIESTER 33% ALGODAO), MANGA CURTA, COR AZUL	62052000	0102	5.101	UN	160,00	63,00	10.080,00	0,00	0,00	0,00	0,0000	0,00
128044	CAMISETA MALHA PV ANTI-PILLING, GOLA POLO, MANGA CURTA, COR AZUL, BOLSO FRONTAL	61059000	0102	5.101	UN	70,00	36,88	2.581,60	0,00	0,00	0,00	0,0000	0,00

Cálculo do ISSQN

Inscrição Municipal	Valor total dos serviços	Base de cálculo do ISSQN	Valor do ISSQN
	0,00	0,00	0,00

Dados adicionais

Observações

Total aproximado de tributos: R\$ 34.720,36 (30,45%) Federais R\$ 15.336,26 (13,45%) Estaduais R\$ 19.384,11 (17,00%) . Fonte IBPT.

DOCUMENTO EMITIDO POR ME OU EPP OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL
NÃO GERA DIREITO À CREDITO FISCAL DE IPI. NOTA FISCAL REFERENTE À
AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DA
PREFEITURA DE MORRINHOS - GO, CONFORME PREGÃO ELETRÔNICO
Nº75/2022, PROCESSO Nº2022028170, ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Nº418/2022, FICHA Nº20230586, COTAÇÃO Nº100224 E AUTORIZAÇÃO DE
EMPENHO Nº219695, BANCO PARA DEPÓSITO: BANCO SICOOB Nº756 AGÊNCIA:
3351 CONTA CORRENTE:12053-7

Reservado ao fisco

16/05/2023 08:56:39

GNOSE »

GNOSE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
 RUA DOUTOR JOÃO ALVES DE CASTRO, 144, LT 06/23 LOJA
 55, SETOR CRIMEIA OESTE
 74.563-220 - Goiânia - GO
 Fone (62) 3941-1877 www.gnose.com.br -
susian10@yahoo.com.br

DANFE

Documento Auxiliar
 da Nota Fiscal
 Eletrônica

0-Entrada
 1-Saída

1

Nº 000226

SERIE: 1

Página: 2 de 2

Controle do Fisco



Chave de acesso

5223 0528 4396 3500 0109 5500 1000 0002 2611 6853 3965

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e
www.nfe.fazenda.gov.br/portal
 ou no site da Sefaz autorizadora

Natureza da operação Venda de mercadorias				Protocolo de autorização de uso 152236250144210 03/05/2023 09:09:09									
Inscrição Estadual 10.733.432-1				Inscr.est. do subst.trib.					CNPJ 28.439.635/0001-09				
Código	Descrição do produto/serviço	NCM/SH	CSOSN	CFOP	UN	Qtde	Preço un	Preço total	BC ICMS	Vlr.ICMS	Vlr.IPI	%ICMS	%IPI
128023	JALECO DE BRIM LEVE	61034900	0102	5.101	UN	4,00	77,90	311,60	0,00	0,00	0,00	0,0000	0,00
128037	CALÇA BRIM PESADO COR CINZA, MEIO ELASTICO NO COS E PASSANTES PARA CINTO	61034900	0102	5.101	UN	600,00	74,90	44.940,00	0,00	0,00	0,00	0,0000	0,00
128038	CALÇA BRIM PESADO COR VERDE ESCURO, MEIO ELASTICO NO COS E PASSANTES PARA CINTO	61034900	0102	5.101	UN	150,00	73,00	10.950,00	0,00	0,00	0,00	0,0000	0,00
128039	CALÇA BRIM PESADO COR AZUL, MEIO ELASTICO NO COS E PASSANTES PARA CINTO	61034900	0102	5.101	UN	100,00	70,90	7.090,00	0,00	0,00	0,00	0,0000	0,00
128040	CALÇA BRIM PESADO COR MARROM, MEIO ELASTICO NO COS E PASSANTES PARA CINTO	61034900	0102	5.101	UN	70,00	70,90	4.963,00	0,00	0,00	0,00	0,0000	0,00
128041	CALÇA BRIM PESADO COR LARANJA, MEIO ELASTICO NO COS E PASSANTES PARA CINTO	61034900	0102	5.101	UN	290,00	70,90	20.561,00	0,00	0,00	0,00	0,0000	0,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS

Estado de Goiás

Secretaria Municipal de Educação

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A Prefeitura Municipal de Morrinhos, inscrita no CNPJ sob o nº: 01.789.551/0001-49, situada na Rua Senador Hermenegildo N.160 Bairro: Setor Central Morrinhos - Go, atesta para os devidos fins que a Gnose Industria Comercio e Comercio Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº: 28.439.635/0001-09, situada na Rua Doutor João Alves de Castro Lt.06/23 Loja 55, nº: 144 Setor Crimeia Oeste Goiânia - GO, forneceu os materiais referente ao Processo N.2022030961, conforme Pregão Eletrônico N.04/2023, conforme os itens relacionados:

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	MARCA	UNID	QUANTIDADE
01	CAMISETA UNIFORME ESCOLAR EM MALHA PV, GOLA O INFANTIL	PLAYPRO	UNID	6.100
02	CAMISETA UNIFORME ESCOLAR EM MALHA PV, GOLA O ADULTO	PLAYPRO	UNID	1.300
03	BERMUDA MALHA ELANCA COLEGIAL, AZUL ROYAL, COS DE ELASTICO INFANTIL	PLAYPRO	UNID	2.808
04	BERMUDA MALHA ELANCA COLEGIAL, AZUL ROYAL, COS DE ELASTICO ADULTO	PLAYPRO	UNID	192

Informamos ainda que a empresa cumpriu com suas obrigações, quanto á entrega prestação de serviços, sempre atendendo as exigências com exatidão, nada constando em nossos arquivos que desabone a referida empresa.

Neste termo, atestamos o presente.

Morrinhos - Go, 03 de Maio de 2023.


ROSILDA MOREIRA DA SILVA
Secretária Municipal de Educação




ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA


O Fundo Municipal de Educação de Mineiros, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 19.500.817/0001-57, situado na Primeira Avenida Ino Rezende, Quadra 01A, Lote 01A, Residencial Michelângelo, Paço II no Ipê Shopping, Município de Mineiros, Estado de Goiás atesta para os devidos fins que a empresa Gnose Indústria e Comércio Ltda, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 28.439.635/0001-09, situada na Rua Doutor João Alves de Castro, Quadra 24, Lote 06/23, Loja 55, Setor Crimeia Oeste, Município de Goiânia, Estado de Goiás forneceu o material referente a Ata de Registro de Preços Nº 001/2023, Processo Nº 2022051137, conforme Pregão Presencial Nº 112/2022, conforme o item abaixo relacionado:
Lote 03:

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	MARCA	UNID	QUANTIDADE
01	Calçado, tipo tênis, nº 23 ao 43, conforme especificação no Termo de Referência, tamanhos determinados no anexo I	Própria	PAR	7.000


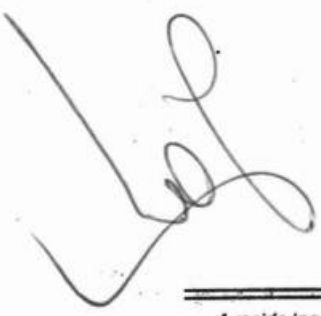
Informamos ainda que a empresa cumpriu com suas obrigações, quanto à entrega dos produtos, sempre atendendo as exigências com exatidão, nada constando em nossos arquivos que desabone a referida empresa.

Neste termo, atestamos a presente.

Mineiros - GO, 20 de março de 2023.



VANILDE TERRIBILE
Superintendente Executiva da SME





ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A Valadares Uniformes, sediada na Rua Maria Matos Qd 10 Lt 20 Setor Rodoviário Goiânia – Go, inscrita na CNPJ/MF : 21.914.475/0001-63 e Inscrição Estadual nº 10.627.104-0 atesta para os devidos fins que a empresa Gnose Indústria e Comércio Ltda, inscrita no CNPJ/MF, Sob nº: 28.439.635/0001-09, sediada na Rua Doutor João Alves de Castro Quadra 24 Lote 06/23 Loja 55 Setor Crimeia Oeste – Goiânia/GO – CEP: já forneceu os materiais abaixo:

- 200 Pares de Tênis Modelo Allstar
- 150 Pares de Tênis Jogging
- 350 Pares de Meia
- 350 unidades de Mochila

Informamos ainda que a empresa cumpriu com suas obrigações, quanto á entrega prestação de serviços, sempre atendendo as exigências com exatidão, nada constando em nossos arquivos que desabone a referida empresa.

Neste termo, atestamos o presente;

Goiânia - Go, 24 de Maio de 2022.

Assinado digitalmente por VALMIR PEREIRA VALADARES:21914475000163
 DN: C=BR, O=ICP-Brasil, S=GO, L=GOIÁ, OU=01643840000135, OU=Secretaria de Trabalho Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e CNPJ A1, OU=Presencial, CN=VALMIR PEREIRA VALADARES:21914475000163
 Você viu o autor deste documento
 Localização: 12345678
 Data: 2022-05-24 15:00:09
 Foxit Reader Versão: 9.6.0

VALMIR PEREIRA VALADARES
 21914475000163



GOVERNO DO MUNICÍPIO
Fazenda Nova

Cidade de todos nós
GESTÃO 2021-2024

230

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A Prefeitura Municipal de Fazenda Nova - Go, inscrita no CNPJ sob o nº: 01.915.313/0001-32, situada na Avenida Goiás Nº 551 Bairro: Centro, Fazenda Nova – GO, atesta para os devidos fins que a empresa Susian Aparecida Silva Lima, inscrita no CNPJ sob o nº: 28.439.635/0001-09, situada na Avenida Goiás Norte Piso 1 Loja 55 , nº: 4066 Setor Crimeia Oeste Goiânia – GO, forneceu os materiais referente ao Processo de compras N.15042/2022, conforme Dispensa de licitação N.2337/2022, celebrado entre o Fundo Municipal de Educação (FME) e Susian Aparecida Silva Lima 37496620106, conforme os itens relacionados:

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	MARCA	UNID	QUANTIDADE
01	KIT DE UNIFORME FUTEBOL FEMININO PETI (CAMISETA, CALÇÃO E MEIÃO)	GNOSE	UNID	110
02	KIT DE UNIFORME FUTEBOL CRIANÇAS PETI (CAMISETA, CALÇÃO E MEIÃO)	GNOSE	UNID	190
03	KIT DE UNIFORME FUTEBOL SUB 17 E PRINCIPAL (CAMISETA, CALÇÃO E MEIÃO)	GNOSE	UNID	200
04	KIT DE UNIFORME FUTEBOL SUB 17 E PRINCIPAL (CAMISETA, CALÇÃO E MEIÃO)	GNOSE	UNID	80
05	COLETES ESPORTIVOS DUPLA FACE	GNOSE	UNID	180

Informamos ainda que a empresa cumpriu com suas obrigações, quanto á entrega prestação de serviços, sempre atendendo as exigências com exatidão, nada constando em nossos arquivos que desabone a referida empresa.

Neste termo, atestamos o presente;

FAZENDA NOVA, 15 DE JUNHO DE 2022.


Suely Barbosa de Oliveira

Secretária Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer
Gestora do FME

Fone: **0800 4941023**

prefeituraadm2021@outlook.com

Av. Goiás, nº 551, CEP: 76.220-000. Fazenda Nova – Goiás



ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA


A Prefeitura Municipal de Bom Jesus de Goiás, inscrita no CNPJ sob o nº: 01.149.624/0001-38, situada na Praça Sebastião Antônio de Oliveira N.33 Bairro: Centro, Bom Jesus de Goiás - Go, atesta para os devidos fins que a Gnose Industria Comercio e Comercio Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº: 28.439.635/0001-09, situada na Rua Doutor João Alves de Castro Lt.06/23 Loja 55 , nº: 144 Setor Crimeia Oeste Goiânia – GO, forneceu os materiais referente ao Processo N.15871, conforme Pregão Presencial N.38/2022, conforme os itens relacionados:

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	MARCA	UNID	QUANTIDADE
01	Mochila confeccionada em poliéster número 600, medindo 43x32x14cm na cor azul royal, com detalhes azul céu com bolso frontal em plástico e abertura principal com zíper	PLAYPRO	UNID	2.400

Informamos ainda que a empresa cumpriu com suas obrigações, quanto á entrega prestação de serviços, sempre atendendo as exigências com exatidão, nada constando em nossos arquivos que desabone a referida empresa.

Neste termo, atestamos o presente;

Bom Jesus de Goiás, 19 de Janeiro de 2023.


KELLEN CRISTINA FERNANDES
Secretária de Educação

Kellen Cristina Fernandes
Inscrita nº: 0760021
Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Bom Jesus de Goiás



**SÃO BENTO
DO SAPUCAÍ**

PREFEITURA MUNICIPAL

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Avenida Sebastião de Mello Mendes, 511

Jd. Santa Terezinha - CEP: 12.490-000

www.saobentodosapucaí.sp.gov.br | (12) 3971-6110

educacao@saobentodosapucaí.sp.gov.br

232

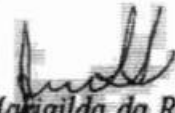
ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para todos os fins de direito, que a empresa **GNOSE INDUSTRI E COMERCIO LTDA** inscrita no CNPJ 28.439.635/0001-09, situada na Rua Doutor João Alves de Castro nº 144, Quadra 24, Loja 55, Setor Crimeia Oeste, Goiânia/GO, CEP 74.563-170, foi nossa fornecedora de serviços de confecção de uniformes escolar para alunos da educação Infantil e Fundamental.

A referida empresa cumpriu sempre e pontualmente com as obrigações assumidas, no tocante aos serviços solicitados, pelo que declaramos estar apta a cumprir com o objeto contratado, nada tendo que a desabone.

Por ser verdade, firmamos o presente.

São Bento do Sapucaí, 09 de fevereiro de 2023.


Aurora Marigilda da Rosa Santos
Secretária Municipal de Educação



RECEBEMOS DE GNOSE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA AO LADO

NF-e
Nº 000192
Série 1

Data de recebimento

Identificação e assinatura do receptor

GNOSE

GNOSE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
RUA DOUTOR JOÃO ALVES DE CASTRO, 144, LT 06/23 LOJA
55, SETOR CRIMEIA OESTE
74.563-220 - Goiânia - GO
Fone (62) 99569-0620 www.gnose.com.br -
susian10@yahoo.com.br

DANFEDocumento Auxiliar
da Nota Fiscal
Eletrônica

0-Entrada

1-Saída

1

Nº 000192

SÉRIE: 1

Página: 1 de 1

Controle do Fisco



Chave de acesso

5222 1228 4396 3500 0109 5500 1000 0001 9217 8990 1913

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e
www.nfe.fazenda.gov.br/portal
ou no site da Sefaz autorizadora

Natureza da operação

Venda de mercadorias

Protocolo de autorização de uso

152225822026295 22/12/2022 20:15:06

Inscrição Estadual

10.733.432-1

Inscr.est. do subst.trib.

CNPJ

28.439.635/0001-09

Destinatário/Remetente

Nome / Razão Social

Prefeitura de São Bento do Sapucaí

CNPJ/CPF

45.195.823/0001-58

Inscrição Estadual

ISENTO

Data emissão

22/12/2022

Endereço

Av Sebastiao de Melo mendes, 511

Bairro

Jardim Santa Terezinha

CEP

12.490-000

Data saída

22/12/2022

Município

São Bento do Sapucaí

Fone/Fax

(12) 3971-6110

UF

SP

Hora saída

20:15:05

Faturas

Número	Vencimento	Valor	Número	Vencimento	Valor	Número	Vencimento	Valor
001	23/12/2022	109.200,00						

Cálculo do imposto

Base de cálculo do ICMS	Valor do ICMS	Base de cálculo do ICMS Subst.	Valor do ICMS Subst.	Valor do FCP ST	Valor total dos produtos
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	109.200,00
Valor do frete	Valor do seguro	Desconto	Outras despesas acessórias	Valor do IPI	Valor total da nota
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	109.200,00

Transportador/Volumes transportados

Nome	Frete por conta	Código ANTT	Placa do veículo	UF	CNPJ/CPF
	0 - Contratação do Frete por conta do Remetente (CIF)				
Endereço	Município	UF	Inscrição Estadual		
Quantidade	Espécie	Marca	Numeração	Peso bruto	Peso líquido
0				0,000	0,000

Itens da nota fiscal

Código	Descrição do produto/serviço	NCM/SH	CSOSN	CFOP	UN	Qtd	Preço un	Preço total	BC ICMS	Vlr.ICMS	Vlr.IPI	%ICMS	%IPI
00003	Uniforme completo com duas camisetas, uma calça e uma jaqueta	61099000	0400	6.102	CJ	1.400,00	78,00	109.200,00	0,00	0,00	0,00	0,0000	0,00

Cálculo do ISSQN

Inscrição Municipal	Valor total dos serviços	Base de cálculo do ISSQN	Valor do ISSQN
	0,00	0,00	0,00

Dados adicionais

Observações
Total aproximado de tributos: R\$ 33.251,40 (30,45%) Federais R\$ 14.687,40 (13,45%)
Estaduais R\$ 18.564,00 (17,00%) . Fonte IBPT.

Pregão 020/2022
Processo 1421/2022
Autorização de Fornecimento : AF 2685/2022
Órgão Solicitante : Secretaria de Educação
Local de Entrega : Almoxarifado Central
Conta para Depósito : Banco Sicoob 756, Agência : 3351, C/C 12053-7

10/02/2023 11:57:42



Prefeitura Municipal de Santa Tereza do Oeste

AV. PARANÁ, Nº 61 - CNPJ: 80.882.095/0001-53 FONE/FAX (45) 3124-1000 - CEP 85825-000

E-mail: prefeitura@santatereza.pr.gov.br

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO SANTA TEREZA DO OESTE

Santa Tereza do Oeste, 09 de março de 2023

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

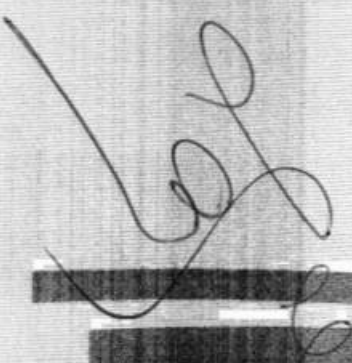



Atestamos, a pedido da interessada e para fins de prova, aptidão e atestado de execução, que a empresa **GNOSE INDÚSTRIA**, CNPJ: 28.439.635/0001-09, situada na Rua Doutor João Alves de Castro, nº 144, Setor Criméia Oeste, Município de Goiânia, Goiás, CEP: 74.660-300, que ao participar do processo licitatório, nos forneceu dentro dos padrões estabelecidos e qualidades exigidas para o tênis escolar, componente do uniforme escolar.

Registramos ainda, que o fornecimento acima referido apresentou bom desempenho operacional, tendo a empresa cumprido fielmente com suas obrigações, nada constando que a desabone técnica e comercialmente até a presente data.

Atenciosamente,


Ines de Menezes Avelino

Secretária Municipal de Educação





Mais amor e respeito às pessoas

RECEBEMOS DE GNOSE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA AO LADO		NF-e Nº 000202 Série 1
Data de recebimento	Identificação e assinatura do receptor	

GNOSE GNOSE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA RUA DOUTOR JOÃO ALVES DE CASTRO, 144, LT 06/23 LOJA 55, SETOR CRIMEIA OESTE 74.563-220 - Goiânia - GO Fone (62) 99569-0620 www.gnose.com.br - susian10@yahoo.com.br	DANFE Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica 0-Entrada 1-Saída 1 Nº 000202 SERIE: 1 Página: 1 de 1	Controle do Fisco  Chave de acesso 5223 0228 4396 3500 0109 5500 1000 0002 0218 4709 7481 Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz autorizadora
--	---	--

Natureza da operação Venda de mercadorias	Protocolo de autorização de uso 152235957054669 02/02/2023 18:33:47
Inscrição Estadual 10.733.432-1	Inscr.est. do substrib. CNPJ 28.439.635/0001-09

Destinatário/Remetente					
Nome / Razão Social Prefeitura Municipal de Santa Tereza do Oeste	CNPJ/CPF 80.882.095/0001-53	Inscrição Estadual	Data emissão 02/02/2023		
Endereço Avenida : Parana, 61	Bairro Centro	CEP 85.825-000	Data saída 02/02/2023		
Município Santa Tereza do Oeste	Fone/Fax (45) 3124-1000	UF PR	Hora saída 18:33:43		

Faturas								
Número	Vencimento	Valor	Número	Vencimento	Valor	Número	Vencimento	Valor
001	04/03/2023	130.037,00						

Cálculo do imposto							
Base de cálculo do ICMS 0,00	Valor do ICMS 0,00	Base de cálculo do ICMS Subst. 0,00	Valor do ICMS Subst. 0,00	Valor do FCP ST 0,00	Valor total dos produtos 130.037,00		
Valor do frete 0,00	Valor do seguro 0,00	Desconto 0,00	Outras despesas acessórias 0,00	Valor do IPI 0,00	Valor total da nota 130.037,00		

Transportador/Volumes transportados							
Nome	Frete por conta 0 - Contratação do Frete por conta do Remetente (CIF)	Código ANTT	Placa do veículo	UF	CNPJ/CPF		
Endereço	Município	UF	Inscrição Estadual				
Quantidade 110	Espécie	Marca	Numeração	Peso bruto 0,000	Peso líquido 0,000		

Itens da nota fiscal													
Código	Descrição do produto/serviço	NCM/SH	CSOSN	CFOP	UN	Qtde	Preço un	Preço total	BC ICMS	Vlr.ICMS	Vlr.IPI	%ICMS	%IPI
7000	Tenis Escolar com Fechamento em Cadarco	64041100	0400	6.102	Par	1.596,00	59,50	94.962,00	0,00	0,00	0,00	0,0000	0,00
7001	Tenis Escolar com Fechamento em Velcro	64041100	0400	6.102	Par	610,00	57,50	35.075,00	0,00	0,00	0,00	0,0000	0,00

Cálculo do ISSQN			
Inscrição Municipal	Valor total dos serviços 0,00	Base de cálculo do ISSQN 0,00	Valor do ISSQN 0,00

Dados adicionais	
Observações Total aproximado de tributos: R\$ 39.596,27 (30,45%) Federais R\$ 17.489,98 (13,45%) Estaduais R\$ 22.106,29 (17,00%) . Fonte IBPT. Pregão 080/2022 Processo 145/2022 Autorização de Fornecimento : 4686/2022 Orgão Solicitante : Secretaria de Educação Local de Entrega : SEMED Conta para Depósito : Banco Sicoob 756, Agencia : 3351, C/C 12053-7	Reservado ao fisco

09/03/2023 16:58:32

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

GNOSE »
PROPOSTA DE PREÇOS - PREGÃO ELETRÔNICO
Nº 59/2023

AO ESTADO DO PARANÁ

AO MUNICÍPIO DE ALTO PARAISO

PROCESSO LICITATÓRIO : Nº 87/2023

OBJETO DE AQUISIÇÃO: UNIFORMES, CALÇADOS, MOCHILAS, BOLSAS E ESTOJOS

REALIZAÇÃO: 26 DE SETEMBRO DE 2023 às: 08h:31min TIPO: Menor preço POR LOTE

Razão Social da Empresa: GNOSE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

Nome Fantasia: GNOSE

CNPJ Nº: 28.439.635/0001-09

Classificação Empresarial: ME

Inscrição Estadual: 10.733.432-1

Inscrição Municipal: 448.126-7

Endereço: Rua Doutor João Alves de Castro Qd.24 Lts.06/23 Nº 144 Loja 55 - Setor Crimeia Oeste Goiânia/GO

Telefone/Fax: (062) 3941-1877 / (62)99569-0620 E-mail: gnosegmp@gmail.com

Banco: 756 - SICOOB

Agência: 3351

Conta Corrente: 12.053-7

Sócio/Proprietário: Susian Aparecida Silva Lima / RG Nº 1539058 SSP GO / CPF Nº 374.966.201-06

TOTAL DO PROCESSO: 441.899,50

GNOSE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA**28.439.635/0001-09****441.899,50****LOTE 1**

Quant.: 1

Num: 054

Total: 441.899,50

Item: 1

Unidade: UN

Marca: PLAYPRO

Modelo: BLUSA

Descrição: BLUSA NO TECIDO HELANCA FLANELADA 100% POLIÉSTER

Quantidade: 660

Val. Ref.: 82,80

Valor Unit.: 82,80

Total Item: 54.648,00

Item: 2

Unidade: UN

Marca: PLAYPRO

Modelo: CALÇA

Descrição: CALÇA NO TECIDO HELANCA FLANELADA 100% POLIÉSTER

Quantidade: 660

Val. Ref.: 63,00

Valor Unit.: 63,00

Total Item: 41.580,00

Item: 3

Unidade: UN

Marca: PLAYPRO

Modelo: CAMISETA

Descrição: CAMISETA EM P.V. 67% POLIÉSTER E 33% VISCOSE

Quantidade: 1.280

Val. Ref.: 26,50

Valor Unit.: 26,50

Total Item: 33.920,00

Item: 4

Unidade: UN

Marca: PLAYPRO

Modelo: BERMUDA

Descrição: BERMUDA MASCULINA EM HELANCA 100% POLIAMIDA

Quantidade: 1.040

Val. Ref.: 41,00

Valor Unit.: 41,00

Total Item: 42.640,00

Item: 5

Unidade: UN

Marca: PLAYPRO

Modelo: SHORT

Descrição: SHORTS SAIA FEMININO EM HELANCA 100% POLIAMIDA

Quantidade: 990

Val. Ref.: 44,00

Valor Unit.: 44,00

Total Item: 43.560,00

GNOSE »

Item: 6 Unidade: UN Marca: PLAYPRO Modelo: TENIS

Descrição: TÊNIS EM CADARÇO PERSONALIZADO

Quantidade: 600 Val. Ref.: 109,00 **Valor Unit.: 109,00** Total Item: 65.400,00

Item: 7 Unidade: UN Marca: PLAYPRO Modelo: TENIS

Descrição: TÊNIS EM VELCRO PERSONALIZADO

Quantidade: 225 Val. Ref.: 107,50 **Valor Unit.: 107,50** Total Item: 24.187,50

Item: 8 Unidade: UN Marca: PLAYPRO Modelo: SANDÁLIA

Descrição: SANDÁLIA PERSONALIZADO

Quantidade: 120 Val. Ref.: 79,90 **Valor Unit.: 79,90** Total Item: 9.588,00

Item: 9 Unidade: UN Marca: PLAYPRO Modelo: MOCHILA

Descrição: MOCHILA ESCOLAR EM TECIDO 100% NAYLON

Quantidade: 440 Val. Ref.: 157,50 **Valor Unit.: 157,50** Total Item: 69.300,00

Item: 10 Unidade: UN Marca: PLAYPRO Modelo: BOLSA

GNOSE »

Descrição: BOLSA PARA PROFESSOR COM ALÇA DE MÃO E TIRA COLO EM TECIDO 100% NYLON

Quantidade: 60

Val. Ref.: 114,00

Valor Unit.: 114,00

Total Item: 6.840,00

Item: 11

Unidade: UN

Marca: PLAYPRO

Modelo: ESTOJO

Descrição: ESTOJO ESCOLAR COM TECIDO 100% NYLON

Quantidade: 440

Val. Ref.: 14,00

Valor Unit.: 14,00

Total Item: 6.160,00

Item: 12

Unidade: UN

Marca: PLAYPRO

Modelo: CAMISETA

Descrição: CAMISETA EM P.V 67% POLIÉSTER E 33% VISCOSE MANGA LONGA

Quantidade: 1.280

Val. Ref.: 33,50

Valor Unit.: 33,50

Total Item: 42.880,00

Item: 13

Unidade: UN

Marca: PLAYPRO

Modelo: JALECO

Descrição: JALECO MODELO REGATA FEMININO EM TECIDO 100% MICROFIBRA

Quantidade: 20

Val. Ref.: 59,80

Valor Unit.: 59,80

Total Item: 1.196,00

VALIDADE DA PROPOSTA: 12 Meses

PRAZO DE ENTREGA: 30 DIAS DE ACORDO COM TERMO DE REFERÊNCIA

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: 30 DIAS DE ACORDO COM EDITAL E SEUS ANEXOS.

DECLARAÇÃO de que os produtos/materiais são de primeira linha, de fabricação ou produção Nacional e tem padrão de qualidade reconhecido pelo mercado.

DECLARAMOS que nossos produtos/materiais possuem garantia de 12(doze) meses.

DECLARAMOS que nos preços propostos, encontram-se incluídos todos os tributos, encargos sociais, frete e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente licitação.

DECLARAMOS, para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que a licitante concorda e se submete a todos os termos, normas e especificações pertinentes ao Edital, bem como, às leis, decretos, portarias e resoluções cujas normas incidam sobre a presente licitação. Declaramos ainda, que nos preços cotados já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre o fornecimento.

DECLARAMOS, ainda, que estamos cientes de todas as condições que possam, de qualquer forma, influir nos custos, assumindo total responsabilidade por erros ou omissões existentes nesta proposta, bem como qualquer despesa relativa à realização integral do seu objeto.

**GNOSE INDUSTRIA
E COMERCIO****LTDA:28439635000****109**Assinado de forma digital por
GNOSE INDUSTRIA E
COMERCIO

LTDA:28439635000109

Dados: 2023.09.25 16:52:11

-03'00'

FICHA CADASTRAL

Representante da empresa:
Súlian Aparecida Silva Lima

Nome: representante da empresa que vai assinar o contrato (proprietário)
Súlian Aparecida Silva Lima

RG:1539058 SSP GO

CPF: 374.966.201-06

Endereço residencial do representante (proprietário)
Av Senador Pedro Ludovico Teixeira, 36, Qd 15, Lt 18/40, apto 204, bloco Taiti, Edifício Ilhas do
Pacífico, Setor Criméia Oeste
CEP: 74.660-300
Goiânia-GO

Razão social: GNOSE Indústria e Comércio LTDA
CNPJ: 28.439.635/0001-09

Inscrição estadual:10.733.432-1

Rua Doutor João Alves de Castro, 144, QD 24, L06/23, LJ55, Setor Criméia Oeste
CEP:74.563-170
Goiânia – GO

FONE: (62) 99663-4960 / 3941-1877
E-MAIL: gnosegmp@gmail.com

DADOS BANCÁRIOS:

Banco: 756 – SICOOB

Agência: 3351

Conta Corrente: 12.053-7

**GNOSE INDUSTRIA E
COMERCIO**

LTDA:28439635000109

Assinado de forma digital por
GNOSE INDUSTRIA E COMERCIO
LTDA:28439635000109
Dados: 2023.07.26 11:54:09
-03'00'



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA
SECRETARIA DE FINANÇAS
CADASTRO DE ATIVIDADES ECONÔMICAS



DENOMINAÇÃO - LOCAL DAS ATIVIDADES
INSCRIÇÃO VALIDADE

PARALIZAÇÃO

SITUAÇÃO DO CADASTRO

4481267 12/07/2024

ATIVO

NOME DO RAZÃO SOCIAL
GNOSE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
ENDEREÇO
AV JOAO LUIZ DE ALMEIDA NUM 144 QD 24 LT 0623 - SET CRIMEIA OESTE

NOME DE FANTASIA
GNOSE

INFORMAÇÕES GERAIS

NATUREZA JURÍDICA
EMPRESARIO INDIVIDUAL
ESCRITA CONTABIL
NÃO
ABERTURA
17/08/2017
ESTIMATIVA
ENQ. SIMPLES NACIONAL
ÚLTIMO EVENTO
13/07/2022
NATUREZA
ALTERACAO
INCENTIVO/REGIME
SIMPLES NACIONAL
ORIGEM
CONTRIBUINTE
ISENTO/IMUNE
NÃO
TRIBUTOS
ISS/ITX/ITS
ALVARÁ FUNCIONAMENTO
SUBST. TRIBUTÁRIO
NÃO

IDENTIFICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA

CNPJ
28.439.635/0001-09
INSCRIÇÃO ESTADUAL
INSCRIÇÃO COMERCIAL
221171339
REGISTRO
JUCEG
NUM. SÓCIOS
1
NUM. EMPREGADOS

ATIVIDADES EXECUTADAS

CÓDIGO DESCRIÇÃO
141260300 Facao de pecas do vestuario, exceto roupas intimas
464270100 Comercio atacadista de artigos do vestuario e acessorios, exceto profissionais e de seguranca
476360100 Comercio varejista de brinquedos e artigos recreativos
464949900 Comercio atacadista de outros equipamentos e artigos de uso pessoal e domestico nao especificados anteriormente
478220100 Comercio varejista de calçados
141260100 Confeccao de pecas do vestuario, exceto roupas intimas e as confeccionadas sob medida
181309900 Impressao de material para outros usos
464350100 Comercio atacadista de calçados
476360200 Comercio varejista de artigos esportivos
478140000 Comercio varejista de artigos do vestuario, produzidos em malharias e tricotagens, exceto meias
142230000 Fabricacao de artigos do vestuario, produzidos em malharias e tricotagens, exceto meias
153940000 Fabricacao de calçados de materiais nao especificados anteriormente

PESSOA FÍSICA RESPONSÁVEL PERANTE A PREFEITURA

NOME
SUSIAN APARECIDA SILVA LIMA
CPF
37496620106
ENDEREÇO
AV SENADOR PEDRO L TEIX NUM 36 QD 0 LT 0 - QUADRA15 LOTE - SET CRIMEIA LESTE

ASSUMO TOTAL RESPONSABILIDADE PELAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DATA INCLUSÃO
02/10/2017
ÚLTIMA ALTERAÇÃO
13/07/2022
N. PROCESSO

EM 13/07/2022 EFETUOU ALTERACAO

DOCUMENTO EMITIDO VIA
INTERNET, CONFORME ATO
NORMATIVO 003/2011 - GAB

DOCUMENTO NÃO VÁLIDO COMO ALVARÁ



Sistema Integrado de Informações sobre Operações
Interestaduais com Mercadorias
SINTEGRA / ICMS
Consulta Pública ao Cadastro
ESTADO DE GOIÁS



Nota de esclarecimento ao contribuinte

CADASTRO ATUALIZADO EM :13/07/2022 - 16:35:41

IDENTIFICAÇÃO CONTRIBUINTE

CNPJ: 28.439.635/0001-09 INSCRIÇÃO ESTADUAL - CCE : 10.733.432-1
NOME EMPRESARIAL:
GNOSE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
CONTRIBUINTE?
SIM
NOME FANTASIA:
GNOSE

ENDEREÇO ESTABELECIMENTO

LOGRADOURO:
RUA DOUTOR JOAO ALVES DE CASTRO
NÚMERO: 144 QUADRA: LOTE: COMPLEMENTO: QUADRA24 LOTE 06/23 LOJA 55
BAIRRO:
SETOR CRIMEIA OESTE
MUNICÍPIO: GOIANIA UF: GO
CEP: 74563170

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

ATIVIDADE ECONÔMICA:

ATIVIDADE PRINCIPAL

4781400 - COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS
(ARTIGOS DO VESTUÁRIO; COMÉRCIO VAREJISTA)

ATIVIDADE SECUNDÁRIA

1412601 - CONFEÇÃO DE PEÇAS DO VESTUÁRIO, EXCETO ROUPAS ÍNTIMAS E A
CONFECCIONADAS SOB MEDIDA
1412603 - FACÇÃO DE PEÇAS DO VESTUÁRIO, EXCETO ROUPAS ÍNTIMAS

UNIDADE AUXILIAR:

CONDIÇÃO DE USO:

DATA FINAL DE CONTRATO:

REGIME DE APURAÇÃO:

MICRO EPP/SIMPLES NACIONAL

SITUAÇÃO CADASTRAL VIGENTE:

ATIVO - HABILITADO

DATA DESTA SITUAÇÃO

CADASTRAL:

02/08/2018

DATA DE CADASTRAMENTO:

02/08/2018

OPERAÇÕES COM NF-E:

HABILITADO

OBSERVAÇÕES

* OS DADOS ACIMA SÃO BASEADOS EM INFORMAÇÕES FORNECIDAS PELO
CONTRIBUINTE, ESTANDO SUJEITOS A POSTERIOR CONFIRMAÇÃO PELO FISCO

* O CAMPO DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL, REFERE-SE AO PERÍODO COMPREENDIDO
ENTRE A ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO CADASTRAL REALIZADA ANTES DE 04/2009 ATÉ A
PRESENTE DATA.

DATA DA CONSULTA: 13/07/2022 16:35:41

Acessar cadastro de outro Estado - Nota de esclarecimento ao contribuinte.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSPORTES E VIÁTICA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
2263348928

NOME
SUSAN APARECIDA SILVA LIMA

DOC. IDENTIDADE/ORG. EMISSOR/UF
1539058 SSP GO

CITY
374.966.201-06

DATA NASCIMENTO
05/12/1964

PERMISÃO
PERMISÃO

ACC.
ACC.

CAT. HAB.
B

Nº REGISTRO
01482603412

VALIDADE
29/10/2026

PPHABILITAÇÃO
03/10/2024

OBSERVAÇÕES
A

ASSINATURA DO PORTADOR
SUSAN APARECIDA SILVA LIMA

LOCAL
GOLANTIA, GO

DATA EMISSÃO
03/11/2021

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

10501821018
00153226595

GOIÁS

DENATRAN CONTRAN

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:
< <http://www.serpro.gov.br/assinador-digital> >, opção Validar Assinatura.

SERPRO / DENATRAN

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
- ESTADO DO PARANÁ -

AV. PEDRO AMARO DOS SANTOS, 900 - CENTRO - FONE/FAX:(044) 3664-1320

TERMO DE CONFERÊNCIA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO N.º 059/2023 MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

PROPOSITOR: TERRA BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI EPP

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

DOCUMENTOS	SOLICITADO		
CONTRATO SOCIAL	SIM	OK	
CARTÃO CNPJ	SIM	OK	
CERTIDÃO CONJUNTA DE DEBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS	SIM	OK	15/11/2023
CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DEBITOS COM A FAZENDA ESTADUAL	SIM	VENCIDA	
CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DEBITOS COM A FAZENDA MUNICIPAL	SIM	OK	09/10/2023
CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DEBITOS PARA COM O FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO - FGTS	SIM	OK	08/10/2023
CERTIDÃO NEGATIVA DE DEBITOS TRABALHISTAS CNDT	SIM	OK	30/12/2023
Certidão Negativa de Falência	SIM	OK	
Declaração de Micro Empresa	SIM	NÃO COMPROVADO	
Anexo IV. (TERMO DE DECLARAÇÕES)	SIM	OK	
ALVARÁ PARA LICENÇA E FUNCIONAMENTO	SIM	VENCIDO EM	30/04/2023
Alvará de Licença (LA) da	SIM	NÃO	



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
- ESTADO DO PARANÁ -

AV. PEDRO AMARO DOS SANTOS, 900 - CENTRO - FONE/FAX:(044) 3664-1320

empresa, devidamente vigente para fins de comprovação de respeitabilidade a legislação ambiental			
Licença de Operação de Regularização junto ao Instituto Água e Terra - IAT, para atividades têxteis, conforme Art. 8º, Inciso III da Resolução nº 237/97 - Conama e Artigo 3º, Inciso VI da Resolução nº 102/2019 - CEMA, em nome da proponente	SIM	NÃO	
ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA	SIM	NÃO TEM CALÇADO	

DOCUMENTOS DA PROPOSTA

CONDIÇÕES	SOLICITADO	PROPOSTA	OBSERVAÇÃO
Condições de Pagamento	30 DIAS	OK	
Prazo de Entrega	30 DIAS	OK	
Validade da Proposta	60 DIAS	OK	
Garantia			
Assinaturas	SIM	OK	
Apresentou a marca do (s) produto(s)	SIM	OK	
A proposta esta dentro do vlr. Máximo	SIM	OK	

Alto Paraíso - PR, 26/09/2023

Assinatura do Membro Conferente

**TERRA BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO EIRELI**

CNPJ nº 11.991.420/0001-01

NIRE nº 42600211414

**Transformação de Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - Eireli
em Sociedade Empresária - Ltda**

FRANCISCO VANILDO DE MELO JUNIOR, Pessoa Física, Brasileiro, Solteiro, Maior, Capaz, Empresário, Nascido em 03/04/1988, Residente e Domiciliado à Rua Victor Bramoski, nº 190, Apto 04, Bairro Centro, CEP 89.270-000, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, Titular do RG nº 5.810.481 SESPDC/SC, CPF nº 062.428.889-71 e CNH nº 09873642901 Detran/SC, titular da empresa **TERRA BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO EIRELI**, com sede à Rua Simão Jose Dequach, nº 223, Galpão 04, Bairro Nova Esperança, CEP 89.270-000, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, registrada na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina sob NIRE nº 42600211414, inscrita na Receita Federal sob CNPJ nº 11.991.420/0001-01, ora transforma seu registro de **Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI** em **Sociedade Empresária Limitada**, passando a constituir o tipo jurídico **SOCIEDADE EMPRESÁRIA LTDA**, a qual regerá doravante, pelo presente **CONTRATO SOCIAL**, conforme cláusulas e condições seguintes:

I - DA TRANSFORMAÇÃO:

Fica transformada esta Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - Eireli em Sociedade Empresária - Ltda, passando a denominação social a ser **TERRA BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA**, com sub-rogação de todos os direitos e obrigações pertinentes.

II - DO ENDEREÇO:

A Sociedade terá sua sede no seguinte endereço: Rua Lauro Zimmermann, nº 1127, Galpão 03, Bairro Escolinha, CEP 89.270-000, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

III - DAS ATIVIDADES:

A sociedade terá por objeto social a exploração de:

- Confecção de peças do vestuário;
- Confecção de roupas profissionais;
- Comércio atacadista de artigos do vestuário e acessórios;
- Comércio atacadista de calçados;
- Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria;
- Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios.

Todas as demais cláusulas e condições estabelecidas no ato constitutivo e nas alterações da Sociedade, não alcançadas pelo presente instrumento, permanecem em vigor.

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 21/07/2022 Data dos Efeitos 20/07/2022

Arquivamento 42207249444 Protocolo 224268678 de 21/07/2022 NIRE 42207249444

Nome da empresa TERRA BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 163642954394640

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/07/2022 Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral em exercício

21/07/2022

Jcu

A vista da modificação ora ajustada, passa a transcrever na íntegra o Contrato Constitutivo da referida Ltda, com o teor seguinte.

TERRA BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

CNPJ nº 11.991.420/0001-01

FRANCISCO VANILDO DE MELO JUNIOR, Pessoa Física, Brasileiro, Solteiro, Maior, Capaz, Empresário, Nascido em 03/04/1988, Residente e Domiciliado à Rua Vítor Bramoski, nº 190, Apto 04, Bairro Centro, CEP 89.270-000, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, Titular do RG nº 5.810.481 SESPDC/SC, CPF nº 062.428.889-71 e CNH nº 03873642901 Detran/SC;

Único Sócio componente da Sociedade por Quotas de Responsabilidade Limitada, sob a Denominação Social de **TERRA BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA**, com sede à Rua Lauro Zimmermann, nº 1127, Galpão 03, Bairro Escolinha, CEP 89.270-000, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, inscrita na Receita Federal do Brasil sob CNPJ nº 11.991.420/0001-01, resolve, da melhor forma de direito, manter constituída a **SOCIEDADE LIMITADA**, a qual se rege de conformidade com a legislação que regula a matéria e as cláusulas e condições seguintes:

DO MODELO SOCIETÁRIO E SUA REGÊNCIA

Cláusula 1ª A sociedade adota o modelo de **SOCIEDADE LIMITADA**, onde a responsabilidade dos sócios é limitada à importância do Capital Social, mas todos responderão solidariamente pela integralização do mesmo.

Cláusula 2ª A sociedade deve observar o disposto neste Contrato Social e na Lei nº 10.406/2002. Em caso de lacunas não supridas pelas formas acima, adotar-se-ão as normas dispostas na Lei 6.404/1976.

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO

Cláusula 3ª Declara, sob as penas da Lei, que se enquadra na condição de **EMPRESA DE PEQUENO PORTE – EPP** nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/10/2006.

DO NOME EMPRESARIAL E DA SEDE SOCIAL

Cláusula 4ª A Sociedade gira sob nome empresarial **TERRA BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA**.

Cláusula 5ª A Sociedade gira sob nome fantasia de **TERRA BRASIL**.

Cláusula 6ª A Sociedade tem sua sede à Rua Lauro Zimmermann, nº 1127, Galpão 03, Bairro Escolinha, CEP 89.270-000, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 21/07/2022 Data dos Efeitos 20/07/2022

Arquivamento 42207249444 Protocolo 224268678 de 21/07/2022 NIRE 42207249444

Nome da empresa **TERRA BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA**

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 163642954394640

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/07/2022 Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral em exercício

21/07/2022

Parágrafo Único: A sociedade poderá, a critério e por deliberação da Administração, ou dos sócios que representam no mínimo 75% (setenta e Cinco por Cento) do Capital Social, criar, instalar, manter ou extinguir agências, sucursais, filiais, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos necessários ao desempenho de suas atividades, em qualquer parte do território nacional ou do exterior, observando o disposto neste Contrato Social.

DO PRAZO

Cláusula 7ª A Sociedade iniciou suas atividades em 20/05/2010 e seu prazo é indeterminado (art. 997, II, CC /2002).

DO OBJETO SOCIAL

Cláusula 8ª A sociedade tem por objeto social a exploração de:

- Confecção de peças do vestuário;
- Confecção de roupas profissionais;
- Comércio atacadista de artigos do vestuário e acessórios;
- Comércio atacadista de calçados;
- Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria;
- Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios.

Cláusula 9ª A responsabilidade técnica, quando exigida pela legislação vigente, para qualquer atividade constante do Objeto Social ficará a cargo de profissional legalmente habilitado, Sócio quotista ou não.

DO CAPITAL SOCIAL, QUOTAS, QUOTISTAS E RESPONSABILIDADE

Cláusula 10ª O capital social é de R\$ 3.638.750,00 (Três Milhões Seiscentos e Trinta e Oito Mil Setecentos e Cinquenta Reais), dividido em 3.638.750 (Três Milhões Seiscentos e Trinta e Oito Mil Setecentos e Cinquenta) Quotas de valor nominal de R\$ 1,00 (Um Real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente e vigente do País, assim distribuído entre os sócios:

Sócios	Nº de Quotas	Participação	Valor
Francisco Vanildo de Melo Junior	3.638.750	100,00%	R\$ 3.638.750,00
Total	3.638.750	100,00%	R\$ 3.638.750,00

Cláusula 11ª As quotas da sociedade são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o expresso consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente, conforme o disposto na cláusula 27ª deste instrumento.

Cláusula 12ª A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 21/07/2022 Data dos Efeitos 20/07/2022

Arquivamento 42207249444 Protocolo 224268678 de 21/07/2022 NIRE 42207249444

Nome da empresa TERRA BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 163642954394640

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/07/2022 Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral em exercício

21/07/2022

DA ADMINISTRAÇÃO, REMUNERAÇÃO E FALECIMENTO

Clausula 13ª A sociedade pode admitir administrador não sócio no próprio Contrato Social ou em reunião de sócios convocadas para este fim.

Clausula 14ª A administração da sociedade é exercida pelo Sócio FRANCISCO VANILDO DE MELO JUNIOR, ao qual caberá representar a sociedade ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, **ISOLADAMENTE**, em todos os casos, podendo praticar todos os atos necessários ao bom desempenho de suas funções e consecução do fim social, inclusive em transações imobiliárias, bancárias e financeiras de terceiros, compra e venda de veículos.

Clausula 15ª Os administradores não poderão em quaisquer circunstâncias, praticar atos de liberalidade em nome da sociedade, tais como a prestação de garantia, avais e fianças em favor de terceiros e outros atos que não sejam do objetivo e negócio da sociedade.

Clausula 16ª Os Administradores, se assim optarem e desejarem, poderão fixar uma retirada mensal a título de "pró-labore", sendo que deverá ser fixada em Reunião dos Quotistas, por deliberação de sócios representantes da maioria do Capital Social.

Clausula 17ª No caso de falecimento de um dos sócios, a sociedade não será dissolvida ou extinta, cabendo ao sócio remanescente determinar o levantamento de um Balanço Patrimonial Especial na data do falecimento. Os herdeiros do "de cujos", deverão em 90 (noventa) dias da data do Balanço Especial, manifestar a sua vontade de serem ou não integralizados à sociedade, recebendo os direitos e obrigações contratados do "de cujos", ou então receberão todos os seus haveres apurados, conforme estabelece a cláusula 29ª deste instrumento.

Clausula 18ª Os Administradores declaram sob as penas da Lei de que não estão impedidos de exercerem a administração da sociedade por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas e defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

DO EXERCÍCIO SOCIAL, DISTRIBUIÇÃO DOS LUCROS OU PREJUÍZOS

Clausula 19ª O exercício social coincidirá com o ano civil, terá início em 1ª de janeiro e se encerrará em 31 de dezembro, quando será apurado o inventário físico e monetário dos bens, direitos e obrigações levantadas e as respectivas demonstrações financeiras em conformidade com as prescrições do art. 176, da Lei 6.404/76 e Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade, sendo que a escrituração ficará a cargo de contabilista legalmente habilitado conforme art. 1.182 da lei 10.406/2002.

Clausula 20ª Os lucros auferidos e os prejuízos experimentados pela sociedade serão distribuídos ou suportados pelos sócios, na proporção da respectiva participação no capital da sociedade.

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 21/07/2022 Data dos Efeitos 20/07/2022

Arquivamento 42207249444 Protocolo 224268678 de 21/07/2022 NIRE 42207249444

Nome da empresa TERRA BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 163642954394640

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/07/2022 Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral em exercício

21/07/2022

Parágrafo Único - Poderão os sócios deliberar a distribuição desproporcional dos lucros, desde que com a aprovação dos que tiverem suas participações nos lucros reduzidas em virtude da referida deliberação.

Cláusula 21ª A sociedade tendo prejuízo, este será compensado com reservas, caso não sejam suficientes ou não existam, o prejuízo será contabilizado em conta especial, para compensação com lucros futuros, ou suportados pelos sócios na mesma proporção do valor de suas quotas que cada um tem na sociedade.

Cláusula 22ª A sociedade manterá os registros contábeis e fiscais necessários, conforme legislação vigente.

Cláusula 23ª Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador quando for o caso.

DA REUNIÃO DOS SÓCIOS

Cláusula 24ª A Reunião Ordinária dos Quotistas poderá ser realizada dentro dos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social, para deliberar, ouvida a Diretoria, sobre as contas dos administradores, conforme cláusula 19ª, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e, quando for o caso, reeleger ou designar novos administradores, fixar as respectivas remunerações e outras matérias de interesse da Sociedade. Reuniões Extraordinárias poderão ser realizadas sempre que os interesses sociais o exigirem, cuja realização e quórum para votação é o estabelecido nos Artigos 1.071 a 1.080, Lei 10.406/2002 - Código Civil 2002.

Parágrafo 1º - Dependem da deliberação dos sócios, as seguintes matérias:

- I - a aprovação das contas da administração;
- II - a designação dos administradores, quando feita em ato separado;
- III - a destituição dos administradores;
- IV - o modo de remuneração dos administradores;
- V - a modificação do contrato social;
- VI - a incorporação, a fusão, a transformação e a dissolução da Sociedade, ou a cessação do estado de liquidação;
- VII - a nomeação e destituição dos liquidantes e o julgamento das suas contas;
- VIII - o pedido de recuperação judicial e extrajudicial.

Parágrafo 2º - A realização das reuniões fica dispensada, quando todos os sócios decidirem por escrito sobre a matéria que seria objeto dela.

DO AUMENTO E DIMINUIÇÃO DE CAPITAL

Cláusula 25ª Em caso de aumento de capital terá preferência para subscrever nas quotas os sócios que já participam da sociedade, podendo os mesmos subscrever quotas na proporção exata da sua participação do capital social primitivo.

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 21/07/2022 Data dos Efeitos 20/07/2022

Arquivamento 42207249444 Protocolo 224268678 de 21/07/2022 NIRE 42207249444

Nome da empresa TERRA BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 163642954394640

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/07/2022 Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral em exercício

21/07/2022

Cláusula 26ª Em caso de diminuição de capital terá proporcional e iguais direitos os sócios quotistas no rateio do valor da diminuição do capital social.

DA RETIRADA DE SÓCIOS

Cláusula 27ª As quotas sociais e os direitos de subscrição somente poderão ser cedidos a terceiros após terem sido ofertados preferencialmente aos sócios atuais, deverá ser notificado por escrito pelo sócio que desejar se retirar da sociedade, com uma antecedência de 60 (sessenta) dias, e seus haveres serão reembolsados na modalidade que se estabelece na cláusula 17ª deste Instrumento.

Cláusula 28ª A Sociedade poderá, mediante deliberação de sócios representativa de mais da metade do Capital Social, efetuar a exclusão de qualquer sócio, mediante justa causa.

Parágrafo 1º - A deliberação de exclusão deverá ser tomada em Reunião de Quotistas convocada especialmente para tal fim, sendo facultada ao sócio acusado, nesta ocasião, a apresentação de defesa.

Parágrafo 2º - Entende-se como Justa Causa, além de outras hipóteses causadoras de prejuízo aos negócios sociais ou a affectio societatis, a violação da Cláusula contratual, a concorrência desleal, o uso indevido da firma ou da denominação social, a superveniência de incapacidade moral, a falência ou insolvência civil e incompatibilidade com os demais sócios.

Parágrafo 3º - Existindo direitos e haveres, deverá ser aplicado ao sócio excluído às disposições previstas na Cláusula 29ª.

Cláusula 29ª Os haveres do sócio retirante, interdito, falido, insolvente, impedido ou falecido, serão apurados com base em Balanço especialmente levantado para esse fim, pagável em 36 (trinta e seis) prestações mensais, iguais e consecutivas, acrescidas de juros de 6% (seis por cento) ao ano e de correção monetária equivalente à variação de índice geral de preços (conceito de disponibilidade interna) calculado pela Fundação Getúlio Vargas, ou índice similar que preserve o valor real da moeda, a contar do desligamento do sócio.

Parágrafo 1º - Os sócios remanescentes poderão se assim o permitir a situação econômica financeira da Sociedade, estabelecer condições e prazos mais favoráveis que os previstos no parágrafo anterior, ao sócio retirante, interdito, falido, insolvente, impedido ou falecido.

Parágrafo 2º - Somente é facultado aos sócios retirar-se da Sociedade, nos trinta dias subsequentes à reunião, nos casos em que for dissidentes de modificação do contrato, fusão da Sociedade, incorporação de outra, ou dela por outra, e transformação, quando terão as suas quotas liquidadas, conforme o procedimento estipulado no caput.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 30ª Fica eleito o foro da Comarca de Guaramirim/SC, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 21/07/2022 Data dos Efeitos 20/07/2022

Arquivamento 42207249444 Protocolo 224268678 de 21/07/2022 NIRE 42207249444

Nome da empresa TERRA BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 163642954394640

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/07/2022 Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral em exercício

21/07/2022

Cláusula 31ª Os casos omissos e não regulados pelo presente contrato terão regência supletiva da legislação pertinente à sociedade anônima.

Cláusula 32ª Os Sócios declaram não estarem incluídos em nenhum dos crimes previstos em Lei que os impeçam de exercer atividades mercantis.

E por estar assim justo e contratado assina o presente instrumento.

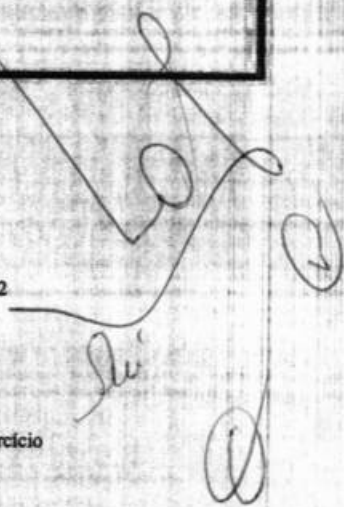
Guaramirim/SC, 20 de Julho de 2022.

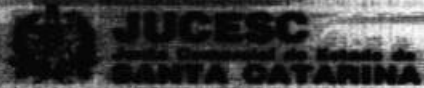

FRANCISCO VANILDO DE MELO JUNIOR
CPF nº 062.428.889-71
Sócio Administrador



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina
Certifico o Registro em 21/07/2022 Data dos Efeitos 20/07/2022
Arquivamento 42207249444 Protocolo 224268678 de 21/07/2022 NIRE 42207249444
Nome da empresa TERRA BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>
Chancela 163642954394640
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/07/2022 Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral em exercício

21/07/2022





224268678

TERMO DE AUTENTICACAO

NOME DA EMPRESA	TERRA BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
PROTOCOLO	224268678 - 21/07/2022
ATO	002 - ALTERACAO
EVENTO	048 - TRANSFORMACAO

MATRIZ

NIRE 42207249444
CNPJ 11.991.420/0001-01
CERTIFICADO O REGISTRO EM 21/07/2022
SOB N: 42207249444

REPRESENTANTES QUE ASSINARAM DIGITALMENTE

Cpf. 88995623934 - PAULO CESAR CHIODINI - Assinado em 21/07/2022 às 10:02:15

TERMO DE AUTENTICACAO

TERRA BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

21/07/2022

224268678

002 - ALTERACAO

048 - TRANSFORMACAO

NIRE 42207249444

CNPJ 11.991.420/0001-01

CERTIFICADO O REGISTRO EM 21/07/2022

SOB N: 42207249444

Assinado digitalmente em 21/07/2022 às 10:02:15

Cpf. 88995623934 - PAULO CESAR CHIODINI

Assinado digitalmente em 21/07/2022 às 10:02:15

Assinado digitalmente em 21/07/2022 às 10:02:15

Assinado digitalmente em 21/07/2022 às 10:02:15

Assinado digitalmente em 21/07/2022 às 10:02:15

Assinado digitalmente em 21/07/2022 às 10:02:15

Assinado digitalmente em 21/07/2022 às 10:02:15

Assinado digitalmente em 21/07/2022 às 10:02:15

Assinado digitalmente em 21/07/2022 às 10:02:15

Assinado digitalmente em 21/07/2022 às 10:02:15

Assinado digitalmente em 21/07/2022 às 10:02:15

Assinado digitalmente em 21/07/2022 às 10:02:15

Assinado digitalmente em 21/07/2022 às 10:02:15

Assinado digitalmente em 21/07/2022 às 10:02:15

Assinado digitalmente em 21/07/2022 às 10:02:15

Assinado digitalmente em 21/07/2022 às 10:02:15

Assinado digitalmente em 21/07/2022 às 10:02:15

Assinado digitalmente em 21/07/2022 às 10:02:15

Assinado digitalmente em 21/07/2022 às 10:02:15

Assinado digitalmente em 21/07/2022 às 10:02:15

Assinado digitalmente em 21/07/2022 às 10:02:15

Assinado digitalmente em 21/07/2022 às 10:02:15

Assinado digitalmente em 21/07/2022 às 10:02:15

Assinado digitalmente em 21/07/2022 às 10:02:15

Assinado digitalmente em 21/07/2022 às 10:02:15

Assinado digitalmente em 21/07/2022 às 10:02:15

Assinado digitalmente em 21/07/2022 às 10:02:15

Assinado digitalmente em 21/07/2022 às 10:02:15

Assinado digitalmente em 21/07/2022 às 10:02:15

Assinado digitalmente em 21/07/2022 às 10:02:15

Assinado digitalmente em 21/07/2022 às 10:02:15

Assinado digitalmente em 21/07/2022 às 10:02:15



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 21/07/2022 Data dos Efeitos 20/07/2022

Arquivamento 42207249444 Protocolo 224268678 de 21/07/2022 NIRE 42207249444

Nome da empresa TERRA BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 163642954394640

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/07/2022 Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral em exercício

21/07/2022



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 11.991.420/0001-01 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 24/05/2010
NOME EMPRESARIAL TERRA BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) TERRA BRASIL	PORTE EPP	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 14.12-6-01 - Confeção de peças de vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 14.13-4-01 - Confeção de roupas profissionais, exceto sob medida 46.42-7-01 - Comércio atacadista de artigos do vestuário e acessórios, exceto profissionais e de segurança 46.43-5-01 - Comércio atacadista de calçados 46.47-8-01 - Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria 47.81-4-00 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO R LAURO ZIMMERMANN	NÚMERO 1127	COMPLEMENTO GALPA003
CEP 89.270-000	BAIRRO/DISTRITO ESCOLINHA	MUNICÍPIO GUARAMIRIM
UF SC		
ENDEREÇO ELETRÔNICO JUNIORMELO@TERRABRASILUNIFORMES.COM.BR	TELEFONE (47) 1111-1111	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 24/05/2010	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 18/07/2023 às 22:21:18 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

6

[Assinatura]

li

[Assinatura]



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: TERRA BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
CNPJ: 11.991.420/0001-01

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014. Emitida às 17:22:22 do dia 19/05/2023 <hora e data de Brasília>.

Válida até 15/11/2023.

Código de controle da certidão: **A5D9.08EB.4D09.0138**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**

CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS ESTADUAIS COM EFEITO DE NEGATIVA

Nome (razão social): **TERRA BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA**
CNPJ/CPF: **11.991.420/0001-01**

Ressalvando o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam, na presente data, pendências em nome do contribuinte acima identificado, relativas aos tributos, dívida ativa e demais débitos administrados pela Secretaria de Estado da Fazenda.

Dispositivo Legal: **Lei nº 3938/66, Art. 154**
Número da certidão: **230140029810392**
Data de emissão: **02/02/2023 16:54:29**
Validade (Lei nº 3938/66, Art. 158, modificado pelo artigo 18 da Lei nº 15.510/11.): **03/04/2023**

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria de Estado da Fazenda na Internet, no endereço: <http://www.sef.sc.gov.br>

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS ESTADUAIS COM EFEITO DE NEGATIVA

TERRA BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

CNPJ 11.991.420/0001-01

6

**Este documento foi assinado digitalmente
Impresso em: 02/02/2023 16:54:29**

Assinado por SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - CNPJ 12.951.310/0001-56 - Data/Hora: 02/02/2023

Assinatura



ESTADO SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARAMIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
SETOR DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

236

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

Nº 14008/2023

[CONTRIBUINTE]

Nome/Razão:	TERRA BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	2919427
CNPJ/CPF:	11.991.420/0001-01	
Endereço:	Rua LAURO ZIMMERMANN, 1127	
Complemento:	galpão 03	
Bairro:	ESCOLINHA	Cidade: Guaramirim - SC

[FINALIDADE]

PARA FINS DIVERSOS

CERTIFICO, para os devidos fins que, de conformidade com as informações prestadas pelos órgãos competentes desta Prefeitura, que para o contribuinte acima identificado, **NÃO CONSTA(M) DÉBITO(S)** referentes a Tributos Municipais, inscritos ou não em Dívida Ativa, estando o contribuinte em situação **REGULAR**, até presente data.

Reserva-se o direito da Fazenda Municipal cobrar dívidas posteriormente constatadas, mesmo as referentes a períodos compreendidos nesta Certidão.

A presente Certidão é válida por 90 (noventa) dias. A consulta da autenticidade da presente certidão pode ser conferida no site guaramirim.atende.net.

Validade Até: 09/10/2023

GUARAMIRIM/SC, 10 de julho de 2023

Emitido por: CHIODINI CONTABILIDADE E CONSULTORIA TRIBUTÁRIA LTDA

Rua 28 de Agosto, 2042 - Fone/Fax (47) 3373-0247 - Centro - CEP 89270-000 - GUARAMIRIM - SC

E-mail: gabinete@guaramirim.sc.gov.br

Voltar

Imprimir

**Certificado de
Regularidade do FGTS -
CRF**

Inscrição: 11.991.420/0001-01
Razão Social: TERRA BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
Endereço: RUA LAURO ZIMMERMANN 1127 GALPAO 03 / ESCOLINHA / GUARAMIRIM / SC /
89270-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 09/09/2023 a 08/10/2023

Certificação Número: 2023090900542066163382

Informação obtida em 19/09/2023 05:49:21

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

**CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS
COM EFEITO DE NEGATIVA**

Nome: TERRA BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 11.991.420/0001-01

Certidão n°: 32045736/2023

Expedição: 03/07/2023, às 12:25:35

Validade: 30/12/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **TERRA BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o n° 11.991.420/0001-01, CONSTA do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em face do inadimplemento de obrigações estabelecidas no(s) processo(s) abaixo, com débito garantido ou exigibilidade suspensa:

0001619-88.2016.5.12.0019 - TRT 12ª Região ** (1ª VARA DO TRABALHO DE JARAGUÁ DO SUL)

0001620-73.2016.5.12.0019 - TRT 12ª Região ** (1ª VARA DO TRABALHO DE JARAGUÁ DO SUL)

0001626-96.2016.5.12.0046 - TRT 12ª Região ** (2ª VARA DO TRABALHO DE JARAGUÁ DO SUL)

** Débito com exigibilidade suspensa.

Total de processos: 3.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

A Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas, com os mesmos efeitos da negativa (art. 642-A, § 2º, da Consolidação das Leis do Trabalho), atesta a existência de registro do CPF ou do CNPJ da pessoa sobre quem versa a certidão no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas, cujos débitos estejam com exigibilidade suspensa ou garantidos por depósito, bloqueio de numerário, penhora de bens



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

suficientes ou, ainda, tenha sido deferida, no caso de empresa, a sua recuperação judicial, de acordo com a Lei 11.101/2005.

A large, stylized handwritten signature in black ink, possibly reading 'L. L. L.' or similar, followed by a smaller signature 'lu'.

A small handwritten mark or symbol, possibly a stylized 'B' or '3'.

A small handwritten mark or symbol, possibly a stylized 'B' or '3'.

A small handwritten mark or symbol, possibly a stylized 'B' or '3'.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
de Santa Catarina

Número do pedido: 876826
FOLHA: 1 / 1

260

CERTIDÃO RECUPERAÇÃO JUDICIAL, EXTRAJUDICIAL E FALÊNCIA Nº: 876826
Comarcas e Turmas Recursais (Primeiro Grau)

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais, **NÃO CONSTAM** em tramitação nas comarcas do Estado de Santa Catarina **AÇÕES FALIMENTARES EM GERAL** contra:

NOME: TERRA BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO
Raiz do CNPJ: 11.991.420
País endereço da sede : BRASIL
Estado endereço da sede : SANTA CATARINA
Município endereço da sede : GUARAMIRIM
Endereço da sede : Rua Lauro Zimmermann, 1127 Galpão 03

Certidão emitida às 06:02 de 19/09/2023.

a) Os dados que serviram de parâmetro para a realização da busca e para expedição desta certidão são de responsabilidade do(a) solicitante, inexistindo qualquer conexão com a Receita Federal ou outra instituição pública para autenticação das informações prestadas, competindo ao(à) interessado(a) ou destinatário(a) sua conferência.

b) Certidão expedida gratuitamente, nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e Resolução Conjunta GP/CGJ n. 6/2023.

CERTIDÃO RECUPERAÇÃO JUDICIAL, EXTRAJUDICIAL E FALÊNCIA Nº: 876826

Comarcas e Turmas Recursais (Primeiro Grau)

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais, NÃO CONSTAM em tramitação nas comarcas do Estado de Santa Catarina AÇÕES FALIMENTARES EM GERAL

NOME: TERRA BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO

Raiz do CNPJ: 11.991.420

País endereço da sede : BRASIL

Estado endereço da sede : SANTA CATARINA

Município endereço da sede : GUARAMIRIM

Endereço da sede : Rua Lauro Zimmermann, 1127 Galpão 03

Certidão emitida às 06:02 de 19/09/2023.

a) Os dados que serviram de parâmetro para a realização da busca e para expedição desta certidão são de responsabilidade do(a) solicitante, inexistindo qualquer conexão com a Receita Federal ou outra instituição pública para autenticação das informações prestadas, competindo ao(à) interessado(a) ou destinatário(a) sua conferência.

b) Certidão expedida gratuitamente, nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e Resolução Conjunta GP/CGJ n. 6/2023.

CERTIDÃO RECUPERAÇÃO JUDICIAL, EXTRAJUDICIAL E FALÊNCIA Nº: 876826

Comarcas e Turmas Recursais (Primeiro Grau)

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais, NÃO CONSTAM em tramitação nas comarcas do Estado de Santa Catarina AÇÕES FALIMENTARES EM GERAL

NOME: TERRA BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO

Raiz do CNPJ: 11.991.420

País endereço da sede : BRASIL

Estado endereço da sede : SANTA CATARINA

Município endereço da sede : GUARAMIRIM

Endereço da sede : Rua Lauro Zimmermann, 1127 Galpão 03

Certidão emitida às 06:02 de 19/09/2023.

A confirmação de autenticidade desta certidão estará disponível pelo prazo de 90 dias, contados da emissão do documento, no endereço <https://certidoes.tjsc.jus.br/download>



TERRA BRASIL

AO
MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO PR
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 59/2023

A empresa TERRA BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI EPP, CNPJ: 11.991.420/0001-01 INSCRIÇÃO ESTADUAL: 256100365, ENDEREÇO: Rua Lauro Zimmermann, 1127 - Bairro Escolinha - Galpão 03 - Guaramirim - SC, por seu representante legal Francisco Melo Junior, CPF: 062.428.889-71 declara para os fins de direito, na qualidade de Proponente do presente processo licitatório, Pregão Eletrônico, instaurado por este município, que:

1. Declaramos que não possuímos em nosso Quadro Funcional empregados menores de 18 (dezoito) anos executando trabalho noturno, perigoso ou insalubre nem menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos de idade, em observância ao inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal.

2. Declaramos que esta empresa cumpre, nos termos do art. 4º, VII, da Lei 10.520/02, plenamente os requisitos de habilitação exigidos no Edital do PREGÃO, na forma eletrônica se responsabilizando por quaisquer vícios ou imperfeições relativas à documentação apresentada que está em conformidade ao edital supracitado.

3. Declaramos, para os fins de direito, sob as formas da lei, na qualidade de Proponente do processo licitatório na modalidade Pregão, na forma eletrônica no 59/2023, instaurado por este município, que não possuímos em nosso corpo social, nem em nosso quadro funcional empregado público ou membro comissionado de órgão da Administração Municipal direta ou indireta.

4. Declaramos, para os fins de direito, na qualidade de Proponente do processo licitatório na modalidade Pregão, na forma eletrônica no 59/2023, instaurado por este município, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas e sob as penas da lei.

5. Declaramos, para os fins de direito, na qualidade de Proponente do processo licitatório na modalidade Pregão, na forma eletrônica no 59/2023, instaurado por este município, que até a presente data inexistem quaisquer fatos supervenientes e impeditivos para a nossa habilitação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, sob as penas da Lei.

6. Declaramos, para os fins de direito, na qualidade de Proponente do processo licitatório na modalidade Pregão, na forma eletrônica no 59/2023, instaurado por este município, que tomou conhecimento do teor do Edital, de todas as condições para participação nesta Licitação, se compromete a cumprir todos os termos do Edital e a fornecer material de qualidade, sob as penas da Lei.

7. Declaramos, para os fins de direito, na qualidade de Proponente do processo licitatório na modalidade Pregão, na forma eletrônica no 59/2023, instaurado por este município, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas e sob as penas da lei.

8. Declaramos, para os fins de direito, na qualidade de Proponente do processo licitatório na modalidade Pregão, na forma eletrônica no 59/2023, instaurado por este município, que até a presente data inexistem quaisquer fatos supervenientes e impeditivos para a nossa habilitação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, sob as penas da Lei.

7. Declaramos que assumimos inteira responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados, sujeitando-nos a eventuais averiguações que se façam necessárias;

8. Comprometemo-nos a manter, durante todo o período de vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas nesta licitação;

9. Comprometemo-nos a repassar na proporção correspondente, eventuais reduções de preços decorrentes de mudanças de alíquotas de impostos incidentes sobre cumprimento do objeto, em função de alterações de legislação pertinente, publicadas durante a vigência do contrato;

10. Declaramos para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o (a) responsável legal da empresa é representante legal Francisco Melo Junior, CPF: 062.428.889-71 administrador/procurador/diretor/etc), responsável pela assinatura do contrato.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Declaramos que assumimos inteira responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados, sujeitando-nos a eventuais averiguações que se façam necessárias.

Guaramirim, 26 de setembro de 2023

Francisco Vanildo de Melo Junior

CPF 062.428.889-71

RG 5810481

Representante Legal

Terra Brasil Industria e Comercio Eireli EPP

Declaramos para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o (a) responsável legal da empresa é representante legal Francisco Melo Junior, CPF: 062.428.889-71 administrador/procurador/diretor/etc), responsável pela assinatura do contrato.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Guaramirim, 26 de setembro de 2023

Francisco Vanildo de Melo Junior

CPF 062.428.889-71

RG 5810481

Representante Legal

Terra Brasil Industria e Comercio Eireli EPP



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
 SETOR DE ARRECADAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CADASTRO



ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, CONCEDE O PRESENTE ALVARÁ DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO, A:

INSCRIÇÃO MUNICIPAL 5951	DATA DE ABERTURA 27/05/2010	CONTROLE DE EMISSÃO 1109/2022	PRAZO DE VALIDADE 30/04/2023
NOME / RAZÃO SOCIAL TERRA BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA			
NOME FANTASIA / SOBRENOME TERRA BRASIL			
LOGRADOURO Rua LAURO ZIMMERMANN			NÚMERO 1127
CEP 89.270-000	BAIRRO ESCOLINHA	COMPLEMENTO galpão 03	
ATIVIDADE PRINCIPAL 1412.8/01.00 - CONFEÇÃO DE PEÇAS DO VESTUÁRIO, EXCETO ROUPAS ÍNTIMAS E AS CONFECCIONADAS SOB MEDIDA			
ATIVIDADE(S) SECUNDÁRIAS			
4642.7/01 COMÉRCIO ATACADISTA DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS, EXCETO PROFISSIONAIS E DE SEGURANÇA		1413.4/01 CONFEÇÃO DE ROUPAS PROFISSIONAIS, EXCETO SOB MEDIDA	
4647.8/01 COMÉRCIO ATACADISTA DE ARTIGOS DE ESCRITÓRIO E DE PAPELARIA		4643.5/01 COMÉRCIO ATACADISTA DE CALÇADOS	
		4781.4/00 COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS	
CPF / CNPJ 11.991.420/0001-01	RG / INSCRIÇÃO ESTADUAL 256.100.365		

CONTADOR / CONTABILIDADE RESPONSÁVEL
CHIODINI CONTABILIDADE E CONSULTORIA TRIBUTÁRIA LTDA

O presente alvará autoriza a exploração de negócios conforme acima descrito enquanto satisfazer as exigências que legitimaram sua concessão, de acordo com a legislação vigente.

Fundamentação Legal: Licença e Renovação - Lei Complementar 001/1994 de 30/12/1994.

GUARAMIRIM, 11 de agosto de 2022.

Emitido digitalmente via portal de autoatendimento.

IMPORTANTE:

- 1) De conformidade com a legislação vigente, deverão ser comunicados ao Setor de Arrecadação, Fiscalização e Cadastro da Prefeitura em prazo inferior a 15 (quinze) dias quaisquer alterações cadastrais.
- 2) Em caso de encerramento das atividades inerentes a este Alvará, deverá ser requerido em prazo inferior a 15 (quinze) dias junto ao Arrecadação, Fiscalização e Cadastro da Prefeitura a BAIXA deste alvará, sob pena de enquadramento de débito dos exercícios.
- 3) Esse alvará é de finalidade Mercantil, não dispensando as licenças exigidas pelos demais órgãos Federativos para exploração da(s) atividade(s).

MANTER EM LOCAL VISÍVEL AO PÚBLICO

Código Autenticidade: WIS031201-4262-UYORQMBZDTVH-4

Para Consultar a Autenticidade deste Documento acesse o link abaixo ou leia o QRCode no documento:

<https://guaramirim.atende.net/?pg=autoatendimento#/tipo/servico/valor/116/padrao/1/load/1>

Emitido por: CHIODINI CONTABILIDADE E CONSULTORIA TRIBUTÁRIA LTDA

[Handwritten signature and initials]


PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR PEDRINHO

Fone/Fax (47) 3388-0148 - E-mail: pmop@doutorpedrinho.sc.gov.br
 Rua Brasília, 02 - Centro - Caixa Postal 01
 CEP: 89126-000 - DOUTOR PEDRINHO - SC

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins que a empresa TERRA BRASIL IND. E COM. EIRELI, inscrita sob o CNPJ (ME) nº 11.991.420/0001-01, IE nº 256.100.365, IM. nº 5951, estabelecida na Rodovia BR 280 KM 58, nº 15.685, Imigrantes, Guaramirim - SC, Cep: nº 89.270-000, Fone (47) - 3370-5792, neste ato representada pelo seu Sócio Proprietário, o Senhor FRANCISCO VANILDO DE MELO JUNIOR, brasileiro, solteiro, empresário, RG. nº 5.810.481-SSP/SP, CPF (ME) nº 062.428.889-71, residente e domiciliado na Rua 28 de Agosto, nº 1.321, Ap: 101, Amizade, Guaramirim - SC, cep. nº 89.270-000.

CONFECCIONOU E FORNECEU uniformes para os alunos da rede Municipal de Ensino, para o exercício de 2.020, referente ao contrato nº 50/2020, com data de 14 de julho de 2.020, Pregão Presencial nº 30/2020, firmado entre a Prefeitura Municipal de Doutor Pedrinho - SC e a referida empresa, de acordo com as quantidades, especificações, marcas e valores abaixo:

LOTE	UNID.	QUANT.	DESCRIÇÃO
1	UNID.	01	AQUISIÇÃO DE UNIFORMES ESCOLARES PERSONALIZADOS PARA AS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL, E EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, conforme subitens abaixo:
VALOR TOTAL DO LOTE 1: R\$ 27.500,00			

SUB-ITEM	UNID.	QUANT.	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR MÁXIMO	
					UNITÁRIO	TOTAL
1.1	UNID.	290	Conjunto calça e jaqueta unissex, bordado, TECIDO NBA, COR AZUL INDIGO, sendo: • 30 tamanho 2 • 80 tamanho 4 • 90 tamanho 6 • 90 tamanho 8	TERRA BRASIL	R\$ 16,923	R\$ 4.907,67
1.2	UNID.	196	Conjunto calça e jaqueta unissex, bordado, TECIDO NBA, COR AZUL INDIGO, sendo: • 85 tamanho 10 • 55 tamanho 12 • 35 tamanho 14 • 21 tamanho 16	TERRA BRASIL	R\$ 16,923	R\$ 3.316,91
1.3	UNID.	24	Conjunto calça e jaqueta unissex, bordado, TECIDO NBA, COR AZUL INDIGO, sendo: • 2 tamanho PP	TERRA BRASIL	R\$ 16,9229	R\$ 406,15

			<ul style="list-style-type: none"> • 7 tamanho P • 6 tamanho M • 6 tamanho G • 3 tamanho GG 			
1.4	UNID.	166	Bermuda masculina, TECIDO FIDGI, COR AZUL INDIGO, bordado, sendo: <ul style="list-style-type: none"> • 20 tamanho 2 • 45 tamanho 4 • 61 tamanho 6 • 40 tamanho 8 	TERRA BRASIL	R\$ 16,923	R\$ 2.809,22
1.5	UNID.	97	Bermuda masculina, TECIDO FIDGI, COR AZUL INDIGO, bordado, sendo: <ul style="list-style-type: none"> • 42 tamanho 10 • 25 tamanho 12 • 20 tamanho 14 • 10 tamanho 16 	TERRA BRASIL	R\$ 16,923	R\$ 1.641,53
1.6	UNID.	27	Bermuda masculina, TECIDO FIDGI, COR AZUL INDIGO, bordado, sendo: <ul style="list-style-type: none"> • 8 tamanho P • 8 tamanho M • 8 tamanho G • 3 tamanho GG 	TERRA BRASIL	R\$ 16,923	R\$ 456,92
1.7	UNID.	473	Camiseta unissex, TECIDO MALHA, COR BRANCA, estampada com brasão, sendo: <ul style="list-style-type: none"> • 30 tamanho 2 • 50 tamanho 4 • 60 tamanho 6 • 82 tamanho 8 • 80 tamanho 10 • 60 tamanho 12 • 50 tamanho 14 • 23 tamanho 16 • 10 tamanho P • 15 tamanho M • 10 tamanho G • 3 tamanho GG 	TERRA BRASIL	R\$ 16,923	R\$ 8.004,58
1.8	UNID.	155	Short Sala, TECIDO HELANCA COLLEGE, COR AZUL INDIGO MARINHO, bordado, sendo: <ul style="list-style-type: none"> • 10 tamanho 2 • 55 tamanho 4 • 45 tamanho 6 • 45 tamanho 8 	TERRA BRASIL	R\$ 16,923	R\$ 2.623,06
1.9	UNID.	170	Short Sala, TECIDO HELANCA COLLEGE, COR AZUL INDIGO MARINHO, bordado, sendo: <ul style="list-style-type: none"> • 35 tamanho 10 • 55 tamanho 12 • 50 tamanho 14 • 30 tamanho 16 	TERRA BRASIL	R\$ 16,923	R\$ 2.876,91
1.10	UNID.	27	Short Sala, TECIDO HELANCA COLLEGE, COR AZUL INDIGO MARINHO, bordado, sendo:	TERRA BRASIL	R\$ 16,9278	R\$ 457,05

[illegible]

Os uniformes foram entregues de forma satisfatória, dentro do prazo estipulado em contrato e até a presente data inexistiu ato ou fato que desabone a conduta da empresa.

Doutor Pedrinho, 22 de setembro de 2020.

Janaina Lenzi de Castilho
Secretaria Municipal de Educação e Promoção Social

A handwritten signature 'Jui' is visible in the lower left. To its right is a large, complex, and illegible handwritten mark or signature, possibly starting with a large 'L' or 'J' and ending in a loop.



MUNICÍPIO DE PINDAMONHANGABA
ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Municipal de Administração

267

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA - RETIFICAÇÃO

Atestamos para os devidos fins, que a Empresa **TERRA BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO EIRELI EPP**, pessoa jurídica de direito privado legalmente constituída, com sede na cidade de Guaramirim/SC, na Rodovia BR 280, 15685, Galpão 3, Bairro Imigrantes, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.991.420/0001-01, entregou os produtos abaixo relacionados a esta Prefeitura, fora do prazo determinado, não cumprindo as exigências da mesma e sendo notificado pela Unidade Solicitante. Nada mais.

Autorização de Fornecimento: Nº 928/2019

PREGÃO (Registro de Preço) nº 043/2019			
Processo nº 9906/2019			
Ata de Registro de Preço nº 180/2019			
Valor Total da AF: R\$ 1.611.082,00 (um milhão, seiscentos e onze mil, oitenta e dois reais).			
Objeto: Aquisição de uniformes para atender os alunos da rede municipal de ensino.			
ITEM	QTDE. SOLICITADA	QTDE. ENTREGUE	ESPECIFICAÇÃO
01	14.740,00 (KIT)	14.740 (KIT)	Kit de uniforme escolar. Descrição Completa: - 02 camisas manga curta - 01 Camiseta manga longa - 01 Camiseta Regata - 01 Jaqueta - 01 Calça - 02 Bermudas ou Saias Short

Pindamonhangaba, 21 de novembro de 2019.

Regiane Ferreira de Carvalho Lúcio
REGIANE FERREIRA DE CARVALHO LÚCIO
Diretora do Departamento de Licitações e Contratos

2 TABELA DE NOTAS E PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS
RETORNO INATIVO - TABELAS
Reconheço por semelhança com valor econômico a(s) firma(s) de REGIANE FERREIRA DE CARVALHO LÚCIO (40321), Doc 16, Pindamonhangaba - SP, 21/11/2019. Em Testemunho: *Regiane* da verdade. Total R\$ 9,40
REGIANE FERREIRA RODRIGUES - ESCRIVENTE
Código de segurança: 504904950404957495251504956
É VÁLIDO SOMENTE COM O SELLO DE AUTENTICIDADE DO
AV. CEL. FERNANDO PRESTES, N.º 64 - TEL: (0 12) 3642-4547



DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
Av. Nossa Senhora do Bom Sucesso, 1400 - Alto do Cardoso - Pindamonhangaba/SP - Cep.: 12420-010
Telefax: (12) 3644-5600/e-mail: licitacao@pindamonhangaba.sp.gov.br

TABELA DE NOTAS
Pindamonhangaba - SP
21/11/2019
Regiane Ferreira de Carvalho Lúcio

6

Regiane
267



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA


Atestamos para os devidos fins que a empresa **TERRA BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO EIRELLI**, com sede na Rodovia BR 280, 15685 KM 58 galpão 03 em Guaramirim/SC, inscrita sob o CNPJ: 11.991.420/0001-01, detém qualificação técnica para venda e produção de Uniformes Escolares.

Registramos que a empresa forneceu 12.414 peças de uniformes escolares, sendo destes 8.579 Camisetas, 1.916 Shorts saia, 1.919 Bermudas, registrados com as Notas Fiscais 3426, 3427, 3443, 3444 e 3445, tendo o serviço sido executado no prazo combinado e que o mesmo atendeu plenamente ao esperado, não havendo nada que desabone a conduta do referido quanto à eficiência no atendimento e qualidade do serviço prestado.

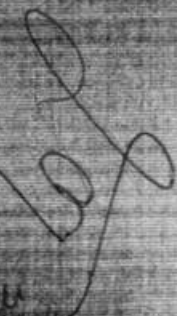

Informamos ainda que a entrega dos materiais acima referidos apresentou boa qualidade, tendo a empresa cumprido fielmente com suas obrigações, nada constando que a desabone técnica e comercialmente, até a presente data.

Estamos a disposição para dirimir quaisquer dúvidas.

Camboriú (SC), 23 de junho de 2020.


Alexandra Vitorassi Rosa
Secretária de Educação

Alexandra Vitorassi Rosa
Sec. Municipal de Educação
Port.: 1057/2017



SECRETARIA DE
SUPRIMENTOS

PREFEITURA DE
BARUERI
CIDADE INTELIGENTE


ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que a empresa **TERRA BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO EIRELI**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o n.º 11.991.420/0001-01, situada na Rod. BR 280 – Km 58, nº 15.685 – Imigrantes - Guaramirim – Santa Catarina/ SC, forneceu a Prefeitura Municipal de Barueri, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o n.º 46.523.015/0001-35, o objeto da Pregão Presencial nº 013/2019, conforme abaixo:

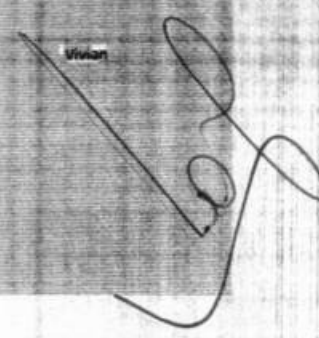
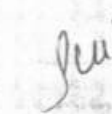


Descrição	Unidade de Medida	Quantidade
KIT DE UNIFORME ESCOLAR UNISSEX (BERÇÁRIO), 2 Body Manga Curta, 2 Body Manga Longa, 2 Blusão Helanca, 2 Calça Helanca.	KIT	765

Atestamos ainda, que o fornecimento foi realizado de forma satisfatória não existindo em nossos registros, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas, até o presente data.

Barueri, 30 de Julho de 2020.


DONIZETE APARECIDO DA SILVA
Departamento Técnico de Gestão de Contratos
Secretaria de Suprimentos

Rua Ministro Raphael de Barros Monteiro, 240
Jardim dos Camargos - Barueri - SP - CEP: 06410-080 - Fone: (11) 4199-3560



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA
DE BROTAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Fone: (14) 3653-1750 - (14) 3653-8200

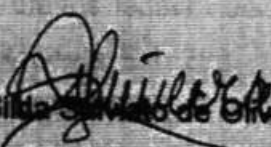
Rua Américo Venâncio Bonganni, 13 - Bairro Lagoa Dourada - CEP 17380-000
ESTADO DE SÃO PAULO



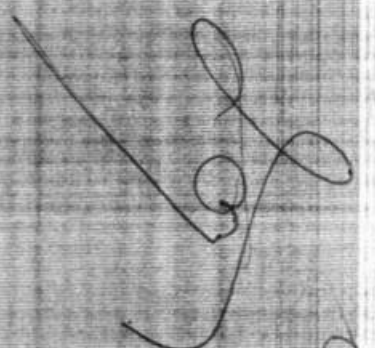
ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para fins e efeitos legais que o TERRA BRASIL INDÚSTRIA E COMERCIO EIRELI com sede à Rodovia BR 280, 15685. km 58, Galpão 03, Bairro Imigrantes Guaramirim - Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 11.991.420/0001-01 e Inscrição Estadual sob n.º 256.100.365, forneceu 11.535 peças de uniformes escolares, sendo destes 3.920 camisetas, 3.770 bermudas, 1.885 calças e 1.960 jaquetas, tendo o serviço sido executado no prazo combinado e que o mesmo atendeu plenamente ao esperado, não havendo nada que desabone a conduta do referido quanto à eficiência no atendimento e qualidade do serviço prestado.

Estância Turística de Brotas, 13 de Setembro de 2019.


Profª Gilda Salvato de Oliveira
Secretária Municipal de Educação

Gilda Salvato de Oliveira
Secretária Municipal
de Educação
RG nº 4.700.628


JW
G



MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO - PR

Secretaria de Educação e Cultura

Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811,
Bairro São Miguel - 85.560-000 Chopinzinho - Paraná

Atestado de Capacidade Técnica

Atestamos para os devidos fins e a quem possa interessar, que a Empresa Terra Brasil Industria e Comercio EIRELI, estabelecida na Rua Rodovia BR 280,15685, Bairro Imigrantes, Cidade de Guaramirim- SC, CEP - 89.270.000, inscrita sobre o CNPJ Nº 11.991.420/0001-01, Prestou Serviços para a Prefeitura Municipal de Chopinzinho, com entrega de Uniformes Escolares Sendo 1.304, conjuntos de Calça, Jaqueta e Camiseta, com valor total de 63.000,00 (Sessenta e Três Mil Reais) qualidade, não havendo nada que desabone sua conduta e responsabilidade em relação aos serviços prestados até o momento.

Sendo a verdade atesto o presente documento.

Chopinzinho, 31 de outubro de 2019

Roseli Aparecida Scolari Lorenzi
Secretária Interina de Educação, Cultura e Esporte

ROSELI AP. SCOLARI LORENZI
Secretária de Educação,
Cultura e Esportes
Dec. N° 405/2019 de 26/08/2019



MUNICÍPIO DE ILHA COMPRIDA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE SUPRIMENTOS E LICITAÇÃO

Exercício: 2020

Página: 1/3

Atestamos que os dados que a Empresa **TERRA BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI**, inscrita sob o CNPJ: 11991420000101, inscrita no CNPJ nº 18665 km 58 galpão 03 - GUARARÉ - SP, forneceu os itens abaixo relacionados no período de 02/01/2020 a 31/07/2020, sendo cumprida todas as condições legais, não havendo nada que o desabone até a presente data.

Modalidade: 13 - Pregão Presencial

Seqüência: 60/2019

Registro: 307/2019

Data Licitação: 30/12/2019

Processo: 1502-0/2020

Data: 07/04/2020

Cd. Produto	Descrição	Unidade	Qtd Solicitada	Qtd Entregue
40.01481-9	JAQUETA CONFECCIONADA EM MOLETON-COMPOSIÇÃO 58% ALGODÃO E 42%POLIESTER, RENDIMENTO MÉDIO -2.00M/KG, NA COR AZUL ROYAL 81C, (PANTONE 27466); *BLUSA ABERTA COM FECHAMENTO EM ZIPER E PERPONTA DA BARRA ATÉ A GOLA; *GOLA ESPORTIVA RESPONTADA COM 1 COSTURA; *BARRA NOS POMBOS E NAS BARRAS E 5CM LARGURA (COMPOSIÇÃO 85% ALGODÃO, 12%POLIESTER E 3%ELASTANO); *MONTAGEM INTERNA DA JAQUETA- COSTURADA EM MÁQUINA DE OVERLOCK, COM LINHA 100% POLIESTER TITULAGEM 120 E TEXTURIZADA, TÊM 100% POLIESTER PARA REFORÇO; *DOIS BOLÇOS LATERAIS ENBUTIDOS, RESPONTADO COM UMA COSTURA NA MÁQUINA RETA, COSTURADO COM LINHA 100% POLIESTER E TITULAGEM 120. *LADO ESQUERDO PEITO- LOGO TIPO DO DEPTO DE EDUCAÇÃO (MEDINDO 8CM X 7CM DE ALTURA), SENDO SILK SCREEN NA COR BRANCA, CONFORME FOTO ILUSTRATIVA. AS PEÇAS DEVERÃO TER ETIQUETAS EM TECIDO TIPO TNT NA COR BRANCA, NOS LOCAIS CONVENÇIONAIS COM INDICAÇÃO DO TECIDO, NOME DA CONFECCÃO, TAMANHO DO MANEQUIM O TECIDO DEVE ATENDER NBR 10.597 E NBR 6432. TAM. P-M-G-GG-G1-G2-G3	UN	104,00	104,00

40.01482-9

UN 104,00 104,00

Processo: 1504-0/2020

Data: 07/04/2020

Cd. Produto	Descrição	Unidade	Qtd Solicitada	Qtd Entregue
40.01482-9	JAQUETA CONFECCIONADA EM MOLETON-COMPOSIÇÃO 58% ALGODÃO E 42%POLIESTER, RENDIMENTO MÉDIO -2.00M/KG, NA COR AZUL ROYAL 81C, (PANTONE 27466); *BLUSA ABERTA COM FECHAMENTO EM ZIPER E PERPONTA DA BARRA ATÉ A GOLA; *GOLA ESPORTIVA RESPONTADA COM 1 COSTURA; *BARRA NOS POMBOS E NAS BARRAS E 5CM LARGURA (COMPOSIÇÃO 85% ALGODÃO, 12%POLIESTER E 3%ELASTANO); *MONTAGEM INTERNA DA JAQUETA- COSTURADA EM MÁQUINA DE OVERLOCK, COM LINHA 100% POLIESTER TITULAGEM 120 E TEXTURIZADA, TÊM 100% POLIESTER PARA REFORÇO; *DOIS BOLÇOS LATERAIS ENBUTIDOS, RESPONTADO COM UMA COSTURA NA MÁQUINA RETA, COSTURADO COM LINHA 100% POLIESTER E TITULAGEM 120. *LADO ESQUERDO PEITO- LOGO TIPO DO DEPTO DE EDUCAÇÃO (MEDINDO 8CM X 7CM DE ALTURA), SENDO SILK SCREEN NA COR BRANCA, CONFORME FOTO ILUSTRATIVA. AS PEÇAS DEVERÃO TER ETIQUETAS EM TECIDO TIPO TNT NA COR BRANCA, NOS LOCAIS CONVENÇIONAIS COM INDICAÇÃO DO TECIDO, NOME DA CONFECCÃO, TAMANHO DO MANEQUIM O TECIDO DEVE ATENDER NBR 10.597 E NBR 6432. TAM. P-M-G-GG-G1-G2-G3	UN	500,00	500,00

JAQUETA CONFECCIONADA EM MOLETON-COMPOSIÇÃO 58% ALGODÃO E 42%POLIESTER, RENDIMENTO MÉDIO -2.00M/KG, NA COR AZUL ROYAL 81C, (PANTONE 27466);
*BLUSA ABERTA COM FECHAMENTO EM ZIPER E PERPONTA DA BARRA ATÉ A GOLA;
*GOLA ESPORTIVA RESPONTADA COM 1 COSTURA;
*BARRA NOS POMBOS E NAS BARRAS E 5CM LARGURA (COMPOSIÇÃO 85% ALGODÃO, 12%POLIESTER E 3%ELASTANO);
*MONTAGEM INTERNA DA JAQUETA- COSTURADA EM MÁQUINA DE OVERLOCK, COM LINHA 100% POLIESTER TITULAGEM 120 E TEXTURIZADA, TÊM 100% POLIESTER PARA REFORÇO;
*DOIS BOLÇOS LATERAIS ENBUTIDOS, RESPONTADO COM UMA COSTURA NA MÁQUINA RETA, COSTURADO COM LINHA 100% POLIESTER E TITULAGEM 120.
*LADO ESQUERDO PEITO- LOGO TIPO DO DEPTO DE EDUCAÇÃO (MEDINDO 8CM X 7CM DE ALTURA), SENDO SILK SCREEN NA COR BRANCA, CONFORME FOTO ILUSTRATIVA. AS PEÇAS DEVERÃO TER ETIQUETAS EM TECIDO TIPO TNT NA COR BRANCA, NOS LOCAIS CONVENÇIONAIS COM INDICAÇÃO DO TECIDO, NOME DA CONFECCÃO, TAMANHO DO MANEQUIM O TECIDO DEVE ATENDER NBR 10.597 E NBR 6432. TAM. P-M-G-GG-G1-G2-G3

[Handwritten signatures and initials]



MUNICÍPIO DE ILHA COMPRIDA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE SUPRIMENTOS E LICITAÇÃO
ATESTADO E CAPACIDADE TÉCNICA

Exercício: 2020
Página: 2/3

273

Atestamos para os autos que, a Empresa **TERRA BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI**, inscrita sob o CNPJ: 1499342000101, com sede à RUA MARIA BR 280 nº 15685 km 58 galpão B3 - GUARAMIRIM - SC, forneceu os itens abaixo relacionados no período de 03/03/2020 a 23/07/2020, sendo cumpridas todas as exigências legais, não havendo nada que a desabone até a presente data.

Item	Descrição	Unidade	Qtd Solicitada	Qtd Entregue
40.01481-0	JACUETA CONFECCIONADA EM MOLETON-COMPOSIÇÃO 50% ALGODÃO E 40%POLIESTER, RENDIMENTO MÉDIO -2.00M/KG, NA COR AZUL ROYAL BIC, (PARFONE 27466). *BOLSA ABERTA COM FECHAMENTO EM ZIPER E PERPONTA DA BARRA ATÉ A GOLA. *GOLA ESPORTIVA RESPONTADA COM 1 COSTURA. *BARRA NOS MANGOS E NAS BARRAS E 5CM LARGURA (COMPOSIÇÃO 85% ALGODÃO, 12%POLIESTER E 3%ELASTANO). *MONTAGEM INTERNA DA JAQUETA- COSTURADA EM MÁQUINA DE OVERLOCKE, COM LINHA 100% POLIESTER TITULAGEM 120 E TEXTURIZADA, TAMBÉM 100% POLIESTER PARA REFORÇO. *DOIS BOLSOS LATERAIS EMBUTIDOS, PREPONTADO COM UMA COSTURA NA MÁQUINA RETA, COSTURADO COM LINHA 100% POLIESTER E TITULAGEM 120. *LADO ESQUERDO PEITO -LOGO TIPO DO DEPTO DE EDUCAÇÃO (MEDINDO 8CM X 7CM DE ALTURA), SENDO SILK SCREEN NA COR BRANCA, CONFORME FOTO ILUSTRATIVA. AS PEÇAS DEVERÃO TER ETIQUETAS EM TECIDO TIPO TNT NA COR BRANCA, NOS LOCAIS CONVENCIONAIS COM INDICAÇÃO DO TECIDO, NOME DA CONFECCÃO, TAMANHO DO MANEQUIM O TECIDO DEVE ATENDER NBR 10.597 E NBR 9432. TAM. P-M-G-GG-G1-G2-G3.	UN	500,00	500,00

Item	Descrição	Unidade	Qtd Solicitada	Qtd Entregue
40.01480-0	JACUETA CONFECCIONADA EM MOLETON-COMPOSIÇÃO 50% ALGODÃO E 40%POLIESTER, RENDIMENTO MÉDIO -2.00M/KG, NA COR AZUL ROYAL BIC, (PARFONE 27466). *BOLSA ABERTA COM FECHAMENTO EM ZIPER E PERPONTA DA BARRA ATÉ A GOLA. *GOLA ESPORTIVA RESPONTADA COM 1 COSTURA. *BARRA NOS MANGOS E NAS BARRAS E 5CM LARGURA (COMPOSIÇÃO 85% ALGODÃO, 12%POLIESTER E 3%ELASTANO). *MONTAGEM INTERNA DA JAQUETA- COSTURADA EM MÁQUINA DE OVERLOCKE, COM LINHA 100% POLIESTER TITULAGEM 120 E TEXTURIZADA, TAMBÉM 100% POLIESTER PARA REFORÇO. *DOIS BOLSOS LATERAIS EMBUTIDOS, PREPONTADO COM UMA COSTURA NA MÁQUINA RETA, COSTURADO COM LINHA 100% POLIESTER E TITULAGEM 120. *LADO ESQUERDO PEITO -LOGO TIPO DO DEPTO DE EDUCAÇÃO (MEDINDO 8CM X 7CM DE ALTURA), SENDO SILK SCREEN NA COR BRANCA, CONFORME FOTO ILUSTRATIVA. AS PEÇAS DEVERÃO TER ETIQUETAS EM TECIDO TIPO TNT NA COR BRANCA, NOS LOCAIS CONVENCIONAIS COM INDICAÇÃO DO TECIDO, NOME DA CONFECCÃO, TAMANHO DO MANEQUIM O TECIDO DEVE ATENDER NBR 10.597 E NBR 9432. TAM. 01-02-04-06-08-10-12-14-16	UN	2.000,00	2.000,00
40.01482-0	CALÇA CONFECCIONADA EM MOLETON-COMPOSIÇÃO 50% ALGODÃO E 40%POLIESTER, RENDIMENTO MÉDIO -2.00M/KG, NA COR AZUL ROYAL BIC, (PARFONE 27466). *CINTURA DA CALÇA COM ELÁSTICO DE 4CM DE LARGURA. *UM BOLSO TRASEIRO (LADO DIREITO), RESPONTADO COM DUAS AGULHAS. *BARRA DA CALÇA SERÁ RESPONTADA EM DUAS AGULHAS, FEITA NA GALONEIRA COM 2,5CM DE LARGURA. *COSTURAS EM MÁQUINA CATRACA COM 4 AGULHAS, PONTO CORRENTE E COSTURAS INTERNAS EM OVERLOCKE. *DEVERÁ SER UTILIZADA A LINHA EM 100% POLIESTER, Nº120 NA COR DO TECIDO. *AS PEÇAS DEVERÃO SER ETIQUETADAS EM TECIDO TIPO TNT NA COR BRANCA, NOS LOCAIS CONVENCIONAIS COM INDICAÇÃO DO TECIDO, CNPJ E RAZÃO SOCIAL DA CONFECCÃO, TAMANHO DO MANEQUIM, CONFORME DETERMINAÇÃO PELA NORMA NBR 1550 Nº3758/2006 TAM. 01-02-04-06-08-10-12-14-16	UN	2.000,00	2.000,00

[Handwritten signature and initials]

MUNICIPIO DE ILHA COMPRIDA
DIRETORIA DE ADMINISTRACAO
DIVISAO DE SUPRIMENTOS E LICITACAO

Exercício: 2020
 Página: 2/3

Assim, para os efeitos da Lei, que a Empresa TREGA BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI, inscrita no CNPJ nº 15.683.881/0001-03, inscrita no CNPJ nº 11.991.470.000.101, em 01/01/2020 a 31/07/2020, tem cumprido todas as obrigações legais, não havendo nada que a desqualifique até a presente data.

ILHA COMPRIDA, 21 de Julho de 2020.

Sete

Roberta Frantz Fortes
 ROBERTA FRANTZ FORTES
 RG 15.590.587
 Inscrição de Desempenho de Exatidão

Luiz

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atesto, a pedido da interessada e para fins de prova e atestado de execução, que a empresa **TERRA BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº **11.991.420/0001-01**, estabelecida na **RODOVIA BR 280 KM 58, nº15685, bairro IMIGRANTES**, na cidade de **GUARAMIRIM**, Estado de **SANTA CATARINA**, prestou serviços ao **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAJAI**, CNPJ nº **08.259.606/0001-58**, da quantidade de **10.000 (dez mil)** camisetas para identidade visual: meia malha 67% poliéster 33% viscose gramatura 160gr/m – cor branca, sendo **9.000 (nove mil)** peças com estampa do projeto agente mirim FUNASA, e **600 (seiscentas)** peças com estampa do projeto mirim FUNASA zoonoses, todas entregues em um prazo justificado, sendo que todas as solicitações foram atendidas, as **55 (cinquenta e cinco)** caixas foram devidamente entregues e não havia violação. As estampas estavam de acordo com os logos solicitados e os tamanhos seguiram o padrão da empresa estando todas as numerações etiquetadas. O valor pago pelo serviço prestado foi de **R\$78.000,00 (setenta e oito mil reais)** sendo o número da nota fiscal **000.003.472**.

Saliento que a prestação do serviço acima referido apresentou bom desempenho, tendo a empresa cumprido fielmente com suas obrigações, nada constando que a desabone técnica e comercialmente até a presente data.

Lucio Pereira Vieira
Gerente de Zoonoses
Núcleo de Vigilância Epidemiológica

ITAJAI, 05 de Agosto de 2020

Lúcio Vieira
Gerente do Núcleo de Controle de Zoonoses



Rua Leodegário Pedro da Silva nº 300 – Itajaí
Telefone: (47) 3249-5509 | Email: ncz.sms@itajai.sc.gov.br

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA


Atestamos para os devidos fins que a empresa **TERRA BRASIL IND. E COM. EIRELI.**, inscrita sob o CNPJ. (MF) nº 11.991.420/0001-01, IE nº 258.100.365, IM. nº 5951, estabelecida na Rodovia BR 280 KM 58, nº 15.685, Imigrantes, Guaramirim - SC, Cep. nº 89.270-000, Fone (47) - 3370-5792, neste ato representada pelo seu Sócio Proprietário, o Senhor **FRANCISCO VANILDO DE MELO JÚNIOR**, brasileiro, solteiro, empresário, RG. nº 5.810.481-SSP/SP, CPF (MF) nº 082.428.889-71, residente e domiciliado na Rua 28 de Agosto, nº 1.321, Ap. 101, Amizade, Guaramirim - SC, Cep. nº 89.270-000,

CONFECCIONOU E FORNECEU uniformes para os alunos da rede Municipal de Ensino, para o exercício de 2.019, referente ao contrato nº 65/2019, com data de 17 de abril de 2.019, Pregão Presencial nº 08/2019, Processo nº 652/2019, firmado entre a Prefeitura Municipal de Santa Fé do Sul - SP e a referida empresa, de acordo com as quantidades, especificações, marcas e valores abaixo:

Item	Quant.	Descrição	Marca	Unit.	Total
01	4.238	Camiseta infantil com manga curta (Tam. 02 ao 16)	Terra Brasil	7,80	33.056,40
02	350	Camiseta adulta com manga curta (Tam. P, M, G, GG e EGG)	Terra Brasil	7,80	2.730,00
03	4.904	Camiseta infantil sem manga - "Regata" (Tam. 02 ao 16)	Terra Brasil	7,50	36.780,00
04	403	Camiseta adulta sem manga - "Regata" (Tam. P, M, G, GG e EGG)	Terra Brasil	7,50	3.022,50
05	326	Camiseta especial infantil com manga (Tam. 02 ao 16) - "9º Ano"	Terra Brasil	5,0997	1.662,50
06	461	Camiseta especial adulto com manga (Tam. P, M, G, GG e EGG) - "9º Ano"	Terra Brasil	7,80	3.595,80
07	3.722	Bermuda infantil unissex (Tam. 02 ao 16)	Terra Brasil	12,40	46.152,80
TOTAL GERAL DO LOTE ÚNICO				R\$	127.000,00

Os uniformes foram entregues de forma satisfatória, dentro do prazo estipulado em contrato e até a presente data inexistiu ato ou fato que desabone a conduta da empresa.

Santa Fé do Sul, 16 de setembro de 2.019.


CARLOS ROGERIO GARCIA
 Secretário Municipal de Educação

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que a empresa **TERRA BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO EIRELI - EPP**, CNPJ (ME) nº 11.991.420/0001-01, TE nº 256.100.365, IM. nº 5951, estabelecida na Rodovia BR 280 KM 58, nº 15.685, Imigrantes, Guarimirim - SC, Cep. nº 89.270-000, Fone (47) - 3370-5792, neste ato representada pelo seu Sócio Proprietário, o Senhor **FRANCISCO VANILDO DE MELO JÚNIOR**, brasileiro, solteiro, empresário, RG, nº 5.810.481-SSP/SP, CPF (ME) nº 062.428.889-71, residente e domiciliado na Rua 28 de Agosto, nº 1.321, Ap. 101, Amizade, Guarimirim - SC, Cep. nº 89.270-000

CONFECCIONOU E FORNECEU os uniformes para os alunos da rede Municipal de Ensino, exercício de 2.020, referente ao contrato nº 39/2020, com data de 13 de fevereiro de 2.020, Pregão Presencial nº 57/2.019 - Processo nº 3.381/2.019, firmado entre a Prefeitura Municipal de Santa Fé do Sul - SP e a referida empresa, de acordo com as quantidades, especificações, marca e valores definidos abaixo:


Item	Quant.	Descrição	Marca	Unit.	Total
01	5.656	Camiseta infantil com manga curta (Tam. 02 ao 16)	Terra Brasil	7,40	41.854,40
02	1.581	Camiseta adulta com manga curta (Tam. P, M, G, GG, EGG, G1 e G4)	Terra Brasil	7,40	11.699,40
03	3.928	Camiseta infantil sem manga - "Regata" (Tam. 02 ao 16)	Terra Brasil	7,40	29.067,20
04	240	Camiseta adulta sem manga - "Regata" (Tam. P, M, G, GG, EGG, G1 e G4)	Terra Brasil	7,50	1.800,00
05	173	Camiseta especial infantil com manga (Tam. 12 ao 16) - "9º Ano"	Terra Brasil	7,50	1.297,50
06	540	Camiseta especial adulta com manga (Tam. P, M, G, GG, EGG e G1) - "9º Ano"	Terra Brasil	7,50	4.050,00
07	2.848	Bermuda infantil unissex (Tam. 02 ao 16)	Terra Brasil	13,00	37.024,00
TOTAL GERAL DO LOTE ÚNICO					RS 126.792,50

Santa Fé do Sul, 17 de agosto de 2.020.


CARLOS ROGÉRIO GARCIA
Secretário Municipal de Educação

Secretaria Municipal de Educação
Rua Santa Fé, 100 - Centro - Santa Fé do Sul - SP

Telefone: (47) 3370-5792
Fax: (47) 3370-5792

 www.santafedosul.sp.gov.br
Secretaria Municipal de Educação







Paraná da Grande São Paulo

Município de Santa Isabel
Secretaria Municipal de Educação
Tel. 4656-2440 e-mail: sec.educacao@santaisabel.sp.gov.br

278

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA Nº 05/2020

Atestamos, para fins de comprovação em licitações promovidas por entidades de direito público ou privadas, que a empresa **TERRA BRASIL INDUSTRIA E COMÉRCIO EIRELI - EPP**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 11.991.420/0001-01, com sede Rodovia BR Km 58 nº 1.685, - Bairro - Imigrantes, Guaramirim/SC, CEP 89.270-000, forneceu a este Município os itens abaixo discriminados:

QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÃO	MODALIDADE
9.596	UNID.	019.003.0026- JAQUETA UNISSEX EM HELANCA	PREGÃO PRESENCIAL Nº 02C/2019
9.596	UNID.	019.003.0029- CALÇA UNISSEX EM HELANCA	

Atestamos ainda, que a referida empresa cumpriu rigorosamente as obrigações e as demais condições estabelecidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 65/2019, não sendo de nosso conhecimento registros que possam desabonar sua capacidade técnica e administrativa, até a presente data.

Santa Isabel, 23 de julho de 2020.


ALINE GEMINIANA FRANCO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ISABEL

Avenida da República, 297-Centro - CEP: 07500-000







PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO - DEPARTAMENTO DE COMPRAS E MATERIAL

Rua Raimundo Leonardi, N° 1586 - Centro - CEP 85.900-110

Fone: (45) 3055 8805 - Fax (45) 3378 1704 - site: www.toledo.pr.gov.br

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA Nº 023/2020

Atestamos para os devidos fins, que a empresa **TERRA BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rod BR 280, KM 58, n° 15685, Bairro: Imigrantes, CEP: 89.270-000, na cidade de Guaratimir/SC, inscrito no CNPJ/MF sob N° 11.891.420/0001-01, forneceu ao MUNICÍPIO DE TOLEDO, inscrito no CNPJ N° 76.205.808/0001-88, de acordo com a Ata de Registro de Preços N° 827/2019, onando do Pregão Presencial 171/2019, uniformes escolares para os alunos da rede municipal de ensino de Toledo/PR, sob a responsabilidade da Secretaria Municipal da Educação, conforme a seguir:

			DESCRIÇÃO	QTD	UNID.
01	1	51252	Camiseta manga curta na cor cinza mescla, tamanho adulto, confeccionada em tecido poliviscose (composição 67% poliéster e 33% viscose) com tratamento Anti Pilling, gramatura 160 g/m², com ribana com gramatura 220 g/m² na composição 66% poliéster, 32 % viscose e 2% elastano na gola na cor verde, com brásão do Município de 07x07 cm em serigrafia na parte frontal do lado esquerdo.	500,00	UN
01	2	51251	Camiseta manga curta na cor cinza mescla, tamanho infanto-juvenil (04 a 14 anos), confeccionada em tecido poliviscose (composição 67% poliéster e 33% viscose) com tratamento Anti Pilling, gramatura 160 g/m², com ribana com gramatura 220 g/m² na composição 66% poliéster, 32 % viscose e 2% elastano na gola na cor verde, com brásão do Município de 07x07 cm em serigrafia na parte frontal do lado esquerdo.	2.000,00	UN
02	1	50212	Camiseta manga longa na cor cinza mescla, tamanho adulto, confeccionada em tecido poliviscose (composição 67% poliéster e 33% viscose) com tratamento Anti Pilling, gramatura 160 g/m², com ribana com gramatura 220 g/m² na composição 66% poliéster, 32 % viscose e 2% elastano na gola na cor verde bandeira, com brásão do Município de 07x07 cm em serigrafia na parte frontal do lado esquerdo.	602,00	UN
02	2	50211	Camiseta manga longa na cor cinza mescla, tamanho infanto-juvenil (04 a 14 anos), confeccionada em tecido poliviscose (composição 67% poliéster e 33% viscose) com tratamento Anti Pilling, gramatura 160 g/m², com ribana com gramatura 220 g/m² na composição 66% poliéster, 32 % viscose e 2% elastano na gola na cor verde bandeira, com brásão do Município de 07x07 cm em serigrafia na parte frontal do lado esquerdo.	21.368,00	UN
04	1	50216	Conjunto feminino na cor verde bandeira, tamanho adulto, confeccionada em tecido Suplex (90% Poliamida 10% Elastano), gramatura 320 g/m², com ós alto e comprimento abaixo do joelho, com brásão do Município de 07x07 cm em serigrafia na parte direita na parte frontal.	217,00	UN
04	2	50215	Conjunto feminino na cor verde bandeira, tamanho infanto-juvenil (de 04 a 14 anos), confeccionada em tecido Suplex (90% Poliamida 10% Elastano), gramatura 320 g/m², com ós alto e comprimento abaixo do joelho, com brásão do Município de 07x07 cm em serigrafia na parte direita na parte frontal.	6.538,00	UN

A empresa cumpriu suas obrigações contratuais, nada estando registrado que a desabone.

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TOLEDO,
ESTADO DO PARANÁ.

Toledo, 16 de julho de 2020.

THIAGO LOCATELLI
DIRETOR DO DEPARTAMENTO
DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

MOACIR NEODI VANZZO
SECRETARIO DA ADMINISTRAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
- ESTADO DO PARANÁ -

AV. PEDRO AMARO DOS SANTOS, 900 - CENTRO - FONE/FAX:(044) 3664-1320

TERMO DE CONFERÊNCIA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO N.º 059/2023 MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

PROPONENTE: UMUARAMINHA ESPORTES

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

DOCUMENTOS	SOLICITADO		
CONTRATO SOCIAL	SIM	OK	
CARTÃO CNPJ	SIM	OK	
CERTIDÃO CONJUNTA DE DEBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS	SIM	OK	02/12/2023
CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DEBITOS COM A FAZENDA ESTADUAL	SIM	OK	21/10/2023
CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DEBITOS COM A FAZENDA MUNICIPAL	SIM	OK	15/10/2023
CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DEBITOS PARA COM O FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO - FGTS	SIM	OK	02/10/2023
CERTIDÃO NEGATIVA DE DEBITOS TRABALHISTAS CNDT	SIM	OK	21/01/2024
Certidão Negativa de Falência	SIM	OK	
Declaração de Micro Empresa	SIM	OK	ME
Anexo IV. (TERMO DE DECLARAÇÕES)	SIM	OK	
ALVARÁ PARA LICENÇA E FUNCIONAMENTO	SIM	OK	
Alvará de Licença (LA) da empresa, devidamente vigente para fins de comprovação de respeitabilidade a legislação	SIM	OK	



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
- ESTADO DO PARANÁ -

AV. PEDRO AMARO DOS SANTOS, 900 - CENTRO - FONE/FAX:(044) 3664-1320

281

ambiental			
Licença de Operação de Regularização junto ao Instituto Água e Terra - IAT, para atividades têxteis, conforme Art. 8º, Inciso III da Resolução nº 237/97 - Conama e Artigo 3º, Inciso VI da Resolução nº 102/2019 - CEMA, em nome da proponente	SIM	OK	
ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA	SIM	OK	

DOCUMENTOS DA PROPOSTA

CONDIÇÕES	SOLICITADO	PROPOSTA	OBSERVAÇÃO
Condições de Pagamento	30 DIAS	OK	
Prazo de Entrega	30 DIAS	OK	
Validade da Proposta	60 DIAS	OK	
Garantia			
Assinaturas	SIM	OK	
Apresentou a marca do (s) produto(s)	SIM	OK	
A proposta esta dentro do vlr. Máximo			

Alto Paraíso - PR, 26/09/2023

Assinatura do Membro Conferente

Condições de Pagamento

30 DIAS

Prazo de Entrega

30 DIAS

Validade da Proposta

60 DIAS

Garantia

SIM

Assinaturas

SIM

Apresentou a marca do (s) produto(s)

SIM

A proposta esta dentro do vlr. Máximo

282

ATO CONSTITUTIVO DE SOCIEDADE LIMITADA UNIPESSOAL

UMUARAMINHA ESPORTES LTDA.

Página 1

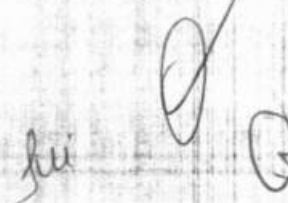
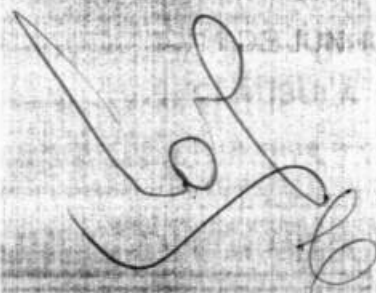
EDIVANILSON LOPES ROMEIRO, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, inscrito no CPF sob o nº 598.663.309-15, portador da carteira de identidade RG nº. 3.619.978-4 SSP-PR, residente e domiciliado na Avenida Rotary, 3915, Jardim dos Príncipes, Umuarama-PR, CEP: 87502-370, com fundamento na Instrução Normativa do DREI nº 63, de 11 de junho de 2019, **RESOLVE**, por este instrumento particular de contrato e na melhor forma de direito, constituir uma **Sociedade Limitada Unipessoal**, que se regerá, no que couber, pelos artigos 1.052 a 1.087, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, pelas demais disposições legais aplicáveis à espécie e pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA DENOMINAÇÃO: A sociedade, constituída sob a forma de sociedade limitada unipessoal, adotará o nome empresarial de **UMUARAMINHA ESPORTES LTDA.** que será regida por este instrumento de constituição, nos termos do art. 1.052, parágrafo 1º do Código Civil, com as alterações introduzidas pela Lei 13874/2019, em obediência ao contido na INSTRUÇÃO NORMATIVA DREI Nº 63, DE 11 DE JUNHO DE 2019.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA SEDE E DOMICÍLIO: A sociedade limitada unipessoal terá sede e domicílio na Rua Manoel Ramires, nº 964, Barracão, Parque Industrial 3A, Umuarama/PR, CEP: 87507-011.

CLÁUSULA TERCEIRA – FILIAIS E OUTRAS DEPENDÊNCIAS: A sociedade poderá, a qualquer tempo, abrir e encerrar filiais, agências e escritórios, em qualquer parte do território nacional ou no exterior, mediante alteração contratual assinada pelo sócio único.

CLÁUSULA QUARTA – OBJETO SOCIAL: A sociedade terá por objeto a exploração do ramo de: **FACÇÃO E CONFECÇÃO DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO, COM PREDOMINÂNCIA EM ARTIGOS ESPORTIVOS; FACÇÃO E CONFECÇÃO DE ROUPAS PROFISSIONAIS.**



ATO CONSTITUTIVO DE SOCIEDADE LIMITADA UNIPESSOAL

UMUARAMINHA ESPORTES LTDA.

Página 2

CLÁUSULA QUINTA – INÍCIO DAS ATIVIDADES E PRAZO DE DURAÇÃO DA SOCIEDADE: O prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado e o início das atividades, para todos os efeitos, é a data do registro do instrumento constitutivo na Junta Comercial do Paraná.

CLÁUSULA SEXTA – DO CAPITAL SOCIAL: O capital social será de R\$20.000,00 (vinte mil reais), dividido em 20.000 (vinte mil) quotas no valor de R\$1,00 (um real), cada uma, subscritas e integralizadas, neste ato, em moeda corrente do País, pelo sócio único e distribuídas da seguinte forma:

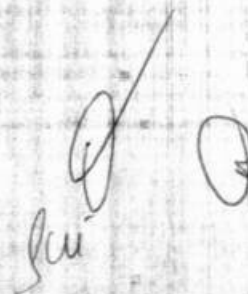
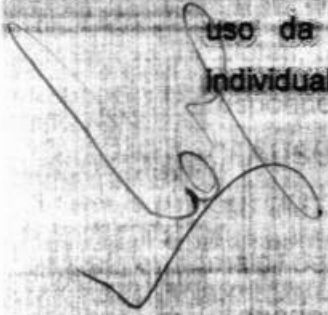
SOCIO ÚNICO:	(%)	QUOTAS	VALOR
EDIVANILSON LOPES ROMEIRO	100	20.000	20.000,00
TOTAL:	100	20.000	20.000,00

Parágrafo Único – A responsabilidade do sócio único é restrita ao valor de suas quotas, não havendo responsabilidade solidária pelas obrigações sociais, respondendo, no entanto, pela integralização do capital social.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS QUOTAS: As quotas da Sociedade Limitada Unipessoal são indivisíveis perante a empresa e a terceiros e não poderá ser representada por mais de um sócio e, da mesma forma, não poderão ser cedidas, transferidas, alienadas, inclusive em relação aos direitos sobre as mesmas, sem o expresse consentimento do sócio único, o qual, em condições de igualdade e preço, terá sempre o direito de preferência e na proporção das quotas que é possuidor.

CLÁUSULA OITAVA – ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE: A administração da sociedade limitada unipessoal caberá ao sócio único EDIVANILSON LOPES ROMEIRO, qualificado no preâmbulo deste instrumento, para o que está dispensado da prestação de caução.

Parágrafo Primeiro – Ao administrador da sociedade limitada unipessoal compete o uso da firma e a representação da sociedade, podendo para tanto realizar individualmente todos os atos necessários ou convenientes à consecução dos objetivos



ATO CONSTITUTIVO DE SOCIEDADE LIMITADA UNIPESSOAL

UMUARAMINHA ESPORTES LTDA.

Página 3

ou a defesa dos interesses e direitos da sociedade, com os poderes e atribuições de gerir e administrar os negócios da mesma, representá-la, ativa e passivamente, judicial e extra judicialmente, perante órgãos públicos, instituições financeiras, entidades privadas e terceiros em geral, podendo, também, celebrar contratos, firmar compromissos profissionais de âmbito nacional ou internacional, confessar dívidas, fazer acordos, transigir, renunciar, desistir, adquirir, alienar e onerar bens imóveis.

Parágrafo Segundo – Faculta-se ao sócio único administrador, nos limites de seus poderes, constituir procuradores em nome da sociedade, devendo ser especificados no instrumento do mandato, os atos e operações a serem praticados e a duração do mesmo, que, em caso de judicial, poderá ser por prazo indeterminado.

CLÁUSULA NONA – PRO-LABORE: O sócio único administrador fixará uma retirada mensal, a título de "pró-labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO DESIMPEDIMENTO: O sócio único administrador declara, sob as penas da lei, não estar incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que o impeça de exercer a administração da sociedade em virtude de condenação criminal, nem está sendo processado nem condenado em crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo e a fé pública ou a propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO EXERCÍCIO SOCIAL E BALANÇO PATRIMONIAL: Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, será procedido a elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo ao sócio único os lucros ou perdas apuradas.

Parágrafo Único – Fica a sociedade limitada unipessoal autorizada a levantar balanços ou balancetes intermediários em qualquer período do ano calendário, observadas as disposições legais, podendo inclusive, distribuir os resultados, se houver e se for de interesse do sócio único, inclusive a obrigação da reposição dos lucros, se os mesmos forem distribuídos com prejuízo de capital.


ATO CONSTITUTIVO DE SOCIEDADE LIMITADA UNIPESSOAL

UMUARAMINHA ESPORTES LTDA.

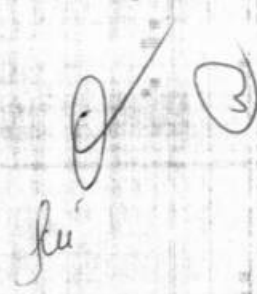
Página 4

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESOLUÇÃO DAS QUOTAS DO SÓCIO ÚNICO EM RELAÇÃO À SOCIEDADE: Falecendo ou interditado o sócio único da sociedade limitada unipessoal, a empresa continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e/ou sucessores do incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes, o valor de seus haveres serão apurados e liquidados com base na situação patrimonial da empresa, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO DA SOCIEDADE: A Sociedade limitada unipessoal poderá ser dissolvida por iniciativa do sócio único que, nessa hipótese, realizará diretamente a liquidação ou indicará um liquidante, ditando-lhe a forma de liquidação. Solvidas as dívidas e extintas as obrigações da Sociedade, o patrimônio remanescente será integralmente incorporado ao patrimônio do representante legal.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO: O sócio único da sociedade limitada unipessoal, declara, sob as penas da Lei, que se enquadra na condição de MICROEMPRESA, nos termos da Lei Complementar nº123, de 14/12/2006. 

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO: Fica eleito o foro da Comarca de Umuarama, Estado do Paraná, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes do presente instrumento, com exclusão a qualquer outro, seja qual for ou vier a ser o futuro domicílio do sócio único.



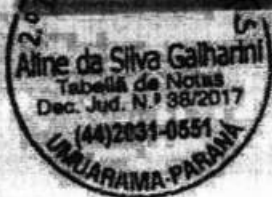
ATO CONSTITUTIVO DE SOCIEDADE LIMITADA UNIPessoal
UMUARAMINHA ESPORTES LTDA.

Página 5

E por estar assim, justo e contratado, lavra e assina o presente instrumento, em via única, obrigando-se fielmente por si, seus herdeiros e sucessores legais a cumpri-lo em todos os seus termos.

Umuarama/PR, 09 de abril de 2020.


EDIVANILSON LOPES ROMEIRO



CERTIFICO O REGISTRO EM 14/04/2020 16:11 SOB N° 41209333786.
 PROTOCOLO: 201696886 DE 14/04/2020. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
 12001528963. NIRE: 41209333786.
 UMUARAMINHA ESPORTES LTDA.



LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
 SECRETÁRIO-GERAL
 CURITIBA, 14/04/2020
www.empresafacil.pr.gov.br

1522051109

EDUARDO LOPES ROQUEIRO

DOC. IDENTIFICACIONES VEHICULOS
15119784 SESE PR

DT 198.653.209-19 **DATA NACIMENTO** 12/06/1987

PLACADO
ANTONIO LOPES ROQUEIRO

ANTONIA MARTINA COCO ROQUEIRO

PLACADO **ACC** **CAT. HAB**
AB

Nº REGISTRO 04177982042 **VALIDADEZ** 19/03/2022 **Nº HABILITACAO** 07711/1985

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL CURITIBA, PR **DATA EMISSAO** 19/03/2017

15415601555
85633146745

PARANÁ

DENATRAN **CONTRAN**

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio da comparação deste arquivo digital com o arquivo de assinatura (.p7s) no endereço: < <http://www.serpro.gov.br/assinador-digital> >.

SERPRO / DENATRAN

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 36.932.106/0001-70 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 14/04/2020	
NOME EMPRESARIAL UMUARAMINHA ESPORTES LTDA.					
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****				PORTE ME	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 14.12-6-03 - Fecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 14.12-6-01 - Confecção de peças de vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida 14.13-4-01 - Confecção de roupas profissionais, exceto sob medida 14.13-4-02 - Confecção, sob medida, de roupas profissionais 14.13-4-03 - Fecção de roupas profissionais					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada					
LOGRADOURO R MANOEL RAMIRES		NÚMERO 964		COMPLEMENTO BRCAO .	
CEP 87.507-011	BAIRRO/DISTRITO PARQUE INDUSTRIAL 3A	MUNICÍPIO UMUARAMA		UF PR	
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE (44) 3624-6619			
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****					
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA				DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 14/04/2020	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL					
SITUAÇÃO ESPECIAL *****				DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 11/09/2023 às 09:31:11 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: UMUARAMINHA ESPORTES LTDA.
CNPJ: 36.932.106/0001-70

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 16:01:33 do dia 05/06/2023 <hora e data de Brasília>.

Válida até 02/12/2023.

Código de controle da certidão: **B930.A618.0F59.7F50**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

291

Certidão Positiva
de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
com Efeitos de Negativa

(Art. 206 do CTN)
Nº 031133602-66

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **36.932.106/0001-70**
Nome: **UMUARAMINHA ESPORTES LTDA.**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos existir pendências cadastradas em nome do contribuinte acima identificado, nesta data, as quais estão com a exigibilidade suspensa nos termos dos incisos II, III e/ou VI, do art. 151, do Código Tributário Nacional (Lei 5.172/1966).

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias

Válida até 21/10/2023 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
Estado do Paraná
SECRETARIA DE FAZENDA
DIRETORIA DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Certidão Negativa de Débitos Nº 26480 / 2023

CERTIFICAMOS, conforme requerido por **UMUARAMINHA ESPORTES**, CPF/CNPJ nº 36.932.106/0001-70, para fins **LICITAÇÃO**, que **NÃO CONSTAM DÉBITOS** RELATIVOS A TRIBUTOS MUNICIPAIS (impostos, taxas, contribuição de melhoria e dívida ativa dos cadastros Mobiliários e Imobiliários), até a presente data em nome de **UMUARAMINHA ESPORTES LTDA** CPF/CNPJ nº 36.932.106/0001-70, situado(a) na cidade de Umuarama.

Fica ressalvado o direito da Fazenda Pública Municipal cobrar débitos posteriormente apurados, mesmo referentes a períodos compreendidos nesta Certidão.

CÓDIGO DE AUTENTICIDADE: 71A8A4857C9E8ED2212DDC4335B68E51

A PRESENTE CERTIDÃO TERÁ VALIDADE ATÉ 15/10/2023

Umuarama, 17 de julho de 2023

FUNCIONÁRIO: WEB

[Voltar](#)[Imprimir](#)**Certificado de Regularidade
do FGTS - CRF****Inscrição:** 36.932.106/0001-70**Razão**

UMUARAMINHA ESPORTES LTDA

Social:**Endereço:**R MANOEL RAMIRES 964 / PARQUE INDUSTRIAL I / UMUARAMA / PR /
87507-011

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 03/09/2023 a 02/10/2023**Certificação Número:** 2023090302005866896140

Informação obtida em 11/09/2023 09:32:20

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: UMUARAMINHA ESPORTES LTDA. (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 36.932.106/0001-70

Certidão n°: 37037341/2023

Expedição: 25/07/2023, às 09:05:00

Validade: 21/01/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que UMUARAMINHA ESPORTES LTDA. (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o n° 36.932.106/0001-70, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
Secretaria do Ofício Distribuidor e Anexos de UMUARAMA

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO – FINS GERAIS – CÍVEIS – FALÊNCIA – NEGATIVA

Certifico que revendo os livros, sistemas e arquivos de distribuição CÍVEIS, especificamente: FALÊNCIA, CONCORDATA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL, RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL desta Secretaria, verifiquei **NÃO CONSTAR** nenhum registro em andamento contra:

UMUARAMINHA ESPORTES LTDA.

CNPJ: 36.932.106/0001-70

Local da Sede: Umuarama - PR

Orientações:

Esta certidão **NÃO APONTA** ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome pesquisado figura como Autor(a). São apontados os feitos em tramitação cadastrados no Sistema Informatizado referente à comarca de UMUARAMA. Não existe qualquer conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pelo pesquisado é de responsabilidade exclusiva do destinatário da certidão.

A certidão em nome da pessoa jurídica considera os processos referentes à matriz e às filiais.

Considera-se **NEGATIVA** a certidão que aponta somente homônimos não qualificados, nos termos do art. 8º, §2º da Resolução CNJ 121/2010.

A presente certidão menciona somente o registro de distribuição, para dados complementares do procedimento, deve-se dirigir até a Secretaria para onde foi distribuído e solicitar uma **CERTIDÃO DE OBJETO E PÉ**.

A Busca de **MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL** e **EMPRESÁRIO INDIVIDUAL** abrange também a pessoa física.

UMUARAMA, 11 de setembro de 2023



Ilmo Araújo de Lima
Distribuidor



Governo do Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Serviços
Junta Comercial do Estado do Paraná



CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial: UMUARAMINHA ESPORTES LTDA. NIRE : 41209333786 Natureza Jurídica: Sociedade Empresária Limitada			Protocolo: PRC2317363486		
NIRE (Sede) 41209333786	CNPJ 36.932.106/0001-70	Data de Ato Constitutivo 14/04/2020	Início de Atividade 14/04/2020		
Endereço Completo Rua Manoel Ramires, Nº 964, BRCAO ., Parque Industrial 3A - Umuarama/PR - CEP 87507-011					
Objeto Social FACÇÃO E CONFEÇÃO DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO, COM PREDOMINÂNCIA EM ARTIGOS ESPORTIVOS; FACÇÃO E CONFEÇÃO DE ROUPAS PROFISSIONAIS.					
Capital Social R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) Capital Integralizado R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)		Porte ME (Microempresa)		Prazo de Duração Indeterminado	
Dados do Sócio	CPF/CNPJ	Participação no capital	Espécie de sócio	Administrador	Término do mandato
Nome EDIVANILSON LOPES ROMEIRO	598.663.309-15	R\$ 20.000,00	Sócio	S	Indeterminado
Dados do Administrador		CPF	Término do mandato		
Nome EDIVANILSON LOPES ROMEIRO		598.663.309-15	Indeterminado		
Último Arquivamento Data 14/04/2020	Número 20201696886	Atos/Eventos 090 / 315 - ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA		Situação ATIVA Status SEM STATUS	

Esta certidão foi emitida automaticamente em 23/08/2023, às 14:22:35 (horário de Brasília).
Se impressa, verificar sua autenticidade no <https://www.empresafacil.pr.gov.br>, com o código XFL5AKUS.



PRC2317363486

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISOGNA
Secretário(a) Geral

UMUARAMINHA ESPORTES LTDA.**CNPJ: 36.932.106/0001-70 IE: 90845767-67****ENDEREÇO RUA MANOEL RAMIRES, 964 - COMPLEMENTO BARRACÃO - PQ. INDUSTRIAL I
UMUARAMA - PARANÁ****ANEXO IV**

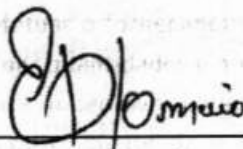
Declaração de: Cumprimento dos Requisitos de Habilitação, Capacidade de Fornecimento; Inexistência de Fato Superveniente; Capacidade de Fornecimento; Inexistência de Fato Superveniente; Que cumpre o art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal; Que não existem em seu quadro de empregados servidores públicos da contratante exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão.

PREGÃO ELETRÔNICO N° 059/2023

O signatário da presente, em nome da proponente UMUARAMINHA ESPORTES LTDA, inscrita no CNPJ sob n° 36.932.106/0001-70, sediada RUA MANOEL RAMIRES, 964 - UMUARAMA - PARANÁ, declara, para todos os fins legais e necessários, sob as penas da lei, que:

1. CUMPRE todos os requisitos habilitatórios do Pregão Eletrônico n° 59/2023 do Município de Alto Paraíso.
2. Está plenamente capacitado a efetuar o fornecimento dos produtos licitados, referente ao PREGÃO ELETRÔNICO N° 59/2023, nas quantidades e nos prazos previstos.
3. Até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no Pregão Eletrônico n° 59/2023 do Município de Alto Paraíso, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências supervenientes.
4. Cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição e na Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, de que a empresa não possui trabalhadores menores de 18 anos realizando trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, na forma da Lei.
5. Por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado. Que não existem em seu quadro de empregados servidores públicos da contratante exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão.
6. Por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado.

UMUARAMA 26 DE SETEMBRO DE 2023



EDIVANILSON TOPÊS ROMEIRO

CPF: 598.663.309-15

**36.932.106/0001-70 / IE 90845767-67
UMUARAMINHA ESPORTES LTDA
(44) 3624-6619
R. MANOEL RAMIRES, 964 PQ INDUSTRIAL I
CEP: 87507-011 UMUARAMA-PR**



ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE
UMUARAMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE
FAZENDA

298
Empresa FÁCIL

ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Número 5316

Razão Social: UMUARAMINHA ESPORTES LTDA.

CNPJ: 36.932.106/0001-70

Inscrição Municipal: 41156

Atividade Principal: 1412-6/03 - Fecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas (Exerce no endereço)

Atividade(s) Secundária(s): 1413-4/03 - Fecção de roupas profissionais (Exerce no endereço), 1412-6/01 - Confeção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida (Exerce no endereço), 1413-4/01 - Confeção de roupas profissionais, exceto sob medida (Exerce no endereço), 1413-4/02 - Confeção, sob medida, de roupas profissionais (Exerce no endereço)

Município: Umuarama **Endereço:** RUA Manoel Ramires, 964, BRCAO .:, Parque Industrial 3A

CEP: 87507011

Local e data: Umuarama, sexta, 18 de dezembro de 2020

* Esta licença é válida por tempo indeterminado, ficando sujeita ao pagamento da taxa de fiscalização de funcionamento dos exercícios posteriores

GISLAINE ALVES VIEIRA DE MARINS
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

Observação(ões)

Código de Autenticidade: 20TKE6AHLM

"EMITIDO PELO FUNCIONÁRIO DEBORA CRISTINA DE PAULO ORTEGA"

Esse documento deverá permanecer exposto em local visível no estabelecimento empresarial



LICENÇA DE OPERAÇÃO DE REGULARIZAÇÃO

O Instituto Água e Terra, com base na legislação ambiental e demais normas pertinentes, e tendo em vista o contido no expediente protocolado sob o nº 16.810.852-4, concede LO - Licença de Operação nas condições e restrições abaixo especificadas.

CPF/CNPJ 36.932.106/0001-70	Nome/Razão Social UMUARAMINHA ESPORTES LTDA		
RG/Inscrição Estadual 9084576767	Logradouro e Número Rua Manoel Ramires, 964		
Bairro Parque Industrial IIIA	Município / UF Umuarama/PR	CEP 87.507-011	

2. IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR

Atividade
Ind. têxtil, de vestuário, calçados e artefatos de tecidos

Atividade Específica
Confecção de Roupas Profissionais, Confecção de Peças do Vestuário, Exceto Roupas Íntimas, Tingimento e Estamparia

Detalhes da Atividade
confecção e comércio de roupas esportivas, bordados e estamparia.

Coordenadas UTM (E-N) 263396.4 - 7364853.0	Logradouro e Número Rua Manoel Ramires, 964
Bacia Hidrográfica Piquiri	Bairro Parque Industrial IIIA
	Município / UF Umuarama/PR
	CEP 87.507-011

* Houve alteração do Nome/Razão Social do Empreendedor: de "E L ROEMIRO ARTIGOS ESPORTIVOS(00.266.716/0001-35)" para "UMUARAMINHA ESPORTES LTDA(36.932.106/0001-70)".

3. CARACTERÍSTICAS DO EMPREENHIMENTO

3.1 MATÉRIA-PRIMA

Descrição	Quant/Dia
linha e aviamentos.	1.00 kg
papel kraft.	1.88 kg
tecido.	66.66 kg
tinta de serigrafia.	0.22 kg
tinta para sublimação.	0.41 l

3.2 PRODUTO ELABORADO

Descrição	Quant/Dia
peças de vestuário esportivos.	461.00 unid

3.3 ÁGUA UTILIZADA

Origem da Água	Tipo de Uso	Volume (m³/hora)	Nº Outorga	Coordenadas UTM (E-N)
Poço Raso	Humano e Empreendimento	3,80	--	--

3.4 EFLUENTES LÍQUIDOS

Origem	Forma Tratamento	Destino Final	Vazão (m³/hora)	Nº Outorga	Coordenadas UTM (E-N)
Efluente de esgoto sanitário	Fossa	Sumidouro	0,28	--	--
Higienização de máquinas e equipamentos	ETE-P	Reuso no Processo	0,12	--	--



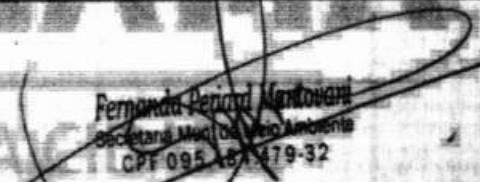
3.5 RESÍDUOS SÓLIDOS

Código e Descrição	Quant/Dia	Destino Final
150203 - Absorventes, materiais filtrantes, panos de limpeza e vestuário de proteção não	1,57 kg	Aterro Municipal
150203 - Absorventes, materiais filtrantes, panos de limpeza e vestuário de proteção não	0,76 kg	Aterro Industrial Terceiros
150101 - Embalagens de papel e cartão	1,25 kg	Reciclagem externa
150110 - Embalagens de qualquer um dos tipos acima descritos contendo ou contaminadas por	0,24 kg	Aterro Industrial Terceiros
200121 - Lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista	0,06 unid	Reciclagem externa
040219 - Lodos do tratamento local de efluentes contendo substâncias perigosas	6,60 kg	Aterro Industrial Terceiros
200139 - Plásticos	0,50 kg	Reciclagem externa
020103 - Resíduos de tecidos vegetais	8,33 kg	Reciclagem externa

Obs.: As informações das seções 1, 2 e 3 são de responsabilidade do requerente.

4. CONDIÇÕES

- Os critérios adotados para emissão da presente Licença de Operação poderão ser reformulados e/ou complementados de acordo com o desenvolvimento científico e tecnológico e a necessidade de preservação ambiental.
- A concessão desta licença não impedirá exigências futuras, decorrentes do avanço tecnológico ou da modificação das condições ambientais, conforme Decreto Estadual 857/79 - Artigo 7º, § 2º.
- O não cumprimento à legislação ambiental vigente sujeitará a empresa e/ou seus representantes, às sanções previstas na Lei Federal 9.605/98, e seus decretos reguladores.
- Os níveis de pressão sonora (ruídos) decorrentes da atividade desenvolvida no local do empreendimento deverão estar em conformidade com aqueles preconizados pela Resolução CONAMA N.º 001/90.
- A presente Licença foi emitida de acordo com o que estabelecem os Artigos 8º, Inciso III da Resolução N.º 237/97 - CONAMA, e 3º, Inciso VI da Resolução N.º 105/2019 - CEMA, 17 de dezembro de 2019, e autoriza a operação propriamente dita do empreendimento e atividade, devendo ser observados rigorosamente, durante sua operação, os itens abaixo listados, bem como outros eventuais, constantes de fases anteriores do licenciamento ambiental.
- As ampliações ou alterações nos processos de produção ou volumes produzidos, ora licenciados, de conformidade com o estabelecido pela Resolução CEMA nº 105, 17 de dezembro de 2019, ensejarão novos licenciamentos, prévio de instalação e de operação, para a parte ampliada ou alterada.
- A presente Licença de Operação, em conformidade com o que consta do Artigo 19 da Resolução CONAMA N.º 237/97 poderá ser suspensa ou cancelada, na ocorrência de violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais, omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a sua emissão, bem como na superveniência de graves riscos ambientais e de saúde, sendo assim deverão ser apresentados os documentos e atendidos os condicionantes acima estabelecidos, caso contrário, a presente Licença de Operação será cancelada.
- Para utilização agrícola dos resíduos gerados na atividade, deverá ser solicitada Autorização Ambiental específica, conforme estabelecido na Portaria IAP N.º 212/2019.
- No controle das condições de lançamento, é vedada, para fins de diluição antes do seu lançamento, a mistura de efluentes com águas de melhor qualidade.
- A presente licença não contempla aspectos de segurança das instalações, estando restrita a aspectos ambientais.

LIBERAÇÃO AMBIENTAL MUNICIPAL		LAM
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE		PROTOCOLO Nº 601/2023 LIBERAÇÃO Nº 77
01) IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE		
02) RAZÃO SOCIAL (PESSOA JURÍDICA) OU NOME (PESSOA FÍSICA) UMUARAMINHA ESPORTES LTDA		
03) CNPJ ou CPF/ME 36.932.106/0001-70	04) INSCRIÇÃO ESTADUAL PESSOA JURÍDICA OU RG PESSOA FÍSICA	
05) ENDEREÇO COMPLETO RUA MANOEL RAMIRES, Nº 984	06) BAIRRO PARQUE INDUSTRIAL III	
07) MUNICÍPIO/UF UMUARAMA / PR	08) CEP 87507-011	09) TELEFONE (44) 36246619
10 - IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO DA SOLICITAÇÃO		
11) SOLICITAÇÃO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL PARA (TIPO DE EMPREENDIMENTO). 1412801 - CONFEÇÃO DE PEÇAS DO VESTUÁRIO, EXCETO ROUPAS ÍNTIMAS E AS CONFECCIONADAS SOB MEDIDA 1413401 - CONFEÇÃO DE ROUPAS PROFISSIONAIS, EXCETO SOB MEDIDA 1413403 - FACÇÃO DE ROUPAS PROFISSIONAIS 1413402 - CONFEÇÃO, SOB MEDIDA, DE ROUPAS PROFISSIONAIS 1412803 - FACÇÃO DE PEÇAS DO VESTUÁRIO, EXCETO ROUPAS ÍNTIMAS DEVERÁ OBSERVAR AS CONDIÇÕES EDITADAS E CUMPRIR AS DETERMINAÇÕES DAS LICENÇAS EXPEDIDAS		
Esta Autorização tem validade até 20/01/2024, sendo que a Secretaria de Meio Ambiente, poderá vistoriar ou pedir outros documentos caso se faça necessário.		
12) LICENÇA AMBIENTAL MUNICIPAL - EXIGÊNCIAS ATENDIDAS		
<input checked="" type="checkbox"/> LICENCIAMENTO AMBIENTAL ESTADUAL - IAT (DLAE / LI / LP / LO / LAS) <input type="checkbox"/> PLANO DE CONTROLE AMBIENTAL - PCA <input type="checkbox"/> PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DE SERVIÇO E SAÚDE - PGRSS <input type="checkbox"/> PLANO DE RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL - PGRCC <input checked="" type="checkbox"/> PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS - PGRS <input type="checkbox"/> DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NA RESOLUÇÃO SEMA 051/2009 E LEI FEDERAL 12305/2010		
Esta Liberação apenas tem validade, mediante ao seguimento das condicionantes e determinações impostas pelo IAT e demais legislações ambientais vigentes; O não cumprimento poderá acarretar em auto de infração.		
DEFERIDO (X) INDEFERIDO ()		
13) LOCAL E DATA Umuarama, sexta-feira, 20 janeiro, 2023		
14) CONDIÇÕES - SEGUIR A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL VIGENTE;		
15) ASS. E CARIMBO DO FISCALIZADOR E/OU TESTEMUNHA 16) ASS. E CARIMBO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO - SAMA		
 Valéria Ramos de Meneses Secretária Mun. de Meio Ambiente CPF 096.442.249-22		 Fernanda Periana Mantovani Secretária Municipal de Meio Ambiente CPF 095.187.479-32

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADINA

CNPJ (MF) 78.200.110/0001-94

FONE/FAX (44) 3663-1579 - E-Mail: prefeitura@douradina.pr.gov.br

Rua Burattini, 100 - Fone: (44) 3663-1579 - DOURADINA - PARANÁ

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, a pedido da interessada e para fins de prova, aptidão de desempenho e atestado de fornecimento de produtos, que a empresa **UMUARAMINHA ESPORTES LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 36.932.106/0001-70, estabelecida na RUA MANOEL RAMIRES, 964 - PQ INDUSTRIAL, na cidade de UMUARAMA, Estado do PARANÁ, prestou o fornecimento de produtos como **UNIFORMES ESCOLARES COMO CAMISETA, AGASALHO, BERMUDA, SHORTS SAIA, TENIS E MEIA, COMO KIT ESCOLAR SENDO BOLSA, ESTOJO E UNIFORME EM GERAL.**

Registramos, ainda, que as prestações dos serviços acima referidos apresentaram bom desempenho e qualidade, tendo a empresa cumprido fielmente com suas obrigações, nada constando que a desabone técnica e comercialmente, até a presente data.

Umuarama - Paraná 13 de SETEMBRO de 2023

Márcia Cristina Florenço Silva
Secretaria de Educação, Cultura
e Esportes
CPF 027.189.569-17

Márcia Cristina Florenço Silva
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte

Douradina não pode parar.

UMUARAMINHA ESPORTES LTDA.**CNPJ: 36.932.106/0001-70 IE: 90845767-67**ENDEREÇO RUA MANOEL RAMIRES, 964 - COMPLEMENTO BARRACÃO - PD. INDUSTRIAL I
UMUARAMA - PARANÁ**RESUMO DA PROPOSTA****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 59/2023****TOTAL DO PROCESSO: 256.850,00**

UMUARAMINHA ESPORTES		36.932.106/0001-70		256.850,00
LOTE 1	Quant.: 1	Num: 121	Lance: 0,00	Total: 256.850,00
Item: 1	Unidade: UN	Marca: PROPRIA	Modelo: PROPRIA	
Descrição: BLUSA NO TECIDO HELANCA FLANELADA 100% POLIÉSTER				
Quantidade: 660	Val. Ref.: 82,80	Valor Unit.: 45,00	Total Item: 29.700,00	
Item: 2	Unidade: UN	Marca: PROPRIA	Modelo: PROPRIA	
Descrição: CALÇA NO TECIDO HELANCA FLANELADA 100% POLIÉSTER				
Quantidade: 660	Val. Ref.: 63,00	Valor Unit.: 37,00	Total Item: 24.420,00	
Item: 3	Unidade: UN	Marca: PROPRIA	Modelo: PROPRIA	
Descrição: CAMISETA EM P.V. 67% POLIÉSTER E 33% VISCOSE				
Quantidade: 1.280	Val. Ref.: 26,50	Valor Unit.: 10,00	Total Item: 12.800,00	
Item: 4	Unidade: UN	Marca: PROPRIA	Modelo: PROPRIA	
Descrição: BERMUDA MASCULINA EM HELANCA 100% POLIAMIDA				
Quantidade: 1.040	Val. Ref.: 41,00	Valor Unit.: 19,00	Total Item: 19.760,00	
Item: 5	Unidade: UN	Marca: PROPRIA	Modelo: PROPRIA	
Descrição: SHORTS SAIA FEMININO EM HELANCA 100% POLIAMIDA				
Quantidade: 990	Val. Ref.: 44,00	Valor Unit.: 19,00	Total Item: 18.810,00	
Item: 6	Unidade: UN	Marca: NKS	Modelo: NKS	
Descrição: TÊNIS EM CADARÇO PERSONALIZADO				
Quantidade: 600	Val. Ref.: 109,00	Valor Unit.: 75,00	Total Item: 45.000,00	
Item: 7	Unidade: UN	Marca: NKS	Modelo: NKS	
Descrição: TÊNIS EM VELCRO PERSONALIZADO				
Quantidade: 225	Val. Ref.: 107,50	Valor Unit.: 75,00	Total Item: 16.875,00	
Item: 8	Unidade: UN	Marca: NKS	Modelo: NKS	
Descrição: SANDÁLIA PERSONALIZADO				
Quantidade: 120	Val. Ref.: 79,90	Valor Unit.: 52,49	Total Item: 6.298,80	
Item: 9	Unidade: UN	Marca: MG BOLSAS	Modelo: MG BOLSAS	
Descrição: MOCHILA ESCOLAR EM TECIDO 100% NAYLON				
Quantidade: 440	Val. Ref.: 157,50	Valor Unit.: 121,00	Total Item: 53.240,00	
Item: 10	Unidade: UN	Marca: MG BOLSAS	Modelo: MG BOLSAS	

UMUARAMINHA ESPORTES LTDA.**CNPJ: 36.932.106/0001-70 IE: 90845767-67****ENDEREÇO RUA MANOEL RAMIRES, 964 - COMPLEMENTO BARRACÃO - PQ. INDUSTRIAL I
UMUARAMA - PARANÁ**

Descrição: BOLSA PARA PROFESSOR COM ALÇA DE MÃO E TIRA COLO EM TECIDO 100% NYLON

Quantidade: 60 Val. Ref.: 114,00 Valor Unit.: 103,00 Total Item: 6.180,00

Item: 11 Unidade: UN Marca: MG BOLSAS Modelo: MG BOLSAS

Descrição: ESTOJO ESCOLAR COM TECIDO 100% NYLON

Quantidade: 440 Val. Ref.: 14,00 Valor Unit.: 9,00 Total Item: 3.960,00

Item: 12 Unidade: UN Marca: PROPRIA Modelo: PROPRIA

Descrição: CAMISETA EM P.V 67% POLIÉSTER E 33% VISCOSE MANGA LONGA

Quantidade: 1.280 Val. Ref.: 33,50 Valor Unit.: 15,00 Total Item: 19.200,00

Item: 13 Unidade: UN Marca: PROPRIA Modelo: PROPRIA

Descrição: JALECO MODELO REGATA FEMININO EM TECIDO 100% MICROFIBRA

Quantidade: 20 Val. Ref.: 59,80 Valor Unit.: 30,31 Total Item: 606,20

UMUARAMA 26 DE SETEMBRO DE 2023



EDIVANILSON LOPES ROMEIRO

CPF: 598.66

**36.932.106/0001-70 / IE 90845767-67
UMUARAMINHA ESPORTES LTDA
(44) 3624-6619
R. MANOEL RAMIRES 964 PQ INDUSTRIAL I
CEP: 87507-011 JMUARAMA-PR**

UMUARAMINHA ESPORTES LTDA.**CNPJ: 36.932.106/0001-70 IE: 90845767-67****ENDEREÇO RUA MANOEL RAMIRES, 964 - COMPLEMENTO BARRACÃO - PD. INDUSTRIAL I
UMUARAMA - PARANÁ****UMUARAMINHA ESPORTES LTDA.****CNPJ: 36.932.106/0001-70 IE: 90845767-67****ENDEREÇO RUA MANOEL RAMIRES, 964 - COMPLEMENTO BARRACÃO - PD. INDUSTRIAL I
UMUARAMA - PARANÁ**

UMUARAMINHA ESPORTES LTDA.

306

CNPJ: 36.932.106/0001-70 IE: 90845767-67**ENDEREÇO RUA MANOEL RAMIRES, 964 - COMPLEMENTO BARRACÃO - PD. INDUSTRIAL I
UMUARAMA - PARANÁ****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 059/2023****AMOSTRA**

A empresa UMUARAMINHA ESPORTES LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 36.932.106/0001-70, sediada RUA MANOEL RAMIRES, 964 – UMUARAM – PARANA, vem através deste documento apresentar as amostras conforme solicitada no edital para aprovação dos seguintes itens.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT
01	BLUSA NO TECIDO HELANCA FLANELADA 100% POLIÉSTER	UND	1
DESCRIÇÃO MÍNIMA: BLUSA NO TECIDO HELANCA FLANELADA 100% POLIÉSTER COM A GRAMATURA 215GR COM FECHAMENTO EM ZÍPER AZUL MARINHO COM 3 LISTRAS AMARELO CANÁRIO COM ESTAMPA NO PEITO BRASÃO DO MUNICÍPIO E ESCRITA "SECRETARIA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO.			
02	CALÇA NO TECIDO HELANCA FLANELADA 100% POLIÉSTER	UND	1
DESCRIÇÃO MÍNIMA: CALÇA NO TECIDO HELANCA FLANELADA 100% POLIÉSTER COM A GRAMATURA 260GR COR AZUL MARINHO COM 3 LISTRAS AMARELO CANÁRIO NA PERNA ESTAMPA DO BRASÃO DO MUNICÍPIO E ESCRITA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.			
03	CAMISETA EM P.V. 67% POLIÉSTER E 33% VISCOSE	UND	1
DESCRIÇÃO MÍNIMA: CAMISETA EM P.V 67% POLIÉSTER E 33% VISCOSE GRAMATURA 160 GRAMAS TECIDO COM TRATAMENTO ANTI PILLING, NA COR AZUL MARINHO COM 3 LISTRAS NA COR AMARELO CANÁRIO, COM RECORTE NA FRENTE NA COR AMARELO CANÁRIO, COM GOLA V EM RIBANA AZUL MARINHO E PUNHO EM RIBANA NA COR AZUL MARINHO, NA FRENTE NA ALTURA DO PEITO EM CROMIA O BRASÃO DO MUNICÍPIO E A ESCRITA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E NAS COSTAS O NOME DO MUNICÍPIO.			
04	BERMUDA MASCULINA EM HELANCA 100% POLIAMIDA	UND	1
DESCRIÇÃO MÍNIMA: BERMUDA MASCULINA EM HELANCA 100% POLIAMIDA COM A GRAMATURA 295GR NA COR AZUL MARINHO, COM 3 LISTRAS NA COR AMARELO CANÁRIO COM BOLSO E ESTAMPADO EM CROMIA O BRASÃO DO MUNICÍPIO E A ESCRITA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.			
05	SHORTS SAIA FEMININO EM HELANCA 100% POLIAMIDA	UND	1
DESCRIÇÃO MÍNIMA: SHORTS SAIA FEMININO EM HELANCA 100% POLIAMIDA COM A GRAMATURA 295GR NA COR AZUL MARINHO, COM 3 LISTRAS NA COR AMARELO CANÁRIO COM ESTAMPA EM CROMIA O BRASÃO DO MUNICÍPIO E A ESCRITA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.			
06	TÊNIS EM CADARÇO PERSONALIZADO	PAR	1
DESCRIÇÃO MÍNIMA: PROJETO DETALHADO EM ANEXO			
07	TÊNIS EM VELCRO PERSONALIZADO	PAR	1
DESCRIÇÃO MÍNIMA: PROJETO DETALHADO EM ANEXO			
08	SANDÁLIA PERSONALIZADO	PAR	1
DESCRIÇÃO MÍNIMA: PROJETO DETALHADO EM ANEXO			
09	MOCHILA ESCOLAR EM TECIDO 100% NAYLON	UND	1
DESCRIÇÃO MÍNIMA: MOCHILA ESCOLAR EM TECIDO 100% NAYLON NIKE COM FORRO DUPLO COM BOLSO MAIOR E DIVISORIA INTERNA E BOLSO MENOR NA FRENTE PERSONALIZADO O BRASÃO DO MUNICÍPIO E REDINHA NA LATERAL PARA SQUEZZE, ALÇA COM ESPUMA E REGULAGEM.			
10	BOLSA PARA PROFESSOR COM ALÇA DE MÃO E TIRA COLO EM TECIDO 100% NYLON	UND	1
DESCRIÇÃO MÍNIMA: BOLSA PARA PROFESSOR COM ALÇA DE MÃO E TIRA COLO EM TECIDO 100% NYLON NIKE COM 1 REPARTIÇÃO E BRASÃO BORDADO NA FRENTE.			
11	ESTOJO ESCOLAR COM TECIDO 100% NYLON	UND	1
DESCRIÇÃO MÍNIMA: ESTOJO ESCOLAR COM TECIDO 100% NYLON COM FECHAMENTO EM ZÍPER E BORDADO NA FRENTE BRASÃO DO MUNICÍPIO.			
12	CAMISETA EM P.V 67% POLIÉSTER E 33% VISCOSE MANGA LONGA	UND	1

Regione
03/10/23

6

86

9
hu

UMUARAMINHA ESPORTES LTDA.**CNPJ: 36.932.106/0001-70 IE: 90845767-67****ENDEREÇO RUA MANOEL RAMIRES, 964 - COMPLEMENTO BARRACÃO - PD. INDUSTRIAL I****UMUARAMA - PARANÁ**

DESCRIÇÃO MÍNIMA: CAMISETA EM P.V 67% POLIÉSTER E 33% VISCOSE MANGA LONGA GRAMATURA 160 GRAMAS TECIDO COM TRATAMENTO ANTI PILLING, NA COR AZUL MARINHO COM 3 LISTRAS NA COR AMARELO CANÁRIO, COM RECORTE NA FRENTE NA COR AMARELO CANÁRIO, COM GOLA V EM RIBANA AZUL MARINHO E PUNHO EM RIBANA NA COR AZUL MARINHO, NA FRENTE NA ALTURA DO PEITO EM CROMIA O BRASÃO DO MUNICÍPIO E A ESCRITA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E NAS COSTAS O NOME DO MUNICÍPIO.

13	JALECO MODELO REGATA FEMININO EM TECIDO 100% MICROFIBRA	UND	1
----	---	-----	---

DESCRIÇÃO MÍNIMA: JALECO MODELO REGATA FEMININO EM TECIDO 100% MICROFIBRA COM FECHAMENTO EM BOTÃO COM 3 BOLSOS NA FRENTE, E COM UM BORDADO NO PEITO LADO ESQUERDO BRASÃO DO MUNICÍPIO.

UMUARAMA 02 DE OUTUBRO DE 2023



EDIVANILSON LOPES ROMEIRO

CPF: 598.663.309-15





Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

308

Aos 03 dias do mês de Outubro de 2023, às 09h00min (nove horas), reuniram-se na sala de reuniões de licitações a Comissão de Avaliação de Amostras, nomeada através da portaria nº 200/2023, em data de 21/09/2023, composta pela Presidente Sra. Regiane Aparecida Caetano de Oliveira; Membros Eudinete da Silva Pedrola e Elisandra Kelli de Oliveira. A fim de analisarem as amostras apresentadas pela empresa UMUARAMINHA ESPORTES LTDA – CNPJ: Nº 36.932.106/0001-70, referente aos itens 01 ao 13 compostos do Lote I, do processo administrativo nº 087/2023, pregão eletrônico nº 059/2023, passamos a seguir, eu Regiane Aparecida Caetano de Oliveira, neste momento nomeio a Sra. Eudinete da Silva Pedrola para exercer o papel de trabalho como secretariada desta comissão. Em face dos produtos apresentados a empresa UMUARAMINHA ESPORTES LTDA, no qual a empresa cumpriu o exigido no termo de referencia para os itens constantes acima. É ainda de enfatizar que os produtos foram analisados tipo de tecidos utilizados, textura e acabamento, dando assim pela aprovação das amostras dos produtos ora apresentados pela a empresa vencedora por unanimidade desta comissão. Por fim deu encerrada a sessão e lavrada a presente ata a qual, lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Comissão.

Regiane Ap: C. de Oliveira
Regiane Aparecida Caetano de Oliveira

Presidente

Eudinete da Silva Pedrola
Eudinete da Silva Pedrola

Secretária

Elisandra Kelli de Oliveira

Elisandra Kelli de Oliveira

Membro

**MUNICIPIO DE ALTO PARAISO
ALTO PARAISO-PR**

VENCEDORES DO PROCESSO - FINAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 59/2023
Processo Administrativo Nº 87/2023
Tipo: AQUISIÇÃO
PREGOEIRO: VALDEMIR RIBEIRO SPARAPAN
Data de Publicação: 12/09/2023 16:15:13

TOTAL DO PROCESSO: **256.850,00**

UMUARAMINHA ESPORTES **36.932.106/0001-70** **256.850,00**

LOTE 1 Quant.: 1 Num: 121 Lance: 256.850,00 **Total: 256.850,00**

Item: 1 Unidade: UN Marca: PROPRIA Modelo: PROPRIA

Descrição: BLUSA NO TECIDO HELANCA FLANELADA 100% POLIÉSTER

Quantidade: 660 Val. Ref.: 82,80 **Valor Unit.: 46,50** Total Item: 30.690,00

Item: 2 Unidade: UN Marca: PROPRIA Modelo: PROPRIA

Descrição: CALÇA NO TECIDO HELANCA FLANELADA 100% POLIÉSTER

Quantidade: 660 Val. Ref.: 63,00 **Valor Unit.: 38,75** Total Item: 25.575,00

Item: 3 Unidade: UN Marca: PROPRIA Modelo: PROPRIA

Descrição: CAMISETA EM P.V. 67% POLIÉSTER E 33% VISCOSE

Quantidade: 1.280 Val. Ref.: 26,50 **Valor Unit.: 16,275** Total Item: 20.832,00

Item: 4 Unidade: UN Marca: PROPRIA Modelo: PROPRIA

Descrição: BERMUDA MASCULINA EM HELANCA 100% POLIAMIDA

Quantidade: 1.040 Val. Ref.: 41,00 **Valor Unit.: 25,187** Total Item: 26.194,48

Item: 5 Unidade: UN Marca: PROPRIA Modelo: PROPRIA

Descrição: SHORTS SAIA FEMININO EM HELANCA 100% POLIAMIDA

Quantidade: 990 Val. Ref.: 44,00 **Valor Unit.: 26,479** Total Item: 26.214,21

Item: 6 Unidade: UN Marca: NKS Modelo: NKS

Descrição: TÊNIS EM CADARÇO PERSONALIZADO

Quantidade: 600 Val. Ref.: 109,00 **Valor Unit.: 63,938** Total Item: 38.362,80

Item: 7 Unidade: UN Marca: NKS Modelo: NKS

Descrição: TÊNIS EM VELCRO PERSONALIZADO

Quantidade: 225 Val. Ref.: 107,50 **Valor Unit.: 63,938** Total Item: 14.386,05

Item: 8 Unidade: UN Marca: NKS Modelo: NKS

Descrição: SANDÁLIA PERSONALIZADO

Quantidade: 120 Val. Ref.: 79,90 **Valor Unit.: 47,792** Total Item: 5.735,04

Item: 9 Unidade: UN Marca: MG BOLSAS Modelo: MG BOLSAS

Descrição: MOCHILA ESCOLAR EM TECIDO 100% NAYLON

Quantidade: 440 Val. Ref.: 157,50 **Valor Unit.: 80,73** Total Item: 35.521,20

Item: 10 Unidade: UN Marca: MG BOLSAS Modelo: MG BOLSAS

**MUNICIPIO DE ALTO PARAISO
ALTO PARAISO-PR****Descrição: BOLSA PARA PROFESSOR COM ALÇA DE MÃO E TIRA COLO EM TECIDO 100% NYLON****Quantidade: 60 Val. Ref.: 114,00 Valor Unit.: 67,813 Total Item: 4.068,78****Item: 11 Unidade: UN Marca: MG BOLSAS Modelo: MG BOLSAS****Descrição: ESTOJO ESCOLAR COM TECIDO 100% NYLON****Quantidade: 440 Val. Ref.: 14,00 Valor Unit.: 8,395 Total Item: 3.693,80****Item: 12 Unidade: UN Marca: PROPRIA Modelo: PROPRIA****Descrição: CAMISETA EM P.V 67% POLIÉSTER E 33% VISCOSE MANGA LONGA****Quantidade: 1.280 Val. Ref.: 33,50 Valor Unit.: 19,375 Total Item: 24.800,00****Item: 13 Unidade: UN Marca: PROPRIA Modelo: PROPRIA****Descrição: JALECO MODELO REGATA FEMININO EM TECIDO 100% MICROFIBRA****Quantidade: 20 Val. Ref.: 59,80 Valor Unit.: 38,832 Total Item: 776,64**

**MUNICIPIO DE ALTO PARAISO
ALTO PARAÍSO-PR**

AUTORIDADE: DERCIO JARDIM JUNIOR



PREGOEIRO: VALDEMIR RIBEIRO SPARAPAN



APOIO MARILDA ROSA DO NASCIMENTO DA SILVA



APOIO MARCIA JULIANA NOGUEIRA DA SILVA



APOIO CINTHIA LAIZE ZAGOTO



APOIO UESLEY GONÇALVES RODRIGUES DA SILVA



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ****Gabinete do Conselheiro José Durval Mattos do Amaral**

PROCESSO Nº: 613645/23
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº 8.666/1993
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO
INTERESSADO: DERCIO JARDIM JUNIOR, ESTACAO DO CONHECIMENTO
COMERCIO DE CALÇADOS E CONFECÇOES LTDA,
MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO
PROCURADOR: LUCAS BERESA DE PAULA MACEDO
DESPACHO: 1305/23

Regressam os presentes autos após manifestação preliminar do MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO em expediente autuado como Representação da Lei n.º 8.666, de 21/06/1993, com pedido liminar de suspensão do certame, formulada por ESTAÇÃO DO CONHECIMENTO COMÉRCIO DE CALÇADOS E CONFECÇÕES LTDA., em face do Edital de Pregão Eletrônico n.º 59/2023, para a contratação de empresa especializada para a fabricação de materiais personalizados do tipo uniformes, calçados, mochilas, bolsas e estojos, destinados à Secretaria de Educação.

Recorde-se que da exordial ressoam como impropriedades a exigência de alvará de licença ambiental e licença de operação de regularização, documentos esses, consoante alega a representante, não previstos no rol taxativo de qualificação técnica no artigo 30 da Lei n.º 8.666/1993, além da aglutinação indevida de materiais (calças, blusas, calças, camisetas, bermudas, shorts, tênis, sandálias, mochilas, bolsas, estojos e jalecos) em lote único.

Em resposta à abertura do contraditório, a municipalidade (peça 14) destacou que: (i) o edital é claro quanto às atividades ou empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental, e caso a empresa não se enquadre ela estará dispensada de apresentar tais documentos; (ii) a possibilidade de excepcionar a regra de fracionamento do objeto da licitação existe para facilitar alguns certames, pois a complexidade de determinado objeto, cujo parcelamento ocasionaria a não compatibilidade dos diversos itens fornecidos por licitantes distintos, com a consequente inutilidade deles por não se encaixarem um ao outro, além da difícil missão de se realizar a gestão de múltiplos contratos relativos a um único objeto; (iii) a motivação do gestor é de ordem econômica, já que a divisão de itens, embora vantajosa na maioria das vezes, no caso em questão pode trazer prejuízos a administração, por ser comum a falta de padronização dos itens licitados, diante da pluralidade de fornecedores; e (iv) várias são as empresas especializadas na confecção de vestuários, calçados e demais itens diversos (mochila e estojo, etc.), podendo facilmente uma mesma empresa fabricar e fornecer todos os itens descritos no edital, como a própria representante.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Gabinete do Conselheiro José Durval Mattos do Amaral

A representante apresentou nova manifestação (peça 16), onde destacou que: (i) exigência de alvará de licença ambiental e licença de operação ambiental tinha sido prevista em licitação realizada por outro município que, após protocolo de representação nesta Corte e a determinação para que a municipalidade explicasse as justificativas que levaram a tal solicitação, retirou tais exigências; e (ii) a resposta do ente não enfrentou os precedentes indicados na representação, quanto à ilegalidade da solicitação de licença ambiental em licitações de uniformes e calçados escolares e à impossibilidade de aglutinação de jaquetas, calças, jalecos e mochilas com os calçados em lote único.

Pois bem.

Em primeiro lugar, insurge-se a representante em face do preceituado pelos Itens 7.3.8 e 7.3.9, que exigem, respectivamente, "Alvará de Licença (LA) da empresa, devidamente vigente para fins de comprovação de respeitabilidade a legislação ambiental" e "Licença de Operação de Regularização junto ao Instituto Água e Terra – IAT, para atividades têxtil, conforme Art. 8º, Inciso III da Resolução nº 237/97 – Conama e Artigo 3º, Inciso VI da Resolução nº 102/2019 – CEMA, em nome da proponente". Para ela, o rol de documentos previsto no artigo 30 da Lei n.º 8.666/1993 seria exaustivo, não admitindo a exigência de licenças ambientais, nem com fundamento em seu inciso IV, pois tais licenças estariam amparadas em resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), as quais não teriam força de lei especial, e ainda que tivessem não obrigam a sua apresentação em licitações para objetos como os dos presentes autos.

Nesse ponto, sem razão a representante. De fato, o artigo 30 da Lei n.º 8.666/1993 encerra uma lista taxativa, fechada, *numerus clausus*, onde não se admite a exigência de qualquer outro documento, para fins de demonstração da qualificação técnica, que não aqueles expressamente consignados na regra citada. Apesar disso, diferentemente do apregoado na representação, resoluções de órgãos ambientais que regulamentam a concessão de licenciamento ambiental se encaixam na previsão contida no inciso IV do citado artigo, eis que podem ser consideradas "prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial", como de há muito assentado no âmbito do Tribunal de Contas da União:

"No mérito, acompanho integralmente o posicionamento da Unidade técnica. A Lei de Licitações exige, em seu art. 30, IV, prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial, encontrando o licenciamento da empresa Interessada junto ao Órgão ambiental, para fins de funcionamento e exercício das atividades requeridas no edital, fundamento também no disposto no art. 28, V, segunda parte, da referida lei. Há, portanto, necessidade de se incluir no edital, em razão dos serviços que serão prestados, exigência que reflita a adequada observação da legislação específica (ambiental), cuja comprovação deverá ser apresentada pelas licitantes para habilitação" (Acórdão n.º 1.895/2010, Plenário, rel. Min. Augusto Nardes).

Destarte, possível a inclusão de exigências de licenciamento ambiental, com fundamento no artigo 30, inciso IV, da Lei n.º 8.666/1993.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Gabinete do Conselheiro José Durval Mattos do Amaral

O que eventualmente se poderia contestar é o cabimento das licenças vergastadas em face do objeto que se pretende contratar.

Nesse passo, o município não apresentou justificativa técnica acerca da exigência das licenças, limitando-se a apregoar que o próprio instrumento convocatório deixou claras as atividades ou empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental, fazendo-o nos seguintes termos:

"7.3.9.1. ANEXO 1 – Resolução Conama 237-1997 - ATIVIDADES OU EMPREENDIMENTOS SUJEITOS AO LICENCIAMENTO AMBIENTAL
Indústria têxtil, de vestuário, calçados e artefatos de tecidos
- beneficiamento de fibras têxteis, vegetais, de origem animal e sintéticos;
- fabricação e acabamento de fios e tecidos;
- tingimento, estamparia e outros acabamentos em peças do vestuário e artigos diversos de tecidos;
- fabricação de calçados e componentes para calçados" (peça 4, fls. 8).

Com fulcro nessa disposição do instrumento convocatório, a municipalidade arguiu que:

"Ora, caso a atividade da empresa participante do certame não se enquadre nas atividades ou empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental, ela estará dispensada de apresentar tais documentos. Portanto, as cláusulas em questão não são determinantes para a condição de habilitação das empresas, e tal exigência não limita a competitividade do pregão" (peça 14, fls. 3).

Diversamente do vertido pelo município, o prescrito no edital alenta justamente o contrário, a possibilidade de limitação da competitividade, eis que a solicitação das referidas licenças ambientais parece limitar o universo de interessados para tão somente aqueles que cumpram a integralidade dos dispositivos de qualificação técnica, entre eles as licenças ambientais contestadas, ou seja, tão só as empresas que detivessem o domínio do todas as etapas do processo de produção dos bens em epígrafe, teriam a capacidade para o cumprimento integral das exigências. Assim, embora a municipalidade pontuasse que as cláusulas em voga não determinariam a habilitação dos licitantes, a literalidade do instrumento convocatório tem o condão de inibir a participação de interessados que não ostentassem as citadas licenças, ainda que pudessem cumprir a contento com a execução contratual, sem comprometimento de disposições de proteção ambiental.

Aqui, o precedente citado na exordial do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (Acórdão n.º 1176/2017) parece perfilhar do mesmo entendimento:

"Quanto à exigência de licença ambiental de operação ou regularização como condição de habilitação, entende a área técnica deste TCE-ES que a mesma somente é exigível de quem domine todo o processo produtivo, incluindo tingimento e silkscreen dos tecidos, sendo que o objeto da licitação era a aquisição de uniformes pela administração. Entende que não era necessário que o vencedor do certame dominasse todo o processo produtivo dos uniformes, pois essa condição não é indispensável para que o vencedor do certame entregue o objeto licitado."



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Gabinete do Conselheiro José Durval Mattos do Amaral

](...)

"Entendo assistir razão à área técnica com relação às irregularidades apontadas. Com relação à exigência de licença ambiental, corroboro o entendimento no sentido de que no caso da licitação em comento, qual seja, a aquisição de uniformes, não havia a necessidade de exigência da referida licença dos participantes da licitação como condição de habilitação.

Com efeito, é pacífica a jurisprudência do Tribunal de Contas da União de que não se podem exigir como condição de habilitação quesitos que gerem custos desnecessários aos licitantes que não se sagrarem vencedores, conforme Súmula 272/2012-TCU:

No edital de licitação, é vedada a inclusão de exigências de habilitação e de quesitos de pontuação técnica para cujo atendimento os licitantes tenham de incorrer em custos que não sejam necessários anteriormente à celebração do contrato.

Desse modo adoto como razão de decidir os fundamentos colacionados pela área técnica no sentido de que no certame em exame não havia justificativa para a exigência da licença ambiental como condição de habilitação."

Destarte, abstrai-se da exigência das referidas licenças uma aparente irregularidade, pelo menos na estreita via que essa fase embrionária comporta, com possibilidade de afetar a própria competitividade e, por consequência, a busca da proposta mais vantajosa.

Relativamente à falta de parcelamento do objeto da licitação, a princípio, razão assiste à representante, notadamente quando esta Corte já se debruçou sobre o tema, em *decisum* cujo voto condutor é da minha lavra, considerando irregular a exigência num mesmo lote dos itens mochila e uniforme:

"Não há qualquer limitação de ordem técnica que impeça o fornecimento parcelado dos itens componentes do "kit escolar" com as mochilas. Nem se diga em relação ao aspecto econômico, visto que empresas especializadas na fabricação de mochilas, até mesmo pela produção em escala, conseguem praticar preços bem mais competitivos.

Não se trata de fornecimento complexo como já apreciado no caso do fornecimento profissional de merenda escolar ao próprio Município de Almirante Tamandaré (Acórdão n.º 872/15 – Tribunal Pleno). Não se justifica, como quer fazer crer a empresa contratada, que a aquisição da mochila com os diversos itens do "kit escolar" deva ser conjunta simplesmente pelo fato de que é dentro da mochila que todos os materiais escolares são organizados pela própria contratada para daí serem entregues aos alunos.

De fato não seria viável ao próprio Município comprar todos os itens do "kit escolar" em separado, dada a dificuldade logística para conferência, separação por nível de ensino, embalagem e etiquetamento, o que demandaria tempo excessivo e contingente considerável de pessoal para tanto. Não se pode afirmar o mesmo para o item mochila, absolutamente dispensável para a montagem do "kit escolar". Licitar as mochilas em lote diverso não impede que a empresa contratada entregue os produtos diretamente aos alunos. Portanto, havendo fundamento jurídico, a municipalidade deveria ter adquirido o item mochila separadamente dos demais" (Acórdão n.º 2717/2016, do Tribunal Pleno).

Na mesma toada, o Acórdão n.º 2006/2021, também do Tribunal

Pleno:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Gabinete do Conselheiro José Durval Mattos do Amaral

"No que toca, contudo, à alegação de aglutinação indevida de artigos num mesmo lote, há que se conferir razão as alegações da exordial, uma vez que a administração incluiu o item "mochila" com itens de vestuário, a exemplo de "calça", "camisetas", "jaqueta" e "bermuda/shorts saia", indicando potencial prejuízo ao caráter competitivo do certame, eis que utilizam materiais e maquinários desiguais na produção, inviabilizando a participação de diversos competidores.

Conforme apontou a Unidade Técnica, empresas destinadas à confecção de itens de vestuário não teriam condições de participar em vista da exigência de entrega do item "mochila". Da mesma forma, empresas que trabalham com materiais escolares, tais como estojos, mochilas, lápis, caderno, a exemplo das papelarias, não teriam condições de participar em razão da exigência de entrega de itens de vestuário.

(...)

Considerando-se tratarem de itens não similares, faz-se necessária a realização do parcelamento, a fim de possibilitar a participação de licitantes atuantes em um ramo exclusivo, com melhores propostas, eis que o agrupamento injustificado de itens diferentes num mesmo lote impede a oferta de preço para um dos produtos (mochila), afastando potenciais competidores que eventualmente não trabalhem conjuntamente com todos os itens selecionados" (Acórdão n.º 2006/2021, do Tribunal Pleno).

No caso dos autos, a representação contesta especificamente a reunião de tênis escolares e de produtos têxteis, como calças, blusas, mochilas, bolsas e jalecos, no entanto, consoante os julgados acima apontados, a inserção no mesmo lote de mochilas e uniformes, que ocorre na hipótese do feito, já se mostra uma conduta restritiva da competitividade, em aparente ofensa aos artigos 15, inciso IV, e 23, §1º, da Lei n.º 8.666/1993. No entanto, em verdade, essa aglutinação em específico contestada pela representante já fora também objeto de deliberação nesta Casa, de igual forma, considerada indevida pelo Acórdão n.º 5018/2017, do Tribunal Pleno:

"Na hipótese dos autos, observa-se que foram licitados no mesmo lote produtos que, em geral, não são produzidos apenas por um fabricante – jaqueta, calça, camiseta manga curta, meia escolar e tênis escolar –, violando a competitividade.

Vale dizer, se o edital tivesse contemplado a aquisição em itens, em especial apartando o tênis escolar dos demais componentes, poderia abranger maior número de interessados, e, por conseguinte, reduzir os custos para a Administração contratante".

Ao que parece, consoante a jurisprudência acima colacionada, a pretensão da representante também parece estar impregnada da fumaça do bom direito.

Ao se discorrer sobre *fumus boni iuris*, fumaça do bom direito ou, como prefere o Código de Processo Civil (artigo 300, caput), probabilidade do direito, requer-se que a parte interessada no pleito demonstre que a pretensão seja plausível, comportando um significativo grau de viabilidade de êxito. Ou como lecionam Luiz Guilherme Marinoni e Sergio Cruz Arenhart, "para obter a tutela de



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Gabinete do Conselheiro José Durval Mattos do Amaral

urgência – cautelar ou antecipada – o autor deve convencer o juiz de que a tutela final provavelmente lhe será concedida¹.

No caso dos autos, o acima expendido para as duas impropriedades alenta a possibilidade de êxito da pretensão da representante, caracterizando o requisito autorizador da concessão da medida cautelar.

O *periculum in mora* está caracterizado, pois a celebração de contrato, sem o enfrentamento prévio das questões ora discutidas pode resultar em prejuízos ao erário, em razão da possível violação à competitividade e a busca da proposta mais vantajosa.

Diante do exposto, defiro o pleito de medida cautelar para suspender o certame vergastado, no estado em que se encontra.

Posto isso, decido:

1) RECEBER a presente Representação da Lei n.º 8.666/1993, visto que preenche os requisitos do § 1º do artigo 113 da Lei n.º 8.666/1993, bem como dos artigos 30 e 34 da Lei Orgânica deste Tribunal (Lei Complementar Estadual n.º 113, de 15/12/2005) e dos artigos 275 e 276, *caput* e § 1º, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (RITCEPR);

2) SUSPENDER cautelarmente Pregão Eletrônico n.º 59/2023, no estado em que se encontra, e o eventual contrato dele decorrente, com fundamento no inciso IV do § 2º do artigo 53 da Lei Orgânica, bem como no inciso VII do artigo 32, no § 1º do artigo 282 e no inciso V do artigo 401 do RITCEPR, atentando-se que houve o preenchimento dos requisitos autorizadores da sua concessão, estando presentes o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*, como acima demonstrado;

3) REMETER os autos à Diretoria de Protocolo para:

3.1) INTIMAR com urgência, via comunicação eletrônica, contato telefônico, e-mail com certificação nos autos, o MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO, na pessoa de seu representante legal, para ciência e cumprimento da determinação contida no item “2”;

3.2) INCLUIR na autuação e proceder a CITAÇÃO, por meio de ofício com aviso de recebimento (AR), nos termos do inciso II do artigo 278, inciso II do artigo 381 e *caput* do artigo 382 do Regimento Interno, do MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO, por meio do seu representante legal, de DÉRCIO JARDIM JÚNIOR, prefeito e signatário do edital, contados da juntada do AR aos autos, comprovem o cumprimento da decisão cautelar e exerçam o contraditório em face das irregularidades noticiadas.

¹ Luiz Guilherme Marinoni e Sergio Cruz Arenhart. **Comentários ao Código de Processo Civil: artigos 294 ao 333**. v. 2. São Paulo, Revista dos Tribunais, 2016. p. 154.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ****Gabinete do Conselheiro José Durval Mattos do Amaral**

Ato contínuo, retornem conclusos para apreciação em sessão do Tribunal Pleno, nos termos do artigo 400, § 1º, do RITCEPR, com posterior remessa à Diretoria de Protocolo para controle de prazo.

Após o decurso dos prazos para apresentação das defesas, encaminhem-se os autos à Coordenadoria de Gestão Municipal e ao Ministério Público de Contas, para suas respectivas manifestações.

Curitiba, 18 de outubro de 2023.

JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL
Conselheiro Relator



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

319

SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 087/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 059/2023

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO, ESTADO DO PARANÁ, ATRAVÉS DE REPRESENTANTE LEGAL SR. DERCIO JARDIM JUNIOR, em cumprimento ao despacho nº 1305/2023 – TCE/PR em data de 18 de Outubro de 2023 torna público, para conhecimento dos interessados, a decisão de **SUSPENDER** na fase em que se encontra por tempo indeterminado a licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 059/2023, objetivo: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FABRICAÇÃO DE MATERIAIS PERSONALIZADOS DO TIPO UNIFORMES, CALÇADOS, MOCHILAS, BOLSA E ESTOJOS, DESTINADOS A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CONFORME ANEXO I - (TERMO DE REFERÊNCIA) DESTE EDITAL.** Outras informações poderão ser obtidas com a Comissão de Licitação, na Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Centro, Município de Alto Paraíso, Estado do Paraná, pelo e-mail licitacaoaltoparaíso@yahoo.com.br ou através do telefone 44-3664-1320.

Alto Paraíso - PR., 18 de Outubro de 2020.

DERCIO JARDIM JUNIOR

Prefeito

PUBLICADO NO JORNAL
UMUJARAMA ILUSTRADO
ÓRGÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO
EM 19 / 10 / 2023
Edição Nº 12.854

Edição 12.854

Umuarama Ilustrado

www.ilustrado.com.br/publicacoes-legais/

Publicações legais

320

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA NOVA

Estado do Paraná

PORTARIA Nº 266, DE 16 DE OUTUBRO DE 2023

Súmula: Aprova o Regulamento da 1ª Conferência Intermunicipal de Cultura de Esperança Nova e da Associação de Municípios entre Rios-AMERIOS e dá outras providências.

CONSIDERANDO as Portarias nº 45 e 63/2023 do Ministério da Cultura (MinC), que convocam a 4ª Conferência Nacional de Cultura;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 3592/2023, que convoca a 4ª Conferência Estadual de Cultura;

CONSIDERANDO a Resolução nº 94/2023 da Secretaria de Estado da Cultura (SEEC), que regulamenta a 4ª Conferência Estadual de Cultura;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 180/2023, que convoca a 1ª Conferência Municipal de Cultura.

A Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no Decreto Municipal nº 180, de 16 de outubro de 2023, que convoca a 1ª Conferência Intermunicipal de Cultura de (nome do município) e da (nome da associação de municípios),

RESOLVE:

Art. 1º - Publicar o Regulamento da 1ª Conferência Intermunicipal de Cultura de Esperança Nova e da Associação de Municípios entre Rios-AMERIOS, na forma do Anexo Único desta Portaria.

Art. 2º - A 1ª Conferência Intermunicipal de Cultura de (Esperança Nova e da Associação de Municípios entre Rios-AMERIOS), será realizada em 26 de outubro, às 13h30, em Esperança Nova, no Salão Multiuso, situado na Rua Pedro Geremias de Carvalho sob a coordenação da Secretaria Municipal De Educação, Cultura, Esporte e Lazer do município sede.

Art. 3º - Fica a Secretaria Municipal De Educação, Cultura, Esporte e Lazer do município sede, responsável pelas providências operacionais para a realização da 1ª Conferência Intermunicipal de Cultura de Esperança Nova e da Associação de Municípios entre Rios-AMERIOS.

Art. 4º - Os casos omissos e conflitantes do Regulamento da 1ª Conferência Intermunicipal de Cultura de Esperança Nova e da Associação de Municípios entre Rios-AMERIOS, serão decididos pela Comissão Organizadora, do município sede.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Cumpra-se e Arquive-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Esperança Nova, Estado do Paraná, aos dezoito dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e três.

Everton Barbieri

Prefeito Municipal

Joana De Fátima Zanferrari Bordin

Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

ANEXO ÚNICO

RESOLUÇÃO Nº 01/2023

REGULAMENTO DA 1ª CONFERÊNCIA INTERMUNICIPAL DE CULTURA DE ESPERANÇA NOVA E DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS ENTRE RIOS

AMERIOS

CAPÍTULO I

Dos objetivos

Art. 1º - A 1ª Conferência Intermunicipal de Cultura de Esperança Nova e da Associação de Municípios entre Rios-AMERIOS, convocada por meio do Decreto Municipal nº 180, de 16 de outubro de 2023, constitui-se em instância de participação social que tem por objetivo geral promover o debate sobre as políticas públicas culturais com ampla participação da sociedade, visando o fortalecimento da democracia e a garantia dos direitos culturais em todos os âmbitos do município, de forma transversal com todas as políticas públicas sociais e econômicas de Esperança Nova, a atribuição da avaliação da política pública da Cultura, a definição de diretrizes para o Plano Nacional e Estadual de Cultura e o aprimoramento do Sistema Nacional e Estadual de Cultura (SNC e SEC), tendo por objetivos específicos:

I- Ampliar o debate com a sociedade sobre o conceito de cultura como política;

II- Promover a avaliação da política da cultura municipal à luz dos compromissos firmados no Plano Municipal de Cultura vigente;

III- Propor e atualizar as diretrizes para a política da cultura municipal para subsidiar a revisão do Plano Municipal de Cultura, que sejam exequíveis e em um processo que valorize a participação social e os processos democráticos;

IV- Definir diretrizes prioritárias para garantir transversalidades nas políticas públicas;

V- Potencializar a participação do município junto ao Sistema Nacional de Cultura - SNC;

VI- Debater sobre a divisão de atribuições entre os entes federados;

VII- Construir uma política sociocultural que fortaleça a democracia participativa.

VIII - Eleger Delegados(as) para 4ª Conferência Estadual de Cultura, nos termos da Resolução nº 94/2023 da Secretaria de Estado da Cultura (SEEC), que regulamenta a 4ª Conferência Estadual de Cultura, e da Portaria nº 45 e 63/2023, do Ministério da Cultura (MinC), que convoca a 4ª Conferência Nacional de Cultura.

CAPÍTULO II

Do tema

Art. 2º - A 1ª Conferência Intermunicipal de Cultura de Esperança Nova e da Associação de Municípios entre Rios-AMERIOS realizará seus trabalhos a partir do tema: Democracia e Direito à Cultura.

§ 1º - O diálogo sobre o tema deverá ser desenvolvido de modo a articular as políticas de cultura e suas diretrizes em todos os níveis federativos de maneira transversal.

§ 2º - As proposições de âmbito municipal constituirão subsídio para a elaboração do Plano Municipal de Cultura de Esperança Nova.

Art. 3º - Constituirão os seguintes eixos da 1ª Conferência Intermunicipal de Cultura de Esperança Nova e da Associação de Municípios entre Rios-AMERIOS:

I - Eixo 1: Institucionalização, Marcos Legais e Sistema Nacional de Cultura;

II - Eixo 2: Democratização do acesso à cultura e Participação Social;

III - Eixo 3: Identidade, Patrimônio e Memória;

IV - Eixo 4: Diversidade Cultural e Transversalidades de Gênero, Raça e Acessibilidade na Política Cultural;

V - Eixo 5: Economia Criativa, Trabalho, Renda e Sustentabilidade;

VI - Eixo 6: Direito às Artes e às Linguagens Digitais.

CAPÍTULO III

Da realização, organização e funcionamento

Art. 4º - A 1ª Conferência Intermunicipal de Cultura de Esperança Nova e da Associação de Municípios entre Rios-AMERIOS a ser realizada em 26 de outubro, às 13h30, no Salão Multiuso, situado na Rua Pedro Geremias de Carvalho, e terá caráter mobilizador, consultivo e propositivo.

Art. 5º - A 1ª Conferência Intermunicipal de Cultura de Esperança Nova e da Associação de Municípios entre Rios-AMERIOS será presidida pela Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, do município sede, e na sua ausência, pelo decano entre os secretários e dirigentes de cultura presentes.

Art. 6º - Para a organização e o desenvolvimento de suas atividades, a 1ª Conferência Intermunicipal de Cultura de Esperança Nova e da Associação de Municípios entre Rios-AMERIOS, contará com a Comissão Organizadora Municipal que será composta por 6 (seis) membros, entre representantes do poder público municipal e entidades não governamentais, do município sede, assim definidos:

I - Representantes da área governamental:

a) 2 (dois) representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer;

b) 1 (um) representante da Departamento Municipal de Assistência Social;

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

Estado do Paraná

SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 087/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 059/2023

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO, ESTADO DO PARANÁ, ATRAVÉS

REPRESENTANTE LEGAL SR. DERCIO JARDIM JUNIOR, em cumprimento ao despacho

1305/2023 - TCE/PR em data de 18 de Outubro de 2023 torna público, para conhecimento

interessados, a decisão de SUSPENDER na fase em que se encontra por tempo indeterminado

licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 059/2023, objetivo: CONTRATAÇÃO DE EMPRE

PARA FABRICAÇÃO DE MATERIAIS PERSONALIZADOS DO TIPO UNIFORMES, CALÇADO

MOCHILAS, BOLSA E ESTOJOS, DESTINADOS A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CONFOR

ANEXO I - (TERMO DE REFERÊNCIA) DESTE EDITAL. Outras informações poderão ser obti

com a Comissão de Licitação, na Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 - Centro, Município de A

Paraíso, Estado do Paraná, pelo e-mail licitacaoaltoparaiso@yahoo.com.br ou através do telef

44-3664-1320.

Alto Paraíso - PR, 18 de Outubro de 2020.

DERCIO JARDIM JUNIOR

Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL

Estado do Paraná

PORTARIA Nº 429/2023, DE 16 DE OUTUBRO DE 2023

EMENTA: DESIGNAR SERVIDORES PARA ATUAREM COMO FISCAL DE CONTRATOS

CONTRAÇÕES.

MARIO JUNIO KAZUO DA SILVA - Prefeito Municipal de Cafetal do Sul, Estado do Paraná,

uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os Servidores abaixo nominados, para atuarem como fiscal de contratos

contrapções realizadas pelo Município de Cafetal do Sul:

SECRETARIA DE SAÚDE:

□ VALDIR JOSÉ SANTANA, inscrito na CI/RG sob n.º 34.979.010-3 SSP/SP e CPF sob

272.936.348-38, CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E COORD. DE PROGRAMAS;

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

RODOVIÁRIOS;

□ CLAUDIA REGINA DE OLIVEIRA TOINKO TAKADA, inscrita na CI/RG sob n.º 4.987.24

SSP/PR e CPF sob n.º 003.457.619-36, SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO;

SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E TURISMO:

□ ANA PAULA FREIRE, inscrita na CI/RG sob n.º 9.244.464-3 SSP/PR e CPF sob

044.045.629-00, CHEFE DA DIVISÃO DE AGRICULTURA, AGROINDUSTRIA, TURISMO

FOMENTO;

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES:

□ LEILA FÁTIMA DE OLIVEIRA CENE, inscrita na CI/RG sob n.º 6.782.900-0 SSP/PR

CPF nº 997.472.869-04, CHEFE DAS DIRETRIZES DA COORDENAÇÃO E ORIENTAÇ

PEDAGÓGICA;

SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL:

□ ANDREIA DE SOUZA SÃO MIGUEL, inscrita na CI/RG sob n.º 10.194.436-0 SSP/PR

CPF nº 062.770.339-99, DIRETORA DE MERENDA ESCOLAR;

Art. 2º - Toda obrigação de entrega de mercadorias ou de prestação de serviços somente a

considerada recebida ou prestada após a avaliação do servidor aqui designado, de acordo c

cada pasta de atuação, na qual possui além de outras as seguintes atribuições:

I. Zelar e atestar o efetivo cumprimento das obrigações contratuais assumidas pela entidade

e pela qualidade dos produtos fornecidos e dos serviços prestados ao Município de Cafetal do S

II. Verificar e atestar se a entrega dos materiais, execução de obras ou prestações de servi

(bem como seus preços e quantitativos) está sendo cumprida de acordo com o instrume

contratual e instrumento convocatório;

III. Acompanhar, fiscalizar e atestar as aquisições, a execução dos serviços e ob

contratados; e

IV. Indicar eventuais glosas das faturas.

Art. 3º - Somente será considerada liquidado o empenho na forma da Lei 4.320/64, após

manifestação favorável do fiscal de contratos aqui designado.

Art. 4º - Esta portaria passa a produzir efeitos na data de sua publicação, revogando-se a Port

nº 208/2023, de 12 de junho de 2023

Art. 5º - Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal de Cafetal do Sul, Estado do Paraná, aos 16 dias do mês de outubro de 2023.

MARIO JUNIO KAZUO DA SILVA

Prefeito Municipal de Cafetal do Sul

MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO OESTE

Estado do Paraná

CNPJ 76.381.854/0001-27

Rua João Ormindo de Rezende, 686, CEP: 87.400-000 Telefone: (44)3676-8150 - w

cruzeirodoeste.pr.gov.br

AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Dispensa nº 125/2023 Processo Administrativo nº 268/2023

Maria Helena Bertoco Rodrigues, Prefeita Municipal de Cruzeiro do Oeste/ PR, no uso

suas atribuições legais, torna público o presente aviso de Anulação do procedimento licitat

nº 268/2023, Dispensa nº 125/2023 cujo objeto é AQUISIÇÃO de instrumentos para ofic

de capoeira destinados ao centro de referência da juventude (CRJ) Cumpre esclarecer que

empresa contratada não pode emitir nota fiscal de aquisição dos produtos, mas sim de presta



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

DE: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PARA: ASSESSORIA JURÍDICA

Encaminhe-se ao Departamento Jurídico o Processo Administrativo nº 087/2023, modalidade Pregão Eletrônico n.º 059/2023, tendo em vista a liminar concedida pelo TCE/PR sobre a suspensão do mesmo, para análise e posterior emissão de parecer Jurídico.

Sem mais para o momento renovamos nossos votos de estima e consideração.

Alto Paraíso – PR, 30 de Outubro de 2023.

Departamento de Licitação



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 1546 – Fone/Fax (0xx) 44 36641320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

322

PARECER JURÍDICO

Pregão Eletrônico Nº 059/2023

Processo Administrativo nº 087/2023

Objeto: “Contratação de empresa para fabricação de materiais personalizados do tipo uniformes, calçados, mochilas, bolsa e estojos, destinados a Secretaria de Educação, conforme Anexo I - (Termo de Referência) deste Edital.”

A licitação em análise é aquela de que trata o Edital de Pregão Eletrônico nº 059/2023, iniciada pela Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, objetivando a contratação de empresa para fabricação de materiais personalizados do tipo uniformes, calçados, mochilas, bolsa e estojos, destinado a Secretaria de Educação.

Após publicação do resultado da sessão de lances e emissão do segundo parecer, a empresa **ESTAÇÃO DO CONHECIMENTO COMERCIO DE CALÇADOS E CONFECÇÕES LTDA** ingressou com representação contra o presente processo licitatório junto ao Tribunal de Contas do Paraná, o qual expediu liminar suspendendo a tramitação do mesmo, ante a **aparente irregularidade** quanto a exigência de Alvará de Licença e Licença de Operação junto ao IAT, bem como quanto a **irregularidade** quanto a falta de parcelamento do objeto da licitação.

Sendo assim, o Pregoeiro solicita a possibilidade de cancelamento da licitação, pois embora não haja decisão definitiva sobre as irregularidades apontadas, não se tem mais interesse na manutenção do processo em análise, vez que existe interesse na abertura de nova licitação corrigindo as irregularidades apontadas pelo TCE/PR.

Desta forma, no entendimento desta Procuradoria é a possibilidade de cancelamento da licitação, com base na Súmula 473 do STF, que tem a seguinte redação:



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 1546 – Fone/Fax (0xx) 44 36641320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

323

Súmula 473. A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

Sendo assim, pode e deve o Pregoeiro declarar, através de despacho decisório, a nulidade do processo licitatório **Pregão Eletrônico Nº 044/2023**, pela exigência injustificada do Alvará de Licença e Licença de Operação junto ao IAT, bem como quanto a falta de parcelamento do objeto da licitação, nos termos da liminar do Processo nº 613645/23.

Ante o exposto, esta Procuradoria Jurídica da emissão de parecer favorável quanto ao cancelamento da licitação por nulidade, com base na súmula 473 do STF.

Este é o parecer.

Alto Paraíso - PR, 08 de Novembro de 2023.

**ROBERTO
GONCALV
ES DELFIM**

Assinado de forma

digital por

ROBERTO

GONCALVES

DELFIM

Dados: 2023.11.08

09:45:01 -03'00'

Roberto Gonçalves Delfim

Procurador Jurídico

OAB-PR 58.768



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

DE: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PARA: GABINETE DO PREFEITO

Senhor Prefeito;

Considerando Liminar emitido pela TCE/PR;

Considerando Parecer Jurídico emitido pela Procuradoria Jurídica; venho através deste encaminhar o Processo Administrativo nº 087/2023, modalidade Pregão Eletrônico n.º 059/2023, tendo em vista a liminar concedida pelo TCE/PR sobre a suspensão do mesmo, **opinando pelo cancelamento do mesmo.**

Sem mais para o momento renovamos nossos votos de estima e consideração.

Alto Paraíso – PR, 30 de Outubro de 2023.

Departamento de Licitação

Determino o Cancelamento do Processo em epigrafe na fase em que se encontra, cumprida a formalidade legal. Encaminha-se ao Setor de Licitação para providência em: 08/11/2023.

DERCIO JARDIM JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL



PORTARIA N.º 255/2023

DATA: 08/11/2023

AUTORIA: Executivo Municipal

SÚMULA: Cancela processo licitatório, modalidade PREGÃO

ELETRÔNICO.

CONSIDERANDO, a suspensão cautelar do Pregão Eletrônico n.º 59/2023, deferida no PROCESSO N.º: 613645/23 de relatoria do Conselheiro JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL, com fundamento no inciso IV do § 2º do artigo 53 da Lei Orgânica, bem como no inciso VII do artigo 32, no § 1º do artigo 282 e no inciso V do artigo 401 do RITCEPR;

CONSIDERANDO, que a aglutinação de itens em um mesmo lote, contestada pela representante no PROCESSO N.º: 613645/23 já foi objeto de deliberação do TCE/PR, **considerada indevida** pelo Acórdão n.º 5018/2017, do Tribunal Pleno, conforme trecho da decisão que segue: *“Na hipótese dos autos, observa-se que foram licitados no mesmo lote produto que, em geral, não são produzidos apenas por um fabricante – jaqueta, calça, camiseta manga curta, meia escolar e tênis escolar –, violando a competitividade. Vale dizer, se o edital tivesse contemplado a aquisição em itens, em especial apartando o tênis escolar dos demais componentes, poderia abranger maior número de interessados, e, por conseguinte, reduzir os custos para a Administração contratante”*.

CONSIDERANDO, a proximidade do fim do ano, e que a apresentação de defesa em relação ao mérito do processo, com sua posterior análise pelo TCE/PR, pode levar algum tempo, fator que implica em menos tempo para a preparação de um novo edital e início de um novo processo licitatório. E, caso haja decisão favorável quanto ao cancelamento da licitação atual, pode não haver tempo hábil para a abertura de um novo processo licitatório no corrente ano, prejudicando a aquisição dos uniformes e materiais que serão utilizados no início do ano letivo de 2024.

O Prefeito Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais; e

RESOLVE:

1º) Cancelar o processo licitatório, modalidade Pregão Eletrônico n.º 059/2023, na fase em que se encontra.

2º) Considerar nulo o aviso de licitação do dia 23/09/2023.

3º) Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná,
aos 08 dias do mês de Novembro de 2023.

Dércio Jardim Júnior
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO JORNAL
UMUARAMA ILUSTRADO
ÓRGÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO
EM 09/11/2023
Edição N.º 12.870

